

Relevância em Tradução

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E APLICADAS

Fabio Alves e José Luiz Gonçalves (Orgs.)

Relevância em Tradução: perspectivas teóricas e aplicadas reúne sete contribuições de pesquisadores que exploram a tradução sob perspectivas informadas pela teoria da relevância (Sperber & Wilson, 1986/1995). O volume apresenta uma linha de afiliação consistente e produtiva, que se estende do idealizador da aplicação da teoria da relevância à tradução, Ernst-August Gutt, ao seu interlocutor (e introdutor da aplicação da teoria aos estudos da tradução no Brasil), Fabio Alves, incorporando trabalhos de novos pesquisadores formados por Alves na Faculdade de Letras da UFMG, principal pólo no Brasil de desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada sobre a teoria da relevância no escopo dos estudos da tradução.

A teoria da relevância trouxe à modelagem dos atos de comunicação a consideração necessária dos processos inferenciais que possibilitam ao interlocutor chegar a uma interpretação satisfatória da intenção comunicativa do emissor. Sua aplicação à diversidade de fenômenos descritos sob o rótulo de *tradução* tem deslocado o foco das discussões, das tradicionais unidades

Fabio Alves
José Luiz Gonçalves
(Organizadores)

RELEVÂNCIA EM TRADUÇÃO
perspectivas teóricas e aplicadas

Faculdade de Letras
UFMG

2006

© 2006, os autores

© 2006, Faculdade de Letras da UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

R382 Relevância em tradução : perspectivas teóricas e aplicadas /
Fabio Alves e José Luiz Gonçalves (organizadores). -
Belo Horizonte : Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
204 p. : il.

Inclui referências.

ISBN: 85-7758-004-0

1. Tradução e interpretação. 2. Pragmática. 3. Teoria da relevância.
I. Alves, Fabio. II. Gonçalves, José Luiz.

CDD : 418.02

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da Biblioteca FALE/UFMG

REVISÃO DE TEXTO E NORMALIZAÇÃO: Igor Antônio Lourenço da Silva

FORMATAÇÃO: Rachel Gomes Magalhães

CAPA: Rachel Gomes Magalhães

PRODUÇÃO GRÁFICA: Gráfica e Editora O Lutador

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais

www.lettras.ufmg.br

SUMÁRIO

Apresentação <i>Fabio Alves & José Luiz Gonçalves</i>	05
CAPÍTULO 1 Modularidade maciça, conexionismo e relevância: interfaces cognitivas aplicadas à tradução <i>Fabio Alves & José Luiz Gonçalves</i>	09
CAPÍTULO 2 Teoria da Relevância e tradução: em busca de um novo realismo para a tradução da Bíblia <i>Ernst-August Gutt</i>	35
CAPÍTULO 3 Teoria da Relevância, cognição e competência do tradutor <i>José Luiz Gonçalves</i>	57
CAPÍTULO 4 Traduzindo contextos 'artificiais': evidências de comportamento reflexivo/analítico no trabalho de um tradutor experiente <i>Geraldo Luiz de Carvalho Neto</i>	107
CAPÍTULO 5 A tradução de expressões idiomáticas à luz da Relevância <i>Taciana Bylaardt</i>	131
CAPÍTULO 6 A tradução da ironia: uma análise à luz da Teoria da Relevância <i>Tereza Xavier Labiapari Araújo</i>	157
CAPÍTULO 7 Teoria da Relevância e interpretação simultânea <i>Branca Vianna</i>	185
Sobre os Autores	203

APRESENTAÇÃO

Fabio Alves
FALE-UFMG

José Luiz Gonçalves
ICHS-UFOP

A Teoria da Relevância (doravante, TR) de Sperber & Wilson (1986/1995) constitui um aporte teórico que introduz novos direcionamentos nos estudos da tradução. Fonte de reflexões teóricas para o presente volume, foi objeto de estudo dos nossos respectivos doutoramentos e constitui, desde então, parte integrante de nossas pesquisas. Com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos (PosLin) da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fabio Alves organizou, em 2001, um volume intitulado *Teoria da Relevância & Tradução: conceituações e aplicações*. Aquele trabalho registrava a produção acadêmica envolvendo a interface entre a TR e os estudos da tradução em curso na FALE/UFMG naquele momento. Hoje, passados cinco anos desde o lançamento daquela publicação, a produção acadêmica sobre TR e estudos da tradução no PosLin registra três teses de doutorado (Gonçalves, 2003; Medeiros, 2003; Espírito Santo, 2003) e nove dissertações de mestrado (Gonçalves, 1998; Vilaça, 2000; Costa, 2000; Azevedo, 2002; Alvarenga, 2003; Ribeiro, 2003; Carvalho Neto, 2004; Labiapari Araújo, 2005; Bylaardt, 2005). Esses trabalhos contribuíram para o refinamento e a expansão de uma abordagem cognitivo-pragmática que tem por objetivo integrar a análise de processos cognitivos àquela de processos sócio-interacionistas. Os capítulos apresentados neste livro incorporam o resultado de nossas interações como pesquisadores, orientadores e professores, em nosso trabalho com a TR. Apresentam, por um lado, trabalhos de pós-graduação concluídos no âmbito da Faculdade de Letras da UFMG sob orientação de Alves e, por outro lado, estabelecem um diálogo promissor com outros pesquisadores empenhados em desenvolver a interface entre a TR e os estudos da tradução no cenário nacional e internacional. Trata-se, a nosso ver,

de um saldo promissor para um trabalho de pesquisa envolvendo uma teoria inovadora e emergente.

O presente volume conta com sete capítulos que buscam apresentar novas perspectivas teóricas e aplicadas para a interface entre a TR e os estudos da tradução. No capítulo 1, Fabio Alves e José Luiz Gonçalves dão continuidade às discussões iniciadas em 2001, quando da publicação de *Teoria da Relevância & Tradução: conceituações e aplicações*, e apresentam um texto intitulado “Modularidade maciça, conexionismo e relevância: interfaces cognitivas aplicadas à tradução”, que fomenta o diálogo entre a TR e as abordagens conexionistas, contrastando-as com a tese da modularidade maciça defendida em trabalhos recentes de Dan Sperber e colaboradores (Sperber, 2002 e 2005; Sperber & Hirschfeld, no prelo). Através de citações dessas obras, Alves & Gonçalves apontam para uma convergência entre os postulados da tese de modularidade maciça e aqueles apresentados por abordagens conexionistas recentes, com destaque para o trabalho desenvolvido por Jeffrey Elman e seus colaboradores (Elman et al., 1996). Desta forma, Alves & Gonçalves argumentam em favor de uma aproximação paradigmática da TR com pressupostos conexionistas.

No capítulo 2, intitulado “Teoria da Relevância e tradução: em busca de um novo realismo para a tradução da Bíblia”, Ernst-August Gutt, pesquisador de renome internacional, autor da proposta seminal da interface entre a TR e os estudos da tradução, discute uma nova proposta de tradução da Bíblia pautada pelos pressupostos teóricos relevantistas. Com tradução de Fabio Alves e José Luiz Gonçalves, o texto, inédito, constitui a primeira publicação de Gutt em língua portuguesa e possibilita uma maior divulgação do pensamento do teórico alemão no contexto acadêmico brasileiro.

Os capítulos seguintes estão voltados para a aplicação da TR a questões específicas da tradução. No capítulo 3, intitulado “Teoria da Relevância, cognição e competência do tradutor”, José Luiz Gonçalves dá continuidade à proposta seminal de Gutt e propõe sua aplicação, pautada por uma perspectiva empírico-experimental, aos estudos sobre o processo de tradução e a competência tradutória. Gonçalves apresenta, nesse capítulo, um modelo de competência do tradutor que procura situar cognitivamente a relação dos processos inferenciais envolvidos no ato da tradução com outras habilidades específicas para o exercício de tarefas de tradução.

No capítulo 4, intitulado “Traduzindo contextos ‘artificiais’: evidências de comportamento reflexivo/analítico no trabalho de um tradutor experiente”, Geraldo Luiz de Carvalho Neto retoma a proposta de Gutt (2000) de investigar a tradução no âmbito de ‘contextos artificiais’, qual seja, a tradução situada a grande distância em termos de tempo, espaço e cultura em relação ao texto de partida e ao texto de chegada. Através de uma pesquisa piloto com um tradutor experiente em Jerusalém, lidando com a tradução de textos talmúdicos para o inglês, Carvalho Neto procura delimitar os passos necessários para uma investigação de caráter processual que mapeie o desempenho de tradutores experientes envolvidos com a tradução de textos sagrados.

No capítulo 5, intitulado “A tradução de expressões idiomáticas à luz da Relevância”, Taciana Bylaardt investiga a tradução de expressões idiomáticas na obra *As Aventuras de Huck*, na tradução do livro de Mark Twain, *The adventures of Huckleberry Finn*, feita para o português brasileiro por Monteiro Lobato. Bylaardt apresenta uma proposta de tipologia que permite investigar a tradução dessas expressões a partir de uma perspectiva inferencial sem cair no juízo de valor sobre a qualidade da tradução.

No capítulo 6, intitulado “A tradução da ironia: uma análise à luz da Teoria da Relevância”, Tereza Xavier Labiapari Araújo investiga a questão da tradução da ironia. Para tanto, analisa duas traduções para o português da obra *Gulliver's Travels* e procura compará-las com a obra original em termos de efeito ecóico e perspectivas de dissociação, duas propostas inseridas no arcabouço da TR.

Encerrando o volume, o capítulo 7, intitulado “Teoria da Relevância e interpretação simultânea”, traz a contribuição de Branca Vianna, que discute a interface entre a TR e a interpretação simultânea. Apoiando-se na TR e na proposta de Ernst-August Gutt (2000) de considerar tanto a tradução quanto a interpretação como casos de semelhança interpretativa, Vianna demonstra, usando exemplos de situações reais de interpretação de conferências e do curso de treinamento de intérpretes da PUC-RJ, a pertinência de investigar a interpretação simultânea por meio do arcabouço teórico da TR.

Os sete textos aqui apresentados configuram, a nosso ver, um marco de ineditismo acadêmico, aumentando a visibilidade da interface entre a TR e os estudos da tradução e fomentando este diálogo no contexto nacional e internacional. Ao concluir este tra-

balho, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos à Câmara de Pesquisa da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto por acreditarem nas potencialidades do diálogo entre a TR e os estudos da tradução e pelo apoio a esta proposta editorial, viabilizando sua publicação. Com a mesma intensidade, nossos agradecimentos vão, concomitantemente, ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da FALE/UFMG pelo apoio acadêmico e institucional recebido durante nossas trajetórias de pesquisador e docente.

Belo Horizonte, setembro de 2006

CAPÍTULO 1

Modularidade maciça, conexionismo e relevância: interfaces cognitivas aplicadas à tradução

Fabio Alves
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

José Luiz Gonçalves
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, abordaremos alguns conceitos e debates desenvolvidos nos trabalhos de Sperber (2002), *In defense of massive modularity*, Sperber (2005), *Modularity and relevance: how can a massively modular mind be flexible and context-sensitive?*, e Sperber & Hirschfeld (no prelo), *Culture and modularity*. Discutiremos, portanto, conceitos teóricos relativos à tese da modularidade maciça, estabelecendo uma correlação entre eles e as abordagens conexionistas, observando-os principalmente a partir da perspectiva de Elman et al. (1996). Com esta discussão, pretendemos aprofundar a compreensão e as bases epistemológicas relativas ao processamento cognitivo da forma como postulados pela Teoria da Relevância (TR, daqui em diante), especialmente no que se refere aos processos tradutórios e à competência do tradutor.

Ao longo deste capítulo, remeteremos o leitor a conceitos propostos pela TR (Sperber & Wilson, 1986/1995) e por alguns de seus desdobramentos, tendo em vista a sua estreita relação com as questões levantadas pelos textos escolhidos para esta discussão, além da sua pertinência à temática desenvolvida neste volume.

Organizamos a discussão a partir de comentários e reflexões sobre algumas citações retiradas dos três textos selecionados, as quais serão também correlacionadas à perspectiva conexionista. Ao final, faremos algumas considerações sobre as implicações

das reflexões aqui apresentadas para um modelo de competência do tradutor (Gonçalves, 2003; Alves & Gonçalves, no prelo).

2. MODULARIDADE *VERSUS* CONEXIONISMO

É fato que o diálogo entre uma visão modular da mente (Fodor, 1983) e uma visão alternativa de processamento cognitivo em paralelo, descentralizado (Elman et al., 1996), é prenhe de incompatibilidades (Alves, 2001). É importante lembrar que a concepção original da teoria modular postula dois níveis de processamento cognitivo – o dos processos modulares (seriados, encapsulados, automáticos, compulsórios, rápidos, operando com insumos [*inputs*] e produtos [*outputs*] específicos) e o dos processos centrais (paralelos, desencapsulados, mais lentos, geralmente voluntários, não-localizados e tendo acesso global às informações). Além disso, a teoria modular da mente defende que os módulos mentais resultam da evolução da espécie e, portanto, são herdados geneticamente pelo indivíduo, dependendo de um mínimo de estímulos do meio para que se desencadeie o seu pleno funcionamento.

Por sua vez, as abordagens conexionistas defendem o ponto de vista segundo o qual a cognição resulta da atividade de redes neuronais que compõem o sistema nervoso, operando a partir de unidades básicas, através de processos em paralelo, que criam, reforçam ou enfraquecem ligações entre si e, assim, determinam o estabelecimento de padrões de comportamento. Desse modo, dependendo dos estímulos recebidos e das interações desta rede com o seu meio, determinados padrões recursivos de processamento se estabelecerão, o que poderá, em certos casos, dar a impressão de um padrão modular/seriado de cognição. Além disso, no que diz respeito à tese do inatismo, presente no cerne da teoria modular, o conexionismo não a rejeita, mas tem uma posição mais leve, propondo que os estímulos e interações têm um peso extremamente influente no desenvolvimento cognitivo. Assim, a visão de Elman et al. (1996) é de que o sistema cognitivo não se desenvolve exatamente a partir de um programa genético pré-configurado para a modularidade, mas pode chegar a apresentar comportamentos bastante modularizados em função de uma longa história de interações e estímulos recursivos, ou seja, através de

rotinizações cognitivas, o que levaria à cristalização de determinados tipos de processamento e, conseqüentemente, dos respectivos comportamentos.

Verifica-se, portanto, que, em termos da postulação para o funcionamento do sistema cognitivo, há uma controvérsia fundamental entre as duas posições. A teoria modular propõe dois níveis de processamento (modular e central; sistemas de *input* e processador central), enquanto as abordagens conexionistas propõem a existência somente de processos em paralelo e um sistema minimalista (nódulos e conexões) com um princípio de funcionamento único que prescinde da necessidade de processamento centralizado.

Aparentemente, quando Sperber (2002) propõe a tese da modularidade maciça, desconsidera-se qualquer possibilidade de haver processos cognitivos em paralelo e reforça-se a visão inatista dos módulos mentais totalmente especializados. Nossa hipótese, contudo, é que a mudança proposta no sentido da modularidade maciça, curiosamente, aponta significativas correlações com os postulados das abordagens conexionistas, o que procuraremos explorar a seguir, a partir da discussão de algumas passagens dos textos de Sperber (2002 e 2005) e Sperber & Hirschfeld (no prelo).

3. EM DEFESA DA MODULARIDADE MACIÇA

Em *In Defense of Massive Modularity*, Sperber (2002) aborda uma questão que, até então, a TR e alguns de seus desdobramentos não haviam se preocupado em aprofundar, qual seja, a constituição do contexto inferencial, através da alocação de determinadas premissas (ou suposições, conforme a terminologia da TR) em detrimento de tantas outras, para se chegar a determinados resultados que levem ao aprimoramento do sistema cognitivo do indivíduo. Os proponentes da TR afirmam que, no contexto do processamento inferencial, “[u]ma proposição pode ser ativada e aceita com diferentes graus de confiança. Explicações de como isso pode ocorrer devem ser apresentadas por qualquer teoria cognitiva adequada.” (Wilson & Sperber, 1991: 385).

Voltando sua atenção para essa questão, Sperber (2002) defende que a “alocação de recursos entre os dispositivos mentais pode ser feita de várias formas não-computacionais, sem comprometer o caráter computacional desses dispositivos. A saliência é um fator

possível óbvio.”¹ Por saliência, pode-se entender a maior (probabilidade de) manifestação de determinadas premissas ou suposições no contexto inferencial em questão, em função da influência de certos estímulos do meio externo. Aproveitando um exemplo do próprio Sperber (2002), podemos dizer que a observação do fato de a rua estar molhada pode tornar saliente no contexto inferencial a premissa de que

(1) *quando chove o chão fica molhado,*

o que leva à conclusão de que

(2) *choveu há pouco tempo, pois o chão está molhado.*

No entanto, se o chão da rua estiver molhado no primeiro dia do mês, aquela premissa, considerada padrão ou a mais provável de receber recursos cognitivos na situação em questão, pode ser preterida pela saliência de premissas tais como

(3) *é o primeiro dia do mês; a rua é lavada todo primeiro dia do mês e a rua está molhada,*

o que leva a conclusão de que

(4) *a rua está molhada porque foi lavada hoje, primeiro dia do mês.*

No foco da discussão, Sperber (2002) pretende explicar como um mecanismo computacional (maciçamente modular) pode ser sensível ao contexto, o que é descartado por Fodor (1983) na proposição da teoria modular da mente. Desse modo, a saliência indicará quais premissas têm maior probabilidade de receber recursos cognitivos para prosseguir com o desenvolvimento do processo inferencial, que ocorreria de forma totalmente dedutiva, segundo a visão modular de cognição. Nesse caso, pode-se entender a saliência como o resultado de um estímulo externo que se torna manifesto no contexto inferencial do indivíduo e tende a desen-

¹ Nossa tradução de: “The allocation of resources among mental devices can be done in a variety of non-computational ways without compromising the computational character of the devices. Saliency is an obvious possible factor.”

cadear a ativação/manifestação de premissas relacionadas a esse contexto inferencial. Entretanto, defendemos que tal ativação/manifestação dependerá não só de estímulos externos, mas também, e principalmente, dos objetivos pragmáticos desse indivíduo, como discutiremos abaixo.

Retomando o exemplo anterior, se o fato de a rua estar molhada for irrelevante frente a um problema sério vivido pelo indivíduo, a observação desse fato pode não desencadear a ativação de qualquer premissa relacionada a ele no ambiente cognitivo do indivíduo, tendo em vista que os recursos cognitivos estarão concentrados na solução do problema em questão. É o que acontece quando estamos absorvidos por problemas ou emoções fortes e não conseguimos perceber (ou tornar suficientemente manifestos no nosso ambiente cognitivo) determinados estímulos, por mais ostensivos que sejam. Numa outra situação, o indivíduo pode atentar para a rua molhada porque precisará sair em seguida e se preocupa com as condições climáticas, formuladas através de

(5) deve ter chovido, pode ter chovido, pode voltar a chover, preciso tomar precauções para poder sair e não me molhar;

ou então

(6) é o primeiro dia do mês, por isso a rua foi lavada; não choveu e provavelmente não vai chover; assim eu posso sair tranqüilo que não vou me molhar.

Pode ainda ocorrer que o indivíduo esteja extremamente incomodado com a secura e a poeira dos últimos dias e, ao observar a rua molhada, conclui:

(7) finalmente choveu; assim a poeira e a secura vão diminuir;

ou então

(8) a rua foi lavada, como ocorre todo dia primeiro do mês; finalmente a poeira e a secura vão diminuir.

No parágrafo anterior, abordamos um fator que geralmente não é considerado nas discussões de modelos cognitivos ortodoxos –

a volição/intenção. A proposta da modularidade maciça não o leva em consideração, tendo em vista que busca um princípio totalmente computacional para a descrição dos processos cognitivos, mais precisamente os inferenciais. Para incluir a volição/intenção nas discussões, vamos interpretá-la como um tipo de estímulo que é gerado pelo próprio sistema cognitivo, resultado de sua constituição como parte da biologia do indivíduo, enfatizando que tal fator não pode ser ignorado quando se pensa na seleção de premissas para a implementação de processos inferenciais. É pertinente mencionar que Gonçalves (2003) discute essa questão ao desenvolver o seu modelo de competência do tradutor cognitivamente situada, o qual é aperfeiçoado por Alves & Gonçalves (no prelo).

Assim, quando se pretende fazer um bolo, ou escrever um artigo científico, o fato de a rua estar molhada terá pouca saliência ou relevância, já que se pode até dedicar alguns segundos a esse estímulo visual, sem implementar processos inferenciais relacionados a ele, tendo em vista que os recursos cognitivos estão sendo direcionados para objetivos mais imediatos e relevantes. Por outro lado, quando se está cansado – depois de se passar a tarde toda fazendo um bolo extremamente trabalhoso que não deu muito certo ou escrevendo um artigo científico complexo cujo desenvolvimento não fluiu até aquele momento –, o elevado dispêndio cognitivo dedicado a uma ou outra tarefa poderá levar ao desvio da atenção para a rua molhada, o que proporcionará um certo relaxamento cognitivo e poderá desencadear algumas das diversas premissas mencionadas anteriormente ou mesmo outras, dependendo do estímulo, interno ou externo, mais relevante.

Desse modo, seria interessante pensar que a saliência de um conjunto de premissas resultará não só de estímulos externos, mais ou menos ostensivos, mas também de um estímulo interno, qual seja, a volição/intenção do indivíduo. Assim, mantém-se um princípio operacional para o sistema cognitivo: o processamento inferencial com base em premissas salientes, levando à produção de efeitos contextuais que, em tese, resultariam no aprimoramento cognitivo do indivíduo e, possivelmente, na sua melhor adaptação ao meio.

Observa-se, portanto, que Sperber (2002) utiliza a noção de saliência para explicar o direcionamento de recursos cognitivos para determinadas premissas em detrimento de tantas outras e, conseqüentemente, o posterior desenvolvimento do processo in-

ferencial. Em seguida, relaciona essa noção ao Princípio da Relevância, que, como um mecanismo regulatório, seleciona as premissas mais salientes, ou seja, aquelas que demandam menor esforço cognitivo para a continuidade dos processos inferenciais.

A totalidade de desempenho inferencial da mente exibiria então um grau significativo de sensibilidade ao contexto sem que nenhum dos processos computacionais envolvidos seja propriamente sensível ao contexto. A saliência é uma possibilidade óbvia e obviamente em estado bruto. Deirdre Wilson e eu sugerimos um fator não-computacional mais sutil e complexo, a relevância, com dois subfatores: o esforço mental e o efeito cognitivo (Sperber & Wilson, 1995 e 1996). A relevância, como a caracterizamos, favoreceria, particularmente, a simplicidade e a conservação na inferência, duas propriedades que Fodor postula não ser possível acomodar no arcabouço clássico. (Sperber, 2002)²

Através do fundamento de economia do Princípio da Relevância, garante-se o mínimo possível de dispêndio de esforço cognitivo sem, contudo, se garantir a maximização dos efeitos contextuais. O outro fundamento do Princípio de Relevância, qual seja, a busca de efeitos contextuais abundantes, ou pelo menos suficientes, só poderá efetivamente ser garantido se houver um parâmetro que defina qual seria a quantidade mínima aceitável para tais efeitos.

Parece-nos que o Princípio de Relevância não deveria se “satisfazer” apenas com a quantidade, mas, mais precisamente, com a qualidade dos efeitos, uma vez que efeitos abundantes podem não necessariamente resultar na solução adequada para um processo inferencial, isto é, podem não levar a uma conclusão satisfatória ou coerente com a situação em questão. Assim, podemos pensar que esse mecanismo de verificação/avaliação da suficiência quantitativa de efeitos precisa dar conta de avaliá-los também qualitativamente.

A princípio poderíamos pensar que esta discussão estaria se desviando bastante da proposta da modularidade maciça, já que

² Nossa tradução de: “The overall inferential performance of the mind would then exhibit some significant degree of context-sensitivity without any of the computational processes involved being themselves context-sensitive. Saliency is an obvious and obviously crude possibility. Deirdre Wilson and I have suggested a subtler complex non-computational factor, relevance, with two sub-factors, mental effort and cognitive effect (Sperber & Wilson 1995, 1996). Relevance as we characterize it would in particular favor simplicity and conservatism in inference, two properties that Fodor argues cannot be accommodated in the classical framework.”

coloca em foco um mecanismo de avaliação que parece diverso dos princípios computacionais modulares propostos por Sperber (2002) como a base para os processos cognitivos. Todavia, no arcabouço da TR existe a proposição de um outro mecanismo inferencial, qual seja, o uso interpretativo de representações mentais e, mais elaboradamente, a busca por semelhança interpretativa entre representações, desenvolvida por Gutt (1991/2000) para descrever e explicar os processos tradutórios. Do nosso ponto de vista, o conceito de semelhança interpretativa dá conta de explicar de uma forma computacional a avaliação da quantidade e da qualidade dos efeitos contextuais de um determinado processo inferencial. Assim, para “decidir” se os efeitos de um processo inferencial seriam suficientes e adequados, o dispositivo dedutivo³ precisaria verificar o grau de semelhança interpretativa desses efeitos com aqueles derivados de alguma outra premissa ou macrorrepresentação, cuja saliência resultaria do mesmo mecanismo de economia mencionado anteriormente. Basicamente, o mecanismo de busca de semelhança interpretativa entre representações mentais “avaliaria” o grau de coincidência/congruência entre os dois conjuntos de efeitos dessas representações.

Cabe-nos, neste ponto, comentar que a parcimônia da tese da modularidade maciça deixa de fora certos mecanismos, como a busca de semelhança interpretativa entre representações mentais – proposta por Gutt (1991) como desdobramento da TR –, o que, do nosso ponto de vista, limita a consistência de sua explicação para a sensibilidade ao contexto no desenvolvimento computacional dos processos cognitivos. Nesse sentido, concebemos que a manifestação de premissas ou macrorrepresentações (esquemas, cenários) mentais resulta da conjunção de estímulos externos e internos. Os estímulos externos serão tomados como mais ou menos ostensivos/mais ou menos relevantes conforme justamente a saliência de certas premissas ou macrorrepresentações ativadas a partir de estímulos internos, isto é, resultantes de estados volitivos/intencionais. Com relação a essa discussão, Gonçalves (2003) propõe que tais estados, intrinsecamente subjetivos, realizam-se como a interface entre biologia e cognição, no chamado nível das atitudes proposicionais, destacando a interdependência entre esses dois domínios e a necessidade de situar e definir a cognição a partir de princípios biológicos mais gerais.

³ Construto desenvolvido pela TR, responsável pelo processamento inferencial.

Precisamos, ainda, com relação a esta discussão, confrontar os postulados da modularidade maciça com os do conexionismo, conforme nos propusemos no início deste capítulo. Inicialmente, percebemos que, ao se remeter à possibilidade de que um sistema maciçamente modular apresente sensibilidade ao contexto, Sperber (2002) destaca a questão da saliência, relacionando-a com o Princípio da Relevância, a fim de explicar um funcionamento totalmente computacional para a cognição. Observando os postulados conexionistas, concluímos que existe a possibilidade de atribuirmos uma semelhança entre o funcionamento dos módulos e (troca-dilhos à parte!) o dos nódulos nas arquiteturas conexionistas. Ou seja, um módulo pode ser visto como uma unidade especializada que opera de forma bastante regular, com alto grau de restrição em relação ao tipo de estímulo que recebe e ao tipo de resposta que pode oferecer – algo bastante congruente com o funcionamento de um neurônio, que não é uma unidade computacional, mas um sistema bioquímico que opera a partir de estímulos e respostas especializados, quais sejam, reações e descargas neuroquímicas. Ainda que possa haver variação na intensidade dos estímulos neuroquímicos e das respectivas respostas no funcionamento neuronal, sua natureza será sempre restrita a esse tipo de “informação”, o que é congruente com a tese modular da especialização.

Do lado conexionista, pode-se dizer também que a forma de funcionamento é extremamente especializada, já que se baseia na premissa minimalista de que uma rede opera a partir de nódulos ligados através de conexões, que recebem e emitem estímulos entre si, fazendo com que o fluxo desses estímulos estabeleça determinados padrões de força ou peso nas conexões e de ativação nos nódulos. Podemos verificar, portanto, também um grau de convergência entre a proposta conexionista e a estrutura básica do sistema nervoso, o que configuraria uma certa plausibilidade biológica. Ainda que tal plausibilidade não seja uma preocupação imediata da tese modular clássica, verifica-se uma mudança nesse sentido na proposta da modularidade maciça, o que a aproxima da agenda conexionista.

Especialização e uma certa plausibilidade biológica à parte, é necessário destacarmos que a concepção clássica de módulo é bastante mais rígida que a das unidades e conexões em uma rede neural. Ou seja, ao longo da sua história de funcionamento, um módulo não se modificaria, apresentando sempre um padrão

estímulo-resposta estabilizado, regularizado. No entanto, como veremos na próxima seção, Sperber (2005) divergirá dessa noção modular clássica e dará plasticidade aos módulos, o que, a nosso ver, os aproxima da concepção conexionista de cognição.

Para finalizar esta seção, com relação à sensibilidade ao contexto, podemos afirmar que, com exceção da modularidade clássica, tanto a modularidade maciça quanto o mecanismo de ativação nas redes conexionistas acomodam de forma coerente a questão da saliência, que é explicada por meio de um mecanismo funcional pelo Princípio de Relevância, dando conta de iluminar os processos de constituição do contexto inferencial. É importante enfatizar que a saliência e o Princípio da Relevância, no processamento inferencial, dependem em grande medida dos estímulos e interações vivenciados pelo indivíduo, além dos seus objetivos e intenções (“estímulos” internos), para “selecionar” as premissas e representações a partir das quais aqueles processos se desenvolverão.

4. MODULARIDADE E RELEVÂNCIA

Em Sperber (2005) podemos observar mais pontos de contato entre a tese da modularidade maciça e os princípios conexionistas. Em primeiro lugar, conforme mencionamos anteriormente, Sperber (2005) propõe uma concepção plástica de módulo, divergindo da rigidez observada na versão clássica.

Como uma mente maciçamente modular pode ser flexível? E como pode ser ela sensível ao contexto? As duas perguntas estão relacionadas: o contexto dos processos cognitivos está se modificando a cada fração de segundo, simplesmente porque é modificado pelos seus próprios processos. Na compreensão verbal, por exemplo, a interpretação de cada enunciado modifica o contexto em que o próximo enunciado é interpretado. A sensibilidade ao contexto é a capacidade de se levar em conta esse contexto em constante mutação. “Flexibilidade” (ou “plasticidade”) é uma metáfora que é mais bem traduzida como sensibilidade ao contexto no longo prazo. O sistema cognitivo de um indivíduo é flexível se puder modificar-se com base na experiência. (Sperber, 2005)⁴

⁴ Nossa tradução de: “How can a massively modular mind be flexible? And: How can a massively modular mind be context-sensitive? The two questions are related: the context

Essa visão plástica de constituição e modificação do contexto inferencial, totalmente de acordo com as postulações da TR, mostra uma enorme convergência com a proposta conexionista de processamento, a qual argumenta que cada ciclo processual implementado numa rede modificará, em alguma medida, os pesos das conexões e o nível de ativação de seus nódulos, recalibrando-os em função da busca por um determinado padrão, que pode ser definido externa ou internamente. Como se observa na citação anterior, Sperber (2005) defende explicitamente a plasticidade do contexto inferencial; logo, as unidades maciçamente modulares propostas para o seu sistema precisariam apresentar um tipo de comportamento que refletisse tal flexibilidade.

Do nosso ponto de vista, falta ao modelo da modularidade maciça um mecanismo explicativo para tal flexibilidade, que é bastante coerente e plausível na proposta das abordagens conexionistas. Também é importante aqui levantar as seguintes questões: Qual é o nível de flexibilidade (plasticidade) que Sperber (2005) postula para a modularidade maciça? O que se modificaria nesses processos plásticos – os próprios módulos ou as relações entre eles? Acreditamos que, qualquer que seja a resposta, ela irá ao encontro da visão conexionista de cognição, que remeterá a plasticidade principalmente às mudanças de pesos nas conexões entre os vários nódulos, sendo possível pensar que o comportamento dos nódulos é relativamente restrito e recorrente. Teríamos, assim, unidades processuais bastante semelhantes nos dois modelos, com princípios operacionais recorrentes; e as alterações no sistema resultariam das mudanças relacionais entre as unidades.

Outro aspecto bastante interessante na proposta de Sperber (2005) é o “afrouxamento” da tese do localizacionismo estrito para os módulos, postulada pela teoria modular clássica. O módulo passa a ser visto como uma entidade quase abstrata, com dispositivos neuronais distribuídos pelo sistema nervoso. Observa-se, novamente, uma enorme convergência com a proposta conexionista de processamento distribuído. Segundo Sperber (2005),

of cognitive processes is changing every fraction of a second, if only because it is modified by these very processes. In verbal comprehension, for instance, the interpretation of every utterance modifies the context in which the next utterance is interpreted. Context-sensitivity is the ability to take this ever changing context into account. “Flexibility” (or “plasticity”) is a metaphor that is best unpacked as meaning context-sensitivity in the longer run. An individual cognitive system is flexible if it can modify itself on the basis of experience.”

Um diagrama de fluxo de blocos pode ser interpretado como uma mera representação algorítmica de um processo cognitivo complexo, mostrando como, em princípio, esse processo poderia ser realizado materialmente, sem a pretensão de demonstrar a sua implementação real na mente/cérebro. O verdadeiro estudioso da modularidade está interessado em “blocos” que correspondam a dispositivos neurologicamente específicos. Um dispositivo neurologicamente específico, ou módulo, não precisa ocupar uma região única ou contínua no cérebro, suas fronteiras não precisam ser exatas; porém, deve ser distinguível não só funcional como também neurologicamente.⁵

Na proposta clássica da modularidade da mente, Fodor (1983) preocupa-se fundamentalmente com o desenvolvimento de um modelo computacional de processamento cognitivo, dando pouca ou nenhuma atenção para o seu aspecto evolutivo ou para a sua plausibilidade biológica. Sperber (2005) coloca em destaque esses dois fatores – a cognição como resultado da evolução filogenética e a necessidade de plausibilidade biológica para os modelos –, conforme se pode observar nas citações a seguir, o que, mais uma vez, coincide com a agenda conexionista. Segundo Sperber (2005),

Isso pressupõe que um módulo tenha uma história específica no desenvolvimento do cérebro do indivíduo, o que, por sua vez, pressupõe uma história genética e evolutiva sobre as condições que tornam possível esse desenvolvimento individual.⁶

Se olharmos a questão por um viés evolutivo, o que isso significa? Imaginemos uma espécie que investe cada vez mais em cognição, monitorando, de modos progressivamente mais especializados, um número cada vez maior de aspectos do seu meio ambiente, construindo uma memória cada vez mais rica, alcançando tudo isso por meio do uso de uma variedade cada vez maior de módulos perceptuais e conceituais. O resultado seria um tipo de

⁵ Nossa tradução de: “A boxological flow chart can be interpreted as a mere algorithmic representation of a complex cognitive process showing how, in principle, the process could be materially realised, but carrying no commitment regarding its actual implementation in mind-brains. The true modularist is interested in “boxes” that correspond to neurologically distinct devices. A neurologically distinct device, or module, need not occupy a single and continuous brain location all by itself, its boundaries need not be sharp, but still, it must be distinguishable not just functionally but also neurologically.”

⁶ Nossa tradução de: “This presupposes that a module has a distinct history in the development of the individual brain, and this in turn presupposes some genetic and evolutionary story about the conditions that make such an individual development possible.”

gargalo para a atenção: apenas muito pouco dos insumos disponíveis poderiam receber atenção, e apenas uma quantidade limitada de informações prévias poderia ter um impacto no tratamento desses insumos. Esse gargalo, por sua vez, criaria uma pressão seletiva constante para a otimização da escolha dos insumos que seriam processados, a qual, no quadro que apresento, é o equivalente à otimização da alocação de energia nos módulos. Tal pressão seletiva pode resultar na evolução de vários traços que contribuem para uma alocação ótima. Não excluo a possibilidade de que, entre esses traços, possa haver dispositivos mentais diretamente envolvidos na administração interna de recursos; contudo, não considero plausível, por razões tanto evolutivas quanto de eficiência, imaginar que tal alocação de recursos possa ser, total ou mesmo majoritariamente, controlada por algum tipo especializado de dispositivo central.⁷

Além de colocar em destaque o aspecto evolutivo na agenda de discussões dos processos cognitivos, Sperber (2005) destaca ainda a pouca plausibilidade de um dispositivo central no gerenciamento e alocação de energia/esforço em determinados módulos, mostrando afinidade com a proposta conexionista de processamento distribuído entre diversas porções da rede cognitiva. Ademais, levanta uma hipótese sobre a evolução do mecanismo de saliência, que direciona a alocação de energia cognitiva para certas premissas em detrimento de outras.

Nas duas citações a seguir, Sperber (2005) coloca em questão a postulação da obrigatoriedade/compulsoriedade do desencadeamento de processos modulares, um dos importantes postulados da teoria modular clássica. Conforme discutimos por meio de exemplos na seção anterior, geralmente, a saliência de premissas no ambiente cognitivo do indivíduo, em parte desencadeadas a

⁷ Nossa tradução de: "If we look at the issue in an evolutionary perspective, what does all this mean? Imagine a species investing more and more in cognition, monitoring in a more and more fine-grained way more and more aspects of the environment, constructing an ever richer memory, and achieving this by use of an ever greater variety of perceptual and conceptual modules. The result would be a kind of attentional bottleneck: only very few of the available inputs could be treated attentionally, and only very limited background information could be brought to bear on the treatment of these inputs. This bottleneck would in turn create a strong and constant selective pressure for optimising the choice of inputs to be processed, which, in the picture I am presenting, is equivalent to optimising the allocation of energy to modules. Such a selective pressure should result in the evolution of a variety of traits contributing to an optimal allocation. I am not excluding the possibility that, among these traits, there may be mental devices directly involved in internal administration of resources, but I find it implausible, both for evolutionary and efficiency reasons, to imagine that this allocation of resources might be wholly or even mostly controlled by some central specialised device."

partir de estímulos externos, dependerá, principalmente, de estímulos internos relacionados com a volição/intenção desse indivíduo. Ainda segundo Sperber (2005),

Se pressupomos que modularidade implica obrigatoriedade, então devemos rejeitar a hipótese da modularidade maciça.⁸

Há várias situações corriqueiras envolvendo a maioria dos (ou mesmo todos os) módulos de insumo nas quais um estímulo está dentro do campo de percepção, mas não se encontra numa posição focal ou não recebe atenção suficiente, uma vez que os recursos da mente são direcionados para o processamento de outros estímulos, ou pensamentos, concorrentes, e assim o módulo falha no processamento do estímulo (ou, pelo menos, falha em processá-lo suficientemente): um rosto familiar não é reconhecido, a estrutura de uma oração não é processada, o gorila caminha sem ser percebido [remetendo-se a um exemplo anterior]. Quero insistir que me refiro a casos em que as condições perceptuais psicofísicas para a operação do módulo são satisfeitas e em que, com menos competição de outros estímulos ou pensamentos, ou com as expectativas apropriadas facilitando o processo, o estímulo teria sido processado.⁹

Percebe-se, então, que Sperber (2005) caminha ao encontro das nossas reflexões no que se refere à precedência dos estímulos internos (volitivos/intencionais) no direcionamento da saliência de premissas nos processos inferenciais, especialmente quando faz referência a *pensamentos* ou *expectativas* concorrendo com os estímulos externos. No que concerne à perspectiva conexionista, mais uma vez observamos a convergência com o que propõe Sperber (2005), já que, numa rede conexionista, o caminho e a natureza dos ciclos processuais dependerão não só dos estímulos externos, mas também da configuração atual dessa rede, a qual

⁸ Nossa tradução de: "If one takes for granted that modularity implies mandatoriness, then one should reject the massive modularity hypothesis."

⁹ Nossa tradução de: "There are many, more banal cases, with most if not all input modules, where a stimulus is well within the field of perception but either is not in a focal position or is not sufficiently attended to, where the resources of the mind are invested in processing other competing stimuli, or inner thoughts, and where the module fails to process the stimulus (or at least fails to process it sufficiently): the familiar face is not recognised, the sentence structure is not parsed, the gorilla walks unnoticed. Let me insist, I am talking about cases where the psychophysical perceptual conditions for the operation of the module are satisfied and where, with less competition from other stimuli or other thoughts, or with appropriate expectations facilitating the process, the stimulus would have been processed."

resulta do seu histórico de interações com o meio. Quanto à questão suscitada pelo Princípio da Relevância, de que existe um limite na utilização dos recursos ou da energia no ambiente cognitivo do indivíduo, sendo possível ativar (ou dar saliência) para apenas algumas premissas no desenvolvimento de processos inferenciais, a concepção conexionista acomoda perfeitamente essa perspectiva, já que sua proposta minimalista e funcionalista pressupõe um certo limite para a circulação de energia ao longo dos ciclos processuais, o que resulta na ativação de determinadas porções (ou sub-redes), com tantas outras permanecendo inativas.

Na citação a seguir, Sperber (2005) destaca uma outra faceta da modularidade maciça, que chama de *modularidade pululante*, a qual caracteriza a capacidade do sistema cognitivo de se especializar, gerando novos módulos de forma progressiva e em alta escala. Nas palavras de Sperber (2005),

Uma vez que muitos módulos inatos são de aprendizagem e geram outros módulos e que áreas do cérebro estão prontas para se modularizar, pode-se vislumbrar que a mente humana é caracterizada não somente pela modularidade maciça, mas também por uma *modularidade pululante*. Inúmeros procedimentos especializados – por exemplo, a dimensão de um conceito específico ou mesmo de uma determinada regra inferencial – podem ser modulares no sentido aqui pretendido. Isto é, deve haver uma abundância de dispositivos biológicos específicos emergindo a partir de bases inatas no decorrer do desenvolvimento cognitivo e funcionando com um certo grau de autonomia na atividade cognitiva (uma visão similar, baseada em uma analogia entre módulos cognitivos e enzimas, é desenvolvida por Clark Barrett, no prelo). Espero que essas considerações ajudem a entender como uma mente maciçamente modular pode de fato ser flexível, ainda que o detalhamento do modo pelo qual tal flexibilidade é alcançada seja obviamente uma questão para investigação empírica.¹⁰

¹⁰ Nossa tradução de; “With many innate modules being learning modules generating further modules, with brain areas ready to modularize, one may envisage that the human mind is characterised not only by massive modularity, but also by teeming modularity. A great many highly specialized procedures, the size, say, of a specific concept or even of a particular inference rule, may be modular in the intended sense. That is, there may be a plethora of distinct biological devices emerging on some innate basis in the course of cognitive development, and functioning with a certain degree of autonomy in cognitive activity (a similar view, based on an analogy between cognitive modules and enzymes, is developed by Clark Barrett, forthcoming). I hope these remarks help understand how a massively modular mind may indeed be flexible, even if the detailed ways in which such flexibility is achieved obviously are a matter for empirical research.”

Vemos aí, novamente, possíveis convergências com o conexionismo. A emergência de dispositivos biológicos a partir de bases inatas pode ser vista como o estabelecimento de conexões e, conseqüentemente, de ramificações da rede cognitiva visando à adaptação do seu processamento aos estímulos recebidos do seu meio. Constata-se aqui, mais uma vez, o enfraquecimento da tese inatista estrita nessa nova perspectiva para a modularidade. A idéia da abundância de módulos aproxima-se muito mais da visão de uma rede aparentemente “caótica”, com o aparecimento de ramificações e reconfigurações progressivas, recursivas e abundantes, do que da geração de “caixinhas” especializadas ou circuitos com padrão de processamento rígido, como se imaginaria pela visão modular clássica.

Podemos dizer que a metáfora da abundância impulsiona ainda mais a modularidade maciça na direção dos pressupostos conexionistas. E por que também não dizer “e vice-versa”? As duas correntes epistemológicas nas ciências cognitivas parecem correr em busca de um princípio minimalista de funcionamento. O que a tese da modularidade maciça parece fazer é “desmontar” o módulo clássico (a metáfora de um circuito hermético complexo) e atribuir a modularidade não a comportamentos complexos, mas a subprocessos elementares que se dão não no domínio cognitivo propriamente, mas no domínio neurofisiológico. O domínio cognitivo resulta de uma projeção (por que não maciça, abundante e pululante?) dos processos neurofisiológicos em congruência com fatores sociointerativos. Assim, tanto para a modularidade maciça quanto para o conexionismo, cognição passa a emergir do domínio das relações biológicas, na sua constante e recursiva interação com o meio ambiente.

Na próxima seção, discutiremos alguns aspectos do texto *Culture and Modularity*, de Sperber & Hirschfeld (no prelo), outro importante trabalho em defesa da modularidade maciça e que também indica convergências com a perspectiva conexionista.

5. CULTURA E MODULARIDADE

Em *Culture and Modularity*, ampliando as discussões acerca da modularidade maciça apresentadas em Sperber (2005), Sperber &

Hirschfeld (no prelo) chamam a atenção para a natureza não-inata de alguns módulos, ou seja, defendem a existência de duas categorias de módulos – uma inata e outra derivada. Vemos, por conseguinte, uma abertura significativa para os fatores interacionistas na constituição da cognição, já que a segunda categoria seria produzida em função das interações dos módulos inatos do indivíduo com o seu meio. É relevante destacar aqui que tal concepção é congruente não só com a visão conexionista, como também com os modelos de Gonçalves (2003) e Alves & Gonçalves (no prelo), calcados em conceitos e princípios da TR e do conexionismo, como discutiremos na próxima seção.

Conforme se pode observar nas citações a seguir, os autores destacam o caráter adaptativo dos módulos (principalmente aqueles derivados), ou seja, apresentam sensibilidade ao contexto biológico e cultural ao longo do seu desenvolvimento. Nas palavras de Sperber & Hirschfeld (no prelo):

A maioria dos módulos inatos humanos são módulos de aprendizagem (da perspectiva abrangente de senso comum sobre “aprendizagem”, não propriamente a da “teoria da aprendizagem”). A maioria dos módulos no sistema cognitivo maduro é gerada por esses módulos de aprendizagem através de um processo epigenético, não sendo, portanto, inata, mas tendo uma base inata.¹¹

O que estamos sugerindo, em outras palavras, é que não só distinguimos, como também relacionamos estritamente a noção de módulo com aquela de adaptação biológica. Os módulos de aprendizagem inatos são adaptações biológicas que desempenham suas funções com base nos estímulos cognitivos para gerar módulos adquiridos. Esses últimos têm uma base inata e derivam de funções biológicas (na acepção de Millikan, 1984) e de funções culturais diretas (Origi & Sperber, 2000). Com as adaptações cognitivas e os módulos articulados (ao invés de igualados) desta maneira, a tese da modularidade maciça pode tornar-se muito mais plausível e aceitável.¹²

¹¹ Nossa tradução de: “Most innate human modules are learning modules (in the broad common sense of “learning”, not in that of “learning theory”). Most modules in the mature human cognitive system are generated by these learning modules through an epigenetic process and hence are not innate but do have an innate basis.”

¹² Nossa tradução de: “What we are suggesting, in other terms, is that we both distinguish and closely connect the notion of a module and that of a direct biological adaptation. Innate learning modules are biological adaptations that perform their functions by drawing on cognitive inputs to generate acquired modules. Acquired modules have an innate basis and have derived biological functions (in the sense of Millikan 1984) and direct cultural functions (Origi & Sperber 2000). With cognitive adaptations and modules articulated in this manner rather than equated, the massive modularity thesis should become much more plausible and acceptable.”

Com relação à proposição de duas categorias de módulos, uma inata (os módulos de aprendizagem) e a outra derivada da primeira, é interessante chamar a atenção para alguns aspectos que apontam para a convergência com uma visão conexionista de cognição e desenvolvimento. Em um primeiro estágio, pode-se estabelecer uma analogia entre os módulos inatos e a estrutura inicial de uma rede conexionista, que apresentaria poucas conexões estabelecidas ou definidas *a priori*, mas teria limites estruturais bem definidos para o desenvolvimento das futuras conexões, sua natureza, o tipo de estímulos que circulariam na rede, a intensidade de ativação das unidades de processamento etc. Para a modularidade maciça, tais limites estruturais materializam-se através de restrições no funcionamento dos módulos inatos, que lidam com estímulos e respostas bastante específicos; como discutimos no final da seção anterior, tal especialização refere-se muito mais às restrições do funcionamento neurofisiológico do que propriamente a padrões no domínio cognitivo. Da perspectiva conexionista, a analogia é mais transparente, com uma rede inicialmente mais simples, mas também incluindo restrições em relação às possibilidades de estímulos e respostas, o que permite uma pequena variabilidade nos padrões de processamento e, gradualmente, sedimenta as suas possibilidades processuais. Por outro lado, esse tipo de rede simples e sedimentada em termos de processamento pode integrar-se a redes mais complexas, que probabilisticamente lidariam com possibilidades de processamento exponencialmente maiores, ampliando e modificando suas interconexões ao longo dos ciclos processuais. Nesse sentido, a rede passaria a ter comportamentos mais complexos, e haveria cada vez mais sedimentação dos processos nas sub-redes iniciais, ou inatas na visão modular.

Voltando à modularidade maciça, Sperber (2002) postula que os módulos derivados se desenvolverão em função dos estímulos provenientes do contexto biológico e cultural, o que certamente enfraquece a tese inatista do modelo clássico. Enfraquecem-se também os pressupostos de inacessibilidade ao contexto e a estabilidade irrestrita ou rigidez dos módulos, como já suscitamos anteriormente.

Esses argumentos, além do mais, aproximam-se da visão conexionista de que o sistema cognitivo não se inicia modular, mas pode chegar a apresentar comportamentos extremamente automatizados, os quais seriam explicáveis, em princípio, a partir da

perspectiva modular (Elman et al., 1996). Reiteramos, portanto, que o que levaria a cognição a apresentar esse padrão seria a recursividade de determinados estímulos e interações no desenvolvimento ou na história de vida do indivíduo, o que produziria a estabilização de padrões de conectividade e ativação em certas porções da rede, resultando em comportamentos automatizados, rápidos, confiáveis, irrefletidos.

Observamos, mais uma vez, que há mais convergência entre as propostas da modularidade maciça e do conexionismo do que se podia imaginar inicialmente. O distanciamento em relação à tese da modularidade clássica vai aumentando gradualmente e dando maior poder explicativo e plausibilidade à modularidade maciça.

Na próxima seção, procuraremos avaliar as implicações das discussões desenvolvidas até aqui para o modelo de competência do tradutor aperfeiçoado por Alves & Gonçalves (no prelo).

6. IMPLICAÇÕES PARA A TRADUÇÃO

Nesta seção, nos remeteremos ao modelo de competência do tradutor proposto inicialmente por Gonçalves (2003) e posteriormente aperfeiçoado por Alves & Gonçalves (no prelo), apresentado no capítulo 3 deste volume, com vistas a discutir algumas possibilidades de aplicação à tradução dos princípios cognitivos, correlacionados a partir das duas vertentes aqui abordadas.

O modelo em questão desenvolve-se a partir de uma dupla fundamentação teórica: a TR e as abordagens conexionistas. Em sintonia com o que discutimos nas seções anteriores, esse modelo de competência procura incorporar as contribuições dessas duas correntes teóricas e epistemológicas, visando a uma explicação coerente e plausível para os processos cognitivos envolvidos na atividade tradutória e na constituição da competência do tradutor.

Conforme discutem Gonçalves (2003) e Alves & Gonçalves (no prelo), quanto mais antiga for a constituição de uma determinada porção do sistema cognitivo e mais intensamente submetida a estímulos recursivos, maior será a sua tendência à modularização, como se observa nos sistemas de percepção e motricidade, os quais geralmente apresentam um padrão de comportamento do tipo estímulo-resposta. Os sistemas que se desenvolvem posteriormente tendem a estabelecer também, de forma gradativa, padrões de

funcionamento relativamente automatizados, a fim de possibilitar o aumento de eficiência cognitiva para determinados processos essenciais na vida do indivíduo. Por outro lado, a progressiva saturação da automatização (modularização, ou “procedimentalização”, como proposto por Alves & Gonçalves) de alguns sistemas e processos cognitivos possibilita o desenvolvimento da cognição de alto nível, que, pela visão conexionista, representaria o estabelecimento de interações entre diversas porções mais simples de uma rede cognitiva, resultando em redes mais complexas e permitindo comportamentos/processos cognitivos mais abstratos, conscientes e lentos.

Assim sendo, Alves & Gonçalves (no prelo) argumentam que existem duas direções no desenvolvimento cognitivo – uma centrífuga; outra, centrípeta. A primeira representaria a consolidação dos processos automáticos, inconscientes (considerados modulares), enquanto a direção centrípeta no desenvolvimento cognitivo representaria a articulação de sistemas mais complexos. É importante mencionar que as direções propostas têm relação tão somente com a representação dos níveis processuais convencionalizada no modelo, não implicando qualquer tipo localização de processos ou sistemas na estrutura do sistema nervoso humano.

Abordando essas duas direções de desenvolvimento cognitivo a partir do conexionismo, poderíamos dizer que a primeira indica o fortalecimento e estabilização de determinadas conexões e, conseqüentemente, de rotinas processuais em certas porções da rede, em função da recursividade de certos estímulos, o que levaria a um padrão de regularidade e estabilidade na relação entre esses estímulos e os respectivos processos desencadeados. Por outro lado, a direção centrípeta indicaria a posterior articulação de diferentes porções da rede, gerando aglomerados de redes maiores e, assim, resultando em processos mais lentos, complexos e cognitivamente mais dispendiosos. Por isso mesmo, seriam processos mais conscientes e abstratos e, num nível mais avançado de articulação, resultariam na metacognição.

Para a teoria da modularidade maciça, poderíamos dizer que não há a preocupação de explicar exatamente como se dá a emergência de processos conscientes e lentos, mas tão-somente de explicar a complexidade cognitiva a partir de uma constelação de unidades modulares. O processador central da teoria modular clássica é descartado. Contudo, a imagem computacional dos

agora micromódulos não é suficiente para elucidar a emergência de processos cognitivos mais complexos e conscientes. Como já discutido neste capítulo, o mecanismo sugerido pela modularidade maciça para explicar como o sistema apresenta sensibilidade ao contexto é bastante congruente com a visão conexionista. Essa última explica tal sensibilidade por meio da recalibragem dos pesos das conexões e dos padrões de ativação dos diversos nódulos; a modularidade maciça, por sua vez, argumenta que as relações entre os módulos é constantemente reestruturada em função dos estímulos do meio, o que, como já comentamos, indica um distanciamento em relação à modularidade clássica.

Em seu modelo cognitivo e de competência do tradutor, Alves & Gonçalves (no prelo), utilizam a concepção conexionista e, além de proporem um tipo de relação direta entre a complexidade das redes e a dos processos cognitivos, postulam que a emergência dos processos (mais ou menos) conscientes se dá no nível das atitudes proposicionais, no qual se estabeleceriam interfaces e convergências entre cognição e outros sistemas biológicos do indivíduo. Portanto, a partir de um princípio minimalista, explica-se a complexidade dos diversos níveis de processos cognitivos e os mecanismos para a orientação do seu desenvolvimento.

A estrutura composicional daquele modelo, a princípio, lhe poderia atribuir uma aparência demasiadamente modular, tendo em vista a apresentação das suas subcompetências em blocos aparentemente discretos no sistema cognitivo e da centralidade de um “processador pragmático” – a competência tradutória específica. No entanto, a sua concepção vai ao encontro da proposta conexionista, como é explicitamente descrita pelos seus proponentes. Podemos afirmar que o modelo acomoda também alguma semelhança com a proposta da modularidade maciça, pois concebe tais blocos como especializações derivadas de processos de adaptação resultantes dos estímulos recebidos pelo sistema cognitivo num contexto tradutório. Porém, tal semelhança, conforme temos argumentado até aqui, não desqualifica os padrões conexionistas do modelo, já que as convergências e confluências das duas vertentes têm se mostrado coerentes e promissoras em relação às possibilidades de diálogo.

Colocando em foco a chamada *Competência tradutória específica* (CTe), a qual se refere à habilidade pragmática de contextualização de unidades de tradução recíprocas, ou seja, à busca de

semelhança interpretativa ótima entre tais unidades pelo tradutor no decorrer da tarefa tradutória (cf. Gonçalves, 2003), constatamos que há uma multiplicidade de níveis cognitivos envolvidos e de uma complexa rede de interfaces entre essa competência, considerada “central” para o bom desempenho do tradutor profissional, e as outras competências relacionadas no modelo. A CTe será objeto de discussão detalhada no capítulo 3 deste volume. A proposta não é de “construir” um módulo centralizador dos processos mais complexos e conscientes, mas de articular sub-redes mais simples e modularizadas para produzir redes mais complexas que permitam a emergência dos processos pragmáticos essenciais à tradução. Nesse sentido, a competência em questão (CTe) não se restringe a um único nível de processamento, mas expande-se dos níveis procedimentais (menos conscientes) até os metacognitivos. O argumento do modelo de Alves & Gonçalves (no prelo) é que o desenvolvimento da competência do tradutor demanda a expansão da CTe articuladora na direção da metacognição (desenvolvimento cognitivo centrípeto). Esse tipo de desenvolvimento indica o aumento da capacidade do tradutor de contextualizar as unidades de tradução geradas a partir do processamento cognitivo do texto-fonte e, a partir de seus efeitos contextuais, construir unidades de tradução recíprocas na língua-alvo, comparando a semelhança interpretativa entre as respectivas unidades recíprocas, o que caracteriza um tipo de uso interpretativo de representações, conforme os postulados da TR, neste capítulo.

Verificamos, portanto, que, no modelo de competência do tradutor em discussão, o desenvolvimento se dá a partir de princípios cognitivos gerais, congruentes com os postulados do conexionismo e correlatos à tese da modularidade maciça, conforme discutimos até aqui. A definição de módulos derivados, proposta por essa última vertente, é congruente com a idéia de especialização a partir de sistemas elementares. Além disso, é importante mencionar que o modelo em questão destaca a importância dos sistemas cognitivos complexos no desenvolvimento da competência do tradutor, o que postula uma natureza não só (ou essencialmente) procedimental, mas também declarativa e, algumas vezes, metacognitiva para a competência do tradutor.

Portanto, tendo em vista a complexidade do processo tradutório e da constituição da competência do tradutor, verificamos que as descrições e explicações das duas vertentes cognitivas em pauta

apresentam fundamentos razoavelmente consistentes para os fenômenos. Ademais, permitem-nos avançar na direção dos estudos aplicados à didática da tradução, ao propor-nos reflexões acerca do desenvolvimento da competência do tradutor e da otimização do processo tradutório.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos discutir as interfaces e os pontos de contato entre a tese da modularidade maciça (Sperber, 2002 e 2005; Sperber & Hirschfeld, no prelo) e as abordagens conexionistas (Elman et al., 1996), no que se refere à constituição e ao desenvolvimento da cognição humana. Procuramos também refletir sobre algumas implicações dessas discussões para o desenvolvimento do modelo de competência do tradutor de Alves & Gonçalves (no prelo).

Inicialmente, destacamos que as duas correntes partem de substratos epistemológicos antagônicos (e, às vezes, excludentes), quais sejam, a teoria modular da mente, de caráter racionalista, com uma visão estritamente computacional para a cognição, e as abordagens conexionistas, de base empirista e interacionista, que destacam princípios funcionais e probabilísticos no desenvolvimento cognitivo.

Contudo, as discussões desenvolvidas apontaram um distanciamento da proposta da modularidade maciça em relação ao modelo da modularidade clássica, desenvolvido por Fodor (1983). Observamos que há diversos postulados no modelo clássico que são refutados ou reformulados. Entre eles, podemos mencionar a impossibilidade de módulos serem sensíveis ao contexto, a compulsoriedade/obrigatoriedade no desencadeamento de determinados processos modulares, o caráter estritamente inato, a rigidez no seu funcionamento, entre outros. Vimos, portanto, que a reformulação da concepção modular clássica pela modularidade maciça resulta em uma significativa aproximação dessa última em direção aos postulados conexionistas para a cognição.

Argumentamos que a visão modular maciça e *pululante* explica o que poderíamos chamar de micromodularidade. Essa teria relação mais propriamente com os processos neurofisiológicos (considerando que haveria tipos de “informação” com padrões de circulação bastante restritos no sistema) do que com o domínio da cognição.

Com relação às implicações para o modelo de competência do tradutor proposto por Gonçalves (2003) e aperfeiçoado por Alves & Gonçalves (no prelo), observamos que as duas vertentes cognitivas apontam princípios e mecanismos ora congruentes, ora complementares, para a descrição e explicação dos fenômenos tradutórios e da constituição e desenvolvimento dessa competência.

Finalmente, concluímos que, por mais que as bases epistemológicas das duas vertentes cognitivas abordadas neste capítulo sejam consideradas antagônicas e excludentes, a sua aproximação e concordância em relação a diversos pontos parecem inevitáveis e bastante produtivas. Portanto, é preciso ampliar as redes de conversação nas ciências cognitivas a fim de aprofundarmos o potencial desse diálogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F.; GONÇALVES, J.L. Modelling translator's competence: relevance and expertise under scrutiny. In: GAMBIER, Y.; SCHLESINGER, M.; STOLZE, R. (Ed.). *Translation Studies: doubts and directions*. (Selected contributions from the IV EST Congress). Amsterdam: John Benjamins. No prelo.

ELMAN, J. et al. *Rethinking innateness: a connectionist perspective on development*. Cambridge: MIT Press, 1996.

FODOR, J.A. *The modularity of mind*. Cambridge: MIT, 1983.

GONÇALVES, J.L. *O desenvolvimento da competência do tradutor: investigando o processo através de um estudo exploratório-experimental*. 2003. 241 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GUTT, E.-A. *Translation and relevance: cognition and context*. Cambridge: Blackwell, 1991.

GUTT, E.-A. *Translation and relevance: cognition and context*. ed. rev. e aum. Manchester: St. Jerome, 2000.

MILIKAN, R. *Language, thought and other biological categories*. Cambridge: MIT Press, 1984.

ORIGGI, G.; SPERBER, D. Evolution, communication and the proper function of language. In: CARRUTHERS, P.; CHAMBERLAIN, A. (Ed.).

Evolution and the human mind: language, modularity and social cognition. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SPERBER, D. In defense of massive modularity. In: DUPOUX, E. *Language, brain and cognitive development: essays in honor of Jacques Mehler.* Cambridge: MIT Press, 2002. p. 47-57. Disponível em <www.dansperber.com>. Acesso em: 30 jul. 2006.

SPERBER, D. Modularity and relevance: how can a massively modular mind be flexible and context-sensitive? In: CARRUTHERS, P.; STEPHEN, L.; STEPHEN, S. (Ed.). *The innate mind: structure and content.* Oxford: Oxford University Press, 2005. Disponível em: <www.dansperber.com>. Acesso em: 30 jul. 2006.

SPERBER, D.; HIRSCHFELD, L. Culture and modularity. In: SIMPSON, T. et al. *The innate mind: culture and cognition.* No prelo. Disponível em <www.dansperber.com>. Acesso em: 30 jul. 2006.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition.* Oxford: Blackwell, 1986/1995.

SPERBER, D.; WILSON, D. Fodor's frame problem and relevance theory. *Behavioral and Brain Sciences* 19:3, p. 530-532, 1996.

WILSON, D.; SPERBER, D. Inference and implicature. In: DAVIS, S. (Ed.). *Pragmatics: a reader.* Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 377-393.

Teoria da Relevância e tradução: em busca de um novo realismo para a tradução da Bíblia¹

Ernst-August Gutt
Summer Institute of Linguistics (SIL International)

1. INTRODUÇÃO:

OBJETIVOS MAIORES DA TRADUÇÃO DA BÍBLIA

Devido ao seu significado central para a fé cristã, a tradução da Bíblia tende a apresentar demandas bastante rigorosas com relação à qualidade, concentradas em duas grandes áreas: a) precisão no significado e b) facilidade de entendimento. Essas demandas estão refletidas nos prefácios de várias traduções contemporâneas das Escrituras, expressando seu compromisso em alcançá-las, tanto quanto as diferenças entre as línguas e os erros humanos o permitam. O seguinte trecho do prefácio da *Versão Inglesa Contemporânea* (CEV) da Bíblia ilustra bem essa questão:

Na Versão Inglesa Contemporânea, cada palavra, expressão ou oração do original foi cuidadosamente estudada pelos tradutores. Depois, com igual atenção, eles tentaram encontrar a melhor maneira de traduzir o verso de modo que fosse facilmente lido e compreendido. Como resultado, a forma é bem diferente, mas o significado é preciso e claro. (1991: ii)

Outras versões modernas fazem afirmações semelhantes, como pode ser observado no apêndice deste capítulo.

Embora louváveis e compreensíveis, tais afirmações serão questionadas neste capítulo, por sua significativa falta de realismo, resultado de um entendimento inadequado acerca dos processos

¹Trabalho apresentado no International Meeting of the Society of Biblical Literature, realizado entre 25-28/7/2004, em Groningen, Holanda.

cognitivos envolvidos na comunicação. Nas duas últimas décadas, têm-se lançado novas luzes sobre esses processos por meio da pesquisa sobre a natureza inferencial da comunicação, especialmente pelos estudiosos da Teoria da Relevância (TR, daqui em diante).

2. O SIGNIFICADO EMERGE DA LINGUAGEM E DO PENSAMENTO

O que precisamos, então, entender sobre a comunicação para que a tradução da Bíblia se torne mais realista? Considerando que a comunicação consiste no compartilhamento de pensamentos com outros falantes, enfrentam-se dois grandes obstáculos:

- (i) Pensamentos não são públicos, não podem ser percebidos pelos outros. Para que sejam compartilhados, dependem de algo perceptível, que é chamado *estímulo ostensivo* pela TR.
- (ii) Os estímulos ostensivos mais sofisticados que temos à nossa disposição são as expressões verbais (enunciados, textos), mas mesmo esses, por si sós, não são capazes de dar acesso direto aos pensamentos, ou de “codificá-los”. As expressões verbais apenas fornecem *evidências* a partir das quais os pensamentos serão *inferidos*.

2.1. A CONTRIBUIÇÃO DA LINGUAGEM ("A HIPÓTESE DA INDETERMINAÇÃO RADICAL")

Consideremos o seguinte texto:

“Na verdade, o procedimento é bem simples. Primeiramente, você organiza os itens em diferentes grupos. Obviamente que uma pilha deve ser suficiente, dependendo de quanto há por fazer. Se precisar ir a um outro lugar, devido à falta de recursos, este é o próximo passo; caso contrário, você estará pronto.”

O que esse texto quer dizer? Provavelmente, não faz muito sentido. Contudo, se eu disser que o seu título é “Lavar roupas”, imagino que essa pequena pista o tornará mais inteligível, mesmo sem nenhuma mudança no seu conteúdo.

Esse exemplo é um dos vários experimentos psicológicos que mostram que o significado de um texto não está nas palavras (Bransford & Johnson, 1972; *apud* Hirsch, 1987). Nas últimas três décadas, tem havido uma convergência considerável entre diferentes disciplinas voltadas para o estudo da comunicação, no que se refere à intuição de que as palavras de um texto são apenas indicadores para o significado pretendido. Nesse sentido, no campo da educação, E. D. Hirsch afirmou que: “Para compreender as palavras em uma página, precisamos ter um *volume de informações que não está naquela página*” (1987: 3; itálico como no original). Hirsch ilustra de forma extremamente bem sucedida, através da analogia com um **iceberg**, a proporção entre o que é explicitamente enunciado e o que é implicado num texto: “Os significados explícitos em um texto são a ponta de um iceberg de significação: a maior parte permanece sob a superfície e é composta pelos conhecimentos relevantes do próprio leitor” (1987: 33-34). Na TR, isso passou a ser conhecido como hipótese da “indeterminação radical do significado lingüístico” (Carston, 2002).

2.2. A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE COGNITIVO

De onde vêm, então, os significados/as informações adicionais? Hirsch (1987: 33-34) sugeriu que se originam dos “conhecimentos relevantes do próprio leitor”. A TR, de forma mais precisa, postula que vêm do *ambiente cognitivo* do leitor. O ambiente cognitivo total de uma pessoa consiste em todas as informações passíveis de acesso em um dado momento, seja a partir da percepção, da memória ou através de inferências (adaptado de Sperber & Wilson, 1995: 39).

Contudo, para se compreender um enunciado ou um texto específico, não se utiliza todo esse vasto conjunto de informações, mas somente uma *parte* dele. Essa parte é chamada de contexto do enunciado². No nosso exemplo, isso é o que se sabe sobre o processo de lavagem de roupas. Observe que tanto o ambiente cognitivo quanto o contexto são conceitos essencialmente psicológicos.

² Observe que a Teoria da Relevância não está interessada em categorizar essas informações em função de sua origem, isto é, se elas vêm de enunciados anteriores (contexto), de outros textos, da cultura em geral, de algo que pode ser visto no ambiente físico próximo etc. Tais classificações podem ser interessantes do ponto de vista descritivo, mas não interessam para a compreensão. O que interessa para a compreensão é a sua acessibilidade, não a sua origem.

Afinal, por que os seres humanos acessam informações em seus ambientes cognitivos? Por que eles não lidam apenas com o que é dito ou está escrito? A resposta é que uma das características básicas dos seres humanos é a necessidade de relacionar informações novas com o que já sabem: somente então tais informações passam a fazer sentido. Essa tendência funciona não só na comunicação, mas, supõe-se, é uma característica dominante da cognição humana em geral.

2.3. A HEURÍSTICA DA COMPREENSÃO

Na TR, essa necessidade de relacionar novas informações com as já conhecidas é denominada busca por *relevância*. Para que uma informação seja experimentada como relevante, deve ligar-se, de um modo específico, a outras informações que o indivíduo já tem. Quando tais ligações ocorrem, as pessoas experimentam-nas como *efeitos cognitivos*. E essas ligações são sempre o resultado de processos inferenciais. Por exemplo, tomemos a *implicação contextual* como um tipo particular de efeito cognitivo.

A seguir, vemos uma troca conversacional entre uma mãe e sua filha:

- a) Mãe: O que achou do novo professor?
- b) Filha: Ele vai de moto para a escola.

Nesse curto diálogo, a filha não responde à pergunta da mãe de forma direta: a mãe perguntara sobre a opinião da filha em relação ao novo professor; a filha falou sobre como ele ia para a escola. Contudo, elas se comunicam.

Suponha que a mãe saiba que a filha considera interessantes os homens que dirigem motocicletas. Nesse caso, está claro que a resposta da filha é

- a) ela gostou do professor, e
- b) também há razão para isso, que é o fato de ele dirigir motocicletas.

Implicações contextuais (1)

a) *Mãe*: O que você achou do novo professor?

b) *Filha*: Ele vai de moto para a escola.

A filha considera interessantes os homens que dirigem motocicletas.

Resposta: Ela gostou do professor.

Razão: Ela gostou dele porque ele dirige motocicletas.

Figura 1 - Implicações contextuais (1)

Como podemos explicar tal entendimento? Certamente, não está expresso nas formas lingüísticas.

Como dissemos anteriormente, nossa mente tenta encontrar sentido nas coisas, procurando relevância através de *ligações inferenciais* entre diferentes informações. Apresentando de forma mais detalhada o nosso exemplo, ocorreu o seguinte processo inferencial:

O que a filha realmente expressou foi que o novo professor ia de motocicleta para a escola. Consideremo-la a premissa 1. A informação de que ela gosta de homens que dirigem motocicletas poderia ser a premissa 2. Tomadas conjuntamente, essas duas premissas implicam logicamente a conclusão: a filha gostou do novo professor .

É essa relação lógica que nos faz sentir que a resposta da filha é relevante, que “faz sentido”: ela leva a uma conclusão lógica – ou, nos termos da TR, a uma implicação contextual, uma implicação que logicamente deriva do conteúdo expresso (premissa 1) e de uma suposição contextual, existente no ambiente cognitivo compartilhado da mãe e da filha.

Implicações contextuais (2)

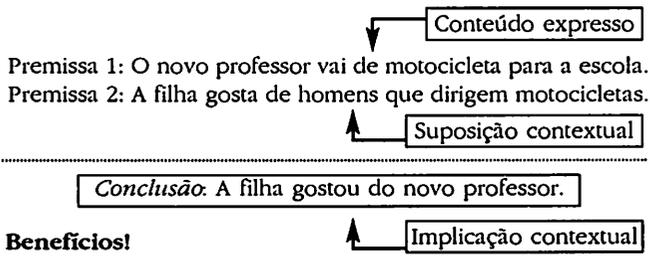


Figura 2 - Implicações contextuais (2)

Outros efeitos cognitivos identificados são o reforço contextual, o apagamento contextual e possivelmente o enfraquecimento contextual. O importante é que *todos os efeitos cognitivos têm em comum o fato de serem vivenciados por nós como recompensadores*: informações relevantes são benéficas e é a busca por esses *benefícios* que faz as nossas mentes trabalharem!

Mas inferir, ou mais genericamente pensar, não acontece de graça; é uma tarefa que demanda *esforço*. Assim, nos cansamos mentalmente quando tentamos entender um texto complicado ou mesmo quando temos que “ir fundo” na memória para encontrar alguma informação.

Pode até nos incomodar o fato de que pensar envolve esforço. Contudo, esse tipo de custo, de fato, é crucial para o funcionamento da comunicação humana: o segredo básico do sucesso da comunicação encontra-se no equilíbrio entre benefícios e esforço, custo e efeito, do seguinte modo (adaptado de Sperber & Wilson, 2002):

A Heurística da compreensão

O procedimento de compreensão a partir da TR:

- segue o caminho do mínimo esforço na busca dos efeitos contextuais.
- pára quando as expectativas de relevância são satisfeitas e supõe que você chegou ao significado pretendido.

[Adaptado de Sperber & Wilson, 2002, Pragmatics, Modularity and Mind-reading]

Figura 3 - Heurística da compreensão

Esse equilíbrio de efeitos cognitivos adequados sem esforço desnecessário é chamado *relevância ótima*.

2.4 “TUDO SE ENCAIXA” POR MEIO DE CAUSA E EFEITO

Este procedimento de compreensão sob a ótica da TR explica porque o ambiente cognitivo dos leitores – ou “contexto” – é tão importante para o sucesso ou o fracasso da comunicação: é a natureza do ambiente cognitivo que determina o caminho do mínimo esforço, ou seja, que pensamentos são utilizados no processo de

compreensão e que significado pode ser inferido. De volta ao exemplo da motocicleta, suponha que a filha, na verdade, não goste de homens que dirigem motocicletas, por considerá-los exibidos. Nesse outro tipo de ambiente cognitivo, o mesmo enunciado pode resultar num significado diferente: ela não gostou do novo professor.

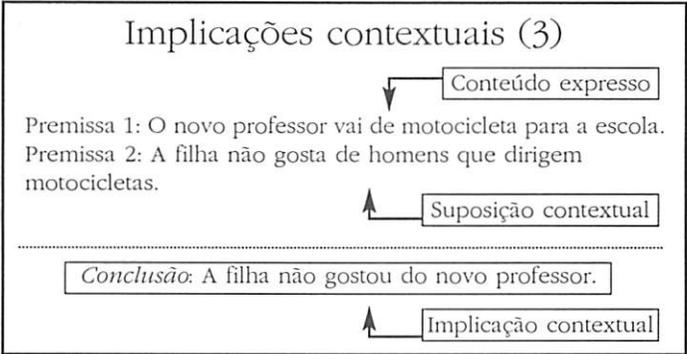


Figura 4 - Implicações contextuais (3)

Assim, embora as palavras usadas tenham sido exatamente as mesmas, elas levariam a significações opostas, porque o procedimento de compreensão ocorreria em ambientes cognitivos bem distintos.

Portanto, o modo como o procedimento de compreensão cognitiva funciona estabelece uma *relação de interdependência causal* entre o *texto*, as informações contextuais acessíveis no *ambiente cognitivo* e a *interpretação pretendida*. Uma mudança em qualquer desses três fatores afetará os outros.

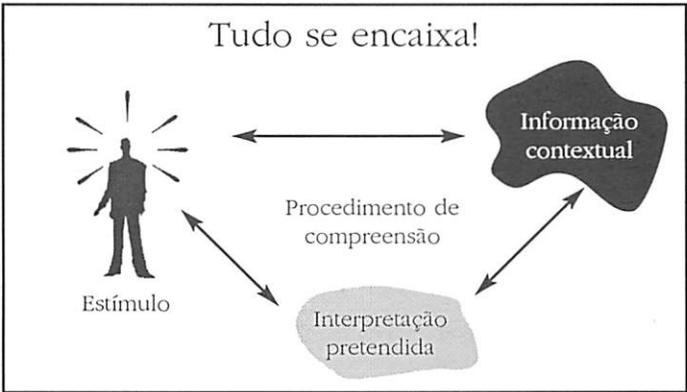


Figura 5 - Tudo se encaixa!

3. SITUAÇÕES DE COMUNICAÇÃO SECUNDÁRIA

Uma das conseqüências da interdependência entre causa e efeito é que não só *qualquer* significado (interpretação) pode ser comunicado em *qualquer* ambiente cognitivo, mas também que o ambiente cognitivo restringe o que pode ou não ser comunicado numa determinada situação. De fato, o procedimento de compreensão cognitiva constitui uma *condição de comunicabilidade* para a comunicação humana *em geral*, incluindo a tradução.

Suponha que seu carro tenha enguiçado na estrada, longe de tudo. Outro carro pára e as pessoas – referir-nos-emos a elas como “público 1” – lhe perguntam qual é o problema. Suponha que você tenha algum conhecimento de mecânica de automóveis e tenha tentado diagnosticar o problema como um bloqueio de vapor. Então você lhes diz:

(1) “É um bloqueio de vapor.”³

Se o público 1 tiver conhecimento suficiente sobre bloqueios de vapor em automóveis, eles teriam uma idéia razoável do que você quis dizer, incluindo os seguintes pensamentos:

- 1 O problema do carro é um bloqueio de vapor.
 - 2 O motor não recebe combustível.
 - 3 A mangueira de combustível aqueceu tanto em um ponto que o combustível evaporou.
 - 4 Soprando-se fortemente no tanque de combustível, consegue-se desbloquear a mangueira.
 - 5 O carro enguiçou.
 - 6 O carro precisa de conserto.
- Etc.

Tabela 1 - Conhecimento de mecânica do público 1

Graficamente, poderíamos esquematizar tudo isso na FIG. 6 a seguir.

³ Exemplo adaptado de Headland (1982).

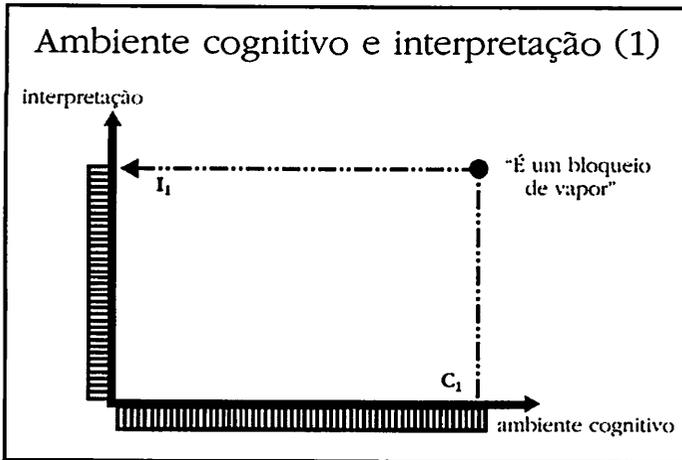


Figura 6 - Ambiente cognitivo e interpretação (1)

Neste diagrama, o eixo horizontal mostra a informação disponível no ambiente cognitivo do público 1, a qual pode ser usada como contexto para o enunciado, aqui marcado como C_1 , e o eixo vertical indica a interpretação comunicada pelo enunciado com base nesse ambiente cognitivo, marcada como I_1 .

No entanto, suponha que outro carro pare e as pessoas dentro dele (vamos chamá-las de “público 2”) não tenham qualquer idéia sobre bloqueios de vapor. Se você utilizar o enunciado (1), elas certamente não entenderão o significado pretendido. O que provavelmente concluiriam de seu enunciado seriam as implicaturas bem gerais nas linhas 5 e 6 da tabela 1, mostradas abaixo na TAB. 2:

<p>1 O carro engiçou.</p> <p>2 O carro precisa ser consertado.</p>
--

Tabela 2 - Conhecimento do público 2

A explicação para esse entendimento reduzido encontra-se no fato de que o público 2 tem muito menos informações para utilizar como contexto em seu ambiente cognitivo.

A FIG. 7 mostra essa situação graficamente:

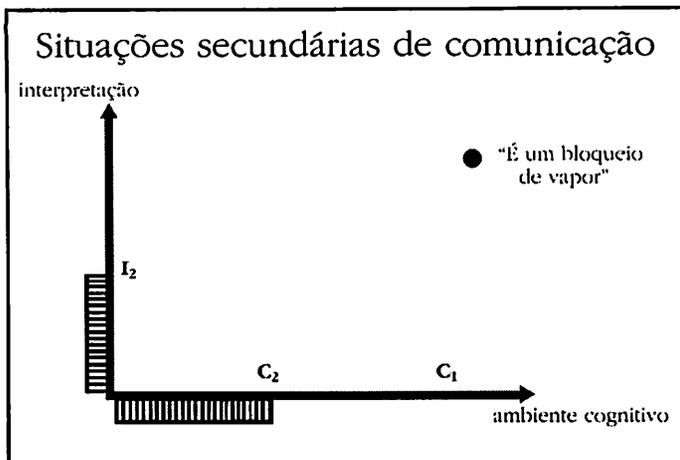


Figura 7 - Situações secundárias de comunicação

(C_2 = quantidade de informações disponíveis como contexto no ambiente cognitivo do público 2; I_2 = interpretação derivável pelo público 2 usando C_2 .)

Os casos em que o ambiente cognitivo real não contém todas as informações necessárias para interpretar um enunciado são chamados de *situações secundárias de comunicação*, as quais geralmente produzem problemas comunicativos (Gutt, 2000: 76).

Na verdade, para o público 2, o enunciado 1 não seria otimamente relevante. As pessoas ficariam confusas com o termo “bloqueio de vapor” e careceriam de informações relacionadas a ele. Para os seus ambientes cognitivos, teria sido muito melhor simplesmente dizer-lhes (enunciado 2):

(2) “Está enguiçado.”

Esse último resultaria no mesmo significado (I_2) que o outro enunciado, sem causar confusão a respeito do que seria um “bloqueio de vapor”. Nos termos da TR, o enunciado (2) teria sido mais relevante para esse público, levando-o à mesma interpretação sem esforço processual desnecessário.

No entanto, um ponto crucial, que frequentemente não recebe a devida atenção, é que, enquanto o enunciado 2 é mais relevante (no sentido técnico) que o enunciado 1 para o público 2, ele também *oferece menos informações* para esse público (2) que o enunciado 1 comunica para o público 1 (TAB. 3):

<ol style="list-style-type: none"> 1 O problema do carro é um bloqueio de vapor. 2 O motor não recebe combustível. 3 A mangueira de combustível aqueceu tanto em um ponto que o combustível evaporou. 4 Soprando-se forte no tanque de combustível, consegue-se desbloquear a mangueira. 5 O carro está enguiçado. 6 O carro precisa ser consertado. Etc. 	<ol style="list-style-type: none"> 1 O carro está enguiçado. 2 O carro precisa ser consertado. Etc
---	--

Tabela 3 - Enunciados comunicados aos públicos 1 e 2

A FIG. 8 mostra isso em forma de diagrama.

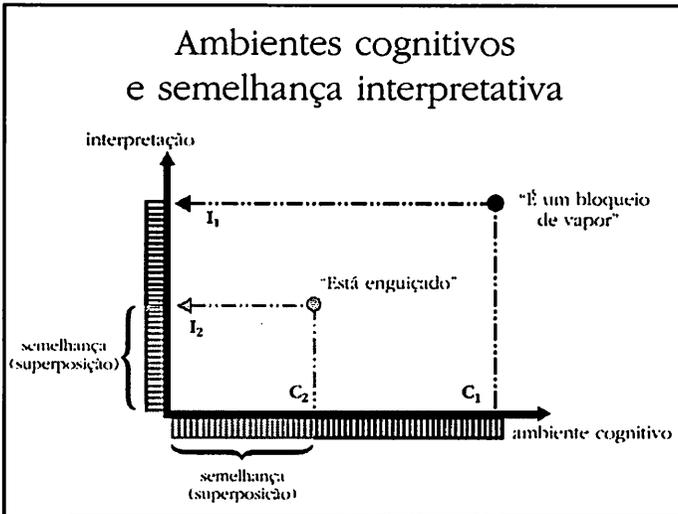


Figura 8 - Ambientes cognitivos e semelhança interpretativa 1

Uma vez que o ambiente cognitivo do público 2 cobre apenas uma pequena parte daquele do público 1, a interpretação que o público 2 é capaz de fazer também só cobre uma pequena parte daquela obtida pelo público 1. Em outras palavras: as *interpretações* desses dois enunciados *diferem* entre si porque os *ambientes cognitivos* dos dois públicos também *diferem* entre si.

De fato, há uma correlação entre o grau de *semelhança entre os ambientes cognitivos dos dois públicos* e o grau de *semelhança*

nas interpretações que podem ser comunicadas a eles, como mostra a FIG. 9:

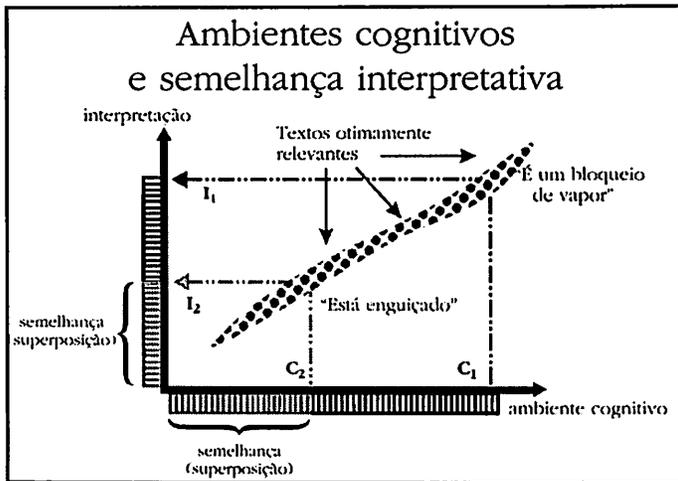


Figura 9 - Ambientes cognitivos e semelhança interpretativa 2

Quanto maior for a semelhança entre os ambientes cognitivos dos dois públicos, maior será a semelhança das informações que podem ser comunicadas a eles. Do mesmo modo, quanto menor for a semelhança entre os respectivos ambientes cognitivos, menor será a semelhança entre as interpretações que podem ser comunicadas.

4. SITUAÇÕES SECUNDÁRIAS DE COMUNICAÇÃO NA TRADUÇÃO DA BÍBLIA

Voltando à tradução da Bíblia, fica óbvio que, em vários casos, o ambiente cognitivo do público da língua-alvo apresenta muito pouca semelhança com aquele do público original. Observemos o seguinte trecho traduzido:

Quão terrível será para ti, Corazim! Quão terrível será para ti também Betsaida! Se os milagres que foram realizados em vós tivessem acontecido em Tiro e Sidon, as pessoas de lá há muito teriam se sentado, colocado sacos de aniagem e polvilhado cinzas em si mesmas, para mostrar que haviam se arrependido dos seus pecados! 14 Deus mostrará mais compaixão por Tiro e Sidon do que por vós no Dia do Julgamento. (Lc 10, 13-14; TEV)⁴

⁴Tradução para o português da passagem da Today's English Version (TEV) (Lc 10, 13-

Detalhes à parte, os pontos principais desse trecho parecem destacar que Jesus anuncia “infortúnios” para Corazim e Betsaida e dá a razão para isso: o severo julgamento de Deus por eles não atenderem o chamado de Jesus para o arrependimento. Observe, entretanto, que esse raciocínio é, em grande medida, implícito. Por exemplo, o texto de forma alguma afirma a) que Jesus havia chamado as pessoas de Corazim e Betsaida para se arrependerem e b) que elas haviam se negado a atender àquele chamado. Para entender isso, uma quantidade considerável de informações precisa ser acessada no ambiente cognitivo, incluindo as seguintes (TAB. 4):⁵

Informações no ambiente cognitivo:

- Corazim e Betsaida eram cidades da Galiléia habitadas por judeus.
- Tiro e Sidon eram cidades não judias repetidamente destacadas pelos profetas do Antigo Testamento em função do severo julgamento divino recebido pela sua situação de grande pecado.
- Os milagres mencionados foram realizados por Jesus como parte da sua missão em Corazim e Betsaida.
- Como outra parte de sua missão lá, ele também havia chamado as pessoas a se arrependerem.
- Trabalhos grandiosos eram vistos como autenticações divinas da missão espiritual.
- Desse modo, os milagres de Jesus em Corazim e Betsaida autenticaram sua autoridade divina.
- Apesar dessa autenticação divina, os judeus que viviam naquelas cidades não atenderam ao chamado de Jesus para o arrependimento.
- Uma vez que os milagres de Jesus poderiam ter levado os povos notoriamente pecaminosos de Tiro e Sidon ao arrependimento, os judeus em Corazim e Betsaida seriam muito piores que aqueles pagãos.

Tabela 4 - Informações no ambiente cognitivo

14) em inglês: “How terrible it will be for you, Chorazin! How terrible for you too, Bethsaida! If the miracles which were performed in you had been performed in Tyre and Sidon, the people there would have long ago sat down, put on sackcloth, and sprinkled ashes on themselves, to show that they had turned from their sins! 14 God will show more mercy on the Judgment Day to Tyre and Sidon than to you.”

⁵ Com relação a Tiro e Sidon: “As duas cidades representam o mundo pagão, e Tiro, especialmente, era vista como objeto do julgamento divino (Am 1,910; Is 23,1-18; Jr 25,22; 47,4; Ez 26-28).” (Marshall, 1978).

O escritor original não apresentou nenhuma dessas informações, evidentemente supondo que elas estavam altamente acessíveis no ambiente cognitivo do seu público. Contudo, leitores contemporâneos desse texto que fossem “biblicamente iletrados” não teriam supostamente nenhuma dessas informações, e, portanto, o texto lhes seria completamente obscuro, levando-os a fazer várias perguntas, inclusive as seguintes (TAB. 5):

Perguntas dos leitores modernos:

- O que são Corazim e Betsaida?
- O que será terrível para elas?
- O que são “os milagres”?
- Quem os fez?
- Qual a relação entre milagres e arrependimento de pecados?
- O que são Tiro e Sidon?
- Por que elas são mencionadas aqui?
- O que é o “Dia do Julgamento”?
- Por que, afinal, Tiro e Sidon são mencionadas – esse é um argumento *contra-factual*: os povos de Tiro e Sidon não viram aqueles feitos milagrosos e nem se arrependeram?

Tabela 5 - Perguntas dos leitores modernos

Sem essas informações, o trecho não faria sentido para tais leitores. Eles estariam numa situação semelhante àquela das pessoas do texto da máquina de lavar roupas, mencionado anteriormente, porém com uma grande diferença: no texto da máquina de lavar, na verdade, os leitores tinham as informações necessárias no seu ambiente cognitivo; essas só não estavam acessíveis para serem usadas como contexto para o enunciado. Resolveu-se o problema pela simples introdução de um título de duas palavras. Para leitores bíblicamente iletrados, esse pequeno trecho de Lucas apresenta um problema muito mais significativo: eles não carecem apenas da pista correta para acessar as informações necessárias no seu ambiente cognitivo; essas informações, na realidade, não fazem parte do seu ambiente cognitivo.

O efeito prejudicial das diferenças nos ambientes cognitivos para a compreensão das traduções da Bíblia tem sido empiricamente investigado por Harriet Hill (2002 e 2004). Como parte de sua pesquisa de doutorado, H. Hill (2004) mediu o efeito das diferenças no ambiente cognitivo em relação à compreensão de textos bí-

blicos. Em 270 entrevistas, ela avaliou a compreensão de quatro trechos de uma tradução do Novo Testamento para a língua adioukrou da Costa do Marfim. Os resultados foram surpreendentes: embora a tradução tenha sido feita de acordo com os princípios modernos, orientados para o sentido, o nível de compreensão mostrou-se bastante reduzido: na média, os sujeitos compreenderam menos que a terça parte do conteúdo informacional do original – 28,2% (H. Hill, 2004: 13). Todavia, quando o ambiente cognitivo do público foi ajustado pela apresentação de informações relevantes, seu nível de compreensão mais que dobrou, passando para aproximadamente 60% (H. Hill, 2004: 13).

5. IMPORTÂNCIA PARA A TRADUÇÃO DA BÍBLIA

Qual a importância dessas idéias para o empreendimento da tradução da Bíblia?

Um dos mais surpreendentes fatos em relação à tradução da Bíblia na atualidade é que essa enorme barreira para o sucesso na compreensão tem recebido muito pouca atenção. Quando os prefácios às traduções bíblicas são incluídos, as principais questões levantadas são lingüísticas. Os tradutores e editores tendem a enfatizar que, congruentemente com a teoria da tradução moderna, a tradução emprega as estruturas naturais e expressões idiomáticas da língua-alvo e expressões incomuns são substituídas por outras atuais etc. Afirma-se então que, devido a esses ajustes lingüísticos, o significado do original é facilmente entendido pelo leitor moderno. O fato de que as diferenças no conhecimento prévio podem causar grandes problemas de compreensão para o leitor moderno raramente é mencionado.

Para dizer o mínimo, essa prática é inútil. Cria a impressão errônea de que os ajustes lingüísticos agora proporcionam acesso fácil ao significado exato do texto. Normalmente, não demora muito até que os leitores descubram que essas promessas não se sustentam devido às significativas diferenças em seus ambientes cognitivos. Os prefácios às traduções bíblicas deveriam fazer todo o possível para preparar os leitores para esta experiência: deveriam vir com um “alerta saudável” sobre os problemas de compreensão que os leitores modernos certamente encontrarão em função das diferenças de conhecimento prévio.

Tais “alertas saudáveis” não só pouparão os leitores da experiência de frustrações inesperadas com textos aparentemente obscuros, mas também serão importantes para chamar a atenção ao fato de que mesmo textos aparentemente claros podem ter um significado bastante distinto devido às diferenças nos conhecimentos prévios. Esta possibilidade de compreensão equivocada é, em muitos aspectos, mais séria que a obscuridade, uma vez que essa última será notada, enquanto as interpretações equivocadas geralmente não são identificadas.

Há duas óbvias ressalvas aqui. Primeiramente, tais “alertas saudáveis” devem ser enunciados apropriadamente, a fim de não espantar o leitor. Devem deixar claro que há também muitos textos na Bíblia que não causarão grandes dificuldades para os leitores, devido à superposição com partes relevantes do ambiente cognitivo original. De fato, muito ajudaria se esses textos fossem recomendados ao leitor como ponto de partida. Em segundo lugar, apesar de os “alertas saudáveis” chamarem a atenção do leitor para os problemas que podem ser encontrados, eles não solucionarão esses problemas. Portanto, o maior desafio é o de desenvolver soluções eficazes.

6. A NECESSIDADE DE UM LETRAMENTO BÍBLICO

Quais são as soluções disponíveis? Em princípio, a tarefa básica está clara: alcançar a condição de comunicabilidade – situações secundárias de comunicação devem se tornar primárias – na qual o enunciado pode alcançar efeitos contextuais adequados no ambiente cognitivo de seu público sem dispêndio cognitivo desnecessário.

Uma vez que há dois fatores principais envolvidos – a interpretação e o ambiente cognitivo –, há, em princípio, dois modos de resolver o problema:

- 1) pode-se *ajustar a interpretação* – e portanto o enunciado – de modo que ela alcance os efeitos contextuais adequados *no ambiente cognitivo em questão*.
- 2) pode-se *ajustar o ambiente cognitivo* até que a *interpretação pretendida no original* efetivamente leve aos efeitos contextuais adequados.

fato ocorra, geralmente sob a denominação de “paráfrase”. Um exemplo interessante e recente é o da *Bíblia das Ruas* (“The street Bible”), de Rob Lacey (2003).

Considerando-se a opção 2, tradicionalmente os seguintes meios têm sido usados para ajustar o ambiente cognitivo dos leitores: introduções aos livros bíblicos, notas de rodapé, referências cruzadas, figuras no texto, glossários, diagramas históricos de vários tipos, “perfis” dos personagens bíblicos, apenas para citar os mais comuns.

Embora todos esses auxílios sejam indubitavelmente úteis, devemos admitir abertamente que, se comparados às lacunas nos conhecimentos prévios a serem preenchidas, seu escopo é muito limitado. Por exemplo, das quatro versões mencionadas neste capítulo, apenas a Versão Inglesa Contemporânea oferece informações explanatórias para o trecho que destacamos, e tais informações têm relação apenas com o costume de vestir-se com sacos de aniagem e de colocar cinzas na cabeça⁶. Não se fornece nenhuma outra informação essencial para que o trecho faça sentido.⁷

Quais seriam, então, as formas mais eficientes de assegurar que as traduções da Bíblia possam ser compreendidas de forma bem sucedida? Como indicado desde 1988, para uma solução realista, a tradução da Bíblia deve ser vista não de forma isolada, mas como uma estratégia muito mais ampla e abrangente de comunicação bíblica (Gutt, 1988). Essa estratégia mais ampla deve ter como um de seus objetivos-chave o estabelecimento do “letramento bíblico” – no sentido do conhecimento prévio necessário para entender seu significado, analogamente ao conceito de “letramento cultural” proposto por E. D. Hirsch.

Há indícios de que esse novo realismo constituiu uma nova base no contexto da expansão missionária para certas áreas de países em desenvolvimento. Desse modo, a abordagem do relato cronológico da Bíblia (chronological Bible storying – CBS) consiste essencialmente de uma seqüência de textos do Antigo Testamento selecionada cuidadosamente, para consolidar a informação prévia necessária para que se entendam os eventos do evangelho (*cf.*

⁶“vestidos com sacos de aniagem [...] cinzas nas suas cabeças: esse era o modo como as pessoas mostravam o quanto se arrependiam pelos seus pecados.” (CEV 1991: 117)

⁷Obviamente que isto se deve, em parte, a restrições físicas e/ou econômicas: um livro que já é extremamente volumoso como a Bíblia só pode acomodar até um determinado acréscimo de informação. Entretanto, nos perguntamos se outra razão mais importante não seria o desconhecimento da real dimensão do conhecimento prévio necessário.

Brown, 2003). R. Hill (2004) apresenta uma pesquisa muito útil sobre várias estratégias disponíveis para ajustar o ambiente cognitivo dos leitores da Bíblia. Parece, entretanto, que ainda há um longo caminho a ser percorrido até que se reconheça amplamente que o entendimento adequado da Bíblia pressupõe não só traduções comunicativas, mas também o letramento bíblico, no sentido aqui definido.

(tradução de Fabio Alves e José Luiz Gonçalves)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANSFORD, J.D.; JOHNSON, M. K. Contextual prerequisites for understanding: some investigations of comprehension and recall. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior* (II), p. 717-726, 1972.

BROWN, R. The effective use of Scripture portions in frontier missions. *International Journal of Frontier Missions* 19(2), p. 10-25, 2003.

CARSTON, R. *Thoughts and utterances*: The pragmatics of explicit communication. Oxford: Basil Blackwell: 2002.

CEV *Bible for today's family*: New Testament. Contemporary English Version. Nova York: American Bible Society, 1991.

GUTT, E.-A. From translation to effective communication. *Notes on Translation* 2(1), p. 24-40, 1988.

GUTT, E.-A. *Translation and relevance*: cognition and context. Manchester: St. Jerome, 2000.

HEADLAND, T.N. Some communication problems in translation. *Notes on Translation* (88), p. 25-28, 1982.

HILL, H. *The role of context in Bible translation*: Enlarging the mutual cognitive environment. 2002. Inédito.

HILL, H. *Communicating context in Bible translation*. Dallas: SIL International, 2004.

HILL, R. *Contextual adjustment strategies and Bible translation*. Dallas: SIL International, 2004.

HIRSCH, E.D.J. *Cultural literacy*: What every American needs to know. Boston: Houghton Mifflin, 1987.

LACEY, R. *The street Bible*. Grand Rapids, Zondervan.

MARSHALL, I.H. *The book of Luke: A commentary on the Greek text*. Grand Rapids: Eerdmans, 1978.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: Communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1995.

SPERBER, D.; WILSON, D. Pragmatics, modularity and mind-reading. *Mind and Language* 17(1/2), p. 3-23, 2002.

APÊNDICE

TEV (Today's English Version)

“A principal preocupação dos tradutores tem sido apresentar uma tradução fiel ao significado dos textos hebraicos, aramaicos e gregos. Sua primeira tarefa foi entender corretamente o significado do original [...] sua tarefa seguinte foi expressar esse significado de modo e forma facilmente inteligíveis para os leitores.” (New Life: Good News Bible with colour features. Glasgow: Collins, 1987. p. vii-viii.)

NIV (New International Version)

Objetivos da tradução: “... que fosse uma tradução precisa e que tivesse clareza e qualidade literária, de modo que se mostrasse apropriada para leituras públicas e individuais, para o ensino, a pregação, a memorização e o uso litúrgico.” (The Holy Bible, New International Version. London: Hodder and Stoughton, 1978. p. vi.)

New Living Translation

“O objetivo de qualquer tradução da Bíblia é transmitir para o leitor moderno o significado dos antigos textos hebraicos e gregos tão precisamente quanto possível. A New Living Translation baseia-se nos mais recentes avanços acadêmicos na teoria da tradução. O desafio para os tradutores foi criar um texto que gerasse na vida dos leitores modernos o mesmo impacto que o texto original causou nos leitores da época. Na New Living Translation, isso é alcançado por meio da tradução de pensamentos (ao invés de somente palavras isoladas) em um inglês natural e corrente. O resultado final é uma tradução fácil de ler e entender e que comunica com precisão o significado do texto original.” (Holy Bible: New Living Translation. Easy to understand; relevant to today. Text and product preview. Wheaton: Tyndale House, 1996. p. 4.)

Teoria da Relevância, cognição e competência do tradutor

José Luiz Gonçalves
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

1. INTRODUÇÃO

A Teoria da Relevância (Sperber & Wilson, 1986/1995; TR, daqui em diante) apresenta-se hoje como uma consistente referência para a descrição e explicação de processos interativos e cognitivos da comunicação humana. Embora se baseie em um substrato epistemológico principalmente racionalista, pode também ser lida a partir de um viés empirista, como procurarei discutir neste capítulo.

Assim, apresento aqui algumas das reflexões teóricas desenvolvidas na minha pesquisa de doutoramento (Gonçalves, 2003), na qual foi utilizada uma metodologia empírico-experimental para a obtenção de dados, visando a investigar e discutir diversas questões que também se encontram em pauta neste volume. O objetivo aqui proposto é destacar pontos de contato e também de descontinuidade entre a TR e as abordagens conexionistas (e.g. Elman et al., 1996; AC, daqui em diante), já apontadas no capítulo 1 deste volume, com vistas a apresentar as bases do modelo de competência do tradutor desenvolvido por Gonçalves (2003).

Para isso, primeiramente, faço uma breve discussão dos fundamentos da Teoria e de sua aplicação à tradução, principalmente através do trabalho de Gutt (1991/2000). Em seguida, abordo o conexionismo a partir de uma perspectiva histórica, além de discutir, com base em Elman et al. (1996), questões relativas à dicotomia racionalismo *versus* empirismo nas ciências cognitivas, tratando ainda de relativizar a perspectiva do inatismo no desenvolvimento cognitivo humano. Finalmente, com base no debate desenvolvido sobre esses dois pilares teóricos, apresento reflexões sobre o(s) conceito(s) de competência, a fim de propor

uma definição para a competência do tradutor e construir um modelo de base cognitiva para esse tipo de competência.

2. TEORIA DA RELEVÂNCIA: POSSÍVEIS INTERFACES E AMÁLGAMAS

Inicialmente, a TR, valendo-se de pressupostos da pragmática e da psicolinguística, propõe-se a desenvolver uma teoria sobre os fenômenos da comunicação humana a partir do amálgama do modelo de código (Shannon & Weaver, 1949) com o modelo inferencial (Grice, 1975). Percebendo pontos positivos e também limitações nos dois modelos, os formuladores da TR desenvolvem sua teoria com uma visão dicotômica entre processos modulares e processos centrais. Com isso, defendem que, na comunicação humana, podem-se observar processos de codificação/decodificação no nível modular e processos em paralelo no nível do processador central. Tal visão dicotômica advém da influência recebida da teoria modular da mente, proposta por Fodor (1983) e dominante no panorama das ciências cognitivas e da linguagem, especialmente nos anos 1980. Entretanto, conforme vimos no capítulo 1 deste volume, no qual Alves & Gonçalves discutem a proposta de Sperber (2002) em relação ao princípio cognitivo da modularidade maciça, esse autor atualmente descarta a dicotomia entre processos modulares (seriados) e centrais (paralelos), propondo a existência exclusiva de processos cognitivos modulares, o que, em princípio, constitui uma posição epistemológica diametralmente contrária à proposta conexionista, que será discutida a seguir.

Com base nesse substrato modularista para a cognição, seria, num primeiro momento, contraditório propor o estudo dos processos não-modulares, tendo em vista os postulados de Fodor (1983). Assim, a TR (Sperber & Wilson, 1986/1995), por um lado, incorpora alguns dos pressupostos modularistas, mas, por outro, rejeita a premissa de que não é possível estudar os processos cognitivos centrais, ao colocar seu foco nos processos inferenciais. Concordo com Sperber & Wilson (1986/1995) quando adotam tal posição epistemológica, tendo em vista que o argumento de Fodor (1983) não é suficiente para desqualificar as investigações que vêm sendo desenvolvidas sobre processos inferenciais, ou seja, há pesquisas, além da TR, que têm conseguido descrever e explicar esses processos com

razoável sistematicidade e rigor (Marcuschi, 2000; Dell'isola, 2001; entre outros). Discutirei aqui também a proposta de relativização em relação à dicotomia modular *versus* seriado para o processamento cognitivo.

É importante ainda destacar que a TR, para descrever e explicar os processos inferenciais, vale-se tanto de uma base lógico-formal quanto funcional. Vejo esse outro tipo de fusão epistemológica como uma característica que confere poder explicativo e plausibilidade à Teoria, ainda que, tradicionalmente, as duas vertentes pareçam incompatíveis ou, às vezes, incomunicáveis no contexto dos estudos da linguagem. Sendo uma teoria pragmática, a TR trabalha com a perspectiva da construção inferencial a partir de processos lógico-formais dedutivos e indutivos de associação e confrontação de premissas (novas ou dadas), com vistas à produção de novos conhecimentos no ambiente cognitivo do indivíduo. Além dessa visão lógico-formal para o processamento inferencial, a TR adota também uma perspectiva funcionalista com base em alguns princípios cognitivos, a fim de explicar a seleção das premissas (suposições, nos termos da TR) e a constante configuração e reconfiguração de sua força de verdade no desenvolvimento da memória do indivíduo ou da sua rede de conhecimentos. Basicamente, uma suposição¹ tende a ser inserida, reforçada ou enfraquecida, dependendo das interações e dos estímulos externos vivenciados pelo indivíduo. O aprofundamento dessas questões pode ser observado em outros trabalhos de Wilson & Sperber (especialmente, 1991).

Dessas fusões teóricas e epistemológicas, pode-se verificar uma concepção mais plástica de memória e representações mentais que aquela postulada pelas vertentes modulares e lógico-formais das ciências cognitivas e da linguagem. Essas vertentes entendem memória como conjuntos de registros simbólicos estáveis e localizados no sistema cognitivo – perspectiva bastante influenciada pela visão modular e computacional da mente.

A TR propõe um fundamento funcional que direciona o processamento inferencial, o qual se denomina Princípio da Relevância. Trata-se de um princípio de economia que se mostra promissor em relação à integração entre cognição e processos biológicos em

¹ *Assumption*, em inglês; nome dado pela TR a uma unidade de informação presente na memória do indivíduo.

geral, já que descreve um mecanismo de regulação durante o desenvolvimento inferencial nas interações comunicativas. De forma resumida, a TR propõe que qualquer processo inferencial é implementado sob o balizamento de dois fatores voltados para a “produtividade” cognitiva: o máximo possível de *efeitos contextuais*, ou a quantidade adequada, como se prefere na reformulação do Princípio (Sperber & Wilson, 1986/1995), com o mínimo de esforço cognitivo necessário – entendendo *efeitos contextuais* como o resultado da interação entre as informações novas e dadas, isto é, como o resultado dos próprios processos inferenciais. Desse modo, consubstancia-se o caráter funcionalista presente na TR: os processos de produção e compreensão de enunciados não se realizam pura e simplesmente a partir de padrões lógico-analíticos, mas são restringidos por fatores cognitivos que operam, supostamente, a partir de princípios biológicos mais gerais.

Pode-se concluir, a partir da leitura da TR, que o Princípio da Relevância orienta tanto a constituição do contexto inferencial – alocando as *suposições* com maior força (ou aquelas que demandam menor dispêndio para serem acessadas) na memória de trabalho – quanto a produção de explicaturas e implicaturas², regulando o limite das *suposições* implicadas pela relação ótima entre o máximo possível de efeitos contextuais e o mínimo de dispêndio cognitivo necessário.

Pretendo, agora, destacar aspectos teóricos que fundamentam a aplicação da orientação tanto funcionalista quanto formalista da TR ao modelo de competência do tradutor, a partir de alguns princípios das AC. Neste momento, um primeiro desafio se apresenta, qual seja, ampliar a perspectiva modularista e lógico-formalista subjacente à TR, a qual, num primeiro momento, entra em choque com pressupostos das AC. Contudo, pela sua orientação principalmente funcionalista, conforme destacado anteriormente, a TR dá mais espaço para a subjetividade e a relatividade em seu modelo explicativo de cognição e, especificamente, de comunicação, o que a diferencia do formalismo mais ortodoxo dos modelos cognitivistas.

Percebo que muitas das diferenças entre TR e AC são bastante conflitantes e de difícil conciliação. Contudo, é extremamente

² Para a TR, explicaturas são representações que derivam do processamento semântico explícito de um enunciado, enquanto implicaturas são as derivações que advêm da ativação de suposições no ambiente cognitivo do indivíduo, sendo que essas suposições não estão direta ou explicitamente relacionadas ao enunciado em questão.

motivador explorar os possíveis pontos de contato entre elas a fim de encontrar propostas produtivas para o estudo da linguagem e da tradução – mais especificamente, para a discussão e o desenvolvimento de um conceito de competência do tradutor que eventualmente proporcione alguma aplicação para a prática e a didática da tradução.

2.1. CONCEITUANDO TRADUÇÃO A PARTIR DA TR: UM CASO DE USO INTERPRETATIVO INTERLINGUAL

Gutt (1991/2000) define a tradução como um processo de comunicação interlingüística e intercultural cujo fundamento básico é a semelhança interpretativa, implementada a partir do Princípio da Relevância, entre enunciados recíprocos nas duas línguas em tradução. O conceito de semelhança interpretativa, por sua vez, é desenvolvido pela TR como um dos mecanismos de produção inferencial no ambiente cognitivo, com base no uso interpretativo de representações mentais, o qual estabelece uma relação de semelhança entre duas ou mais dessas representações; o uso interpretativo tem como contrapartida o uso descritivo de representações, o qual estabelece uma relação de semelhança entre uma entidade ou fenômeno externo e uma representação mental. Por exemplo, se vejo que está chovendo, automaticamente posso construir uma representação mental (uma suposição) do tipo “Está chovendo neste local y e neste momento x”, que se constitui através de um processo de uso descritivo, pois derivou da observação direta de um fenômeno externo e tem valor de verdade tendendo ao máximo. Por outro lado, se estou num local de onde não posso observar as condições climáticas externas e alguém que acaba de chegar me diz que está chovendo, posso, por meio de um processo de uso interpretativo, tornar manifesto em meu ambiente cognitivo a representação mental “Está chovendo neste local y e neste momento x”. Essa representação terá sido derivada da semelhança (interpretativa, nesse caso) com a representação manifesta no ambiente cognitivo do meu interlocutor e terá força de verdade proporcional ao grau de credibilidade que tal interlocutor tenha comigo e às suposições relacionadas ativas no momento da respectiva interação – por exemplo, se eu tiver visto na previsão do tempo que não choveria nos próximos dias, provavelmente a força de verdade de tal su-

posição será baixa, até que eu possa ter outros indícios que reforcem ou enfraqueçam a sua manifestação no meu ambiente cognitivo.

Postulo, aqui, que o processo tradutório é orientado pela busca de semelhança interpretativa ótima entre unidades de tradução recíprocas. A modificação em relação à postulação de Gutt (de *enunciados* para *unidades de tradução*) deve-se à percepção de que o tradutor não opera necessariamente com o enunciado como unidade básica de processamento na tradução. Conforme demonstram os dados de Gonçalves (2003) e outros trabalhos que investigam processos tradutórios (e.g. Gerloff, 1987; Alves, 1997; Alves, Magalhães & Pagano, 2000), muitas vezes o tradutor se deterá em unidades menores, muitas delas relativas a aspectos de codificação conceitual e procedimental, e, em outros casos, maiores, como segmentos macrotextuais do texto-fonte e do texto-alvo – macroposições, por exemplo.

Portanto, postulo que o processo tradutório se caracteriza pela atribuição e avaliação de semelhança interpretativa ótima entre pares de efeitos contextuais gerados pelo processamento de unidades de tradução recíprocas, uma na língua-fonte e outra na língua-alvo. Esquemáticamente, pode-se representar essa postulação da seguinte forma:

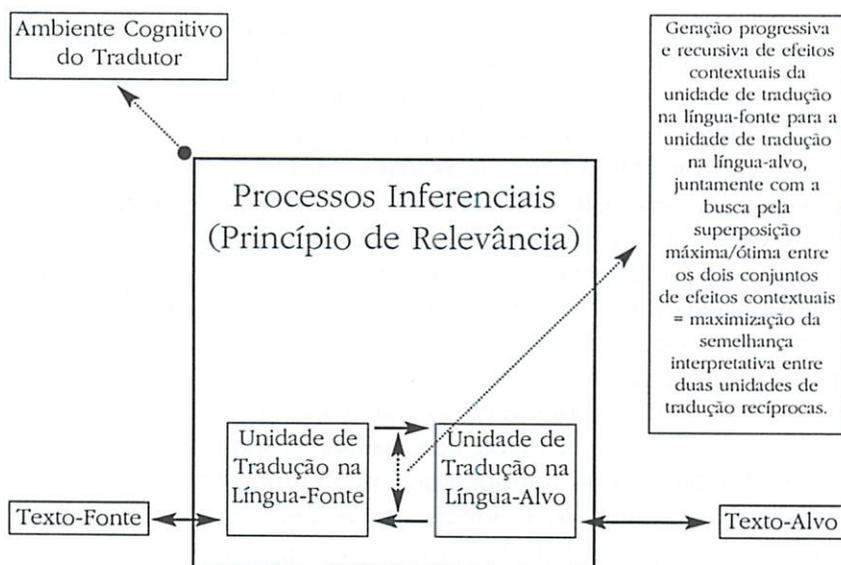


Diagrama 1 - O processo tradutório a partir da perspectiva da TR

Acredito que tal processo de atribuição/avaliação de semelhança interpretativa ótima entre os efeitos contextuais de unidades de tradução recíprocas tenha congruência com um interessante princípio cognitivo, cuja operação é a base do Princípio da Relevância e que busco confrontar com outros princípios observados nos estudos da cognição, a seguir.

É importante enfatizar que o esquema acima ainda não é congruente com uma proposta de linguagem e tradução devidamente contextualizada em termos cognitivos e biológicos. Entretanto, aprofundarei essa discussão de modo a abordar a tradução a partir de uma perspectiva mais ampla, que leve em consideração a linguagem como um fenômeno inserido na complexidade dos processos cognitivos e, mais genericamente, dos processos biológicos que integram o indivíduo tradutor.

Para encerrar esta seção, gostaria de ressaltar que, em relação à cientificidade para a tradução, buscada por Gutt (*e.g.*, 1991/2000) e outros teóricos da área, é pertinente fazer referência à consideração epistemológica de Alves (1996a), segundo o qual a tradução carece ainda de um objeto de estudo autônomo, no sentido de uma cientificidade estrita. Isso porque o processo de atribuição e avaliação de semelhança interpretativa ótima entre os efeitos contextuais de duas unidades de tradução recíprocas (entre dois enunciados, para Gutt, 2000, ou entre duas formas proposicionais, para Alves, 1996a), uma na língua-fonte e outra na língua-alvo, extrapola o âmbito dos processos exclusivamente tradutórios, de modo a incluir-se entre os processos lingüístico-pragmáticos em geral. Dessa perspectiva, concluo que não há um “módulo” tradutório, assim como não há propriamente um módulo lingüístico que possa ser dissecado e isolado sob uma objetividade estrita. Insisto que um recorte demasiado “asséptico” para fenômenos da linguagem, cognição ou tradução pode perder de vista as interseções e imbricações que operam na constituição de seus processos. Por isso, parece que a Pragmática e as ciências cognitivas têm muito a contribuir para os estudos da tradução, que, por sua vez, certamente, retornarão valiosos desdobramentos para aquelas áreas.

A seguir, farei algumas considerações a respeito das AC no contexto das ciências cognitivas, procurando, ocasionalmente, confrontá-las com alguns dos pressupostos da TR mencionados até aqui.

3. ABORDAGENS CONEXIONISTAS

3.1. BREVE HISTÓRICO

David A. Medler (1998) comenta que, dado o seu caráter multidisciplinar, o conexionismo tem sido aplicado aos mais diversos campos do conhecimento, mas são as ciências cognitivas que mais têm se beneficiado dos seus avanços. Ele afirma que o surgimento do conexionismo não se dá nos anos 80, como muitos pensam, mas pode ser traçado desde a Grécia antiga, com as idéias de associações mentais, de Aristóteles. Além do mais, para entender a sua evolução e situar o conexionismo no contexto apropriado, é preciso rever as contribuições das várias disciplinas relacionadas (Filosofia, Psicologia, Neuropsicologia, Matemática, Ciência da Computação).

Medler define o conexionismo, nas ciências cognitivas, como “uma teoria de processamento de informações”³ (Medler, 1998: 21). Diferentemente dos sistemas clássicos, que utilizam o processamento seriado e hierárquico de símbolos, o conexionismo adota um tipo de processamento em paralelo de subsímbolos, usando propriedades estatísticas, ao invés de regras lógicas para transformar informações, além de buscar um certo nível de plausibilidade neurofisiológica para o funcionamento das suas redes. Assim, pressupõe-se que os nódulos (ou unidades de processamento) das redes conexionistas devam ter propriedades semelhantes às dos neurônios, que são as unidades de processamento do cérebro, quais sejam: (i) ser um dispositivo de entrada que recebe sinais/estímulos do meio ou de outros neurônios; (ii) ser um dispositivo integrador e manipulador de insumos; (iii) ser um dispositivo condutor das informações integradas; (iv) ser um dispositivo emissor de informações para outros neurônios ou células; (v) ser um dispositivo que transforma um tipo de informação em outro; e (vi) ser um dispositivo representacional.

Portanto, uma rede é composta de unidades de ativação (nódulos), que são conectadas em paralelo entre si, constituindo diferentes arquiteturas, cujas conexões têm diversos graus de força, ou pesos. As conexões podem transmitir estímulos uni ou bidirecionalmente e, dependendo de sua força, podem ser exci-

³ Minha tradução de: “Connectionism – within cognitive science – is a theory of information processing.”

tatórias ou inibidoras. As suas arquiteturas podem ser predefinidas (*hardwired*), aprendidas (criadas a partir dos processamentos) ou uma combinação de ambas.

Apresentando um modelo para redes conexionistas, o chamado *Aprendizado Hebbiano*, Donald O. Hebb (1904-1985) reduziu as evidências do funcionamento neurofisiológico a duas categorias: (i) existência de atividade cerebral contínua com certas propriedades e (ii) natureza da transmissão sináptica no sistema nervoso central. Segundo Hebb (1949), a estimulação contínua de determinados receptores leva à lenta formação de agrupamentos celulares que podem funcionar como sistemas fechados quando o estímulo cessa. Os conhecimentos de neurofisiologia da época não ofereciam sustentação empírica suficiente para confirmar ou negar as hipóteses de Hebb (1949); entretanto, atualmente, as pesquisas têm mostrado que a LTP (Potenciação de Longa Duração) tem seus mecanismos regulados pelo *Aprendizado Hebbiano*. Esse é certamente um princípio de funcionamento neuronal que pode fundamentar conceitos como memória e representação. A esse respeito, Medler (1998: 31) afirma que:

No conexionismo, o aprendizado hebbiano é um algoritmo de treinamento não supervisionado, no qual a força (peso) sináptica é aumentada sempre que o neurônio de origem e o de destino são ativados ao mesmo tempo. Uma extensão natural disso é a redução da força sináptica quando ambos estão inativos ao mesmo tempo.⁴

Medler (1998) ressalva que há grandes limitações em relação ao *Aprendizado Hebbiano* a partir do algoritmo proposto, mas existem variações desse algoritmo que procuram suprir tais limitações.

Referindo-se aos primeiros modelos computacionais do conexionismo, o autor destaca que, uma vez conhecidos os princípios de aprendizado e de inteligência dos sistemas vivos, seria possível simular tais princípios em sistemas artificiais. Nesse sentido, o computador permitiu um grande salto no estudo das redes conexionistas, levando ao aprofundamento de seus conceitos e princípios, com o desenvolvimento dos modelos de “Perceptrons” (Rosenblatt, 1958) e “Pandemonium” (Selfridge, 1959).

⁴ Minha tradução de: “Within connectionism, Hebbian learning is an unsupervised training algorithm in which the synaptic strength (weight) is increased if both the source neuron and target neuron are active at the same time.”

Por outro lado, a limitação dos conceitos de simples *perceptrons* quase levou ao abandono do conexionismo. O *perceptron* é um dispositivo de computação paralela teoricamente concebido, que tem uma camada de unidades sensoriais (S), um certo número de camadas de associação (A) e uma camada final de resposta (R). A sua grande limitação é que as conexões entre a camada S e as camadas A são fixas, redundando num sistema S-R (estímulo-resposta) cujo poder computacional é muito limitado.

Medler (1998) afirma que o trabalho de Minsky & Papert (1969) marca o limite entre o velho e o novo conexionismo. Destacando as contribuições do velho conexionismo, o autor afirma que esse se caracteriza pela existência de dois tipos de redes: o primeiro tipo é constituído de redes pequenas, treináveis, com uma única camada de *perceptrons*, sendo computacionalmente limitadas; enquanto o segundo tipo inclui redes maiores, computacionalmente poderosas, geralmente pré-configuradas (*hardwired*), mas, embora possam ter uma camada de pesos treináveis, como as redes *Pandemonium*, têm uma capacidade de aprendizado limitada. A limitação do velho conexionismo era não conseguir combinar esses dois tipos de redes. Apesar disso, essa fase serviu de base para os estudos do novo conexionismo, que agora contam com os avanços da neurofisiologia, que vem corroborando alguns de seus postulados, e também da Ciência da Computação, que permite a construção de modelos mais complexos.

Referindo-se às arquiteturas conexionistas modernas, Medler (1998) destaca três tipos:

(i) O modelo de recuperação de informação a partir de conhecimentos armazenados, IAC (Ativação e Competição Interativas, de J. McClelland, 1981), que, apesar de não aprender, apresenta várias características da cognição humana não encontradas nos sistemas clássicos e, seguido pelas redes ART (teoria da ressonância adaptativa) de Grossberg (1976) e pelos mapas de auto-organização de Kohonen (1982), faz a ligação do velho com o novo conexionismo.

(ii) A arquitetura PDP, que se constitui de multicamadas treináveis com o algoritmo de retropropagação de Rumelhart, Hinton & Williams (1986). É a rede mais conhecida e aplicada atualmente, cujo algoritmo serve tanto para realização de tarefas de aproximação de funções como para classificação de padrões. A crítica feita ao modelo PDP é que ele trabalha com o mapeamento está-

tico, diferentemente do sistema dinâmico e multidimensional do sistema nervoso. Por outro lado, a recorrência observada nesse tipo de arquitetura indica um grande potencial de processamento temporal, visto que essas redes reutilizam os próprios produtos como novos insumos.

(iii) O terceiro tipo de arquitetura é uma variação das redes PDP, desenvolvida por Dawson & Schopflocher (1992), que usa o mesmo algoritmo de aprendizado que os modelos PDP, mas que, por outro lado, utiliza uma função de ativação monotônica que apresentaria vantagens sobre as redes com padrões de retropropagação (por exemplo, conseguem resolver problemas linearmente inseparáveis com menos camadas ocultas que as redes-padrão).

Para Medler (1998), o marco do novo conexionismo foi a descoberta de métodos de treinamento de redes de várias camadas. Com o desenvolvimento da rede PDP genérica, foi necessário fazer a distinção entre a arquitetura da rede e o algoritmo de aprendizagem utilizado, o que possibilitou um dimensionamento mais adequado para a solução de problemas. Portanto, a separação entre arquiteturas e algoritmos permitiu:

- (i) que fossem abordadas questões relativas à “plausibilidade biológica” de certos algoritmos de aprendizagem (e.g. retropropagação) sem comprometer a interpretação e os resultados finais da rede treinada e (ii) que se determinasse se as diferenças no desempenho da rede eram devidas a discrepâncias na arquitetura ou a modificações do algoritmo de aprendizagem. (Medler, 1998: 51)⁵

Apesar de tal distinção cumprir a importante função de explicar e testar sistematicamente as relações entre arquiteturas conexionistas e regras de aprendizagem, é preciso tomar o cuidado de, a partir dessa abstração, não adotarmos a concepção bastante corrente nas vertentes computacionais de cognição de que a parte dura da mente (o *hardware* ou o cérebro) e os programas ou algoritmos (o *software*) são separáveis ou distintos. Acredito que seja fundamental considerar algumas implicações biológicas de certos processos cognitivos, ainda que lidando com certos conceitos relativamente

⁵ Minha tradução de: “[...] (i) address concerns about the ‘biological plausibility’ of certain learning algorithms (e.g., backpropagation) without compromising the interpretation and final results of the trained network, and (ii) determine if differences in network performance are due to architectural discrepancies or modifications of the learning algorithm.”

mentalistas e não necessariamente dependentes de padrões biológicos mais gerais. Desse modo, pretendo caminhar no sentido de superar ou amenizar tais limitações e situar os processos cognitivos descritos pela TR e pelas AC num arcabouço mais plausível em termos biológicos, a fim de que dêem conta de responder mais satisfatoriamente às questões relativas à tradução e à competência do tradutor.

Prosseguindo com o histórico do conexionismo, observa-se que a *Regra Delta Generalizada* (GDR) foi um importante fator para o resgate do conexionismo na segunda metade da década de 80, com o trabalho de Rumelhart, Hinton & Williams (1986), uma vez que a proposta inicial, contida na noção de *perceptrons*, chegara a um limite intransponível. A GDR é uma forma básica de procedimento de retropropagação de erros, a qual contribui para a predição e controle em sistemas maiores. Werbos (1995: 135; *apud* Medler, 1998: 54) define a retropropagação de duas formas:

1. Retropropagação é um procedimento para o cálculo *eficiente* de derivadas de certa quantidade de *outputs* de um sistema não-linear, com relação a todos os *inputs* e parâmetros desse sistema, por meio de cálculos retornando os *outputs* como *inputs*. Isso permite a implementação 'local' da arquitetura paralela (ou *wetware*).
2. Retropropagação é qualquer técnica para adaptar os pesos de parâmetros de um sistema não-linear, usando, de algum modo, aquelas derivadas ou equivalentes.⁶

Sem ter a pretensão de me aprofundar na complexidade e especificidade dos cálculos envolvidos nas definições acima, avalio o procedimento de retropropagação em relação à percepção de certos princípios cognitivos. A não-linearidade do sistema, a possibilidade de um estímulo retropropagar-se, a sua implementação em paralelo, a capacidade de o próprio sistema "calibrar" o valor dos pesos de suas conexões em função dos estímulos, entre outras, são características que apontam para a plausibilidade biológica das redes conexionistas, mesmo que ainda haja limitações

⁶ Minha tradução de: "1. Backpropagation is a procedure for *efficiently* calculating the derivatives of some output quantity of a nonlinear system, with respect to all *inputs* and parameters of that system, through calculations proceeding *backwards* from outputs to inputs. It permits 'local' implementation on parallel hardware (or wetware). 2. Backpropagation is any technique for adapting the weights of parameters of a nonlinear system by somehow using such derivatives or the equivalent."

e incongruências nesse sentido. Em linhas gerais, a regra de retropropagação de erros permitirá que uma determinada rede conexionista “aprenda” por meio de uma equação que irá comparar o produto de um ciclo computacional com aquele prefixado como parâmetro, normalmente externo ao sistema. Tendo feito isso, o sinal é retropropagado pela rede a fim de que os pesos sejam reajustados e o erro seja reduzido no próximo ciclo. Observa-se que o processo de “aprendizado” da rede não se dá pela fixação de algoritmos e parâmetros predefinidos, mas ocorre gradualmente através de tentativas e erros, ou da gradual correção de erros, até que esses cheguem a um patamar mínimo e o produto da computação praticamente iguale-se ao fixado como ideal.

Nessa perspectiva, é interessante pensarmos que o produto fixado como ideal é um parâmetro externo à computação da rede, isto é, a forma como uma rede se organizará não depende exclusivamente de fatores internos – de sua estrutura –, mas será fortemente direcionada por fatores do meio. Outro aspecto que nos chama a atenção nessa proposta é a capacidade computacional de se comparar um determinado produto com algum valor preestabelecido – tal capacidade pode ser observada em outros processos biológicos, nos quais a “comparação” se dá pelo estabelecimento de limites bioquímicos na regulação do metabolismo dos seres vivos. Paralelamente, vislumbro também essa propriedade de regulação e equilíbrio no Princípio da Relevância, que pode ser descrito, pois, como um mecanismo de comparação entre os efeitos cognitivos de um processamento inferencial e seu respectivo esforço.

Outro avanço importante para as AC foi a postulação das *Redes Recorrentes*. “Uma rede recorrente é definida como aquela em que ativações de unidades ocultas ou os valores de saída são retroalimentados na própria rede como insumos.” (Medler, 1998: 57). Observa-se aqui, também, o recurso de retropropagação em funcionamento; porém, é introduzido um outro nível de camadas ocultas, o qual possibilita que o sistema armazene estados de ativação imediatamente anteriores e, assim, possam se estabelecer relações temporais. Considerando a possibilidade de ampliação desses níveis de camadas e o aumento da complexidade entre suas conexões, podemos imaginar uma concepção de memória bem mais versátil

⁷ Minha tradução de: “A recurrent network is defined as one in which either the network’s hidden unit activations or output values are fed back into the network as inputs.”

e plausível que aquela localizada, estática e simbólica proposta pelas vertentes cognitivistas.

Enfim, as AC estão em busca de novas arquiteturas e regras de aprendizagem. E, apesar da almejada plausibilidade biológica ainda não ser uma meta satisfatoriamente contemplada e, às vezes, até mesmo ignorada por alguns pesquisadores da área na atualidade, ela é certamente um balizador para muitos outros (e.g. Elman et al., 1996).

Ao se trilhar esse breve percurso histórico, percebe-se que o conexionismo não é meramente uma forma de associacionismo, como propõem alguns de seus críticos, já que se tem mostrado como um valioso instrumento computacional para as ciências cognitivas, apontando possibilidades concretas de desenvolvimento de comportamentos complexos a partir de sistemas sem regras *a priori*. Além disso, tem havido um direcionamento para o desenvolvimento de uma terceira geração de redes neurais, através das quais se vislumbra uma maior plausibilidade biológica e a melhoria do desempenho e da interpretabilidade em relação às redes das gerações anteriores.

3.2. REGRAS, REPRESENTAÇÕES E RACIOCÍNIO

Nesta seção, pretendo discutir, a partir da perspectiva do conexionismo, questões e conceitos como regras, representações e raciocínio (geralmente tratadas de forma sedimentada nas abordagens cognitivistas). É também a partir da perspectiva conexionista, mais plástica, que quero abordar os fenômenos relativos à competência do tradutor.

McClelland (1999: 137), na entrada *Cognitive Modeling, Connectionist*, da MIT Encyclopedia of Cognitive Sciences, destaca que o propósito dos modelos conexionistas é “entender os mecanismos da cognição humana através do uso de redes simuladas com unidades de processamento simples e semelhantes àquelas dos neurônios.”⁸ Os processos cognitivos implementar-se-iam muito mais como raciocínios intuitivos e implícitos do que através da aplicação de algoritmos desenhados *a priori*, como propõem as correntes racionalistas das ciências cognitivas. Assim, McClelland (1999: 137) enfatiza que:

⁸ Minha tradução de: “[...] to understanding the mechanisms of human cognition through the use of simulated networks of simple, neuronlike processing units.”

Uma vez que os modelos conexionistas apreendem a cognição no nível microestrutural, uma caracterização mais sucinta de um processo cognitivo – especialmente aquele temporalmente estendido ou que envolva raciocínio verbal explícito –, às vezes, pode ser dada por meio do uso de uma estrutura de modelagem simbólica. Entretanto, vários conexionistas defendem que a microestrutura conexionista subjaz todos os aspectos da cognição humana e uma abordagem conexionista deve ser necessária para dar conta das realizações mais surpreendentes do raciocínio humano e da capacidade de solucionar problemas, dado que tais realizações emergem do raciocínio subliminar e implícito e/ou da imaginação, em oposição à derivação algorítmica.⁹

Em relação à citação acima, podemos nos remeter primeiramente à discussão proposta por Searle (1992/1997) sobre a natureza da consciência, cujo substrato deve ser o conjunto de microprocessos neuronais. Podemos também nos remeter à TR e lembrar que a proposta feita para descrever o processamento inferencial diverge das propostas correntes na Pragmática, no que se refere à distinção entre inferências dedutivas e não-dedutivas. Normalmente, os estudiosos da Pragmática afirmam que o raciocínio dedutivo não reflete o processamento usual, intuitivo e indutivo, através do qual as inferências não-dedutivas são geradas nas interações comunicativas ordinárias. Todavia, a TR afirma que o princípio que rege as inferências dedutivas é o mesmo que orientará as não-dedutivas. Sperber & Wilson (1986/1995) defendem o princípio de que qualquer processo inferencial é dedutivo, aparentemente contrariando a posição das AC. Entretanto, a postulação de um princípio de dedução não necessariamente segue os estritos postulados da lógica formal. Antes, a TR entende o processamento “dedutivo” a partir de uma perspectiva que suplanta a noção puramente lógica e binária, atribuindo um amplo espectro de forças de verdade às premissas (ou *suposições*, conforme denomina a Teoria) envolvidas nos processos inferenciais. Assim, a TR apresenta uma interessante proposta em relação à tão discutida distinção entre processos de-

⁹ Minha tradução de: “Because connectionist models capture cognition at a microstructural level, a more succinct characterization of a cognitive process – especially one that is temporally extended or involves explicit, verbal reasoning – can sometimes be given through the use of a more symbolic modeling framework. However, many connectionists hold that a connectionist microstructure underlies all aspects of human cognition, and a connectionist approach may well be necessary to capture the supreme achievements of human reasoning and problem solving, to the extent that such achievements arise from sudden insight, implicit reasoning, and/or imagining, as opposed to algorithmic derivation.”

dedutivos e indutivos. Pode-se, até mesmo, incluir aí uma terceira categoria, o processamento abdutivo (cf. Peirce, 1931-66; *apud* Robinson, 1997), que é normalmente considerado um tipo de processo assistemático de produção de conclusões e conhecimentos.

Em resumo, com a noção de variabilidade para a força de verdade das *suposições* a serem ativadas durante os processos inferenciais, a distinção entre dedutivo, indutivo e abdutivo deixa de ser fundamental na categorização do processamento em questão, uma vez que esse se implementará pela conjunção das diferentes forças de verdade das *suposições* ativadas no contexto inferencial emergente. Isso acaba por redundar em uma visão muito mais funcional do que lógico-formal para os processos inferenciais e de raciocínio – esse último, seria, portanto, tão-somente uma forma mais dedutiva, mais consciente que os processos inferenciais não-dedutivos. Enfim, o raciocínio dedutivo é uma categoria de processo inferencial mais lento, mais consciente, que opera com *suposições* cuja força de verdade é maior. O que fará diferença entre os níveis de processos inferenciais será muito mais a duração e a velocidade com que serão implementados e o grau de confiabilidade (de valor de verdade) das *suposições* utilizadas do que propriamente uma natureza diferenciada de processamento. Observa-se, portanto, uma interessante possibilidade de convergência entre TR e AC, em que a distinção entre dedutivo, indutivo e abdutivo deixa de ser qualitativa e torna-se quantitativa – uma questão muito mais de graus de consciência e de duração dos processos.

Ainda discutindo as diferenças entre as AC e as concepções modulares de cognição, constata-se que, para as primeiras, uma representação mental tem um caráter mais dinâmico do que aquela proposta pelas correntes racionalistas e modularistas. Essas últimas atribuem um endereço específico no sistema cognitivo para o armazenamento de uma informação qualquer. As AC propõem o conceito de *perceptron*, como vimos acima, que seria um padrão de ativação das unidades de processamento. Desse modo, o conhecimento e a cognição têm relação com o peso (força) das conexões entre essas unidades, e esse peso está em constante adaptação e reconfiguração. A partir dessa perspectiva, a percepção do ambiente externo é altamente dependente da configuração interna, o que contraria as predições modularistas de que os processos de percepção seriam basicamente de decodificação de *inputs*. Da mesma forma que o conexionismo dispensa a existência

a priori de qualquer regra ou algoritmo para a implementação dos processos cognitivos, também o faz para os processos especificamente relacionados à linguagem. O conexionismo apresenta, então, alternativas para vários dos mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e de interpretação que vinham sendo ignorados por teorias tradicionais, as quais não aceitam a concepção de língua como um sistema de *quase regularidades*, que se implementa através da satisfação de restrições em relação a fatores sintáticos, semânticos e contextuais (cf. Rumelhart, 1977; McClelland, 1987). Por outro lado, os modelos conexionistas ainda não dão conta de explicar aspectos do funcionamento cognitivo considerados de “nível mais alto”, como o processamento inferencial, o raciocínio dedutivo e a solução de problemas. Contudo, os modelos de *Redes Recorrentes* apontam para descobrimentos promissores em relação a essa limitação, uma vez que sistematizam aspectos temporalmente estendidos da cognição.

3.3. REPENSANDO O INATISMO

Jeffrey Elman et al. (1996), em *Rethinking Innateness: a Connectionist Perspective on Development*, abordam questões fundamentais tanto para as ciências cognitivas quanto para os estudos da linguagem e do desenvolvimento. Considero esse trabalho uma importante referência para as discussões desenvolvidas neste capítulo, já que se propõe a reavaliar questões como o inatismo (ou determinismo genético) e o sócio-interacionismo no desenvolvimento cognitivo dos seres humanos.

Uma importante questão discutida pelos autores é a distinção rígida entre o que é inato e o que é aprendido, o que nos leva a perceber que a fronteira entre os dois territórios é bem mais tênue do que pretende a concepção inatista de cognição. Ou seja, não se nega a existência de uma estrutura internamente determinada pelo desenvolvimento filogenético da espécie; porém, o desenvolvimento dessa estrutura interna sempre dependerá das suas interações com o meio. Nesse sentido, não haveria um inatismo estrito, em que um “programa” estaria sendo posto em execução independentemente de qualquer restrição externa.

Em relação à organização do sistema cognitivo, os autores não descartam que essa possa apresentar um certo nível de

modularidade. A grande diferença em relação às concepções modularistas mais tradicionais é que, naquele trabalho (Elman et al., 1996), afirma-se que o sistema cognitivo não começa com uma estrutura modular, mas pode-se tornar modular em certos níveis, a partir da recursão de alguns processos ao longo do desenvolvimento.

Em termos comportamentais, o que para o cognitivismo estrito é postulado como um processo modular, com a implementação de formas lógicas geneticamente pré-configuradas, para o conexionismo é o resultado do estabelecimento de determinadas rotinas, que se traduzem como a estabilização de certos estados de ativação e da recursão desses ao longo da vida do indivíduo. Com relação ao estabelecimento de determinados padrões fonéticos e fonológicos, por exemplo, os autores explicam que “o que parece um conhecimento fonotático determinado por regras surge simplesmente como resultado de processos estatísticos presentes no léxico”¹⁰ (Elman et al., 1996: 89).

Tratando das implicações conceituais de representação, os autores comentam que os modelos conexionistas trabalham com a noção de representações tanto localizadas quanto distribuídas. A vantagem das primeiras é que os modelos são mais previsíveis, mas, por outro lado, mais limitados. As representações distribuídas são mais poderosas e também mais plausíveis em termos de comportamento. Nesse último caso, “[o]s conceitos estão associados não a unidades individuais, mas ao padrão global de ativações através de todo o sistema”¹¹ (Elman et al., 1996: 91).

Elman et al. (1996) também destacam o princípio da similaridade como aquele que permite às redes conexionistas estabelecer relações entre entidades externas (insumos e produtos) a partir da implementação de processos de reorganização interna e, assim, produzir generalizações que apontam para um certo tipo de “inteligência” e até mesmo plausibilidade em relação a aspectos do desenvolvimento cognitivo humano. Vislumbra-se novamente um interessante grau de congruência entre esse comportamento e a postulação do Princípio da Relevância. As AC apresentam-se como uma possibilidade promissora de situar os mecanismos inferenciais explicados pela TR na sua base causal, ou seja, a partir dos

¹⁰ Minha tradução de: “[Thus] what looks like rule-guided phonotactic knowledge arises simply as a result of the statistics which are present in the lexicon.”

¹¹ Minha tradução de: “Concepts are associated, not with individual units, but instead with the global pattern of activations across the entire ensemble.”

processos neurobiológicos. É bem verdade que, como uma teoria de base pragmática, a TR não persegue tal objetivo; mas, como sugere Gonçalves (2003), a busca de uma certa plausibilidade biológica é um aspecto importante para o desenvolvimento e aprofundamento das teorias sobre linguagem, cognição e tradução, entre outras. Portanto, como argumentei anteriormente, a TR apresenta um princípio funcional que explica por que certas *suposições* são mais facilmente ativadas que outras nos processos inferenciais; no entanto, não tem como objetivo apresentar a descrição de como os contextos inferenciais são constituídos ou de como determinadas entidades representacionais são ativadas e comparadas, deixando que isso seja feito pelas ciências cognitivas: “Uma proposição pode ser ativada, e aceita, com diferentes graus de confiança. Explicações de como isso pode ocorrer devem ser apresentadas por qualquer teoria cognitiva adequada.”¹² (Wilson & Sperber, 1991: 385).

O conexionismo, trabalhando com sistemas de cálculo não-lineares, apresenta-nos uma poderosa metáfora para a descrição dos processos cognitivos e utiliza simulações computacionais para observar o comportamento de seus modelos e, em certos casos, sua relação com o desenvolvimento humano. A preocupação com a Biologia e com os aspectos sócio-interativos é uma constante no trabalho de Elman et al. (1996), que certamente se enquadram entre os teóricos das AC que encaram desenvolvimento, evolução, interação, linguagem contextualizada e plausibilidade biológica como parâmetros essenciais para o desenvolvimento de suas pesquisas.

Tentar entender traços individuais sem considerar o modo como interagem no indivíduo como um todo é uma tarefa desastrosa; e também o é tentar entender indivíduos no todo sem considerar como interagem nas sociedades e evoluem ao longo do tempo. Estamos muito interessados no modo como as coisas podem ser inatas e não vemos como isso pode ser compreendido a não ser que se considere a perspectiva evolucionista.¹³ (Elman et al., 1996: 106)

¹² Minha tradução de: “A proposition may be put forward, and accepted, with varying degrees of confidence. Some account of how this can happen must be provided by any adequate theory of cognition.”

¹³ Minha tradução de: “Trying to understand individual traits without regard for the way they interact in the whole individual is a doomed enterprise; and so is trying to understand whole individuals without regard for the way they interact in societies and evolve over time. We are very interested in ways that things can be innate, and we do not see how this can be understood unless one takes an evolutionary perspective.”

3.4. ALGUMAS IMPLICAÇÕES PRELIMINARES SOBRE AS AC

Observa-se que os modelos conexionistas da primeira geração apresentavam a intenção de criar redes com um determinado grau de plausibilidade biológica; porém, as limitações tecnológicas e a priorização de outros aspectos colocaram essa intenção num segundo plano. Posteriormente, com os avanços da neurofisiologia e o desenvolvimento das ciências cognitivas e dos recursos computacionais, a tese da plausibilidade biológica retoma fôlego através das mais recentes propostas de desenvolvimento de redes conexionistas.

Não tenho a pretensão de tomar os modelos conexionistas como uma radiografia dos processos neurofisiológicos humanos. A idéia é que os primeiros sejam vistos como uma metáfora para tais processos. Acredito que os modelos conexionistas apresentam mecanismos operacionais que procuram simular alguns princípios estruturais e funcionais do sistema nervoso humano, sem a pretensão de retratar toda a complexidade desse último. A noção de representação defendida pelo conexionismo ganha um caráter bem mais dinâmico que aquela postulada pelas correntes clássicas do cognitivismo – essas últimas pressupõem o isomorfismo (concepção de um modelo interno que representa fielmente uma realidade externa objetiva) como base de interação entre o indivíduo e o mundo externo. Por outro lado, o conexionismo propõe a noção de representações a partir de estados de ativação de redes (ou estados emergentes), além de postular a constante reconfiguração desses estados, dado que as conexões terão um gradiente de resposta variável, conforme a estimulação que receberem. Com isso, apreendem-se, a partir do conexionismo, modelos bem mais plausíveis em relação à variabilidade de comportamentos e crenças do ser humano ao longo de sua história de vida ou ontogenia.

Os modelos e as simulações propostos pelas AC baseiam-se em um padrão de processamento estatístico/probabilístico, em oposição ao simbólico/lógico-analítico dos modelos clássicos modulares de regras e representações. Verifica-se, então, que as formas de aprendizado (humano ou não) empiricamente observáveis têm muito mais relação com os padrões propostos pelos modelos conexionistas do que com os dos sistemas simbólicos modulares.

O meu objetivo aqui é muito mais o de discutir e aplicar princípios do conexionismo aos estudos da linguagem e da tradução do que propriamente utilizar os modelos de redes propostos como uma

forma de validação para as questões discutidas neste capítulo. Tenho clareza de que a complexidade dos estudos de base conexionista não está aqui representada, e nem mesmo foi esse o meu objetivo ao incluir as AC neste capítulo. Vislumbro, principalmente, a possibilidade de encontrar no conexionismo um substrato epistemológico para reflexões nos estudos da linguagem que superem a oposição formalismo *versus* funcionalismo, buscando uma proposta que acomode de forma consistente uma interface entre as duas vertentes, geralmente antagônicas e excludentes. A proposta de diálogo aqui apresentada deve-se à minha percepção de que certas delimitações e fronteiras, usualmente propostas nos estudos da linguagem, cognição e interação, apresentam problemas e controvérsias para a abordagem de alguns dos objetos de estudo em foco. Por isso, acreditando na continuidade e complementaridade entre os vários níveis de processos lingüísticos, pragmáticos, cognitivos e metacognitivos, Gonçalves (2003) propõe o modelo descrito na seção 4.5, o qual procura congrega princípios da TR e das AC, buscando possíveis pontos de contato entre alguns de seus antagonismos.

4. COMPETÊNCIA(S) DO TRADUTOR

4.1. SITUANDO A COMPETÊNCIA NO AMBIENTE COGNITIVO

Apesar de ser um termo cujas implicações conceituais encontram profundas raízes no cognitivismo mais ortodoxo, com uma significativa rigidez nos estudos da linguagem, discutirei a noção de *competência*, visto que adoto aqui uma acepção que não coincide com aquela estabelecida nas áreas de estudo em questão. Para tanto, abordarei, inicialmente, algumas visões e definições correntes nos estudos da linguagem e também nos estudos da tradução.

É relevante mencionar o trabalho de Rothe-Neves (2002), que apresenta um detalhado levantamento sobre as conceituações de competência, contrapondo a postulação de Chomsky (1964/1970 e 1965/1975) à de Hymes (1967). O primeiro defende que a competência lingüística é inata e serve de base para o desenvolvimento da competência pragmática em uma determinada língua. Separa, desse modo, forma de função e pressupõe a supremacia da forma como base para a existência da

função. Por outro lado, Hymes (1967) advoga a supremacia da competência comunicativa, de base interacionista, a qual, a partir da recursão, desenvolverá a sedimentação de estruturas gramaticais. Em outras palavras, pressupõe que a função comunicativa gerará a forma gramatical. Assim, vai de encontro à proposta de Chomsky e, além disso, é congruente com a concepção conexionista de desenvolvimento, já que explica o desenvolvimento a partir da interação e da recursão.

Observa-se aí um confronto teórico entre formalismo e funcionalismo, dedução e indução, processos *top-down versus bottom-up*. Ao utilizar o conexionismo como uma das bases teóricas desta discussão, pressuponho que a constituição de competências desenvolva-se muito mais a partir de processos do tipo *bottom-up*. Entretanto, o funcionalismo que orienta a constituição de tais competências pode, muitas vezes, resultar num significativo grau de formalismo (relacionado ao processamento *top-down*, raciocínio dedutivo etc.). Como sugerem Elman et al. (1996), o sistema cognitivo não começa modular, mas pode apresentar alguns níveis de modularidade após a estabilização de determinadas rotinas processuais. Dessa forma, verifico que a oposição teórica e epistemológica entre as duas vertentes (formalismo *versus* funcionalismo) tende a ser relativizada com a constatação de que há uma significativa complementaridade entre elas. Acredito que essa seja uma das tentativas de contribuição deste trabalho ao contrapor princípios da TR com os das AC.

Mais à frente, voltarei a discutir alguns aspectos da proposta de competência comunicativa de Hymes (1967), que, do meu ponto de vista, é a que mais se relaciona à competência do tradutor. Por ora, definirei essa competência como citada em Rothe-Neves (2002), que conclui que as definições internalistas de competência geral e do tradutor não são suficientes para dar conta da complexidade das habilidades, capacidades e conhecimentos inerentes às tarefas tradutórias. Ele prefere, então, adotar a noção usualmente empregada em contextos informais de que *competência seria o resultado do desempenho ou da capacidade de desempenho*. É importante mencionar que, aqui, desempenho não é tomado como a contrapartida chomskyana à competência – a implementação da competência interna –, mas, muito mais, como uma rotina comportamental que é não só o reflexo, mas também parte de um sistema complexo no qual interagem diversos níveis de processos.

Em resumo, competência evoluiu, na área, rumo a proficiência, que claramente é capacidade de desempenho. Assim, WILSS define competência como “técnicas culturais que contribuem para o domínio de nossa realidade cotidiana” (op. cit.: 1), ou, nas palavras de Jean Deslisle, que cita, “fazer com facilidade o que outros fazem com esforço” (id., ibid.). (Rothe-Neves, 2002: 71)

Rothe-Neves aponta, ainda, uma definição de competência do tradutor que considera útil, qual seja, a perspectiva postulada por Alves, Magalhães & Pagano (2000). Em seguida, apresenta o modelo de Keen (1988) como sendo aquele que poderia sistematizar a concepção de competência, que, juntamente com a de Alves, Magalhães & Pagano, ora entendo como pertinente e produtiva para os fins desta discussão.

Do meu ponto de vista, o termo “competência” pode ser ainda útil, se compreendido como “todos aqueles conhecimentos, habilidades e estratégias que o tradutor bem-sucedido possui e que conduzem a um exercício adequado da tarefa tradutória” [171: 13], condizendo com o que foi apresentado e discutido até agora neste trabalho. Nestes termos, importa discutir o modelo de competência segundo Keen [125] - FIG. 2. No modelo de Keen, competência é definida como “a habilidade de realizar determinada tarefa com o auxílio e apoio” em mãos, com o sentido de “ser capaz” (*being able*, op. cit., p. 41). Pode, assim, ser vista não como a fonte, mas como “o resultado do desempenho de um indivíduo ou de um grupo” (id., ibid.). É mais do que apenas o conhecimento necessário para a realização de determinada tarefa, incluindo ainda a experiência, as habilidades, os valores envolvidos etc. (Rothe-Neves, 2002: 42).

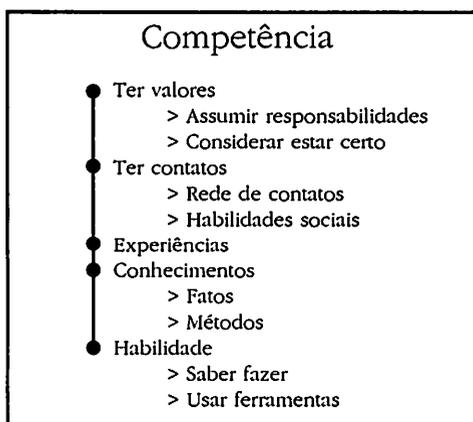


Figura 1 - Componentes da competência, segundo Keen (1998).

Fonte: Rothe-Neves (2002: 72-73).

Desse modo, compartilho com Rothe-Neves (2002) e Alves, Magalhães & Pagano (2000) a concepção de que eventos comportamentais podem ser a base para entendermos e definirmos a competência do tradutor, ou, talvez mais precisamente, o tradutor “competente”. Sob essa perspectiva, talvez menos rigorosa que uma formalização mais estrita de competência ou competência do tradutor, constata-se a complexidade e a pluralidade dessa competência.

A título de ilustração e para o enriquecimento desta discussão sobre competências, citarei alguns trechos da entrevista concedida pelo antropólogo, sociólogo e educador, Professor Philippe Perrenoud, da Universidade de Genebra, Suíça, ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, no dia 19 de novembro de 2001. Em vários momentos, foi discutida a definição e a abrangência do termo competência, o que me pareceu muito pertinente às questões aqui levantadas.

[entrevistador] O que é a competência de uma forma simples para um professor que está lendo [...] seu livro?

[Perrenoud] Deve-se dizer aos professores e responsáveis pela educação que o conceito de competência não é claro, não é simples, não é um consenso, não só ideológico, mas conceitual e teórico. Que não digam: “Todos sabem o que é competência, menos eu.” Na realidade, ninguém sabe exatamente o que é, e cada conversa o leva a mudar. Para mim competência não é necessariamente sempre de alto nível, também pode ser um *savoir faire*. Há vários... [...] níveis [...]. É normal que nenhum autor as defina do mesmo modo. Até o mesmo autor pode variar a sua definição de uma página para outra. Em parte, é normal, pois é o que se passa; é saber o que é mais difícil: como o espírito humano dita nossas ações; como chegamos a tomar decisões, a pensar a realidade; a fazer escolhas e, depois, guiar e regular essas escolhas. Portanto, é toda a complexidade do espírito humano que está em questão. Uma palavra não basta para descrever tudo isso. Competência é uma palavra muito abrangente para descrever um conjunto de funções cognitivas.

[...]

[outro entrevistador] [...] eu gostaria de ouvi-lo mais nessa [sic] questão que eu coloco. COMPETÊNCIA ou COMPETÊNCIAS? As competências já não seriam [...] substituições para capacidades, habilidades, saberes etc.?

[Perrenoud] Para mim é no plural, necessariamente. Pode-se, claro, designar competência no singular como forma de qualificação global. Mas, pelo perfil, pelos professores, nem todos sabem fazer as mesmas coisas.

[...]

O que impressiona em certos sistemas educacionais da Europa e na América do Norte é certa precipitação em passar de um programa orientado para o conhecimento para um programa orientado para as competências, como se fosse importante mudar de paradigma em dois anos...¹⁴

No trecho acima, observa-se uma distinção entre os termos *conhecimento* e *competência* correntemente utilizada nos estudos da Pedagogia e, algumas vezes, abordada pelas ciências cognitivas através da dicotomia *conhecimento declarativo versus conhecimento procedimental/operativo* (cf. Færch & Kasper, 1987), conforme discutirei a seguir. Tal distinção tem relação com as duas concepções teóricas e didático-metodológicas para a tradução contrapostas pelas propostas de Alves, Magalhães & Pagano (2000) – os quais defendem a necessidade de um aprendizado reflexivo da tradução, isto é, com alto grau de acesso aos conhecimentos declarativos – e Robinson (1997) – que defende a prioridade dos conhecimentos procedimentais no desenvolvimento da competência do tradutor. É importante ressaltar que, nessa distinção entre competência e conhecimento, o primeiro termo relaciona-se mais diretamente com a postulação de competência chomskyana do que com o que venho tentando definir como competência do tradutor.

A distinção entre conhecimentos declarativos e procedimentais, por sua vez, é bastante relevante para o desenvolvimento do modelo de competência do tradutor cognitivamente situada, a ser apresentado na seção 4.5. Fundamentalmente, o conhecimento declarativo indica um saber que poderíamos identificar como proposicional, isto é, significa saber alguma coisa, ou implementar representações de eventos ou estados de coisas. Pelo seu caráter proposicional, implica acesso consciente e processamento nos níveis mais “altos” do sistema cognitivo. Por outro lado, o conhecimento procedimental/operativo indica um “saber fazer”, que não tem necessariamente uma natureza proposicional, mas, muito mais, algorítmica.

Berge & Hezewijk (1999) consideram o conhecimento declarativo não como uma categoria oposta ao procedimental, mas um desdobramento e parte desse. Essa idéia é congruente com o modelo

¹⁴ O texto dessa citação, com exceção da fala dos entrevistadores, reproduz as legendas apresentadas durante o mencionado programa, sendo, pois, uma tradução das falas originalmente em francês.

de Keen (1998), citado anteriormente a partir de Rothe-Neves (2002) e que inclui, entre os diversos níveis de *input* para competência, as categorias de conhecimento (conhecer fatos e conhecer métodos), que podem ser consideradas paralelamente ao declarativo e ao procedimental. Observa-se, também, a congruência com a proposta do modelo cognitivo apresentada neste capítulo, que postula o desenvolvimento de processos cognitivos mais complexos, mais conscientes, a partir de processos mais gerais (que teriam menor grau de complexidade por terem menos camadas de processamento, utilizando-se uma nomenclatura conexionista). À medida que as conexões vão se “complexificando”, outros níveis de processos vão se manifestando. No modelo apresentado na seção 4.5, o próprio conhecimento procedimental desenvolve-se a partir da “complexificação” do nível perceptual – esse último, o mais “modular” dos níveis cognitivos. A maior possibilidade de observarem-se comportamentos “modulares” no funcionamento desse nível de processamento no sistema deve-se basicamente à menor quantidade de variáveis envolvidas (nódulos e conexões, nesse caso), o que possibilita uma maior rotinização dos processos então implementados. Além disso, a maior antigüidade desse nível em relação aos níveis mais “altos”, ou centrais, também favorecerá a sua maior sedimentação. Assim, o nível perceptual do sistema cognitivo apresenta um padrão de comportamento mais modular não exatamente porque o “programa” genético assim o tenha definido. Em termos de arquitetura conexionista, a quantidade de nódulos e a complexidade de conexões são bem mais limitadas que as de outros níveis do sistema. Portanto, estatisticamente, as possibilidades de interação e a diversificação de comportamentos desses subsistemas são bem menores, o que leva a um padrão de operação do tipo estímulo-resposta depois de um período de desenvolvimento relativamente mais curto. Nesse caso, a modularidade é um resultado do funcionamento do sistema, não a sua causa.

Outro aspecto importante em relação à distinção entre conhecimento declarativo e procedimental é levantado por Sun & Slusarz (2001). Também reforçando a tese da complementaridade entre os dois tipos de conhecimento, esses autores discutem a interação e o paralelismo entre conhecimentos implícitos e explícitos, que no caso representam, respectivamente, conhecimentos procedimentais e declarativos. Observam também que os trabalhos com arqui-

teturas cognitivas têm privilegiado quase que exclusivamente os modelos de desenvolvimento de conhecimentos explícitos, com orientação fortemente racionalista, praticamente ignorando os conhecimentos implícitos, ou dando-lhes um destaque muito pequeno. Portanto, Sun & Slusarz (2001) enfatizam a importância dos processos *bottom-up* para o desenvolvimento de conhecimentos. É a partir deles que se construirá a base para a manifestação dos processos *top-down*. Mais uma vez, observa-se a congruência com a abordagem conexionista, tal qual se propõe neste capítulo: a primazia dos processos indutivos para o desenvolvimento dos dedutivos, conforme será descrito no modelo a seguir.

Retomando a oposição entre conhecimento e competência, levantada anteriormente, e em vista dos argumentos acerca dos conceitos de conhecimento declarativo e procedimental, defenderei que a distinção entre eles no domínio processual é muito mais de caráter quantitativo do que qualitativo. Logo, o modelo apresentado na seção 4.5 postula uma continuidade entre os níveis de processamento cognitivo, cujas fronteiras não são necessariamente rígidas e cujo princípio operacional é semelhante.

4.2. OUTRAS CONCEPÇÕES DE COMPETÊNCIA DO TRADUTOR

Nesta seção, discutirei outras definições e concepções de competência do tradutor existentes na literatura.

No artigo *Cognition and the Evolution of Translation Competence*, Shreve (1997) utiliza-se do conceito de competência comunicativa proposto por Hymes (1967), já mencionado, apresentando a seguinte definição para a competência do tradutor:

Competência tradutória é uma forma especializada de competência comunicativa. É tanto saber sobre tradução quanto saber fazer uma tradução. Diz respeito a produzir traduções bem feitas, referencialmente precisas em relação ao texto-fonte e socialmente adequadas nos seus contextos culturais. Diferentemente da competência comunicativa, a competência tradutória não é homogeneamente distribuída entre os membros lingüisticamente aculturados de uma sociedade. Não são todos os que sabem traduzir; aqueles que aprendem a traduzir o fazem pela aquisição de uma história de experiências tradutórias.¹⁵ (Shreve, 1997: 120-121)

¹⁵ Minha tradução de: "Translation competence is a specialized form of communicative competence. It is both knowing about translation and about knowing how to do

Em relação a essa proposta de Shreve, há uma posição com a qual concordo, qual seja, a competência do tradutor é um tipo especializado de competência comunicativa que difere da competência comunicativa bilíngüe, uma vez que se pode observar na prática que indivíduos com competência comunicativa em duas línguas/culturas não serão necessariamente tradutores competentes. Além disso, o fato de se propor o aprendizado da tradução através da aquisição de uma história de experiências tradutórias é congruente com a pressuposição sócio-interacionista de que o desenvolvimento de qualquer competência requer a exposição a determinados tipos de interação e, conseqüentemente, a determinados tipos de insumos. Por outro lado, suponho que a postulação de um tipo de competência “homogeneamente distribuída”, seja ela lingüística ou comunicativa, entre os membros de uma mesma comunidade deva ser relativizada. Uma suposta homogeneidade lingüística pode ser minada pelos vários estudos de variação e mudança lingüística desenvolvidos na atualidade (e.g. Labov, 1994 e 1972; Tarallo & Alkmin, 1987; entre outros). Ainda que se observe um alto grau de *manifestação mútua* (cf. Sperber & Wilson, 1986/1995) nas trocas comunicativas em certos grupos sociais, a homogeneidade de competências aplica-se melhor ao construto do *falante-ouvinte ideal*, proposto pela Gramática Gerativo-Transformacional (e.g. Chomsky, 1957 e 1965/1975), do que às trocas comunicativas corriqueiras.

Shreve (1997), por considerar a competência do tradutor um tipo especial de competência comunicativa, discorda da posição de Harris (1977) e Harris & Sherwood (1978). Estes partem do conceito de tradução natural como desenvolvimento da competência bilíngüe, que resultaria no desenvolvimento da competência do tradutor em um estágio avançado. Assim como Shreve, Toury (1985) também não acredita que o desenvolvimento da competência bilíngüe seja suficiente para o desenvolvimento da competência do tradutor. Lörcher (1986 e 1995), por sua vez, posiciona-se entre aquelas duas perspectivas, visto que distingue as habilidades de bilíngües não-tradutores daquelas de aprendizes de tradução não-bilíngües – aqueles tendem a fazer traduções mais orientadas para o

translation. It is about producing translations that are well formed, referentially accurate with respect to source texts, and socially appropriate in their cultural contexts. Unlike communicative competence, translation competence is not homogeneously distributed among the linguistically enculturated members of a society. Not everyone can translate; those that learn how to translate do so by acquiring a history of translation experience.”

sentido, enquanto estes orientam-se para a transferência no nível formal/lingüístico. Desse modo, Lörcher (1986 e 1995) entende que o desenvolvimento da competência do tradutor demanda o preenchimento das lacunas existentes entre as competências observadas nesses dois tipos de sujeitos. Contudo, ele parte do pressuposto de que a competência bilíngüe é, sim, um importante componente da competência do tradutor. Apesar de concordar que a competência do tradutor seja diferente ou diferenciável da competência bilíngüe, vejo a ponderação de Lörcher (1986 e 1995) como bastante coerente. Além do mais, o estabelecimento das fronteiras entre esses dois tipos principais de competência envolvidos na tradução é, muitas vezes, menos nítido do que se pretende.

Tendo visto essas duas concepções opostas em relação à competência do tradutor – a tradução natural e a posição estratégica –, considero, pois, que a proposta de Lörcher (1986 e 1995) é a mais ponderada e consistente, uma vez que vê a necessidade de complementação recíproca entre as competências bilíngüe e estratégica para a formação do profissional de tradução.

Entendendo também que a competência do tradutor tem muito mais a característica de coordenar e integrar habilidades, estratégias, capacidades e conhecimentos complexos, sendo portanto uma competência múltipla e uma interface entre competências, reitero que a proposta de Alves, Magalhães & Pagano (2000), mencionada anteriormente através de Rothe-Neves (2002), mostra-se também promissora. Essa proposta aponta para a complexidade do fazer tradutório e para a imbricação de vários processos cognitivos na sua constituição. Além disso, desloca a definição de competência da aceção tradicionalmente veiculada pelos estudos da linguagem para o domínio do comportamento.

4.3. “DESFOCANDO” AS FRONTEIRAS ENTRE COMPETÊNCIA LINGÜÍSTICA E COMPETÊNCIA DO TRADUTOR

Nesta seção, discutirei conceitos e concepções de competência do tradutor a partir da proposta de Gonçalves (1998), que também utiliza pressupostos da TR. Há naquele trabalho uma forte influência dos modelos de arquitetura cognitiva modular, o que acaba por implicar uma visão fragmentária da competência e dos processos

tradutórios. Nesses moldes, portanto, Gonçalves (1998) conceitua competência.

O conceito de competência a ser adotado neste trabalho é o seguinte: **corresponde a uma determinada configuração do sistema cognitivo que se manifesta em nível macroprocessual como a habilidade de executar algumas tarefas, tais como falar, traduzir, dirigir um carro, escrever, etc.** Supõe-se que tais habilidades têm naturezas bastante distintas e algumas envolvem configurações cognitivas independentes. Entretanto, há competências que apresentam diversas “áreas” de interseção. A atividade tradutória, por exemplo, envolve grandemente a competência lingüística; a outra parte da competência tradutória envolve a competência pragmática, que se refere aos processos inferenciais. (Gonçalves, 1998: 21; negrito como no original)

Como se pode perceber nessa citação, a noção de competência apresentada é bastante mentalista, uma vez que pressupõe “uma determinada configuração do sistema cognitivo”, ignorando o dinamismo de vários outros processos biológicos que se coadunam para resultar em uma determinada manifestação “macroprocessual” (comportamental), que seria o resultado de múltiplas competências. Por outro lado, menciona “‘áreas’ de interseção” entre elas. Essa sinalização já poderia ser considerada mais congruente com a perspectiva adotada neste capítulo, visto que diversos processos cognitivos, por mais especializados e localizados que se manifestem, estão interligados a toda uma rede cognitiva e biológica que constitui o indivíduo, isto é, tais processos ocorrem muitas vezes paralelamente a (ou melhor, como parte de) toda a fisiologia do indivíduo (neste caso, o tradutor). Em vista disso, adoto aqui uma postura epistemológica que questiona a assepsia e objetividade dos recortes teóricos propostos pelas correntes cognitivistas em relação à localização e independência de vários dos processos cognitivos. Ainda que muito se tenha avançado para o entendimento de tais processos, a visão fragmentária dos mesmos deixa lacunas significativas que, provavelmente, nos têm distanciado de possibilidades mais efetivas do seu aprofundamento.

No trabalho de Gonçalves (1998), é feita uma distinção entre níveis de competência. Haveria competências inatas, geralmente relacionadas ao funcionamento dos módulos mentais (*cf.* Fodor, 1983) e que apresentam como características de processamento a involuntariedade, a automaticidade, a manipulação de insumos e

de produtos específicos, o encapsulamento de informações (fechamento do processo), o localizacionismo (localização dos processos em regiões neuronais geneticamente determinadas) e o serialismo (unidirecionalidade e seqüenciação rígida de processamento). Por outro lado, haveria as competências metacognitivas, muitas das quais relacionadas ao processamento inferencial consciente e que seriam, essencialmente, processos cognitivos centrais. Nessa proposta dicotômica de categorização de competências, a competência lingüística é classificada como inata, e a competência do tradutor, como metacognitiva, sendo, pois, objeto de aprendizagem sistematizada. Argumento aqui que é preciso relativizar ou “desfocar” as fronteiras entre esses dois tipos de competências. O modelo de cognição situando a competência do tradutor, apresentado na seção 4.5, defende que a distinção entre os níveis de processamento cognitivo é mais quantitativa do que propriamente qualitativa.

Tentando reavaliar os limites entre competências inatas (geralmente supostas como comuns à grande maioria dos indivíduos da espécie) e competências metacognitivas (aquelas que precisam ser aprendidas ou treinadas sistematicamente), acredito que se possa ir mais além e, talvez, repensar também os limites entre o que é lingüístico, pragmático, cognitivo ou cultural. Obviamente que a questão não é simplesmente propor que todas essas categorias de fenômenos sejam inseparáveis e indistintas. Entretanto, a abordagem estanque de qualquer dessas áreas de conhecimento, sem considerar simultaneamente aspectos das outras, levará a uma visão limitada do que se pretende como objeto de estudo. O principal referencial da pesquisa de Gonçalves (2003) é, sem dúvida, o da Lingüística. Todavia essa não é tomada como um sistema autônomo, já que a linguagem não se realiza sem a interseção de outros tantos níveis de processos – os cognitivos, os culturais, os biológicos, só para mencionar os mais significativos.

Como pudemos observar, a proposta de Gonçalves (1998) tem um caráter excessivamente mentalista para a noção de competência, não contemplando os aspectos “não-cognitivos”, principalmente aqueles relativos à interação na constituição das diversas competências envolvidas na execução de diferentes atividades. Além disso, observa-se pouco dinamismo nessa concepção, visto que define competência como um produto acabado (“uma determinada configuração do sistema cognitivo”). Tal visão se opõe àquela defendida neste capítulo, que, de forma congruente

com as propostas tanto da TR quanto do Conexionismo, define a cognição como um constante processo de reconfiguração, integrada a um contexto mais amplo. Portanto, venho buscando uma visão menos apriorística e estática em relação à definição de competências. Mesmo que a constituição de competências encontre limites, seja de ordem ontogênica ou filogenética, a sua variabilidade é patente e só é explicável frente ao enorme número de possibilidades de configuração e reconfiguração dos seres humanos como sistemas biológicos plásticos e em constante adaptação frente aos processos de co-construção interativa com o seu meio físico e social.

Assim, mais uma vez reitero a pluralidade da competência do tradutor (CT, daqui em diante) e a imbricação de várias capacidades, habilidades e conhecimentos na sua constituição e a relativa dificuldade de se isolarem componentes discretos para o estudo da mesma. Apesar dessa dificuldade, proporei na próxima seção um recorte entre CT geral e específica, o que considero importante pelas suas implicações não somente teóricas, mas também práticas e didático-metodológicas.

4.4. DISTINGUINDO CT GERAL E ESPECÍFICA

Depois de “desfocar” as fronteiras entre competência lingüística e CT, pretendo buscar um outro foco para essa última. Assim, com base nas discussões anteriores deste capítulo, proporei duas categorias de CT: geral (CTg, daqui em diante) e específica (CTe, daqui em diante). Como já mencionei, a proposta de Alves, Magalhães & Pagano (2000) parece elucidativa no que concerne à CT. Entretanto, dada a sua amplitude, irei adotá-la na definição da CTg, que será, portanto, o conjunto de “todos aqueles conhecimentos, habilidades e estratégias que o tradutor bem-sucedido possui e que conduzem a um exercício adequado da tarefa tradutória” (Alves, Magalhães & Pagano, 2000: 13). Assim, a CTg envolve uma complexa gama de processos cognitivos, biológicos e sócio-interativos, incluindo, além de conhecimentos procedimentais e declarativos, os níveis metaconscientes, responsáveis pela solução de problemas e tomada de decisão.

A CTe, por sua vez, refere-se aos processos esquematizados no Diagrama 1, apresentado na seção 2.1, desenvolvido a partir das propostas de Gutt (1991/2000) e Alves (1996 a, b). Defendo,

então, que o processo tradutório caracteriza-se pela atribuição e avaliação de semelhança interpretativa ótima entre pares de efeitos contextuais gerados pelo processamento de unidades de tradução recíprocas, uma na língua-fonte (LF) e outra na língua-alvo (LA). No modelo apresentado a seguir, esse é o núcleo dos processos tradutórios e representa, no meu entender, o diferencial fundamental entre a competência bilíngüe e a CT. Assim, o conceito de CTe, a partir dessa proposta de conceituação para o processamento tradutório, será postulado da seguinte forma: a CTe caracteriza-se pela maximização dos efeitos contextuais gerados pelo processamento de unidades de tradução recíprocas, uma na LF e outra na LA, e também pela maximização da superposição entre esses efeitos contextuais, ou seja, pela maximização da sua semelhança interpretativa. Em resumo, nessa definição, a CTe nada mais é do que a capacidade de implementar satisfatoriamente o processo tradutório definido a partir dos parâmetros da TR.

Primeiramente, é necessário que se justifique tal distinção entre CTg e CTe. Proponho-a por entender que há fundamentos tanto teóricos quanto didático-metodológicos para tal formulação. Por um lado, a CTg envolve capacidades, habilidades e conhecimentos de diferentes domínios, apresentando interfaces múltiplas entre linguagem, competência textual, conhecimentos técnicos, conhecimentos culturais, capacidades motoras etc. Portanto, a CTg opera a partir de um sistema amplo que atende a diversas demandas e que, para atender bem à tradução, precisa desenvolver algumas subcompetências especializadas. Por outro lado, a CTe opera a partir de parâmetros bem mais restritos, uma vez que está focada na produção dos efeitos contextuais de duas unidades de tradução recíprocas e na sua comparação, visando à maximização da sua semelhança interpretativa. Esse foco não é tudo, mas é muito importante, fundamental mesmo, para todo o processo tradutório. Do ponto de vista didático-metodológico, tal distinção fundamenta-se na constatação de que há certos conhecimentos ou habilidades que se deve ensinar ao (ou nas quais se deve treinar o) tradutor aprendiz – tais conhecimentos ou habilidades não são necessariamente lingüísticos, culturais ou específicos de determinadas áreas técnicas. Esse conjunto de conhecimentos ou habilidades que compõem o núcleo da CT (a CTe, neste caso) é a competência pragmática, ou competência comunicativa, nos termos de Hymes (1967).

No que concerne à complexidade atribuída à CTg, o trabalho

de pesquisa do Grupo PACTE (2000, 2001 e 2003), da Universidade Autônoma de Barcelona, mostra uma promissora possibilidade de delimitação e sistematização. A propósito, a busca por um modelo holístico de tradução demonstra haver afinidades entre a proposta daquele Grupo e a abordagem adotada neste capítulo.

Na primeira versão do modelo PACTE (2000), destacava-se a centralidade da *competência de transferência*, que seria uma competência lingüístico-pragmática que executaria o processo de transferência de L1 (LF) para L2 (LA). Reproduzo a seguir o diagrama desse primeiro modelo a fim de que possamos entendê-lo melhor.

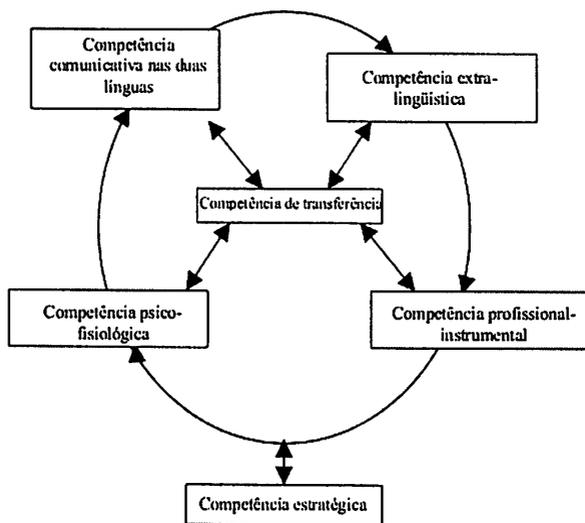


Figura 2 - Os subcomponentes da competência tradutória (PACTE, 2000).
 Fonte: Beeby (2000: 47).

O modelo atual (PACTE, 2003) sofreu algumas reformulações, e o destaque desloca-se para a subcompetência estratégica, que seria um tipo de sistema ou módulo operado basicamente a partir de conhecimentos procedimentais, acomodando, assim, processos mais automáticos. Observa-se, também, que a competência de transferência é suprimida e, ao invés de competências, são propostas, então, subcompetências. O que antes era a competência psicofisiológica, passa a ter um papel periférico, sendo deslocada para fora do ciclo de subcompetências e adquirindo o *status* de “componentes psicofisiológicos”. Além disso, é incluída a subcompe-

tência de conhecimento sobre tradução (*knowledge about translation sub-competence*), o que indica, na nova versão, a preocupação com os conhecimentos declarativos na constituição da CT.

Reproduzo a seguir o diagrama dessa nova versão.

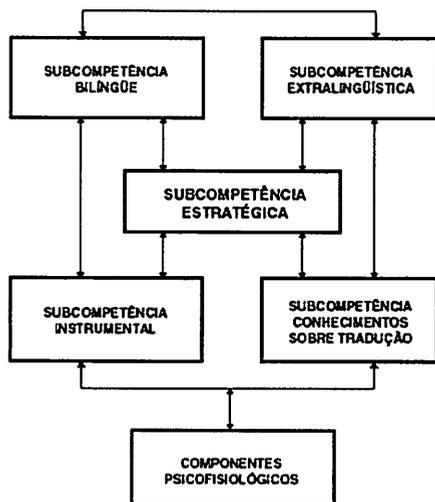


Figura 3 - Os subcomponentes da competência tradutória (PACTE, 2003).

Fonte: PACTE (2003: 109).

Os dois modelos apresentam grande propriedade no que diz respeito à CT, especialmente à CTg. Da amplitude de variáveis que podem ser atribuídas à CTg, a partir da definição emprestada de Alves, Magalhães & Pagano (2000), verifica-se que aquelas priorizadas pelo Grupo PACTE apresentam especial relevância para a descrição e o desenvolvimento da CT. Um aspecto interessante nas duas versões do modelo PACTE (2000 e 2003) é a multiplicidade de interfaces entre as competências ou subcompetências, o que aponta para uma certa congruência com uma proposta de processamento em paralelo e com diferentes níveis interagindo simultaneamente. Com relação à existência de um “módulo” ou (sub)competência no centro da CT, não há, necessariamente, uma contradição com a proposta de processamento conexionalista, já que tal centralidade ou modularização de processos indica tão-somente um significativo grau de especialização para a CT. Embora a abordagem proposta pelo Grupo PACTE não

discuta essas questões, elas necessariamente emergem a partir do momento em que incorporo segmentos dessa proposta à presente discussão.

Enfim, apesar de este trabalho colocar em destaque a natureza inferencial dos processos tradutórios, o que não constitui o objeto de investigação do Grupo PACTE, vislumbro interessantes e significativos pontos de contato e convergência entre a proposta aqui discutida e a desse Grupo. Tanto é assim que alguns de seus componentes são incorporados ao modelo apresentado na seção 4.5.

4.5. O MODELO

Nesta seção, apresentarei e discutirei o modelo de processamento cognitivo situando a CT, desenvolvido em Gonçalves (2003) e posteriormente aperfeiçoado por Alves & Gonçalves (no prelo). Contudo, antes de apresentá-lo, enumerarei alguns princípios que orientaram a sua elaboração. Primeiramente, deve-se considerar que o modelo abaixo utiliza conceitos e fundamentos tanto da TR quanto das AC. Por isso, vários rótulos de processos e de níveis de processamento remetem à TR. Por outro lado, a disposição circular e os limites não demarcados estritamente remetem aos princípios conexionistas. Outro importante aspecto considerado foram a hierarquização dos níveis de processamento cognitivo e a intenção de situá-los em contextos plausíveis, tanto biológica quanto sócio-interativamente. Além disso, procurei situar a consciência e a subjetividade em relação a tais níveis de processamento cognitivo, visto que as percebo como fatores fundamentais para o desenvolvimento da cognição.

Serão apresentados dois diagramas para descrever o modelo. No primeiro deles, o Diagrama 2, são inclusos os diversos níveis de processamento cognitivo e suas relações com os diferentes aspectos no entorno da cognição, situando a consciência e a subjetividade. No Diagrama 3, são acrescentadas a CTg e a CTe.

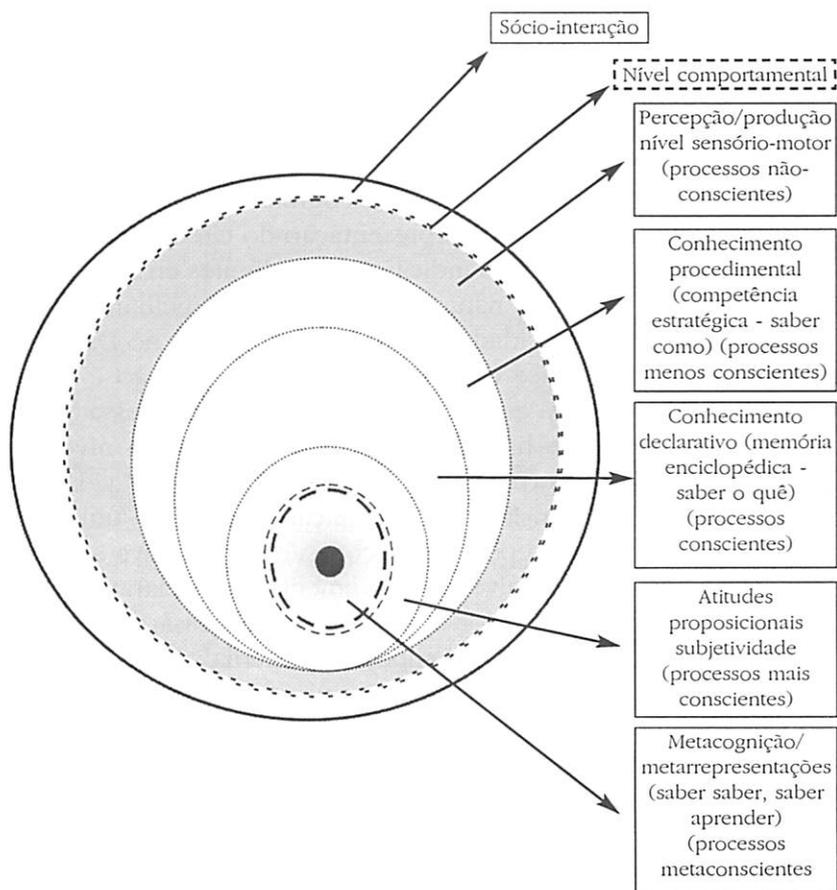


Diagrama 2 - A cognição situada a partir do amálgama TR-AC

O modelo representado no diagrama 2 ressalta uma concepção fortemente conexionista para a constituição e o desenvolvimento da cognição. Como discuti anteriormente, as camadas ou hierarquias de processamento desenvolvem-se a partir de níveis mais simples, indicando uma progressiva “complexificação” de arquiteturas e de processos. O princípio de operação dos diversos níveis é o mesmo; o que efetivamente variará é o número de nódulos, camadas e conexões envolvidos nos processos. As camadas mais externas, por serem mais antigas e menos complexas em termos de arquitetura, apresentam comportamentos mais rotinizados e mais rápidos. É o que se observa em relação aos processos sensorio-motores, com padrões extremamente regulares, do tipo

estímulo-resposta. À medida que as camadas mais internas vão se desenvolvendo, o comportamento rotinizado vai se tornando menos provável em função da “complexificação” do sistema. O esquema de tonalidades utilizado procura destacar a imbricação dos diferentes níveis de processamento. Quanto mais próximo do centro, mais conscientes se tornam os processos cognitivos, chegando-se ao ápice da metaconsciência na representação do círculo central, em preto. As linhas pontilhadas indicam que os limites entre os níveis não são rígidos e que sua natureza processual é semelhante. Finalmente, a não-concricidade dos círculos, ou ovais, no Diagrama 2, indica que a interface entre os diferentes níveis não é necessariamente homogênea e rigidamente hierarquizada. Dessa forma, pode-se observar que há um tangenciamento entre o nível das atitudes proposicionais (por excelência, o nível da subjetividade) e o nível sensório-motor. Essa representação indica que um determinado estímulo pode repercutir na consciência subjetiva sem que tenha que passar pelos níveis procedimentais e declarativos. Por exemplo, quando sinto calor ou frio, não é necessário que uma forma proposicional do tipo “A temperatura externa é X” se manifeste no meu ambiente cognitivo. As alterações no meu sistema metabólico, resultantes da minha interação térmica com o meio, salvo exceções, são suficientes para que o meu sistema nervoso responda ao fato de estar fazendo frio ou calor, alterando a minha consciência. A eventual manifestação dessa forma proposicional e a sua conseqüente enunciação envolvem mais do que a consciência da temperatura externa; envolvem, principalmente, a minha intenção de tornar manifesto ou mais manifesto, no ambiente cognitivo de outrem (ou mesmo no meu próprio, quando falo sozinho), a explicatura e as implicaturas interpretáveis a partir da forma proposicional.

O modelo apresentado não tem a pretensão de representar aspectos morfológicos da neurofisiologia humana, o que aparentemente poderia estar sendo sugerido pela oposição entre centralidade e periferia de processos. Sabe-se que o córtex cerebral, que anatomicamente se localiza numa posição mais externa do cérebro, é responsável por muitos dos processos cognitivos considerados de “alto nível”. No tocante ao modelo acima, os níveis mais externos seriam constituídos em primeiro lugar e teriam relação com os processos menos conscientes, ou de “baixo nível”; o nível sensório-motor seria a base biológica com a qual nasceríamos e a partir da qual desenvolveríamos sistemas mais com-

plexos em função dos estímulos físicos e sócio-interativos e das restrições neurofisiológicas filogeneticamente determinadas. As outras camadas seriam formadas gradualmente, uma após a outra, através da “complexificação” de relações das camadas inferiores. Desse modo, a metacognição e a capacidade de metarrepresentação mais elaboradas seriam estágios mais tardios dos processos de desenvolvimento, geralmente só observáveis depois de uma determinada idade na infância ou na adolescência. Há ainda um argumento epistemológico relevante para a colocação da consciência e, mais internamente, da metaconsciência no centro do Diagrama 2, qual seja: existe uma “distância” entre a realidade que emerge à nossa consciência (fenomenológica) e a suposta realidade física ou sócio-cultural. A realidade consciente resulta justamente da consolidação dessa rede biológica-cognitiva-sócio-interativa, cujos níveis mais internos apresentam comportamentos cada vez mais particularizados devido à multiplicidade de nódulos e conexões envolvidos no seu processamento.

Farei ainda uma breve descrição de cada um dos níveis de processamento do modelo representado no Diagrama 2. A camada externa representa as relações sócio-interativas entre o indivíduo e seu meio. A linha pontilhada dupla, entre a camada mais externa e a segunda, denominada “nível comportamental”, é o limite externo do indivíduo. No que diz respeito à observação, é nesse nível que se obtêm os dados efetivamente “concretos”. A camada de “percepção/produção”, como já defendi anteriormente, é a mais antiga no que se refere à consolidação do sistema nervoso e das funções cognitivas, sedimentando-se desde as fases iniciais do desenvolvimento do indivíduo. Na camada seguinte, encontramos os processos relativos ao conhecimento procedimental, que estão no limiar da consciência no sistema consolidado. À medida que automatizamos certos comportamentos e habilidades, esses vão deixando de ser acessados conscientemente. Por exemplo, o desenvolvimento da habilidade de andar mobiliza grande atenção da consciência na sua fase inicial. Como nessa fase os níveis cognitivos mais complexos ainda não se desenvolveram, a atenção consciente é quase que exclusivamente corporal, isto é, não tem como ser intermediada por nenhum tipo de conhecimento declarativo ou atitude proposicional. À medida que ocorre a consolidação de rotinas neuro-sinápticas e musculares, a atenção consciente deixa, gradualmente, de monitorar o processo, que passa a ser extrema-

mente rápido. Assim, a habilidade de andar (quando consolidada) é, certamente, um tipo de conhecimento procedimental, bastante automatizado e não-monitorado conscientemente, apesar de podermos, eventualmente, direcionar a nossa atenção consciente para aquela atividade e controlar alguns de seus aspectos.

Em seguida, na camada referente aos conhecimentos declarativos, localizam-se processos mais especializados, que, necessariamente, dependem do desenvolvimento da linguagem para ocorrerem, dado o seu caráter mais simbólico e proposicional. É a partir desse nível que o Princípio da Relevância passa a atuar, nos diversos tipos de processos inferenciais, dos menos conscientes até os metaconscientes. O sistema lingüístico, apesar de ser uma das importantes vias para o desenvolvimento do conhecimento declarativo, está substancialmente baseado nos conhecimentos procedimentais e no nível perceptual (sensório-motor), como será representado no próximo diagrama. Dessa perspectiva, não é tão incoerente a influente tese de que a linguagem seja um sistema modular de codificação e decodificação.

Mais internamente, na camada das atitudes proposicionais, encontra-se a manifestação mais característica da subjetividade, que se constitui a partir de representações de segunda ordem relacionadas a volição, intencionalidade e juízo de valor. Sendo uma representação de segunda ordem, uma atitude proposicional envolve necessariamente uso interpretativo de representações (*cf.* Sperber & Wilson, 1986/1995), que se implementa por meio da interação de uma representação de primeira ordem (uma suposição factual) com algum estado emocional. Abordando essa conjugação de representações de primeira ordem com estados emocionais, é pertinente consultar a discussão desenvolvida em Gonçalves (2003) sobre o papel da subjetividade e da consciência na constituição da cognição. Nessa discussão, propõe-se que seja repensada a concepção de estado emocional como uma característica mental abstrata. Mais do que um apêndice dos processos cognitivos, passo a entender a emoção como uma interface compulsória entre cognição e biologia, visto que, de uma perspectiva reducionista, um estado emocional constitui-se a partir de uma determinada configuração metabólica em que vários parâmetros orgânicos se conjugam, gerando um efeito emocional consciente. Por exemplo, quando sinto raiva ou medo, geralmente meus índices de adrenalina se alteram. Não tenho autoridade para discutir

se um é causa do outro, ou vice-versa; mas acredito que as emoções fundam-se na regulação metabólica do organismo (principalmente hormonal), o que nos leva a supor que a subjetividade e a consciência tenham, sim, implicações bem mais profundas nos fenômenos cognitivos. Portanto, ao propor uma camada para processos relacionados à atitude proposicional, pretende-se aprofundar o espaço ainda incipiente da subjetividade no panorama dos estudos da cognição.

No nível mais interno do Diagrama 2, encontra-se a meta- ou autoconsciência, que envolve processos mais complexos de metarrepresentação e de automonitoramento. A capacidade de metarrepresentação, além da importância para o desenvolvimento da CT, principalmente da CTe, é fundamental para diversos tipos de atividades humanas, especialmente para aquelas consideradas mais abstratas como a teorização científica, a reflexão filosófica, os ritos religiosos, as encenações teatrais, entre outras. Enfim, as práticas culturais humanas estão fortemente fundadas na nossa capacidade de metarrepresentar.

Tendo descrito as bases do modelo representado no Diagrama 2, serão então acrescentadas a ele os componentes da CT, o que constituirá o Diagrama 3, a seguir. Esse, por sua vez, será composto pela superposição dos Diagramas 1 e 2 mais algumas das subcompetências propostas pelo Grupo PACTE (2003).

Mantendo a coerência com a proposta de desenvolvimento de sistemas ou subsistemas plásticos, inseridos no conjunto de processos neurobiológicos, apresento tanto LA (língua-alvo) quanto LF (língua-fonte) com limites permeáveis e não-rígidos, representadas com linhas pontilhadas. Com relação à sua representação espacial, verifica-se que as respectivas ovas extrapolam o limite interno da cognição e ocupam também o nível dos processos sócio-interativos, o que aponta para essa importante dimensão na constituição do sistema lingüístico. Observa-se, também, que a maior parte do espaço de LA e LF encontra-se nos níveis perceptual (sensório-motor) e procedimental, com apenas uma pequena parte atingindo o nível do conhecimento declarativo – isso se deve ao caráter mais automatizado e consolidado desses subsistemas, como já argumentei. No que se refere ao tamanho ocupado por cada uma das línguas, nota-se que LA é maior que LF. Aquela é tomada aqui como a língua materna do tradutor, tendo, por isso, se expandido mais, não só no espaço cognitivo, como também

no domínio sócio-interativo, refletindo um histórico diferenciado na constituição de cada uma das línguas. Existe também, na representação, uma área de interseção entre as duas línguas, que indica a interferência mútua entre elas, ou, como costuma denominar a Lingüística Aplicada, a interlíngua.

A representação da CTe está bem definida no Diagrama 3: refere-se à área interna do retângulo pontilhado. Como discuti anteriormente, essa competência implementa-se a partir do Princípio da Relevância e tem uma significativa interface com as competências lingüísticas em LA e LF. No modelo proposto, ela é o centro do processo tradutório e envolve, segundo a concepção aqui defendida, grande percentual de processamento consciente e metaconsciente.

Já a representação da CTg, apesar de não estar explícita no Diagrama 3, constitui-se a partir da conjunção e articulação dos subsistemas destacados e sobrepostos ao modelo cognitivo representado no Diagrama 2. Ou seja,

[*FORMULAÇÃO 1*] CTg = LA U LF U CTe U KAT U INST U PP.

Os três últimos subsistemas foram emprestados do modelo PACTE mais atual, no qual KAT refere-se à subcompetência de conhecimento sobre tradução, INST à subcompetência instrumental/profissional e PP aos componentes psicofisiológicos. A posição desses três subsistemas no modelo cognitivo representado no Diagrama 3 serve muito mais para situá-los em relação aos níveis de processamento cognitivo propostos do que propriamente para indicar um percurso de processamento do TF para o TA, ou representar uma localização estrita no sistema nervoso, como já discuti. A propósito, esse comentário serve também para os outros subsistemas apresentados. O que se pretendeu com tal representação foi sugerir relações de interface entre os subsistemas envolvidos na CTg. Considerando os elementos emprestados do modelo PACTE, é pertinente justificar a priorização desses três subsistemas e o descarte dos outros. No que concerne à subcompetência estratégica, entendo que a CTe tem o papel de “gerenciar” os processos tradutórios através do Princípio da Relevância, contemplando muitas das características postuladas para aquela subcompetência pelo modelo PACTE (2003).

Está cada vez mais claro que a subcompetência estratégica desempenha um papel crucial na competência tradutória, uma vez que é usada para: realizar o projeto de tradução, ativar, monitorar e compensar limitações em outras subcompetências; detectar problemas de tradução; aplicar estratégias de tradução; monitorar e avaliar tanto o processo de tradução quanto os resultados parciais obtidos em relação ao texto alvo pretendido etc.¹⁶ (PACTE, 2003: 52)

Verifica-se, além do mais, que as atribuições elencadas acima são eminentemente conscientes, o que, no meu entender, enfraquece a tese do Grupo PACTE de que a CT é prioritariamente composta por conhecimentos procedimentais. Concordo em parte com essa posição do Grupo PACTE, que coincide com a postulação de Robinson (1997) de que o tradutor profissional precisa automatizar uma série de procedimentos. Entretanto, a automatização, por mais importante que seja para a profissionalização do tradutor, não constitui o cerne ou o fundamento da capacidade de traduzir eficientemente – esse se constitui a partir do desenvolvimento da habilidade consciente de solucionar problemas e da ampliação da capacidade pragmática de metarrepresentar. No modelo aqui proposto, o mecanismo fundamental através do qual se implementam os vários processos inferenciais relativos à CTe é o Princípio da Relevância. No que concerne à subcompetência bilíngüe, essa está representada pelos domínios de LA e LF no Diagrama 3. A subcompetência extralingüística, por sua vez, engloba todo o nível de conhecimentos declarativos, ou a memória enciclopédica, nos termos da TR. Assim, como está representado a seguir, tanto KAT quanto INST fazem parte desse nível de processamento cognitivo; essa última (INST), contudo, é representada no nível procedimental no aperfeiçoamento do modelo proposto por Alves & Gonçalves (no prelo), por ter sido avaliada como um tipo de competência que envolve mais um saber fazer que um saber explícito/proposicional. Além do mais, esses dois subsistemas foram delimitados por círculos contínuos, indicando sua maior especificidade em relação aos outros componentes do sistema. Já

¹⁶ Minha tradução de: "It is becoming increasingly clear that strategic sub-competence plays a crucial role in translation competence since it is used to: plan the translation project; activate, monitor and compensate for shortcomings in other translation sub-competencies; detect translation problems; apply translation strategies; monitor and evaluate both the translation process and the partial results obtained in relation to the intended target text, etc."

PP é um subsistema que não está diretamente ligado à CTg, mas à operação do sistema cognitivo como um todo. Pode-se incluir aí a agilidade de digitação, por exemplo, que tem um elevado componente de habilidade motora. O controle emocional também pode ser incluído nesse subsistema – um tradutor mais experiente, por exemplo, garante menos dispêndio cognitivo com o estresse gerado por diversos fatores e deixa maior disponibilidade de recursos cognitivos para os processamentos pertinentes.

Assim, situo os componentes da CT sobre o modelo proposto anteriormente.

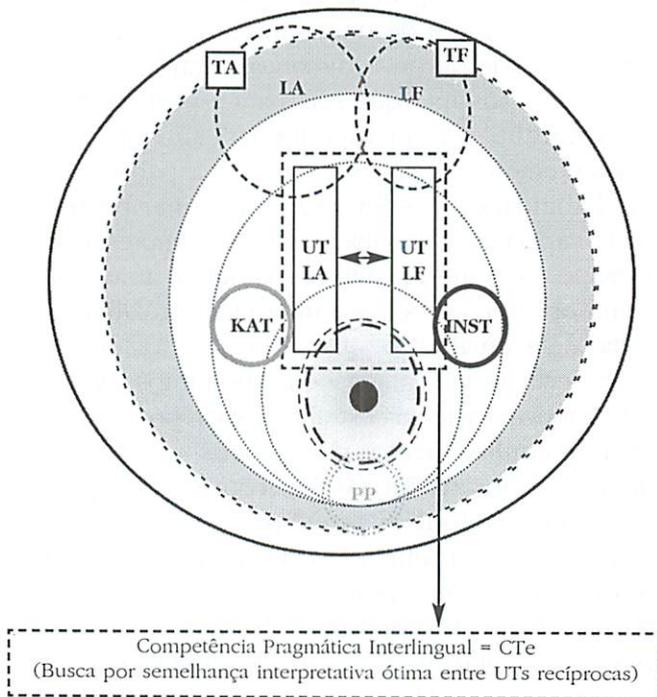


Diagrama 3 - Situando a CT no sistema cognitivo

NOTA: (KAT = *knowledge about translation sub-competence*, subcompetência de conhecimento sobre tradução; INST = *instrumental/professional sub-competence*, subcompetência instrumental/profissional; PP = *psycho-physiological components*, componentes psicofisiológicos; LA = língua-alvo; LF = língua-fonte; UT = unidade de tradução; TA = texto-alvo; TF = texto-fonte)

A proposta acima acomoda, ainda, uma representação para o desenvolvimento da CT, particularmente da CTe, que se dá pela

ampliação de sua fronteira em direção ao nível das metarrepresentações (auto/metaconsciência). Em relação ao desenvolvimento da CTg, essa também ocorre pela ampliação dos vários domínios destacados no modelo e, conseqüentemente, da apropriada ampliação da interface entre eles. Portanto, um aspecto fundamental para o desenvolvimento da CT é o desenvolvimento da CTe, através da ampliação da competência pragmática interlingual, objetivando torná-la mais metaconsciente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que não se pretende, com a proposição do modelo exposto neste capítulo, esgotar a complexidade dos fatores envolvidos no fazer tradutório. Por isso, vejo-o muito mais como um ponto de partida para futuros aprimoramentos e descobrimentos na descrição dos processos tradutórios, oferecendo como principal diferencial uma concepção de cognição que acomoda pressupostos tanto da Teoria da Relevância quanto das Abordagens Conexionistas e mostrando-se mais plausível em termos cognitivos e biológicos.

Os resultados obtidos no trabalho de Gonçalves (2003) apontam para a coerência e a possibilidade de aplicação do modelo em questão. Por meio do mapeamento de perfis de CT, aquele trabalho de pesquisa conseguiu observar diferentes padrões de comportamento em relação aos processos tradutórios, além de discutir as suas implicações didático-pedagógicas e sugerir contribuições para a formação do tradutor.

Além disso, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento teórico daquele modelo ganham consistência com o trabalho de Alves & Gonçalves (no prelo), que o aplicam, com significativa propriedade, à análise de dados de outras pesquisas empírico-experimentais em tradução.

Conclui-se, portanto, que o modelo de competência do tradutor discutido neste capítulo, desenvolvido a partir de fundamentos da TR e das AC, dá um passo importante no sentido de descrever e explicar a tradução como fenômeno complexo, além de sinalizar possibilidades para a formação de tradutores profissionais e para a avaliação do desenvolvimento de sua competência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. Lançando anzóis: uma análise cognitiva de processos mentais em tradução. *Revista de Estudos da Linguagem*, 2(4), p. 77-90, 1996a.

ALVES, F. Veio-me um 'click' na cabeça: The theoretical foundations and the design of a psycholinguistically oriented, empirical investigation on German-Portuguese translation process. *Meta*, Montreal, v. 41, n. 1, n. especial, p. 33-44, mar. 1996b.

ALVES, F. A formação de tradutores a partir de uma abordagem cognitiva: reflexões de um projeto de ensino. *Revista TradTerm*, v. 4, n. 2, p. 19-40, 1997.

ALVES, F.; GONÇALVES, J.L. Modelling translator's competence: relevance and expertise under scrutiny. In: GAMBIER, Y.; SCHLESINGER, M.; STOLZE, R. (Ed.). *Translation Studies: doubts and directions*. (Selected contributions from the IV EST Congress). Amsterdam: John Benjamins. No prelo.

ALVES, F., MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. São Paulo: Contexto, 2000.

BEEBY, A. Choosing an empirical model for investigating translation competence. In: OLOHAN, M. (Ed.). *Intercultural faultlines*. Manchester, UK: St. Jerome Publishing, 2000. p. 43-55.

BERGE, T.; HEZEWIJK, R. Procedural and declarative knowledge: an evolutionary perspective. *Theory & Psychology*, vol. 9, n. 5, p. 605-624, 1999.

CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. Cambridge: MIT Press, 1957.

CHOMSKY, N. *Current issues in linguistic theory*. 5. ed. (1.ed., 1964). Haia/Paris: Mouton, 1970.

CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: MIT, 1965.

CHOMSKY, N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Tradução de José A. Meireles e Eduardo P. Raposo. Coimbra: Arménio Amado, 1975.

DELL'ISOLA, R. L. P. *Leitura: inferências, e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato, 2001.

DAWSON, M. R. W.; SCHOPFLOCHER, D.P. Modifying the generalized delta rule to train networks of non-monotonic processors for pattern classification. *Connection Science*, 4(1), 1992.

ELMAN, J. et al. *Rethinking innateness: a connectionist perspective on development*. Cambridge: MIT Press, 1996.

FÆRCH, C.; KASPER, G. From product to process: introspective methods in second language research. In FÆRCH, C.; KASPER, G. (Ed.). *Introspection in second language research*. Filadélfia: Multilingual Matters, 1987. p.3-23.

FODOR, J. A. *The modularity of mind*. Cambridge: MIT, 1983.

GERLOFF, P. Identifying the unit of analysis in translation: some uses of think aloud protocol data. In: FÆRCH, C.; KASPER, G. (Ed.). *Introspection in second language research*. Filadélfia: Multilingual Matters, 1987. p. 135-158.

GONÇALVES, J.L. *Processos inferenciais relacionados à priorização de informações na tradução de legendas de filmes: o redundante e o relevante sob a ótica do Princípio de Relevância*. 1998. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GONÇALVES, J.L. *O desenvolvimento da competência do tradutor: investigando o processo através de um estudo exploratório-experimental*. 2003. 241 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GRICE, P. Logic and conversation. In: MARTINICH, A.P. (Ed.). *The philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press, 1975. p. 159-170.

GROSSBERG, S. Adaptive pattern classification and universal recoding: I. parallel development and coding of neural feature detectors. *Biological Cybernetics*, 23, p. 121-134, 1976.

GUTT, E.-A. *Translation and relevance: cognition and context*. Cambridge: Blackwell, 1991.

GUTT, E.-A. *Translation and relevance: cognition and context*. (ed. rev. e aum). Manchester: St. Jerome, 2000.

HARRIS, B. The importance of natural translation. *Working Papers on Biligualism*, 12, p. 96-114, 1977.

HARRIS, B.; SHERWOOD, B. Translating as an innate skill. In: GERVER, D.; SINAIKO, H.W. (Ed.). *Language interpretation and communication*. Nova York York: Plenum, 1978. p.155-170.

HEBB, D. O. *The Organization of Behaviour*. New York: John Wiley, 1949.

HYMES, D. On communicative competence. In: HUXLEY, R.; INGRAM, E. (Ed.). *Mechanisms of language development*. Londres: Center for Advanced Study in the Developmental Sciences, 1967. p. 99-138.

KEEN, K. Vad är kompetens? Mitt forlag, Malmo, Sweden. 1988. *apud* ÖSTERLUND, J. Providing Competence to the product development project: a conflict between fragmentary learning and holistic use. *Systems Research and Behavioral Science*, v. 16, p. 41-55, 1999.

KOHONEN, T. Self-Organized formation of topologically correct feature maps. *Biological Cybernetics*, 43, 1982.

LABOV, W. *Principles of linguistic change - internal factors*. EUA: Blackwell, 1994.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LÖRSCHER, W. Linguistic aspects of translation process. In: HOUSE, J.; BLUM-KULKA, S. (Ed.). *Interlingual and intercultural communication*. Tübingen: Narr, 1986. p.277-292.

LÖRSCHER, W. Process-oriented approaches to translation and the development of translation competence. In: NEUBERT, A., SHREVE, G.; GOMMILICH, K. (Ed.) *Basic issues in translation studies*. Kent, OH: Institute for Applied Linguistics, 1995. p. 113-122.

MARCUSCHI, L.A. Quando a referência é uma inferência. *Revista do Gel*, Assis - Edição eletrônica, p. 1-31, 2000.

McCLELLAND, J.L. Retrieving general and specific information from stored knowledge of specifics. In: *Proceedings of the Third Annual Conference of the Cognitive Science Society*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1981. p. 170-172.

McCLELLAND, J.L. The case for interactionism in language processing. In: COLTHEART, M. (Ed.). *Attention and performance XII: the psychology of reading*. London: Erlbaum, 1987. p. 1-36.

McCLELLAND, J. L. Cognitive modeling, connectionist. In: WILSON, R. A. & KEIL, F. (Ed.). *The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences (MITECS)*. Cambridge: MIT Press, 1999. p. 137-141. Disponível em: <<http://cognet.mit.edu/MITECS/Entry/mcclelland>>. Acesso em: 30 jul. 2006.

MEDLER, D.A. *A brief history of connectionism*. Alberta, Canadá: Department of Psychology, University of Alberta: 1998. p. 18-72. Disponível em: <http://www.icsi.berkeley.edu/~jagota/NCS/VOL1/P3_html/vol1_3.html>. Acesso em: 30 jul. 2006.

MINSKY, M.; PAPERT, S. *Perceptrons*. Cambridge: MIT Press, 1969.

PACTE (Process in the Acquisition of Translation Competence and Evaluation). *Acquiring Translation Competence: Hypotheses and Methodological Problems in a Research Project*. In: BEEBY, A.; ENSINGER, D.; PRESAS, M. (Ed.). *Investigating Translation*. Amsterdam: John Benjamins, 2000. p. 99-106.

PACTE. La competencia traductora y su adquisición. *Quaderns*. Revista de Traducció, 6, p. 39-45, 2001.

PACTE. Building a Translation Competence Model. In: ALVES, F. (Ed.). *Triangulating Translation: perspectives in process oriented research*, F. Alves (Ed.) Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 43-66.

PERRENOUD, P. São Paulo, Brasil, 19 nov. 2001. Entrevista concedida ao *Programa Roda Viva*, TV Cultura.

ROBINSON, D. *Becoming a translator: an accelerated course*. London: Routledge, 1997.

ROTHER-NEVES, R. *Características cognitivas e desempenho em tradução: investigação em tempo real*. 2002. 262 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROSENBLATT, F. The perceptron: a probabilistic model for information storage and organization in the brain. *Psychological Review*, 65, p. 368-408, 1958. Reimpresso em Anderson & Rosenfeld (1988, p. 92-114).

RUMELHART, D.E. Toward an interactive model of reading. In: DORNIC, S. (Ed.). *Attention and Performance VI*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1977.

RUMELHART, D.E.; HINTON, G.; McCLELLAND, J.L. A general framework for parallel distributed processing. In: RUMELHART, D.E.; McCLELLAND, J.L. (Ed.). *Parallel distributed processing: explorations in the microstructure of cognition*, v.1, Foundations, p.45-76. Cambridge: MIT Press, 1986.

SEARLE, J. A redescoberta da mente. Tradução de Eduardo P. e Ferreira. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (*The rediscovery of the mind*. Cambridge: The MIT, 1992)

SELFRIDGE, O.G. Pandemonium: a paradigm for learning. In: BLAKE, D.V.; UTTLEY, A.M. (Ed.). *Proceedings of the symposium on mechanisation of thought processes*. Londres: H. M. Stationary Office, 1959. p. 511-529.

SHANNON, C.; WEAVER, W. *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

- SHREVE, G. M. Cognition and the evolution of translation competence. In: DANKS, J.H. et al. (Ed.). *Cognitive processes in translation and interpreting*. Londres: Sage Publications, 1997.
- SPERBER, D. In defense of massive modularity. In: DUPOUX, E. *Language, Brain and Cognitive Development: Essays in Honor of Jacques Mehler*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2002. p. 47-57.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1986/(2 ed.)1995.
- SUN, R.; SLUSARZ, P. The interaction of explicit and implicit learning: an integrated model. 2001. Disponível em <<http://www.hcrc.ed.ac.uk/cogsci2001/pdf-files/0952.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2006.
- TARALLO, F.; ALKMIN, T. *Falares crionilos - línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987. p. 76-121.
- TOURY, G. A rationale for descriptive translation studies. In: HERMANS, T. (Ed.). *The manipulation of literature: studies in literary translation*. Londres: Croom Helm, 1985. p.16-41.
- WERBOS, P.J. Backpropagation: Basics and new developments. In: ARBIB, M.A. (Ed.). *The Handbook of Brain Theory and Neural Networks*. Cambridge: MIT Press, 1995. p. 134-139.
- WILSON, D.; SPERBER, D. Inference and implicature. In: DAVIS, S. (Ed.). *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

Traduzindo contextos 'artificiais': evidências de comportamento reflexivo/analítico no trabalho de um tradutor experto

Geraldo Luiz de Carvalho Neto
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

1. INTRODUÇÃO

Terminando minha dissertação de mestrado (Carvalho Neto, 2004), em que analisei, sob a ótica da Teoria da Relevância (Sperber & Wilson, 1986/1995), o produto de segmentos das traduções do livro bíblico do Qohélet (ou Eclesiastes), feitas por Martin Buber (1997)¹ e Haroldo de Campos (1991) para o alemão e o português, respectivamente, teci alguns comentários acerca dos chamados contextos 'artificiais' e sua implicação para os estudos da tradução, como exposto a seguir.

Nos finais da década de 1990, os estudos da tradução expandem seu espaço consolidado no meio acadêmico como campo disciplinar específico. A publicação de Lawrence Venuti (2000), *The Translation Studies Reader*, pode ser considerada um marco dentro dos estudos da tradução. Outros trabalhos, dentre os quais a obra de Mona Baker (1997), *The Routledge Encyclopedia of Translation Studies*, guiam o tradutor através das mais diversificadas teorias da tradução desde Cícero (século I a.e.c.²) até os finais do século XX. Segundo Munday (2001: 7), “os estudos da tradução tornaram-se, entre as novas áreas de pesquisa, uma das mais ativas e dinâmicas, englobando uma emocionante mistura de abordagens”³.

¹ A obra de Buber utilizada na dissertação de mestrado é a 8ª edição da edição revisada de 1962.

² Antes da era comum.

³ Minha tradução de: “... translation studies has now become one of the most active and dynamic new areas of research encompassing an exciting mix of approaches”.

Muitos foram os tradutores através dos séculos, tais como São Jerônimo, Lutero, entre outros, que, ao traduzirem, também teorizavam a tradução, exercendo com suas teorias uma grande influência sobre os embates teóricos em tradução (Munday, 2001). Deslocando o foco da discussão do produto da tradução em direção à figura do tradutor, a Teoria da Relevância (doravante, TR) de Sperber & Wilson (1986/1995) possibilitou uma abordagem que fosse além do texto e de suas propriedades lingüísticas, visualizando o tradutor em sua tomada de decisões. Nela, o elemento subjetivo é também incluído como parte do processo tradutório, procurando explicar, ao mesmo tempo, as escolhas do tradutor. Como teoria cognitiva e pragmática, entendo ser a TR capaz de construir uma ponte entre o aspecto lingüístico e o aspecto cognitivo do texto.

Dentro de uma abordagem cognitiva, podemos incluir o contexto, sob o ponto de vista da TR, como elemento co-determinante das escolhas do tradutor. As informações contextuais são de grande importância durante a prática do ato tradutório, como a tradição dentro dos estudos da tradução comprova (*cf.*, entre outros, Nida, 1964). Visto de uma perspectiva pragmático-funcionalista, contexto pode ser definido como o conjunto de informações de caráter enciclopédico, que, juntas, configuram os traços socioculturais de uma determinada situação de comunicação de partida, na qual se encontram inseridas língua e cultura de partida (*cf.*, entre outros, Reiss & Vermeer, 1984; Nord, 1988). Dentro dessa abordagem pragmático-funcionalista, o contexto desempenha papel crucial na produção de uma tradução numa dada língua-alvo. É ele que vai determinar o texto-alvo (doravante, TA), e é a função a ser preenchida pelo TA que vai determinar a tradução. Berger & Nord (2001: 22; *itálico como no original*) defendem o funcionalismo, sobretudo, no campo da tradução bíblica: “Também no caso de uma tradução de textos bíblicos, temos que pensar *para que e para quem* estamos traduzindo”⁴. O contexto definido dessa maneira tem um caráter enciclopédico e é algo que foge, muitas vezes, do domínio do tradutor, causando-lhe grandes dificuldades em seu empenho tradutório.

Não satisfeitos com essa atribuição de uma natureza enciclopédica ao contexto, visto que não explica de maneira satisfatória as questões de processamento inferencial relacionadas às situações

⁴ Minha tradução de: “Auch bei einer Übersetzung biblischer Texte muß man sich Gedanken machen, wozu und für wen man sie übersetzt”.

de comunicação em geral, Sperber & Wilson (1986/1995) propõem, dentro do arcabouço teórico da TR, uma definição de contexto enquanto uma instância mental, definida através do conceito que denominam de ambiente cognitivo. Sperber & Wilson (1995: 15) definem contexto como “o conjunto de premissas usadas na interpretação de um enunciado”⁵. Assim, o contexto seria um construto psicológico, sendo um subconjunto das suposições do ouvinte acerca do mundo. Ele não seria algo externo, referindo-se ao ambiente físico, envolvendo os parceiros do ato de comunicação. Para a TR, o contexto é parte das suposições sobre o mundo que o ouvinte tem, parte do ambiente cognitivo de um indivíduo. Nesse sentido, o ambiente cognitivo de um indivíduo é o conjunto de informações disponíveis ou potencialmente disponíveis ao indivíduo numa determinada situação de comunicação (Sperber & Wilson, 1995: 39).

Assim, para a TR, o contexto não se refere ao ambiente externo em torno do falante e do ouvinte, mas a uma parte de seus ambientes cognitivos. Os fatores externos são, sim, levados em consideração, mas a ênfase é colocada muito mais na informação fornecida por eles e em sua disponibilidade mental para o processo interpretativo. O ambiente cognitivo de um indivíduo é composto por um grande acervo de informações em potencial, que podem ser extraídas do ambiente físico, que podem ser recuperadas pela via da memória ou ainda que podem ser obtidas através da combinação entre ambiente físico e memória (Gutt, 2000b: 27). O que é relevante frisar, no entanto, é que o contexto, sob a ótica da TR, é considerado como instância mental. E essa visão mental de contexto veio ocasionar importantes mudanças para o estudo dos processos inferenciais humanos e para o estudo de processos de solução de problemas e tomada de decisão em contextos de tradução (Alves, 2001a).

Nesse sentido, Gutt (2000 a, b), aplicando o arcabouço teórico da TR à tradução, propõe uma mudança paradigmática para os estudos da tradução através do que chama de CORT (“competence-oriented research of translation”, ou pesquisas em tradução orientadas para a competência). Gutt (2000 a, b) parte do princípio de que os seres humanos possuem a notável capacidade de exprimir numa língua o que está veiculado em outra. Sendo assim, torna-se importante “entender a tradução através da

⁵ Minha tradução de: “The set of premises used in interpreting an utterance”.

compreensão da competência comunicativa que a torna possível”⁶ (GUTT, 2000b: 205; *itálico como no original*). Para Gutt (2000b: 206), o objetivo de pesquisas em tradução orientadas para a competência (CORT):

é compreender e explicar as faculdades mentais que capacitam os seres humanos a traduzir no sentido de expressar em uma língua o que já foi expresso em outra. A idéia é que, uma vez que estas faculdades sejam compreendidas, será possível compreender não apenas a relação entre insumo e produto, mas também, e talvez ainda mais importante, os efeitos comunicativos que eles exercem sobre o público receptor. Afinal, a *raison d'être* de toda tradução parece ser a de comunicar.⁷ (*itálico como no original*)

Uma questão que surge ligada a essa proposta de pesquisas em tradução orientadas para a competência e para a noção mental de contexto diz respeito ao que acontece, em termos de competência e processamento textual, quando o tradutor não está lidando com seu contexto usual; ao contrário, quando tem que lidar com uma situação de comunicação de partida que lhe seja estranha, distanciada cultural, espacial e temporalmente da situação de comunicação em que se encontra inserido. Do ponto de vista cognitivo, Gutt (2000a) chama essa situação de contexto ‘artificial’⁸. Por contexto artificial entendemos uma situação do texto-fonte (doravante, TF) na qual faltam ao tradutor, em seu ambiente cognitivo, informações conscientes ou potencialmente conscientes sobre o texto que tem diante de si e que será objeto de tradução.

Sobre os contextos artificiais, Gutt (2000a: 169) faz as seguintes reflexões:

⁶ Minha tradução de: “(...) to understand translation through understanding the communicative competence that makes it possible”.

⁷ Minha tradução de: “(...) is to understand and explicate the mental faculties that enable human beings to translate in the sense of expressing in one language what has been expressed in another. The idea is that once these faculties are understood, it is possible to understand not only the relation between input and output, but also, and perhaps more importantly, the communicative effects they have on the audience. After all, the *raison d'être* of all translation appears to be to communicate”.

⁸ Durante a *Bible Translation Conference*, realizada na Inglaterra em Janeiro de 2006, Gutt externou seu desconforto com o termo que chamou de contexto ‘artificial’, por entender ter este um sentido pejorativo e, talvez, transmitir a idéia de que seja sem importância. No entanto, ainda não chegou a uma conclusão no tocante a uma outra denominação. Prefiro, assim, manter o termo.

Supondo-se que tenhamos, normalmente, intuições 'naturais' com respeito à relevância, o que acontece em nossas mentes quando estamos lidando, não com nosso contexto existente 'naturalmente', mas com um 'artificial'? Podemos, de alguma maneira, imergir nós mesmos naquele contexto e ainda assim proceder intuitivamente? Ou temos que trabalhar 'refletidamente' ou 'analiticamente' mais do que 'intuitivamente'? Há uma diferença? E se houver, qual?⁹

Nesses casos, Simms (1997: 8) diz que a “imersão cultural é muito mais difícil, e a ‘experiência’ da erudição deve tomar o lugar da experiência direta”¹⁰. A imersão na cultura, no contexto do outro, encontra aqui a barreira da distância. Essa parece ser a situação do tradutor que lida com textos sagrados, tais como os contidos na Bíblia, no Corão ou no Bhagavad Gita, por exemplo. Gutt (2000a) não respondeu a suas indagações, deixando a cargo de pesquisas posteriores a tarefa de buscar uma resposta a esse comportamento do tradutor.

Da análise de segmentos das traduções de Martin Buber e Haroldo de Campos do livro bíblico do *Qohélet*, encerrei minha pesquisa de mestrado, procurando abordar rapidamente a questão dos contextos artificiais, embora não fizessem parte direta do objetivo da pesquisa. A partir dos comentários e paratextos desses tradutores a suas respectivas traduções, retirei subsídios para refletir sobre a tarefa empreendida tanto por Campos quanto por Buber no sentido de retirar a “pátina” sob a qual se encontrariam as versões tradicionais do texto bíblico. A reconstituição dos dados com base em um contexto que não mais é natural apresentou-se como uma tarefa árdua, exigindo trabalho minucioso do estudo das palavras do texto e de suas relações entre si, intra- e intertextuais.

Procurando dar uma resposta à indagação de Gutt (2000a) apenas com base na observação de notas e comentários tanto de Haroldo de Campos quanto de Martin Buber, encerro a dissertação com a seguinte conclusão: “lidando com contextos artificiais, agimos muito mais refletida e analiticamente do que intuitivamente” (Carvalho Neto, 2004: 148).

⁹ Minha tradução de: “Assuming that we normally have ‘natural’ intuitions with regard to relevance, what happens in our minds when we are dealing, not with our ‘naturally’ existing context, but with an ‘artificial’ one? Can we somehow immerse ourselves in that context and then still proceed intuitively? Or do we perhaps work ‘reflectively’ or ‘analytically’ rather than intuitively. Is there a difference, and if so, what is it?”

¹⁰ Minha tradução de: “such cultural immersion is rather more difficult, and the ‘experience’ of scholarship must take the place of direct experience”.

No entanto, essas conclusões foram tiradas apenas com base em notas e escritos, sem ter acesso aos tradutores. Torna-se necessária, então, uma abordagem processual de traduções encerrando contextos artificiais, o que contribuiria para responder à pergunta de Gutt (2000a) a respeito de como age o tradutor quando se encontra diante de um contexto distante do seu.

Também procurando uma resposta às reflexões de Gutt (2000a), porém lidando com tradutores novatos, temos o trabalho de Alves & Gonçalves (2003). Nesse trabalho, tendo como base as CORT, tratou-se de uma tradução de um texto considerado pelos autores como envolvendo um contexto artificial¹¹. Como conclusão da pesquisa, Alves & Gonçalves (2003: 21-22) fazem o seguinte comentário:

Retomando Gutt [...], poderemos dizer que houve uma boa quantidade de trabalho intuitivo entre nossos quatro tradutores, principalmente quando tinham que lidar com informação contextual que ainda não estava consolidada em seus ambientes cognitivos, i.e., informação disponível mais em contextos 'artificiais'. [...] Certamente seria interessante investigar como tradutores profissionais lidariam com a mesma situação. Iriam trabalhar, talvez, mais 'refletidamente' ou mais 'analiticamente', como sugerido por Gutt?¹²

Retomo o questionamento final de Alves & Gonçalves (2003): como trabalha um tradutor experiente frente a um texto distante cultural, espacial e temporalmente do seu contexto atual? Tende a ter um comportamento mais intuitivo como os sujeitos novatos da pesquisa de Alves & Gonçalves (2003) ou, ao contrário, procura agir mais refletidamente/analiticamente como suposto na conclusão de minha dissertação de mestrado?

Em uma outra pesquisa, em que contrasta produtos de traduções de um mesmo TF por tradutores novatos e experientes, Alves

¹¹ Trata-se, neste trabalho, de pesquisa de um artigo de jornal cujo tema é o ataque às embaixadas americanas na África, em 1998, atribuído à figura de Osama bin Laden. Por se tratar de uma figura do Oriente Médio, situada em espaço distante dos tradutores do experimento, o texto objeto de estudo pôde ser considerado como sendo um contexto artificial.

¹² Minha tradução de: "Returning to Gutt (...), we may say that there was a great deal of intuitive work among our four subjects, mostly when they had to deal with contextual information which was not yet consolidated in their cognitive environments, i.e., information available in rather 'artificial' contexts. (...) It would certainly be interesting to investigate how professional translators would deal with the same situation. Would they perhaps work more 'reflectively' or more 'analytically' as Gutt suggests?"

(2005a) aborda igualmente a questão da competência em tradução, fornecendo subsídios para se chegar a uma resposta às indagações de Gutt (2000a). Alves (2005a) chega à conclusão de que tradutores novatos estão focados muito mais na recuperação de cadeias lexicais, enquanto tradutores expertos lidam muito mais facilmente com problemas de cunho lingüístico e tendem a concentrar seus esforços em questões de caráter macrotextual. Essa hipótese parece estar corroborada por outra pesquisa de Alves (2005b), na qual o autor considera os níveis de metarreflexão como um componente da competência tradutória de tradutores expertos. Segundo o autor, “níveis mais altos de meta-reflexão (sic) apontam para uma maior competência em tradução e, portanto, uma maior capacidade de gerenciamento operativo do processo de tradução” (2005a: 111).

A partir dessas reflexões e dando continuidade às pesquisas já iniciadas no campo da tradução de contextos artificiais, torna-se premente a necessidade de uma pesquisa com tradutores expertos, tendo como tarefa tradutória a tradução de contextos artificiais e na qual seja focado o processo de tradução. Assim sendo, serão enfocados neste capítulo os primeiros resultados obtidos com um tradutor experto, lidando com um contexto de produção do TF situado a uma grande distância espacial e temporal da audiência moderna. Trata-se de trechos do *Talmud*, o livro judaico de interpretações e discussões a respeito da Bíblia hebraica, como exposto a seguir.

2. O *TALMUD* E A TRADUÇÃO DE TEXTOS SAGRADOS

A tradução de textos sagrados, em especial os bíblicos, ocupa um grande espaço dentro da história dos estudos da tradução. A primeira tradução do *Antigo Testamento da Bíblia* de que se tem notícia remonta aos séculos III e II a.e.c. (a *Septuaginta* grega), e, desde então, as traduções dos textos bíblicos não tiveram mais fim. Além da Bíblia, o Corão, livro sagrado dos muçulmanos, e o Bhagavad Gita, livro sagrado dos hindus, também passaram (e ainda passam) por processos tradutórios os mais variados, o que

¹⁵ A *Septuaginta* ou Versão dos 70 é uma tradução do hebraico para o grego, que foi feita para uso da comunidade de judeus do Egito no final do século III e no século II a.e.c. e teria sido realizada por 70 tradutores, donde o nome.

os torna interessantes em especial em pesquisas dentro dos estudos da tradução. A expansão do Islamismo em direção a países que não são de língua árabe fez com que a tradução do Corão se tornasse necessária. O mesmo se dá com o Bhagavad Gita, de modo que traduções diversas do sânscrito difundem a filosofia hindu pelo mundo.

Ao traduzir um texto considerado sagrado, o tradutor tem muitas vezes uma teoria tradutória diante de si (Cícero, por exemplo, com o debate tradução literal *versus* tradução livre) ou um pensamento norteador de sua atividade (Martinho Lutero na Alemanha e sua ruptura com a Igreja de Roma). Às vezes, por convicção e estilo, surgem traduções inovadoras como as de Haroldo de Campos (1991) e a tradução da Bíblia hebraica por Martin Buber (1997). Haroldo de Campos e Martin Buber impregnaram suas traduções com o sabor hebraico dos textos, procurando hebraizar seus respectivos idiomas, o português e o alemão. Esses são apenas pequenos exemplos, testemunhos de variadas teorias tradutórias e embates teóricos através dos tempos.

Poderíamos nos perguntar por que a tradução dos textos considerados sagrados é tão polêmica e portadora, até hoje, de questões cruciais como a perseguição a tradutores¹⁴. Conforme Simms (1997), podemos incluir os textos sagrados em uma categoria maior, qual seja, a de textos sensíveis. Em tese, qualquer texto poderia ser considerado sensível em potencial, pois a sensibilidade não é inerente ao texto, mas pensar que o texto o é, o tornaria sensível (Simms, 1997: 3). E os textos sagrados são considerados sensíveis por suscitarem problemas ligados à religião. Poderemos dizer, então, que a tradução desses textos exige particular atenção. Gohn (2001: 149) afirma que “o que se observa com esse tipo de textos é que, diferentemente do que pode ocorrer com a maioria de outros tipos de textos, há um grande envolvimento emocional por parte dos usuários e reações extremadas dos ouvintes/leitores podem ser esperadas”.

Dentre os textos sagrados, é inegável a influência da Bíblia em nossa civilização judaico-cristã. A Bíblia é lida como literatura, como fonte histórica, como fonte de fé. Entre os judeus, a Torá (o Pentateuco nas bíblias cristãs) chega até mesmo a ter um status de responsável pela unidade e sobrevivência de todo um povo.

¹⁴ Pode-se lembrar, a título de ilustração, as traduções do Corão pelo indiano Salman Rushdie, considerado autor maldito no mundo islâmico.

Segundo Giglio (2003: 13): “De onde vem essa força renovadora e indelével que nos permitiu sobreviver apesar das atribulações e sofrimentos pelos quais passamos ao longo da nossa [dos judeus] história? A resposta é a Torá”. Na introdução à Tradução Ecumênica da Bíblia (TEB), também podemos espreitar a importância dos livros bíblicos em nossa sociedade. Referindo-se ao leitor em geral, mesmo o não-crente, a TEB (1994) fala sobre a fé, dizendo que ela é “um certo modo de o homem viver a relação com os outros homens e de agir no meio deles, uma modalidade particular de existir que é fermento da história humana” (TEB, 1994: 3).

Daí advém a importância da Bíblia em nossa civilização. E quando se fala em Bíblia, pensa-se ao mesmo tempo em tradução, pois, segundo Gabel & Wheeler (1993: 205), dentre o vasto número de indivíduos que têm a leitura da Bíblia como fonte de bem-estar, “nem a metade de um por cento leu as suas palavras *reais*” (itálico como no original). Não obstante, perscrutar o processo tradutório de um texto bíblico pode não ser uma tarefa imparcial e livre de influências diretas sobre o tradutor de outras traduções já existentes. Como já mencionado, os textos bíblicos foram objeto de inúmeras traduções, desde os últimos séculos anteriores ao início da era comum até a época contemporânea. Isso não quer dizer, no entanto, que o tradutor não possa consultar outras traduções já existentes. O que se postula aqui é o perigo de uma interpretação já impregnada por uma determinada ideologia.

Em vista disso, a escolha do *corpus* para o início da pesquisa de tradução de contextos ‘artificiais’ recaiu sobre textos da literatura talmúdica. Isso devido ao fato de que o *Talmud* se constitui num conjunto de textos que tratam dos temas bíblicos, o que lhe confere o caráter sagrado e, conseqüentemente, o coloca dentro dos contextos ‘artificiais’ de Gutt (2000 a, b). Além disso, são escassas as traduções desse livro, e, devido à sua abrangência, seria muito improvável que o tradutor já tivesse tido contato com a tradução de todos os textos. Ele estaria, assim, relativamente livre de influências de traduções já existentes e muito conhecidas.

De acordo com a tradição judaica, Deus transmitiu seus ensinamentos a Moisés no monte Sinai de duas formas: uma escrita, que veio a constituir a Torá, ou seja, os cinco primeiros livros da Bíblia hebraica; e uma oral, que Moisés deu aos sábios daquela geração. Essa lei passou a ser transmitida, por sua vez, às gerações subseqüentes, sempre da forma oral, sem registros escritos (Giglio,

2000). Porém, com a destruição do Segundo Templo no início da era comum e a conseqüente dispersão do povo judeu na Diáspora, os rabinos sentiram a necessidade de preservar essa tradição oral de forma escrita; caso contrário, correriam o risco de serem perdidas. O conjunto de interpretações que já vinham se consolidando desde séculos chamava-se *Mishná*, e esta recebeu forma escrita no século II e.c.¹⁵. Segundo Johnson (1995: 161), a *Mishná* era constituída de três elementos: “o *midrash*, isto é o método de interpretar o Pentateuco para esclarecer pontos da Lei; a *halacá*, [...] o corpo de decisões legais sobre pontos particulares geralmente aceitos; e a *agadá* ou *homilias*, incluindo anedotas e lendas usadas para comunicar entendimento da Lei às pessoas comuns” (itálico meu). Assim que a *Mishná* foi completada, outras gerações de eruditos começaram a redigir comentários sobre ela. Esses comentários compilados formam a *Guemará*. Nessa altura, os métodos rabínicos já haviam se difundido para a Babilônia, de modo que se formaram dois centros de estudo, um na Palestina e outro na Babilônia (Johnson, 1995: 162).

Ao conjunto de *Mishná* e *Guemará* dá-se o nome de *Talmud*, palavra que significa “estudo”. E conforme o local de composição da *Guemará*, é denominado de *Talmud de Jerusalém* ou *Talmud Babilônico*. “Como na Babilônia o ambiente era mais profícuo para o estudo, dada a melhor situação econômica e maior estabilidade política, o *Talmud Babilônico*, concluído por volta do século VI, é mais elaborado que o *Talmud de Jerusalém*” (Giglio, 2000: 13).

Dentro do *Talmud*, temos os comentários de conteúdo legal, aos quais se dá o nome de *Halachá*, e todo o material de cunho não-legal chamado de *Agadá*. Dentre os temas abordados pela *Agadá*, podemos citar “interpretações de passagens bíblicas, história, ética, etiqueta, filosofia, folclore, medicina, astronomia, sabedoria popular e provérbios” (Giglio, 2000: 84). A *Agadá* é responsável por um terço do conteúdo do *Talmud Babilônico* e um sexto do *Talmud de Jerusalém*. E outros comentários em torno dos textos do *Talmud* continuaram a ser feitos e incorporados ao *Talmud* como parte essencial deste. Vale aqui citar os comentários de Rashi (1040-1105) e as *Tossafót*, que são uma coletânea de interpretações levadas a cabo por 150 sábios na França e Alemanha entre os séculos XII e XIV.

¹⁵ Era comum.

Sobre o *Talmud* cabe ainda dizer que ele está escrito em hebraico e aramaico, sendo esta a língua falada pelos judeus da época. A grande semelhança entre o aramaico e o hebraico se dá pelo fato de ambas serem línguas semíticas. O aramaico surgiu como língua falada pelos arameus há 3.000 anos e se desenvolveu como língua internacional por ocasião do domínio persa (586-330 a.e.c.). Enquanto a língua da Mishná é o hebraico, a língua em que a *Guemarã* foi predominantemente escrita é o aramaico (Giglio, 2000).

3. DELIMITAÇÃO DO *CORPUS*

Como mencionado anteriormente, a riqueza de textos dentro do *Talmud* é fonte inesgotável de pesquisa. Segundo Giglio (2000), a primeira edição completa do *Talmud Babilônico* data de 1520 e sua diagramação é mantida inclusive nas edições atuais. Mais recentemente surgiram edições traduzidas, como a edição Shottenstein da Editora Artscroll americana, o que tornou o estudo do *Talmud* mais acessível. O estudo de uma página do *Talmud* torna-se uma tarefa nada fácil para não-iniciados. Na coluna central, tem-se o texto da Mishná e da Guemarã e, ao redor, como que formando uma moldura, encontram-se os comentários e interpretações compilados pelos eruditos judeus ao longo de séculos. Para que esses comentários não venham a se confundir com o texto principal, eles estão grafados em um outro sistema de escrita, qual seja, a tipologia de Rashi.

A *Mishná*, texto-fonte para a Guemarã e todos os outros comentários, está dividida em seis ordens (*Sederot*) que, por sua vez, encontram-se divididas em tratados. Para fins deste trabalho, foram selecionados três pequenos trechos da segunda ordem (*Moed*, ou “festivais”), da quarta ordem (*Nezikin*, “danos”) e da sexta ordem (*Toharot*, “pureza”), pelos motivos expostos a seguir.

A ordem *Moed* trata das festividades judaicas e das obrigações e proibições a elas relacionadas. Um dos tratados de *Moed*, chamado de *Chaguigah*, discorre sobre a peregrinação a Jerusalém por ocasião dos festivais, quando se faziam ofertas e sacrifícios no templo. Com a destruição do segundo templo no início da era comum, essas ofertas e sacrifícios deixaram de existir. Daí advém a complexidade da tradução desse texto, compilado para uma

audiência de 2000 anos atrás.

Nezikin é uma compilação de leis civis e penais, visando a regulamentar as indenizações em razão de prejuízos e danos provocados por terceiros. O primeiro tratado, *Baba Kama*, trata das lesões e danos contra a pessoa. Aí se encontra a discussão a respeito da conhecida lei de talião “olho por olho, dente por dente”, cujo significado é infligir a uma pessoa o mesmo dano que haja causado a outrem. Porém, essa lei acaba tendo uma interpretação errônea quando assume o caráter de vingança. Segundo o dicionário *Houaiss*, consta como extensão de sentido: “qualquer vingança em proporção igual ou considerada equivalente ao mal sofrido”. Porém, as leis judaicas não vêem esse sentido de “vingança” nessa lei. Como lida, então, o tradutor com esse fato? Segue sua intuição natural, usando o termo de acordo com o sentido que lhe é atribuído hoje?

Por fim, a última ordem, *Toharot*, trata dos rituais de purificação. No tratado de mesmo nome, cuida dos rituais quando se tem contato com a maior das impurezas: o cadáver. Impureza maior, pois o cadáver é desprovido do bem maior: a vida. A maior dificuldade para a tradução desse trecho está relacionada à forma críptica de redação do texto. O que faz o tradutor diante desse texto hermético? Como se comporta e quais os cuidados que tem, traduzindo-o para uma audiência distante no tempo e no espaço?

4. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

Como exposto anteriormente na parte introdutória, Gutt (2000 a, b) deixou questões desafiadoras para pesquisadores, como a que foi abordada acerca dos contextos ‘artificiais’. Os trabalhos de Alves (2005 a, b), Alves & Carvalho Neto (no prelo), Alves & Gonçalves (2003) e Carvalho Neto (2004) já buscam contribuir para a pesquisa com contextos distantes e competência tradutória.

Este projeto-piloto, fase inicial de meu doutorado, visa a colher subsídios para refletir sobre a questão levantada por Gutt (2000 a, b) no tocante à tradução de contextos distantes temporal, espacial e culturalmente da audiência do TA, como é o caso dos textos sagrados. Por fins práticos, repete-se aqui a pergunta de Gutt (2000 a, b) sobre a tradução de tais contextos ‘artificiais’: “Podemos de alguma maneira imergir nós mesmos naquele contexto

e ainda assim proceder intuitivamente? Ou temos que trabalhar 'refletidamente' ou 'analiticamente' mais do que 'intuitivamente'?" É a busca a uma resposta a tais indagações que motivou o projeto em foco neste capítulo.

Com os tratados selecionados, procedeu-se à escolha de pequenos trechos situados no início de cada tratado, para que não se corresse o risco de se tomarem passagens descontextualizadas por estarem dependentes de comentários anteriores. O tradutor que se prontificou a fazer parte deste experimento-piloto, mora a poucos quilômetros de Jerusalém e tem grande experiência em tradução de textos de cunho legal não-religiosos, assim como em tradução de textos sagrados em hebraico e aramaico. O local escolhido para se efetuar a tradução foi a biblioteca da Universidade Hebraica, Campus de *Giv'at Ram*, em Jerusalém.

O tradutor foi informado de que o público-alvo de sua tradução seria uma comunidade judaica no Brasil, leitora de textos em inglês, e que seu texto seria veiculado em um jornal da comunidade. Com isso em mente, ele iniciou os trabalhos, tendo total conhecimento dos métodos e objetivos da pesquisa.

Embora não fosse predeterminado um tempo para se efetuar a tradução de cada trecho, visando a não comprometer o trabalho, o tradutor se ateu à tradução de trechos que não ultrapassavam os 60 minutos, devido à escassez de tempo disponível. A metodologia de pesquisa utilizada foi a triangulação, combinando observação direta com protocolos retrospectivos. Durante o tempo de tradução, o pesquisador esteve presente, anotando todos os procedimentos adotados pelo tradutor, tais como início da tradução, leitura de paratextos, consultas a dicionários, correções, pausas, procura por outras fontes de consulta e término da tradução. Imediatamente após a conclusão do trecho selecionado, foi gravada uma entrevista em fita de áudio, na qual, por meio de perguntas relacionadas à sessão de observação, feitas pelo pesquisador, o tradutor verbalizou suas atitudes e procedimentos durante a tarefa tradutória.

5. DISCUSSÃO

Devido a limitações de espaço, a discussão estará restrita à tradução do trecho 83(b) do Tratado de *Baba Kama*, aquele que tece comentários e reflexões sobre a lei de talião. No anexo 1, encontra-se o texto traduzido em sua íntegra. Aqui, nos limita-

remos a discutir algumas palavras e peculiaridades que possam nos dar subsídios para perscrutar o objetivo proposto.

Convém, primeiramente, esclarecer uma estratégia de tradução do *Talmud*, observada tanto na tradução feita para este projeto, quanto em duas outras tomadas como referência (Goldwurm, 2001; Epstein, 1964). Embora estas estratégias não sejam as mesmas – uso de colchetes, uso simultâneo de parênteses e colchetes, uso de letras de tamanhos diferentes com e sem o recurso tipográfico do negrito – nas traduções analisadas, o princípio que as sustenta é uniforme. A seguir, um trecho da tradução¹⁶, no qual o tradutor usa tanto colchetes quanto parênteses:

Why (are damages calculated per Chapter 8 Mishna 1); “an eye for an eye” (Exodus 21) the Torah says, (but) do not let it enter your mind that it refers literally to an eye for we learnt in a beraitha, that I would have thought that someone who blinds the eye [of another], we should blind his eyes (...). The chapter thus juxtaposes the striking of a man [with] the striking of an animal.

Por que (a indenização é calculada pelo capítulo 8 de Mishná 1); “olho por olho” (Êxodo 21) a Torá diz, (mas) não deixe entrar em sua mente que isto se refere literalmente a um olho, pois aprendemos em uma beraitha que eu teria pensado que alguém que cega o olho [de uma outra pessoa], nós deveríamos cegar seus olhos (...). Assim, o capítulo justapõe golpear um homem [com] golpear um animal.

A partir da verbalização obtida após a tarefa tradutória, temos uma explicação para essa estratégia de tradução, tão peculiar a textos do *Talmud*:

Os colchetes existem no texto para mostrar que não está mencionado especificamente na Mishná, mas a que definitivamente se está referindo. Os parênteses são para mostrar que a Mishná entendeu que alguém suporia que isto seria o mesmo caso como previamente mencionado (...). Por isto, eles não precisam repeti-lo.¹⁷

¹⁶ Trata-se, de agora em diante, sempre da tradução feita neste experimento. Quando, por motivos de comparação, for mencionada uma outra, esta será devidamente identificada.

¹⁷ Minha tradução de: “The square brackets are there to show that it is not mentioned in the Mishnah specifically, but it is definitely been referred to. The round brackets are to show that the Mishnah understood that one would suppose this is the same case as mentioned previously (...). Therefore they don't need to repeat it at all”.

Da verbalização acima, pode-se entender o motivo desse recurso, quando da tradução de textos talmúdicos. O uso de colchetes cuida de preencher a fluência da frase e diz respeito à coesão lingüística do texto. Tome-se um dos exemplos acima: “the chapter thus juxtaposes the striking of a man [with] the striking of an animal”. A preposição “with” é necessária na oração em inglês, mas inexistente no texto hebraico. Sem ela, o texto inglês seria confuso e obscuro. Por sua vez, o uso de parênteses serve para remeter o leitor a trechos anteriores não mencionados ali, mas aos quais a *Mishnah* e a *Guemará* se referem. Os exemplos acima deixam clara esta estratégia. A *Guemará* apenas pergunta: “Ammái?” (“Por quê?”). Porém, para ajudar o leitor em seu comportamento inferencial, o tradutor optou em completar entre parênteses: “Why (are damages calculated per Chapter 8 Mishna 1)”. A complementação colocada entre parênteses foi decidida após o tradutor ter lido, primeiro, o texto da *Mishnah*, para que pudesse entender a que se referia a pergunta “Why?”.

A título de comparação, lê-se em Goldwurm (2001; negrito como no original): “**Why** is the assailant merely obligated to pay for the damage he inflicts?” (“**Por que** o agressor está meramente obrigado a pagar pelo dano que ele inflige?”). Goldwurm (2001) combina o recurso tipológico do negrito em *Why* com a tipologia de escrita normal, para mostrar que apenas o negrito consta do TF. Epstein (1964) traduz: “Why [pay compensation]?” (“Por que [pagar uma indenização]?”). O que opta por colocar entre colchetes é a referência que a *Guemará* faz, subentendendo que o leitor (daquela época de composição do livro) seria capaz de inferir esta informação.

Em nossa tradução, vê-se também o uso de parênteses quando o tradutor menciona os livros bíblicos aos quais se refere o *Talmud*. Esta menção não consta do TF, muito provavelmente por sua audiência estar familiarizada com tais passagens. O tradutor em questão aqui não espera que sua audiência seja capaz de implementar tal inferência. Ele se antecipa ao problema que possa comprometer o grau de semelhança interpretativa de seu texto e opta por colocar a referência entre parênteses.

Apesar da diferença no uso dos recursos, torna-se nítida a intenção por parte dos três tradutores mostrados acima: criar condições junto à audiência do TA para que possa fazer as inferências possivelmente esperadas da audiência do TF. A isso

se deve o alto grau de semelhança interpretativa alcançado entre o TF e seus respectivos TA.

Com 19 minutos decorridos desde o início da tradução, o tradutor fez uma pausa de 5 minutos para ir buscar, dentro do recinto mesmo da biblioteca, uma bíblia traduzida para o inglês. Na verbalização posterior, perguntado sobre o motivo de tal atitude, já que poderia simplesmente, ele mesmo, traduzir os trechos citados pela *Guemará* (versos do *Livro dos Números* e de *Levítico*; cf. tradução em anexo), ele respondeu: “*traduções livres da Bíblia poderiam causar grande confusão*”¹⁸. Por isso, preferiu usar uma tradução já conhecida e consolidada, visando a criar junto à possível audiência do TA o reconhecimento de um texto com o qual já tenha uma certa familiaridade.

Desse comportamento do tradutor, pode-se tirar a conclusão de que esse cuidado em inserir no texto da *Guemará* uma tradução respeitada, em vez de criar, ele próprio, uma nova versão, denota um comportamento muito mais refletido sobre seu trabalho e suas conseqüências para o leitor do que baseado em sua própria intuição. A partir da comparação com as traduções de Goldwurm (2001) e Epstein (1964), vê-se que a estratégia é a mesma, pois citam-se os versos da Bíblia entre aspas, com a referência em nota de rodapé.

No entanto, interessante é o fato ocorrido com nosso tradutor, ao fazer menção ao *Livro de Levítico* 24, 17: “and he that strike a man shall be put to death”. Em nota de rodapé ele menciona: “*Cohen - no original, golpear está substituído por matar*”¹⁹. Em outras palavras, ao mesmo tempo que se utiliza de uma tradução conhecida, ele a modifica. Em hebraico, temos o verbo “haka’ah” que significa “bater, ferir”. É o termo usado na *Guemará* toda vez em que o tradutor usa o verbo *strike* em inglês. Na Bíblia hebraica, podemos encontrar no *Livro de Levítico* 24, 17 o mesmo verbo “haka’ah”, de modo que a *Guemará* discute seu significado nesse verso segundo as interpretações dadas a ele pelas traduções canonizadas da Bíblia. Na TEB (Tradução Ecumênica da Bíblia), lemos: “Se um homem *ferir mortalmente* um ser humano, quem quer que seja, será morto” (itálico meu). Já na tradução de João Ferreira de Almeida (1993), temos: “Quem *matar* alguém será morto” (itálico meu). Podemos concluir que as versões da Bíblia

¹⁸ Minha tradução de: “free translations of the Bible could be quite confusing”.

¹⁹ Minha tradução de: “Cohen - in the original strike is replaced by killeth”.

em outras línguas, ao traduzirem o verbo “haka’ah”, já o interpretam, ora substituindo-o por “matar”, ora por “ferir mortalmente”. Nosso tradutor, ao ter diante de si a tradução da Bíblia hebraica para o inglês, feita por Cohen, se deparou com esse problema. Preferiu citar o verso bíblico a partir de uma tradução respeitada, como exposto anteriormente, mas, ao mesmo tempo, interferiu nessa tradução, substituindo “killeth” (matar) por “strike” (golpear), mencionando o fato em uma nota de pé de página.

Comparando a tradução com a tradução de Epstein (1964), vemos que este também citou uma tradução existente, mas manteve o verso tal qual em sua fonte de consulta: “*and he that killeth a man, shall be put to death*” (“e aquele que mata um homem, deve ser colocado à morte”) (itálico como no original). Goldwurm (2001), por sua vez, optou por uma tradução própria: “**and one who strikes a person shall be put to death**” (“**e quem golpeia uma pessoa deve ser colocado à morte**”) (negrito como no original). Na verbalização do tradutor, temos seu comentário a respeito. Argumentando que os rabinos da época estavam discutindo na *Guemará* o sentido de “haka’ah” naquela passagem do *Levítico*, ou seja, discutiam se o verbo significava apenas um golpe simples normal ou um fatal, ele diz:

[a tradução de] Chumash que eu estava usando, o traduziu como matar, mas ainda não havia uma conclusão da *Guemará*. [...] Assim, mudei a tradução e o deixei em uma nota de rodapé [...], porque era uma tradução literal.²⁹

Mais do que citar simplesmente, sem alteração, a tradução Chumash feita por Cohen, o tradutor se preocupou com o contexto de produção do TF. Tomando como base seus estudos do *Talmud*, ele sabia que a *Guemará*, naquela passagem por ele traduzida, ainda não havia chegado a uma conclusão acerca do sentido de “haka’ah”. Por isso, evitando confundir seus leitores, optou por uma tradução literal do verbo, mesmo mudando a tradução consultada. Continuando, ele diz:

Assim, eu prefiro usar traduções porque a *Guemará* frequentemente via casos com palavras e na tradução temos também o que

²⁹ Minha tradução de: “[the translation of] Chumash that I was using, translated it as killing, but there wasn’t yet a conclusion of the Gemara. (...) So, I changed the translation and let it in a footnote (...) because it was a literal translation”.

Porém, neste caso específico, usando meramente a citação, seus leitores não teriam acesso ao que “a Guemará está procurando”. Daí advém sua atitude.

Ainda a respeito do verbo “haka’ah”, o tradutor prefere substituí-lo por “assault” (“agressão”) na porção final do TA. No TF, temos: “haka’ah haka’ah qa’amrinan”. Goldwurm (2001) traduz: “**We are saying** that there is a *gezeirah shavah* from the common **striking/striking** concept that appears in both verses” (“**Estamos dizendo** que há uma *gezeirah shavah* do conceito comum de **golpe/golpe** que aparece em ambos os versos”) (grifos como no original). Epstein (1964) traduz: “We speak of the *effect* of smiting implied in this text and of the *effect* of smiting implied in the other text” (“Estamos falando do *efeito* de ferir implicado neste texto e do *efeito* de ferir implicado no outro texto”) (itálico como no original). No texto do tradutor deste experimento, lemos: “comparamos as duas agressões (do capítulo e não a mesma palavra literal ‘matar’)”²². Sobre essa mudança, preferindo não usar o sentido literal de “haka’ah”, ou seja, “strike”, ele comenta:

[a Guemará] compara a palavra golpear com a palavra golpear. E depois ela fala sobre o verdadeiro golpear (...). Eu não estava satisfeito em usar a mesma palavra porque seria bem confuso. Assim, encontrei uma outra palavra no [dicionário] Jastrow, agressão, e, para agressão, nós conhecemos os conceitos gerais.²³

Por meio desta verbalização, temos acesso à explicação para a substituição de “strike” por “assault”. Como se pode deduzir, não se trata de uma substituição apenas estética, com o fim de se evitar a repetição de uma palavra. Seu comportamento denota uma atitude muito mais reflexiva, com o intuito de ajudar os leitores do TA a inferir, via menor esforço cognitivo, as conclusões a que a Guemará estaria chegando. Argumentando que “seria confuso

²¹ Minha tradução de: “So, I do prefer to use translations because the Gemara saw often cases with words and in the translation we have also what the Gemara is looking for”.

²² Minha tradução de: “we compare the two assaults (of the chapter and not the same literal word ‘striking’)”.

²³ Minha tradução de: “[the Gemara] compares the word strike to the word strike. And then it talks about the actual striking (...). I wasn’t happy using the same word because it would be too confusing. So I found another word in [the dictionary] Jastrow, assault, and assault we know the general concepts”.

demais”, o tradutor nos dá pistas de como ele, sem descurar a semelhança interpretativa, procura propiciar à audiência do TA um processamento inferencial do texto com o menor esforço cognitivo possível para alcançar o maior efeito cognitivo possível. O tradutor analisa possibilidades, consulta dicionários, mas não escolhe um termo qualquer, sinônimo. Tomando como fonte de consulta o dicionário *Jastrow*, autoridade em termos talmúdicos, ele toma uma palavra da qual “conhecemos os conceitos gerais”.

Refletindo sobre as considerações feitas no decorrer desta análise, pode-se afirmar que o processo de tradução de um texto sagrado, levada a cabo por um tradutor experto, parece não ser uma tarefa simples e de cunho intuitivo. Contudo, trata-se apenas de um projeto-piloto tomado como base para uma investigação inicial, cujos resultados devem, agora, ser confrontados com outros obtidos dentro de um projeto de pesquisa maior, como a minha tese de doutorado, ainda incipiente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espero ter mostrado, com este capítulo, as possibilidades de pesquisa existentes, envolvendo o trabalho com informações contextuais presumivelmente ainda não-presentes no ambiente cognitivo do público-alvo. Usando o arcabouço teórico da TR, procurou-se, por meio de um projeto-piloto, investigar o comportamento de um tradutor experto ao lidar com contextos distantes temporal, cultural e geograficamente daquele da audiência do TA. Como bem aponta Gutt (2004a), o tradutor não pode esperar de sua audiência que ela tenha as mesmas informações contextuais que ele. Sendo assim, ele necessita prestar muita atenção àquela parte do ambiente cognitivo de sua audiência que ele tem que considerar no momento da tradução. Ainda segundo Gutt (2004b), o primeiro desafio seria, dessa feita, desenvolver estratégias apropriadas com vistas a possibilitar à audiência do TA as mesmas informações contextuais que estavam disponíveis para a audiência do TF.

Da discussão apontada anteriormente, concernente à tradução do sujeito colaborador deste projeto, viu-se que ele considera, no momento da tradução, a audiência de seu texto, procurando suprir, de maneiras várias, as informações que ele julga primordiais para a compreensão do texto. Ao inserir no texto informações contex-

tuais, referências a versos da Bíblia e outras alternativas para termos problemáticos, o tradutor anseia por ajudar os leitores em seu comportamento inferencial, tendo em mente a obtenção dos maiores efeitos contextuais possíveis por meio do mínimo esforço cognitivo necessário.

Retomando Gutt (2000a: 169), seria possível dizer que houve uma grande quantidade de trabalho reflexivo/analítico por parte do tradutor em questão. Esse não se baseou em sua intuição natural para resolver problemas advindos da tarefa tradutória. Considerando a audiência de seu texto – no caso concreto, a brasileira com acesso à leitura de textos em inglês –, ele adotou diferentes recursos visando a preencher possíveis lacunas em seu ambiente cognitivo. No entanto, essa investigação, realizada em Jerusalém, deve tomar proporções maiores. Em um projeto de pesquisa mais abrangente, como meu doutorado, em curso, torna-se necessário confrontar os dados obtidos com traduções feitas por diferentes sujeitos possuidores de um certo nível de expertise, com o intuito de mapear o processo tradutório em busca de traços reflexivos/analíticos em seus trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J.F.. *A Bíblia Sagrada*. ed. rev. e aum. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

ALVES, F. Relevância em contextos culturalmente marcados: a semelhança interpretativa em pauta. In: ALVES, F. (Org.). *Teoria da relevância & tradução: conceituações e aplicações*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001a. p. 87-108.

ALVES, F. Teoria da relevância e os estudos da tradução: perspectivas e desdobramentos. In: ALVES, F. (Org.). *Teoria da relevância & tradução: conceituações e aplicações*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001b. p. 15-33.

ALVES, F. *Esforço cognitivo e efeito contextual em tradução*: relevância no desempenho de tradutores novatos e expertos. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, número especial sobre TR, p. 11-31, 2005a.

ALVES, F. Ritmo cognitivo, meta-reflexão e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (Org.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2005b. p. 109-169.

ALVES, F.; GONÇALVES, J.L. A Relevance-Theory Approach to the Investigation of Inferential Processes in Translation. In: ALVES, F. (Ed.). *Triangulating Translation: perspectives in process-oriented research*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 3-24.

BABA KAMA. *Baba Kama min Talmud Bavli (Hebrew text)*. Jerusalém: Tal Man Ltd., 1981.

BAKER, M. (Ed.). *The Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Londres e Nova York: Routledge, 1997.

BERGER, K.; NORD, C. *Das Neue Testament und frühchristliche Schriften*. 5. Auflage. Frankfurt am Main und Leipzig: Insel Verlag, 2001.

BUBER, M. *Die Schriftwerke*: verdeutschte von Martin Buber gemeinsam mit Franz Rosenzweig. Gerlingen: Lambert Schneider, 1997.

CAMPOS, H. *Qobélet/O-que-Sabe: Ecclesiastes: poema sapiencial*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

CARVALHO NETO, G.L. *Haroldo de Campos e Martin Buber como tradutores do hebraico Qobélet: uma análise do produto de segmentos das traduções à luz da Teoria da Relevância*. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

EPSTEIN, I. *Seder Nezikin, Baba Kamma*. Tradução de E.W. Kirzner. Hebrew-English Edition of the Babylonian Talmud. Londres: The Soncino Press, 1964.

GABEL, J.B.; WHEELER, C.B. *A Bíblia como literatura: uma introdução*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

GIGLIO, A. *Iniciação ao Estudo da Torá*. São Paulo: Sêfer, 2003.

GIGLIO, A. *Iniciação ao Talmud*. São Paulo: Sêfer, 2000.

GOHN, C. Pesquisas em torno de textos sensíveis: os livros sagrados. In: PAGANO, A. (Org.). *Metodologias de pesquisa em tradução*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2001. p. 147-170.

GOLDWURM, H. (Ed.). *Tractate Bava kamma*. The Schottenstein Edition. Nova York: Mesorah Publications Ltd., 2001.

GUTT, E.-A.. Issues of Translation Research in the Inferential Paradigm of Communication. In: OLOHAN, M. (ed.), *Intercultural Faultlines. Research Models in Translation Studies I. Textual and Cognitive Aspects*. Manchester: St. Jerome, 2000a. p. 161-179.

GUTT, E.-A. *Translation and Relevance: Cognition and Context*. 2. ed. Manchester: St. Jerome, 2000b.

GUTT, E.-A. Interpretive core activities in translation: Inferring, designing and comparing interpretations. In: MIODUSZEWSKA, E. *Relevance studies in Poland*. v. 1. Varsóvia: University of Warsaw, 2004a, p. 157-178.

GUTT, E.-A. Translation, metarepresentation and claims of interpretive resemblance. In: ARDUINI, S.; HODGSON, R. (Ed.). *Proceedings of the International Conference on Similarity and Translation*, Bible House, Nova York, 31 maio - 1 jun. 2001. Rimini: Guaraldi, p. 93-101, 2004b.

HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Manaus: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

JASTROW, M. *Dictionary of the Talmud*. Yerushalaim: Hotsat "Chorev", s.d.

JOHNSON, P. *História dos Judeus*. Tradução de Henrique Mesquita e Jacob Volfzon Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MUNDAY, J. *Introducing translations studies: theories and applications*. London: Routledge, 2001.

NIDA, E. *Toward a Science of Translating*. Leiden: E.J.Brill, 1964.

NORD, C. *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis*. Amsterdam: Rodopi, 1988.

REISS, K.; VERMEER, H. *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*. Tübingen: Niemeyer, 1984.

SIMMS, K. (Ed.). *Translating Sensitive Texts: Linguistic Aspects*. Amsterdam: Rodopi, 1997.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*. 2. ed. Oxford e Cambridge: Blackwell, 1995.

TEB - BÍBLIA TRADUÇÃO ECUMÊNICA. São Paulo: Loyola, 1994.

VENUTI, L. (Ed.). *The Translation Studies Reader*. Londres: Routledge, 2000.

ANEXO 1: TEXTO TRADUZIDO DA GUEMARÁ, TRATADO BABA KAMA 83(B), POR FACHLER, JERUSALÉM, JANEIRO DE 2006.

Baba Kama 83(b)

Gem: Why (are damages calculated per Chapter 8 Mishna 1); “an eye for an eye” (Exodus 21) the Torah says, (but) do not let it enter your mind that it refers literally to an eye for we learnt in a beraitha, that I would have thought that someone who blinds the eye [of another], we should blind his eyes, someone who cuts off the hand [of another] we should cut off his hand, the chapter thus juxtaposes the striking of a man [with] the striking of an animal (Leviticus 24), just as in the case of one who strikes an animal [one pays] monetary damages so too in the case of one who strikes a human being [one pays] monetary damages, and if you shall question this deduction' [saying] behold the verse says (Numbers 35:31) “you shall take no ransom for the life of a murderer, that is guilty of death”²; [we rebut the question and say] for the life of the murderer you can take no ransom but you can take ransom [from one who damages] vital limbs that do not grow back.

Which [verses] of “striking” (referred to above) is [the beraitha quotations] if you want to say (it alludes to the verse) (Leviticus 24:2) he that strike a beast shall make it good; and he that strike a man shall be put to death³. This [verse] is referring to a fatal strike, but rather it quotes the following verses (ibid 24:18) “he that smiteth a beast mortally shall make it good: life for life” and it follows immediately with (ibid 24:19) “and if a man maim his neighbour, as he has done, so shall it be done to him”. But the (latter verse) does not contain (the word) “strike”? (that is true, therefore the above beraitha should read as follows) we compare the two assaults (of the chapter and not the same literal word “striking”) and say: just as in the assault of an animal [one pays] monetary damages, so too in the assault mentioned by a human being [one pays] monetary damages.

¹ Rashi's translation; ² Cohen's Chumash p. 98; ³ Cohen – in the original strike is replaced by “killeth”

CAPÍTULO 5

A tradução de expressões idiomáticas à luz da Relevância

Taciana Bylaardt
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir para a compreensão dos recursos e estratégias usados na tradução de expressões idiomáticas e, ao mesmo tempo, elucidar ou colocar em discussão alguns pontos concernentes a essa questão, este capítulo traz o resultado de um estudo sobre a tradução das expressões idiomáticas presentes em *The Adventures of Huckleberry Finn*. Dentre as várias traduções feitas para a língua portuguesa dessa obra, o objeto desta análise foi a tradução feita por Monteiro Lobato, em 1934. O estudo buscou observar a relação entre o tradutor Monteiro Lobato e seus objetivos editoriais e mercadológicos e terminou por investigar de maneira minuciosa, dentro da visão e pressupostos da Teoria da Relevância (doravante, TR), os processos que envolvem a interpretação (e tradução) de metáforas e, por extensão, de metáforas lexicalizadas, que é o caso das expressões idiomáticas.

A motivação inicial da escolha da tradução de Monteiro Lobato como objeto de estudo deve-se à alta frequência de paráfrases e à tendência à simplificação desse trabalho, material interessante para reflexão, levando-se em conta que a obra original é um marco na literatura americana. Uma das razões para isto a que chamo de “simplificação” é que a tradução em questão parece ter sido fortemente influenciada pelos objetivos editoriais do tradutor e de sua editora, a Companhia Editora Nacional, que produziu, na década de 1930, muitas traduções de livros de aventuras para leitores infanto-juvenis, como *Moby Dick*, *Tarzan the terrible* etc.

Em *As Aventuras de Huck*, título da tradução sob análise, Lobato parece se preocupar mais com o contexto da audiência da língua

de chegada – o público infanto-juvenil brasileiro das décadas de 1930 e 1940. Por essa razão, o aspecto estilístico da obra original não foi considerado estritamente relevante, mas sim seu caráter de “aventura”.

A prosa de Twain em *The Adventures of Huckleberry Finn* reflete a vitalidade e criatividade do vernáculo norte-americano, e o autor não economiza no uso de variantes lingüísticas do inglês. Essa riqueza de linguagens é um dos aspectos que mais atraem na leitura do livro. O próprio autor explicita, já na primeira edição do livro, os dialetos usados: o dialeto negro do Missouri, a forma mais extrema do dialeto “backwoods” sudoeste, o dialeto comum “pike-county” e mais quatro variações desse último. O estilo do autor nessa obra demonstra seu amadurecimento em relação às suas obras anteriores, e o “inglês” que ele apresenta ao público representou um novo estilo de expressão da vitalidade da América do século XIX. Nesse romance – narrado em primeira pessoa pelo personagem Huck – os personagens não expressam um inglês castiço, fiel às normas da ortografia e da gramática. A grafia das palavras reproduz a forma como são pronunciadas; a pontuação procura imitar o ritmo da língua falada; as orações são quase sempre coordenadas, como na fala corrente. Segundo Sérgio Flacksman, tradutor mais recente desta obra,

... todo o texto do romance é uma incrível proeza de captura e reprodução da linguagem oral, temperada em diferentes matizes que, como explica o autor, variam de acordo com a região e a origem social de cada personagem. (In: Twain, 2002: 12)

Apesar de a tradução das variantes lingüísticas não ter sido considerada relevante por Monteiro Lobato e, portanto, não ter constituído um problema para o tradutor, a tradução de um trabalho como esse representa um grande desafio: tem um grande componente interpretativo, e as escolhas do tradutor são muito subjetivas e ao mesmo tempo muito influenciadas pelo contexto.

Em minha análise, procurei capturar dentro da obra algum aspecto passível de análise e que pudesse fornecer dados que contribuíssem para o estudo dessa tradução, em particular, e também para os estudos da tradução, em geral. Optei, então, por observar as expressões idiomáticas – um tipo de ocorrência predominante na linguagem oral e coloquial – presentes no texto original e na sua tradução.

Situei a tradução feita por Monteiro Lobato dentro da noção de “tradução indireta” – um conceito proposto por Gutt (2000). A tradução indireta envolve graus flexíveis de semelhança interpretativa, dando mais espaço para paráfrase, elaboração ou simplificação; supõe semelhança adequada em aspectos relevantes, ou seja, é uma instância de uso interpretativo que se assemelha adequadamente ao original nos aspectos relevantes para a audiência-alvo; é uma instância de tradução na qual o tradutor é mais livre para elaborar ou resumir, ou adaptar-se às possíveis informações disponibilizadas no ambiente cognitivo da audiência receptora. Sob tal perspectiva, a relação entre uma tradução e o texto de partida é uma relação de semelhança interpretativa, e essa semelhança interpretativa pode ser estabelecida em graus diversos, que serão determinados principalmente pelos objetivos do tradutor.

Assim, dentro dessas conceituações propostas por Gutt (2000), a tradução feita por Monteiro Lobato de *The Adventures of Huckleberry Finn* pode ser considerada como uma instância de tradução indireta, em que o nível de semelhança interpretativa foi determinado pelos objetivos editoriais e mercadológicos do tradutor. Buscou-se, neste estudo, investigar o grau de consistência de Lobato com as marcas de relevância na tradução analisada, tendo como pressuposto que se trata de uma “tradução indireta” orientada pelos objetivos editoriais e mercadológicos do tradutor.

A abordagem teórica escolhida, a Teoria da Relevância, elaborada por Dan Sperber e Deirdre Wilson (1986/1995), é uma proposta nova que busca trazer respostas a muitas questões dentro das áreas de comunicação e cognição. Seus pressupostos e princípios foram desenvolvidos para aplicação aos estudos da tradução principalmente por Ernest-August Gutt (2000), cujo trabalho constituiu uma das bases teóricas da análise.

2. TR: UMA BREVE INTRODUÇÃO

Segundo Sperber & Wilson (1987: 465),

[A cognição humana] objetiva o melhoramento da quantidade, qualidade e organização do conhecimento do indivíduo. Para alcançar esse objetivo do modo mais eficiente possível, o indivíduo precisa, a todo momento, tentar disponibilizar seus

recursos de processamento à informação mais relevante, [...] à informação que tem maior probabilidade de gerar o maior aumento de conhecimento com o menor esforço de processamento.¹

Uma informação ou um *input* é relevante para um indivíduo quando se conecta com informações já disponíveis no seu ambiente cognitivo para gerar conclusões que são importantes para esse indivíduo. Pode, por exemplo, responder a uma questão, aumentar o conhecimento sobre determinado assunto, criar alguma dúvida, confirmar uma impressão errada.

Sendo a cognição humana orientada pela relevância e sendo que comunicar é requerer a atenção de alguém, para alcançar qualquer nível de comunicação, é necessário algum nível de relevância no que está sendo comunicado, pois todo ato de comunicação ostensiva comunica uma presunção de relevância, e até mesmo o estilo pessoal de comunicação surge na busca da relevância. Assim, o ato de comunicar traz em si mesmo a informação de que o que está sendo comunicado é relevante, e é esse o chamado “Princípio da Relevância”. A relevância depende da interação de dois fatores: efeitos contextuais e esforço de processamento (processos mentais necessários para gerar inferências ou efeitos contextuais que requerem certo esforço mental). Esses dois fatores dependem do contexto, o que faz com que a relevância seja também dependente do contexto.

Uma primeira condição para a relevância, então, é: uma suposição é relevante num contexto se gerar efeitos contextuais significativos naquele contexto. A segunda condição é: uma suposição é relevante num contexto se o esforço requerido para processá-la naquele contexto é pequeno.

Essa abordagem vê o processo de compreensão de uma mensagem como envolvendo outros fatores além da simples decodificação do signo lingüístico e dá à inferência um papel importante na comunicação e compreensão de mensagens, o que potencialmente se aplica à tradução. Outro ponto positivo da TR no que diz respeito aos estudos da tradução é que aqui o importante não é comparar as propriedades textuais ou mesmo

¹ Minha tradução de: “It is aimed at improving the quantity, quality, and organization of the individual’s knowledge. To achieve this goal as efficiently as possible, the individual must at each moment try to allocate his processing resources to the most relevant information [...] information likely to bring about the greatest improvement of knowledge at the smallest processing cost.”

as propriedades semânticas do texto original e sua tradução, mas comparar a interpretação pretendida a partir de cada texto. Assim, para a TR, “significado” é uma questão de grau, isto é, idéias podem ser comunicadas com graus variados de força.

Segundo a TR, num processo inferencial, um conjunto de premissas leva a um conjunto de conclusões que são o resultado de deduções lógicas a partir dessas premissas. As premissas constituem o contexto, que para a TR é um construto psicológico, um subconjunto das suposições do ouvinte sobre o mundo.

A forma lógica codificada de um enunciado representa uma pista importante para o significado pretendido, mas a geração de inferências também tem um papel crucial na compreensão de um enunciado; é como se os dois processos – decodificação da forma lingüística e geração de inferências – ocorressem em cooperação mútua e simultânea. Para a TR, tanto o conteúdo explícito – explicatura – de um enunciado quanto o conteúdo implícito – implicatura – requerem a geração de inferências para sua interpretação².

De acordo com essa abordagem, a cognição humana é orientada pela relevância, e as inferências necessárias para o processamento das informações surgem das suposições presentes no ambiente cognitivo do indivíduo. A noção de ambiente cognitivo leva em conta os vários fatores externos, mas prioriza a informação que eles trazem e sua disponibilidade mental para o processo de interpretação. O ambiente cognitivo envolve:

- Informações que podem ser percebidas no ambiente físico;
- Informações que podem ser recuperadas pela memória;
- Informações que podem ser inferidas a partir dessas duas fontes.

Segundo Sperber & Wilson (1987: 464):

O ambiente cognitivo total de um indivíduo consiste não só de todos os fatos dos quais ele está ciente, mas de todos os fatos dos quais ele é capaz de se tornar ciente em dado momento e em dado lugar.³

² De acordo com a TR, “explicaturas” são o resultado de implicações analíticas (obtidas por um processo de dedução no qual somente regras analíticas foram aplicadas, ou seja, implicações produzidas apenas pela forma proposicional), enquanto “implicaturas” são suposições contextuais ou implicações contextuais, isto é, inferências produzidas pelo conteúdo proposicional de um enunciado mais as suposições contextuais. (Sperber & Wilson, 1991)

³ Minha tradução de: “An individual's total cognitive environment consists not only of all

Assim, o ambiente cognitivo do sujeito fornece as *suposições* que irão possibilitar o surgimento das inferências, e todo esse processamento é orientado pelo Princípio da Relevância. A relevância de uma proposição num dado contexto está ligada à sua capacidade de produzir algum efeito contextual – o efeito produzido por um estímulo na interação com as suposições já existentes no sistema cognitivo – naquele contexto.

Nessa abordagem, portanto, contexto é uma noção psicológica, uma instância mental (cf. Carvalho Neto, neste volume). Representa um subconjunto das crenças do ouvinte sobre o mundo, uma parte de seu ambiente cognitivo, que abarca todos os fatos que o indivíduo é capaz de representar em sua mente e de aceitar como verdadeiro ou provavelmente verdadeiro. Para ter alguma relevância, um enunciado deve produzir efeitos contextuais, que são modificações no ambiente cognitivo do ouvinte. Desse modo, o contexto influencia a relevância de qualquer comunicação, o que se aplica também à tradução.

O contexto de um enunciado é o conjunto de premissas usado para interpretá-lo. Assim, cada enunciado pressupõe um contexto específico, ou seja, ao mesmo tempo que evoca ou traz à tona o contexto apropriado ou considerado apropriado pelo ouvinte, contribui para a criação de um novo contexto. Segundo Sperber & Wilson (1986/1995), o contexto engloba, além de informações sobre o ambiente imediato no qual a comunicação ocorre e os enunciados imediatamente precedentes, expectativas sobre o futuro, crenças religiosas, memórias e suposições culturais diversas, idéias sobre o estado mental do falante; fatores que influenciam de algum modo a interpretação de um enunciado.

Portanto, a noção de contexto – uma instância mental – dentro desses parâmetros é muito dinâmica, refletindo o dinamismo dos processos cognitivos em geral, e é uma das noções mais importantes para a análise feita: primeiro porque o contexto é um dos fatores determinantes da relevância de uma comunicação e tem forte influência no resultado de uma tradução; segundo porque, para a análise da tradução das expressões idiomáticas presentes no texto-fonte, o contexto é

the facts that he is aware of, but of all the facts that he is capable of becoming aware of at that time and place.”

especialmente determinante, pressupondo que a interpretação das expressões idiomáticas depende sobremaneira do contexto.

3. ERNST-AUGUST GUTT E A TEORIA DA RELEVÂNCIA

Gutt (2000) considera a tradução como uma situação de comunicação de segunda ordem, uma situação na qual o contexto é significativamente diferente do contexto antecipado pelo autor do texto original. Desse ponto de vista, uma tradução é feita de acordo com a interpretação que o tradutor dá ao texto original, e essa interpretação envolve fatores que são previstos pela TR: o contexto da audiência do texto original e o contexto da audiência da língua de chegada, além das propriedades lingüísticas – construção sintática, representação semântica, itens lexicais – dos dois textos.

O significado de uma mensagem pode ser comunicado em graus variados. No caso de uma tradução, o tradutor freqüentemente precisa decidir que aspectos do original ele quer manter e passar para sua audiência. Segundo Gutt (2000), dada a natureza inferencial da comunicação (*i.e.* qualquer comunicação humana ostensiva envolve necessariamente um elemento de interpretação inferencial) e sendo a tradução uma instância de uso interpretativo, a relação entre uma tradução e o texto de partida é essencialmente de semelhança.

Nos termos da TR, dado o ambiente cognitivo da audiência de chegada, o que é preciso é saber se a interpretação pretendida no texto original é adequadamente relevante para essa audiência. Nem sempre é adequado, necessário ou relevante alcançar o máximo de semelhança interpretativa. Em alguns casos, o tradutor opta, por motivos vários, por manter a semelhança com aqueles aspectos do original que levarão a efeitos contextuais adequados no ambiente cognitivo da sua audiência.

Gutt (2000) propõe as noções de tradução direta, que representa completa semelhança interpretativa em relação ao texto de partida no contexto pensado para o original, e de tradução indireta, que envolve graus mais flexíveis de semelhança interpretativa, isto é, apresenta maior flexibilidade, dando mais espaço para paráfrase, elaboração ou simplificação. Esse autor propõe uma “escala” para os textos traduzidos, a qual os situa num *continuum* de semelhança interpretativa que vai de semelhança zero até a semelhança

total. No extremo de semelhança total, situa-se o que Gutt (2000) chama de *tradução direta*. Já a *tradução indireta* é o conceito que abarca todos os outros níveis de semelhança interpretativa.

Um exemplo de tradução direta seria a tradução interlinear, na qual cada palavra do texto original tem sua correspondência no texto de chegada, respeitando inclusive a ordem das palavras do texto original. A tradução indireta supõe semelhança adequada em aspectos relevantes, ou seja, é uma instância de uso interpretativo que se assemelha adequadamente ao original nos aspectos relevantes para o público-alvo.

Segundo Gutt (2000), uma tradução deve se assemelhar ao original nos aspectos que a tornem adequadamente relevante para a audiência da língua de chegada. Essas condições também determinam que a tradução deve ser clara e natural em expressão, no sentido de que não deve ser desnecessariamente difícil de entender, o que está de acordo com a idéia do menor esforço de processamento combinado com o máximo de efeitos contextuais (uma das premissas básicas da TR). Assim, por exemplo, as diferentes maneiras de traduzir das diferentes épocas da história estariam relacionadas às diferenças em relação aos aspectos considerados relevantes pelo tradutor para a audiência de seu tempo. Cumpre lembrar que essa relevância varia de época para época, já que os contextos e, portanto, o ambiente cognitivo tanto do tradutor quanto de seus prováveis leitores, além de diferirem individualmente, diferem de época para época e de cultura para cultura.

4. AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

Expressões idiomáticas representam um fenômeno importante na comunicação oral, e sua interpretação depende fortemente do contexto no qual foram criadas e são usadas. São ocorrências cuja tradução exige criatividade e conhecimento da cultura na qual foram criadas, já que nem sempre se pode deduzir seu sentido a partir dos morfemas que as compõem. A interpretação desse tipo de expressão requer conhecimentos específicos que envolvem conhecimento do contexto e da cultura nos quais são usadas.

No campo de estudos da tradução, a tradução de linguagem figurativa ou metafórica em geral é cercada de controvérsias e

dúvidas quanto ao melhor procedimento ou quanto aos parâmetros e orientações que um tradutor deve seguir. A tradução de expressões idiomáticas constitui-se uma tarefa cercada de polêmica, uma vez que é difícil determinar uma regra de como traduzi-las. A proposta deste capítulo é analisar como Monteiro Lobato realizou essas traduções e tentar tirar algumas conclusões a esse respeito que possam contribuir para o entendimento do assunto.

Considerando expressões idiomáticas como metáforas coloquiais, convém aqui lembrar como a TR lida com a interpretação e compreensão de metáforas, que envolvem explicaturas e implicaturas. Explicaturas ou implicações analíticas são todas as implicações geradas a partir da forma proposicional. Implicaturas são as inferências produzidas pelo conteúdo proposicional de um enunciado mais as suposições contextuais. A implicatura, então, é o conteúdo implícito que um enunciado pode transmitir.

Além dessa diferença entre o que está explícito num enunciado e o que está implícito, a TR faz distinção também em relação ao grau de força de implicaturas: o significado de qualquer enunciado não é tratado como sendo ou não comunicado, pois idéias podem ser comunicadas com graus variados de força. Dada a natureza metafórica das expressões idiomáticas, elas podem ter uma ou duas implicaturas fortes e um leque mais amplo de implicaturas mais fracas. A interpretação de metáforas se processa através das implicaturas fracas, que são proposições transmitidas implicitamente com efeitos mais difusos. As implicaturas ditas fortes são transmitidas por uma única proposição totalmente determinada.

Tanto aquilo que está explícito (explicatura) num enunciado como o que está implícito (implicatura) pode ser mais ou menos determinado, e há um *continuum* entre pensamentos fortemente transmitidos – quando a interpretação está muito próxima da forma lógica do enunciado – e um amplo leque de pensamentos variados inferidos de modos mais ou menos livres. Essa noção de *continuum* perpassa a análise de muitos fenômenos de comunicação dentro da TR, o que nos leva a entender que, na interpretação de qualquer enunciado, é muito difícil haver uma determinação mais categórica, e, no caso da tradução de expressões metafóricas, ou mesmo de metáforas convencionais – que incluem também as expressões idiomáticas, que, embora lexicalizadas, mantêm seu tom figurativo –, teremos que pensar também em um contínuo, principalmente se levarmos em conta as noções de

explicatura, implicaturas fortes e implicaturas fracas mencionadas anteriormente.

A compreensão de como a TR trabalha o processamento e interpretação de expressões idiomáticas foi possível através dos trabalhos de Vega-Moreno (2001, 2003 e 2004). Segundo estudos feitos por essa autora, a relação entre o significado de uma expressão idiomática e sua forma lingüística, na maioria das vezes, não é completamente arbitrária, e, em muitos casos, o significado é recuperado a partir dos significados dos constituintes individuais da expressão: a forma lingüística serve como pista para a produção de inferências.

Segundo o ponto de vista da TR e particularmente o de Vega-Moreno (2001: 91), expressões idiomáticas são estruturas complexas que contêm mais de uma palavra de conteúdo, são processadas mentalmente como conceitos frasais estruturados e são entendidas de acordo com considerações de relevância:

Expressões idiomáticas, ou pelo menos a maior parte delas, são armazenadas como conceitos estruturados complexos com três tipos de informação: lingüística, lógica e enciclopédica. O registro lingüístico inclui informação sobre as propriedades sintáticas e fonológicas da expressão idiomática. Isto é, ele diz como a expressão idiomática é pronunciada e como ela é internamente estruturada sintaticamente. O registro lógico consiste de um conjunto de conexões lógicas com outros conceitos, [...]. O registro enciclopédico consiste de diferentes tipos de informação que surgem gradualmente e como resultado da exposição continuada à seqüência.⁴

Expressões idiomáticas são metáforas convencionais que denotam situações usuais e fornecem um amplo leque de implicações com baixo esforço de processamento. Vega-Moreno (2003) aborda o tema de modo a esclarecer muitos pontos, que podem ser resumidos como se segue:

- os significados de expressões idiomáticas não podem ser derivados composicionalmente pelas regras morfossintá-

⁴ Minha tradução de: "idioms, at least most idioms, are stored as complex structured concepts with three kinds of information: linguistic, logical and encyclopaedic. The linguistic entry includes information about the syntactic and phonological properties of the idiom. That is, it tells how the idiom is pronounced and how it is internally structured syntactically (e.g. usually a VP). The logical entry consists of a set of one-way logical links to other concepts, [...]. The encyclopaedic entry consists of different types of information that arise gradually and as a result of ongoing exposure to the string."

ticas de uma língua;

- a maioria das expressões idiomáticas mantém alguma relação entre seu significado e sua forma;
- os significados dos elementos que constituem uma expressão idiomática, com frequência, têm um papel no modo como a usamos e entendemos nas conversas;
- expressões idiomáticas podem ser transformadas sintaticamente de vários modos, com suas partes sendo modificadas, focalizadas, quantificadas ou omitidas e usadas como referências anafóricas.

No uso de uma expressão idiomática, o significado das palavras individuais pode se tornar mais vivo, através da criação de novas formas e significados por meio de produtividade semântica, substituição lexical, flexibilidade lexical e produtividade discursiva. O uso criativo das expressões idiomáticas revitaliza sua natureza metafórica – o que pode resultar em uma ou duas implicaturas fortes, acrescido de um leque amplo de implicaturas fracas.

No caso da obra de Twain (1974), por exemplo, em *We was in ruther too much of a sweat to think of so many things*, temos um caso de quantificação da expressão “*to be in a sweat*” (estar nervoso ou temeroso). Em *You’ve clean missed the point – blame it you missed it a thousand mile*, podemos observar um caso de referência anafórica da expressão “*to miss the point*” (não entender). Em *My mind’s made up*, temos focalização da expressão “*to make up one’s mind*” (tomar decisão, decidir). Em *was just old pie to him*, temos um caso de produtividade discursiva; lembrando que se trata de um uso criativo da expressão “*as easy as pie*” (muito fácil). *A body that don’t get started right when he’s little, ain’t got no show* e *You’ll have show enough, all in good time* são exemplos de flexibilidade lexical no uso da expressão “*to stand/give/get/have/be show*” (ter oportunidade). Em *as polite as pie*, temos um exemplo de substituição lexical, a expressão idiomática “original” é “*as easy as pie*”.

Segundo Vega-Moreno (2003), expressões idiomáticas são uma classe de ocorrências altamente heterogênea que se estende em um *continuum* de composicionalidade. Em um extremo desse *continuum*, teríamos as frases não-idiomáticas, que são totalmente derivadas dos significados de suas partes; enquanto, no outro extremo, estariam as expressões idiomáticas não-composicionais

(*kick the bucket, shoot the breeze, break a leg*), nas quais os constituintes individuais da seqüência têm uma relação completamente arbitrária com o seu significado global. A maioria das expressões idiomáticas situa-se entre esses extremos.

A recuperação de uma expressão idiomática, ou sua compreensão e interpretação, depende do contexto. As suposições e implicações conceituais que surgem dos constituintes da seqüência têm que ser ajustadas e integradas às inferências obtidas quando se toma a seqüência como um todo.

5. METODOLOGIA DA ANÁLISE

Para a análise das expressões idiomáticas encontradas no livro de Twain e suas respectivas traduções feitas por Lobato, foi adotada uma tipologia proposta por Vega-Moreno (2003). Nela, a relação entre a forma de uma expressão idiomática e seu significado pode ser mais ou menos direta, e as expressões idiomáticas podem ser classificadas em tipos de acordo com o seguinte critério:

1. Relação um-por-um: cada palavra contribui independentemente para a interpretação figurativa; são expressões idiomáticas normalmente decomponíveis.
2. Relação todos-por-um: o sentido literal de toda a frase está semanticamente relacionado à interpretação figurativa. São expressões idiomáticas anormalmente decomponíveis.
3. Relação nenhum-por-um: as palavras constituintes não parecem estar, individualmente ou em conjunto, relacionadas semanticamente ao significado idiomático. São expressões idiomáticas não-decomponíveis.

A classificação em tipos possibilitou uma visão mais panorâmica da tradução das expressões idiomáticas, trazendo à tona muitos aspectos para discussão, entre eles o número de omissões, a quantidade de paráfrases e a fidedignidade⁵ do tradutor, no sentido proposto por Gutt (2000), com relação aos seus objetivos e o grau de semelhança interpretativa alcançado. A tipologia possibilitou verificar

⁵ Cf. Alvarenga (2003) sobre a distinção entre os conceitos de "fidedignidade" e "fidelidade" nos estudos da tradução: fidelidade é um conceito antigo, definido numa relação de identidade que raramente é possível em tradução; enquanto "fidedignidade" está ligada à semelhança interlingual nos aspectos relevantes.

também as situações em que as expressões idiomáticas foram parafraseadas de tal modo que deixaram de ser expressões idiomáticas no texto de chegada. Essa tipologia serviu principalmente para classificar as expressões idiomáticas encontradas no texto original, pois, na tradução, o número de ocorrências que foram traduzidas como expressões idiomáticas é proporcionalmente pequeno.

Para melhor entendimento da classificação em tipos, temos: (i) em *a white to make a body sick*, o *idiom*⁶ “*to make one sick*” é classificado como do tipo 1, ou seja, cada elemento contribui independentemente para a interpretação de seu significado; (ii) em *I don't take no stock in dead people*, temos o tipo 2, isto é, o sentido literal de toda a expressão (*to take stock in something*) está relacionado à interpretação figurativa; e (iii) no caso de *He raised Cain around town*, temos o tipo 3, ou seja, as palavras constituintes não estão relacionadas ao significado idiomático, seja individualmente, seja em conjunto.

As traduções dos três exemplos escolhidos classificam-se da seguinte forma: (i) *de uma brancura lívida, doentia*, que no original é tipo 1, não permaneceu como expressão idiomática na tradução; (ii) *Gente morta nunca me interessou*, que é a tradução do segundo exemplo, não é considerada expressão idiomática; e (iii) o terceiro exemplo foi traduzido como *pintava o sete pela cidade*, que é do tipo 3.

6. DISCUSSÃO

O conjunto de todas as expressões idiomáticas presentes no texto de partida e suas variantes forma um total de 131 ocorrências, que foram divididas em grupos, de modo que cada expressão idiomática e suas variantes formam um grupo. Ao todo são 31 expressões idiomáticas diferentes.

Em termos gerais, podemos dizer que os *idioms* estão bem distribuídos quantitativamente, ou seja, não há um número significativamente maior de um tipo ou outro no *corpus*.

O número de expressões idiomáticas que não foram traduzidas (28), isto é, que foram omitidos, representa um percentual de 21%

⁶ A partir deste ponto passo a me referir às expressões idiomáticas presentes no texto de partida como *idioms*, com a intenção de distingui-las das expressões idiomáticas encontradas no texto de chegada.

do *corpus*. Podemos dizer que esse número de omissões mantém consistência com a proposta editorial da tradução (cf. Milton & Euzébio, 2004), havendo inclusive omissões de grandes trechos,

A distribuição de expressões idiomáticas não-traduzidas, por tipo, apresenta um equilíbrio, isto é, não houve número significativamente maior de omissões em um tipo específico, o que parece demonstrar que as omissões não estão relacionadas a um tipo específico de expressões idiomáticas ou que o tipo de expressão idiomática indique maior dificuldade ou facilidade para tradução.

Apenas 16 ocorrências do *corpus* foram traduzidas com uso de expressão idiomática. Muitos fatores podem explicar a pequena quantidade de *idioms* traduzidos como expressões idiomáticas. Um primeiro fator está relacionado a questões lingüísticas, pois nem sempre há correspondência entre as duas línguas nesse aspecto. Expressões idiomáticas são muito peculiares a uma determinada língua e região; são resultado de uma cultura específica e, muitas vezes, são fruto de situações ou contextos históricos que não são mais atuais; e há casos em que, mesmo para um falante nativo, certos *idioms* são de difícil compreensão ou são desconhecidos. Muitas vezes, é o contexto que pode ajudar o tradutor a identificar a interpretação possivelmente pretendida pelo autor original, e o contexto pode apontar para uma implicatura. Um outro fator que contribui para esclarecer o pequeno número de *idioms* traduzidos com o uso de uma expressão idiomática é a agenda tradutória de Monteiro Lobato, que produzia traduções para um público específico, constituído de leitores infante-juvenis, buscando conquistar esse leitor com uso de linguagem mais acessível.

Em relação ao total de ocorrências do *corpus*, podemos dizer que a maior parte dos *idioms* foi traduzido com graus diferentes de semelhança interpretativa, por meio da transformação de uma implicatura forte ou fraca em explicatura. Na verdade, pode-se dizer que todos os *idioms*, com exceção dos 16 casos em que foram traduzidos com uso de expressão idiomática, foram parafraseados com diferentes graus de semelhança interpretativa. Se a interpretação ou compreensão de uma expressão idiomática e seu uso passam por um processo de decodificação lingüística e inferência, no qual o que está codificado lingüisticamente serve como pista comunicativa para a geração de inferências, podemos dizer que o tradutor tomou as implicaturas geradas pela forma lingüística do *idiom* através de inferências e escolheu uma delas para ser a

tradução do *idiom*; escolheu a que estava mais de acordo com o contexto da narrativa e, ao mesmo tempo, mais de acordo com o ambiente cognitivo da sua audiência.

6.1. AS ESTRATÉGIAS DE TRADUÇÃO DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

Traduzir uma expressão idiomática por outra não é muito fácil, uma vez que nem sempre há uma expressão correspondente na língua de chegada ou o tradutor nem sempre tem disponível, em seu ambiente cognitivo, um inventário de expressões idiomáticas que possam servir. Assim, muitas vezes o tradutor é levado a parafrasear a expressão.

O que a análise das traduções parece demonstrar é que, na maior parte das vezes em que um *idiom* é parafraseado, isto é, que é traduzido sem o uso de outra expressão idiomática, o que ocorre é a transformação de uma implicatura mais forte ou mais fraca em explicatura na língua de chegada.

Os resultados quantitativos gerais levaram a observações que merecem ser revistas:

1. O número de *idioms* que não foram traduzidos (28) representa um percentual de 21%;
2. Não houve número significativamente maior de omissões em um tipo específico de expressão idiomática;
3. O número de expressões idiomáticas na tradução foi de apenas 16 e, mesmo nesses casos, nem sempre houve um alto grau de semelhança interpretativa;
4. Dos 16 *idioms* traduzidos com uso de expressão idiomática em português, 2 foram traduções de *idioms* do tipo 1; 6 foram traduções de *idioms* do tipo 2; e 8 foram traduções de *idioms* do tipo 3;
5. Em relação ao total de ocorrências do *corpus*, a maioria dos *idioms* foi traduzida com graus diferentes de semelhança interpretativa.

Retomando os resultados obtidos na análise, podemos dizer: primeiro, o número de omissões mantém consistência com a proposta editorial da tradução e parece estar de acordo com a tendência de simplificação do texto, para torná-lo mais acessível ao público alvo – o leitor infanto-juvenil.

Segundo, a distribuição de *idioms* não-traduzidos, por tipo, apresenta um equilíbrio, que parece demonstrar que as omissões não estão relacionadas a um tipo específico de *idiom*.

Terceiro, a pequena quantidade de *idioms* traduzidos como expressões idiomáticas pode ser explicada por fatores lingüísticos, pois nem sempre há correspondência entre as duas línguas nesse aspecto. Muitos *idioms* presentes no texto de M. Twain são de origem remota e podem representar dificuldades para tradução, entre outros fatores, porque o contexto no qual são usados é histórica e culturalmente distanciado do contexto em que ocorreu a tradução, um fato previsto e discutido pela TR. Assim, como o contexto é fundamental para a interpretação de um *idiom*, essa lacuna histórica e cultural certamente teve influência na tradução. Por outro lado, o co-texto ou o contexto da narrativa, que é de inestimável ajuda para o tradutor e o auxilia na identificação da interpretação pretendida pelo autor original, em geral aponta para uma implicatura, o que recupera a afirmação de Vega-Moreno (2003) de que *idioms* dificilmente são parafraseados sem perda.

Uma quarta observação que merece ser mencionada e comentada é a incidência maior (8) de traduções com uso de expressão idiomática em português em *idioms* do tipo 3. O número de *idioms* diferentes desse tipo é 10, e o número total de ocorrências desse tipo, incluindo repetições e variantes, é de 36 – significativamente menor que o número total de ocorrências do tipo 1, que é de 56 e só foi traduzido com uso de expressão idiomática duas vezes. Podemos aventar a hipótese de que esse tipo de *idiom* 3 – o tipo em que a relação entre sua forma lingüística e seu significado é arbitrária – apresenta maior correspondência na língua de chegada, além de, talvez, possibilitar mais espaço para criatividade, o que poderia ser uma das explicações para a quantidade proporcionalmente maior de *idioms* do tipo 3 sendo traduzidos com uso de expressão idiomática do que *idioms* de tipo 2 e tipo 1.

Os *idioms* do tipo 1 só foram traduzidos como expressão idiomática duas vezes, o que leva a aventar a hipótese de que talvez, por ser o tipo mais passível de decomposição, em que os constituintes do segmento contribuem individualmente para o seu significado, esse tipo de expressão idiomática dê mais margem a paráfrases. Uma outra possibilidade que se pode aventar é que talvez o aspecto metafórico dessas expressões fique um pouco mais difuso do que no caso de expressões idiomáticas de tipo 3, que

têm relação arbitrária entre forma e significado. Vega-Moreno (2003) afirma que os *idioms* decomponíveis – que constituem a maioria dos *idioms* – são mais flexíveis (sintática, semântica e lexicalmente) que *idioms* não-decomponíveis. Talvez essa informação ajude a explicar a maior ocorrência de traduções com alto grau de semelhança interpretativa entre *idioms* do tipo 3 e a aparente tendência a parafrasear os *idioms* do tipo 1, os mais decomponíveis dos três tipos. No entanto, seriam necessários estudos mais aprofundados e sistemáticos para averiguar a plausibilidade dessas hipóteses.

É importante lembrar aqui mais uma vez que, para a TR, interpretações literais e não-literais dependem do contexto e são construídas a partir de mecanismos inferenciais que tomam o que está codificado lingüisticamente como um guia para a inferência. (Vega-Moreno, 2003). No caso da tradução de expressões idiomáticas, poderíamos talvez supor que a pista comunicativa fornecida por expressões idiomáticas do tipo 1, as mais decomponíveis, e, portanto, as que permitem a formação do seu significado através da compreensão de cada elemento que as constitui, leve o tradutor a reproduzir no texto de chegada uma frase não-idiomática. Essa possibilidade é bastante plausível, principalmente levando-se em conta a maior flexibilidade semântica, sintática e lexical desse tipo 1, que permite que as expressões idiomáticas sejam usadas de maneiras muito criativas e, muitas vezes, intercaladas com advérbios, adjetivos etc., como em *I was most powerful sick, it most made me down sick to see it* e *I knowed better than to move another peg*, o que vivifica as expressões, mas, ao mesmo tempo, contribui para tornar seu sentido figurativo mais difuso.

Nos termos da TR, em relação à análise geral da tradução das ocorrências do *corpus*, diríamos que o tradutor buscou maiores efeitos contextuais para os leitores da língua de chegada; leitores estes que estão distantes daqueles da obra original não só pelo tempo, geografia e cultura, mas também pela faixa etária, já que os leitores para os quais Monteiro Lobato dirigiu sua tradução eram jovens e adolescentes, enquanto os leitores-alvo do texto original eram adultos. Segundo a TR, o tradutor, em busca de semelhança interpretativa e de maiores efeitos contextuais, seleciona, dentre as várias possibilidades, as opções mais condizentes com a relação de menor esforço de processamento e maior efeito contextual, um dos pressupostos para a relevância.

Com o intuito de observar mais detalhadamente as estratégias usadas por Lobato, foi feita uma análise dos 13 *idioms* que haviam sido, pelo menos uma vez, traduzidos com o uso de expressão idiomática. Essa análise levou a observações interessantes e, às vezes, surpreendentes, no seguinte sentido: o que o tradutor fez para solucionar o problema da tradução dos numerosos *idioms* obedece a um certo padrão – o que de certo modo é previsto e discutido pela TR, embora isso tenha ocorrido de forma talvez inconsciente. Em outras palavras, a TR dá conta de explicar os mecanismos inferenciais por trás da tradução destes *idioms*.

Os principais procedimentos usados por Lobato na tradução dos *idioms* analisados podem ser resumidos conforme se segue:

1. não-tradução;
2. transformação de implicatura fraca em explicatura;
3. transformação de implicatura forte em explicatura;
4. uso de expressão idiomática com alto grau de semelhança interpretativa.

Os 13 *idioms* analisados representam um total de 70 ocorrências. Dessas 70, pudemos verificar que 16 não foram traduzidas, 27 foram traduzidas por implicaturas fracas veiculadas pelos *idioms* originais, 17 foram traduzidas por implicaturas fortes e 10 foram traduzidas com alto grau de semelhança interpretativa, isto é, mantiveram o aspecto figurativo e estilístico, por meio do uso de expressão idiomática, e mantiveram também o aspecto semântico, gerando implicaturas muito semelhantes às implicaturas geradas pelo *idiom* original.

6.2 A TRANSFORMAÇÃO DE IMPLICATURAS EM EXPLICATURAS

As 27 ocorrências cujas traduções são implicaturas fracas dos *idioms* originais apontam basicamente para uma dificuldade proveniente de questões lingüísticas, isto é, existem dificuldades, que estão além da competência do tradutor, para a recuperação em outra língua de expressões idiomáticas. Dessa forma, podemos dizer que o tradutor, muitas vezes, não tem escolha e acaba tendo que reproduzir apenas parcialmente na língua de chegada toda a riqueza de implicaturas fortes e fracas que uma expressão idiomática pode gerar.

É importante neste momento proceder a um esclarecimento sobre o que são implicaturas fracas, ou o que estou chamando de implicaturas fracas na análise deste *corpus*. Considerarei como implicatura fraca nesta análise todas as ocorrências em que a tradução do *idiom* veicula uma das interpretações possíveis da expressão original, isto é, uma implicatura possível, mas mais difusa. Por exemplo, se o tradutor opta por traduzir “*to be in a sweat*” por “interessar-se”, ele não deixa de veicular uma nuance possível da interpretação, que pode ser adequada ao contexto da narrativa, mas a implicatura mais forte do *idiom* – “estar ansioso” – que é aquela que pode ser recuperada com maior prontidão, não está presente. No caso desse *idiom*, as versões “interessar-se”, “estar deliberado”, “preocupar-se”, por exemplo, foram consideradas como transformação de implicaturas fracas em explicaturas.

O grande número de *idioms* que foram traduzidos por meio do uso de implicaturas fracas pode ser um reflexo da proposta editorial de Monteiro Lobato, no sentido de que o tradutor, nesses casos, “antecipa” ou “adianta” para o leitor uma implicatura mais fraca e que nem sempre é percebida, facilitando, dessa forma, a compreensão para o leitor. A escolha do tradutor aqui reflete seu julgamento ou suposição do que seria mais relevante para o seu leitor jovem. Ao mesmo tempo, o tradutor, de certa forma, “adapta” sua tradução, de modo a conduzir o leitor através dos processos inferenciais, poupando-o de esforços de processamento que considerou desnecessários.

Essas observações estão de acordo com os estudos de Milton & Euzébio (2004), que mostram que a técnica de tradução de Lobato é de adaptação, por meio da qual usa uma linguagem mais simplificada e coloquial que possa ser entendida imediatamente pelo público infanto-juvenil, sua audiência-alvo. Ainda segundo Milton & Euzébio (2004), o próprio Lobato considerava importante manter em suas traduções dirigidas a esse público apenas aquilo que pudesse “entretêr a imaginação das crianças” e dizia que qualidades literárias não têm lugar num trabalho para crianças, cuja imaginação deve ser estimulada por uma linguagem fluente e fácil.

Os autores citam um trecho de uma carta de Lobato de 1943:

... extirpar a “literatura” de meus livros infantis. A cada revisão nova mato, como quem mata pulgas, todas as literaturas que

ainda as estragam. O último submetido a tratamento foram *As Fábulas*. Como achei pedante e requintado! De lá raspei quase um quilo de “literatura” e mesmo assim ficou alguma... (Abramovich, 1982: 152; *apud* Milton & Euzébio, 2004: 486)

Podemos dizer, portanto, que a agenda tradutória de Lobato foi bastante decisiva para que ele optasse por usar predominantemente esse tipo de procedimento nas traduções dos *idioms* presentes em *The Adventures of Huckleberry Finn*. É uma técnica possível, justificável e consistente com os objetivos do tradutor.

Dezessete ocorrências foram traduzidas através de implicaturas fortes. No par de ocorrências a seguir podemos verificar a diferença entre implicaturas fortes e fracas:

- *I was in a sweat to find out all about him*
A princípio interessei-me por esse cidadão (implicatura fraca)
- *Jim and me was in a sweat again*
Eu e Jim ficamos apreensivos (implicatura forte)

No primeiro caso, o *idiom* “*to be in a sweat*” é traduzido de modo que a intensidade do desejo do narrador é diminuída. Traduzir esse *idiom* como “interessar-se por” é uma implicatura mais fraca e possível. No segundo exemplo, o mesmo *idiom* é traduzido como “estar apreensivo”, que é a implicatura mais forte veiculada por ele e que está mais próxima do seu sentido original. Interessante observar que o mesmo *idiom*, que ocorre 13 vezes nessa obra de Twain, é tratado na tradução de 13 maneiras diferentes: 3 vezes não é traduzido e, nas outras vezes, é parafraseado, ora com uso de implicaturas fortes, ora com uso de implicaturas fracas. Poderíamos então supor que a escolha do tradutor por “interessei-me” ou por “ficamos apreensivos” não está propriamente determinada por questões lingüísticas, mas certamente por questões ligadas ao contexto da narrativa. É como podemos explicar, pelo menos em parte, as diferentes maneiras com que Lobato traduz um mesmo *idiom*.

6.3. TRADUÇÕES COM ALTO GRAU DE SEMELHANÇA INTERPRETATIVA

No estudo e análise do *corpus*, apenas 10 do total das 131 ocorrências foram consideradas neste trabalho como tendo sido traduzidas com alto grau de semelhança interpretativa. Esse resultado referenda várias idéias já apresentadas neste trabalho e que serão revistas e discutidas a seguir.

Considerarei aqui como “alto grau de semelhança interpretativa” os casos em que a tradução: (i) preservou o aspecto estilístico e metafórico e (ii) preservou o aspecto pragmático. Chamo de “preservar o aspecto estilístico e metafórico” o fato de a tradução ter sido feita com uso de expressão idiomática na língua de chegada. “Preservar o aspecto pragmático” quer dizer que a expressão idiomática usada na tradução veicula um leque de implicaturas bastante semelhante ao leque de implicaturas veiculado pelo *idiom* na língua de partida.

Um exemplo “modelo” de alto grau de semelhança interpretativa é o caso do *idiom* “*to raise Cain*”. Este *idiom* ocorre 4 vezes no texto de partida; uma vez não é traduzido; e nas outras três vezes é traduzido como “pintar o sete”. A escolha do tradutor, nesse caso tem alto grau de semelhança interpretativa: é uma expressão idiomática – o que garante os aspectos estilístico e metafórico – e veicula um leque de implicaturas praticamente igual ao *idiom* do texto de partida. Nesse caso, há ainda uma evidência adicional, que faz dele um “modelo”: a expressão idiomática escolhida é do tipo 3, o mesmo tipo do original.

Há outros casos em que a expressão idiomática escolhida pelo tradutor não é do mesmo tipo da expressão original, mas consegue mesmo assim manter os aspectos estilístico, metafórico e pragmático. Assim, por exemplo, em *He said it was a sight better than*, o *idiom* “*a sight better*”, foi traduzido como “mil vezes melhor”, que recupera quase completamente a idéia veiculada pelo *idiom*, embora um e outro sejam classificados nesta tipologia como tipos diferentes (tipo 3 para tipo 1).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à tradução de expressões idiomáticas de um modo geral, podemos dizer que, conforme foi mencionado anterior-

mente, traduzir uma expressão idiomática freqüentemente resulta em alguma perda do seu significado original, principalmente se levarmos em conta a riqueza de implicaturas (fortes e fracas) que uma expressão idiomática gera através da metáfora que veicula e que muitas vezes não é possível recuperar na tradução. Em função disso, o que ocorre no caso estudado é a combinação da agenda tradutória de Lobato com as limitações lingüísticas da tradução de expressões idiomáticas.

A análise das traduções das expressões idiomáticas feitas por Lobato nos ajuda a elucidar os procedimentos possíveis para a tradução de expressões idiomáticas, além de compreender as limitações lingüísticas para sua tradução. Ou seja, mesmo um tradutor que pretenda preservar os aspectos pragmático e metafórico das expressões idiomáticas encontrará, em certos momentos, limites e barreiras lingüísticas intransponíveis: terá de optar por manter um ou outro aspecto.

Por outro lado, os dez casos em que ocorreu alto grau de semelhança interpretativa mostram que, embora haja dificuldades e barreiras lingüísticas na tradução de expressões idiomáticas, é possível, em certas situações, obter um alto grau de semelhança interpretativa na tradução.

É difícil dizer com certeza que situações favorecem a obtenção de alto grau de semelhança interpretativa na tradução de expressões idiomáticas, pois os possíveis fatores são interdependentes e formam uma rede que torna difícil sua separação em categorias distintas.

Primeiro, podemos pressupor que existe, no inventário de expressões idiomáticas de cada idioma, alguma correspondência com outras línguas. Assim, no caso do par inglês/português, podemos admitir que essa correspondência existe, mesmo com diferenças sutis: ocorre-me aqui, por exemplo, a correspondência entre “*to pull the strings*” e “mexer os pauzinhos”. Um exemplo flagrante dessa correspondência e que está presente no *corpus* analisado é o par “*to raise Cain*” e “pintar o sete”. Essa correspondência é um dos fatores que favorecem a obtenção de alto grau de semelhança interpretativa na tradução de uma expressão idiomática.

No entanto, esse fator está sujeito a outras condições: (i) o conhecimento do tradutor ou o ambiente cognitivo do tradutor, isto é, seu próprio inventário de expressões, seu conhecimento das culturas dos dois idiomas com os quais está trabalhando; (ii)

as intenções do tradutor, aquilo que ele escolhe preservar ou não preservar e sua orientação em função de seus objetivos e da audiência para a qual está traduzindo.

Um dos fatos que a pesquisa permitiu visualizar é que a tradução das expressões idiomáticas do texto de partida teve como procedimento predominante a veiculação de implicaturas fracas.

A interpretação de uma metáfora envolve a recuperação de um amplo leque de implicaturas que não respondem individualmente pelos efeitos contextuais pretendidos pelo comunicador. Algumas dessas implicaturas são mais marcantes, e não há como não recuperá-las; outras serão ou não recuperadas dependendo do ambiente cognitivo do ouvinte. Esse tipo de análise da recuperação de implicaturas em metáforas aplica-se no caso da compreensão numa situação de comunicação usual (numa conversa, por exemplo).

No caso de uma tradução, no entanto, que é uma situação de comunicação de segunda ordem (Gutt, 2000), na qual o contexto é significativamente diferente do contexto antecipado pelo autor do texto original, mesmo que o tradutor possa recuperar todas ou muitas implicaturas deriváveis da expressão idiomática que vai traduzir, se ele não puder encontrar na língua de chegada uma expressão que corresponda à expressão da língua de partida – no sentido de gerar os mesmos efeitos contextuais ou de gerar um leque de implicaturas semelhante ao leque de implicaturas geradas pelo original –, ele provavelmente terá que escolher uma implicatura para se aproximar da intenção do autor original. Monteiro Lobato, então, sempre que considerou necessário, veiculou em suas traduções dos *idioms* alguma implicatura fraca e mais difusa, que julgou relevante no contexto da narrativa e no contexto dos seus leitores e que talvez tenha julgado mais difícil de serem recuperadas pelo ainda imaturo leitor jovem.

A recuperação de uma expressão idiomática, que veicula um sentido metafórico, ou sua compreensão e interpretação, depende do contexto. Assim, pudemos observar, em várias ocorrências em que a tradução foi a veiculação de uma implicatura fraca, que o contexto da narrativa influenciou a escolha do tradutor. É como se o tradutor quisesse facilitar a compreensão para o leitor, pois as implicaturas fracas nem sempre são percebidas. Podemos dizer, então, que o tradutor de certo modo guiou ou orientou o leitor na interpretação que considerou mais adequada no contexto da narrativa.

De um modo geral, essa tradução de Monteiro Lobato naturalmente foi influenciada por sua visão empreendedora, e sua técnica de tradução é considerada um caso de adaptação (cf. Milton, 2004), por meio da qual usa linguagem coloquial, simplificada e que pode ser entendida por crianças.

O texto de partida e o texto de chegada não apresentam paralelismo no que se refere à quantidade de expressões idiomáticas. Isso se deve, conforme já foi visto, a questões lingüísticas, como a falta de correspondência entre as duas línguas, nesse aspecto, e extra-lingüísticas, como o contexto e a proposta editorial do tradutor.

À primeira vista parece não haver coerência dentro do quadro criado para o texto traduzido, já que cada *idiom* e suas repetições ou variantes são, com algumas exceções, traduzidos de formas diferentes em cada ocorrência, o que poderia comprometer o que estamos aqui chamando de coerência. Contudo, por meio da análise dessas traduções verificamos que houve congruência por parte do tradutor com seus objetivos. Primeiro, verificamos que o tradutor, na maior parte das vezes, explicitou implicaturas, o que é congruente com seus objetivos de produzir algo de fácil leitura, isto é, sem grandes esforços de processamento, para seu público-alvo. Segundo, verificamos que o tradutor explicitou mais implicaturas fracas (que são mais difusas) do que implicaturas fortes (mais determinadas). Assim, parece que Lobato cumpriu adequadamente sua tarefa de conduzir o leitor.

No caso das omissões, ou das expressões idiomáticas não-traduzidas, não houve um tipo específico de *idiom* que tenha resultado sempre ou na maior parte das vezes em omissão. Portanto, as omissões não parecem estar relacionadas a um tipo específico de *idiom*, e o número de omissões também está de acordo com o perfil tradutório de Lobato.

Nos termos da TR, nem sempre é adequado, necessário ou relevante alcançar o máximo de semelhança interpretativa. Em alguns casos, o tradutor opta, por motivos vários, por manter a semelhança com aqueles aspectos do original que levarão a efeitos contextuais adequados no ambiente cognitivo da sua audiência. Além disso, expressar todas as informações em uma tradução pode envolver muito esforço de processamento, o que contraria o Princípio da Relevância. Com vistas a isso, o tradutor pode ter julgado necessário proceder a essas simplificações, omissões e paráfrases para facilitar a leitura e despertar o interesse do seu

público-alvo. As escolhas do tradutor refletem as alternativas disponíveis para qualquer tradutor, já que expressões idiomáticas parecem abrir quatro possibilidades de tradução: não-tradução; transformação de implicatura fraca em explicatura; transformação de implicatura forte em explicatura; uso de expressão idiomática com alto grau de semelhança interpretativa.

Para a TR, uma tradução se situa dentro do que Gutt (2000) chama de uso interpretativo interlingual. Entender uma tradução sob esta ótica traz muitos desdobramentos. Essa abordagem não é normativa, isto é, não diz ao tradutor o que fazer, mas busca explicar como as pessoas podem se comunicar através da tradução e quais as condições para o sucesso de uma tradução. Essa compreensão pode ajudar o tradutor a ser bem sucedido em sua tarefa, pode ajudá-lo a prever possíveis incompreensões e a usar estratégias que as evitem (*cf.* Gutt, 1990).

Um ponto importante tratado por Gutt (2000) diz respeito ao ambiente cognitivo da audiência original e da audiência na língua de chegada. Para esse autor, uma tradução deve levar em conta tal fator se quiser ter um impacto positivo na audiência. Como, em geral, uma tradução se caracteriza por um “distanciamento” entre a audiência prevista para o texto de partida e a audiência-alvo do texto de chegada, o que implica diferentes ambientes cognitivos, se não houver da parte do tradutor a consciência dessa distância, pode-se produzir um texto que se torna ininteligível para a audiência, ou, nos termos da TR, um texto que exigirá do leitor excessivo esforço de processamento, o que desequilibra a relação esforço de processamento/efeitos contextuais, que é o fundamento do Princípio da Relevância. Quanto a esse aspecto, a tradução sob análise parece ter levado em conta esse distanciamento, pois Monteiro Lobato teve a preocupação de criar um texto que correspondesse ao ambiente cognitivo de seu público-alvo, ou seja, que evitasse muito esforço de processamento.

Um outro aspecto que merece ser comentado em relação à TR é que a análise que ela proporciona das estratégias tradutórias não se presta a um julgamento do valor de uma tradução. O que a TR proporciona é uma visão mais aprofundada e, ao mesmo tempo, em perspectiva dos fatores que envolvem uma tradução – que não se limitam aos aspectos lingüísticos – e que devem ser levados em conta pelo tradutor para que a tradução cumpra seus objetivos para com a audiência para a qual se destina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, E.M. *A tradução de thou e you em As You Like It de William Shakespeare: uma análise sob a ótica da Teoria da Relevância*. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GUTT, E.-A. A theoretical account of translation - without a translation theory. *Target*, 2(2), p. 135-164, 1990.

GUTT, E.-A. *Translation and relevance: cognition and context*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2000.

MILTON, J.; EUZÉBIO, E. The political translations of Monteiro Lobato and Carlos Lacerda. *Meta*, XLIX, 3, p. 481-497. 2004.

MILTON, J. Historical Agents of Translation - The Case of Monteiro Lobato. *III Congresso Ibero-Americano de Tradução e Interpretação*, Universidade Ibero-Americana (UNIBERO), São Paulo, 10-13 maio 2004.

SPERBER, D; WILSON, D. Précis of Relevance: communication and cognition. *Behavioral and Brain Sciences* 10, 1987.

SPERBER, D; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. 2. ed. Oxford e Cambridge: Blackwell, 1995.

TWAIN, M. *The adventures of Huckleberry Finn*. Inglaterra: Penguin English Library, 1974.

TWAIN, M. *As aventuras de Huck*. Tradução de M. Lobato. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TWAIN, M. *As aventuras de Huckleberry Finn*. Tradução de S. Flacksman. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

VEGA-MORENO, R.E. Representing and processing idioms. *UCL Working Papers in Linguistics* 13, p. 73-107, 2001. Disponível em <www.ua.es/dfing/rt.htm#Figurative>. Acesso em: 30 jul. 2006.

VEGA-MORENO, R.E. Relevance Theory and the construction of idiom meaning. *UCL Working Papers in Linguistics* 15, p. 83-104, 2003. Disponível em: <www.ua.es/dfing/rt.htm#Figurative> Acesso em: 30 jul. 2006.

VEGA-MORENO, R.E. *Idioms and idiomatic variants: a relevance-theoretic account*. Department of Linguistics: University College London (UCL), 2004.

CAPÍTULO 6

A tradução da ironia: uma análise à luz da Teoria da Relevância

Tereza Xavier Labiapari Araújo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se, de forma sucinta, a análise da tradução da ironia veiculada na obra *Gulliver's Travels*, de Jonathan Swift, a partir da tradução feita por José Maria Machado (doravante, TA1), publicada em 1956, e por Octávio Mendes Cajado (doravante, TA2), publicada em 1998. Este trabalho, apresentado de forma pormenorizada em Araújo (2005), tem como suporte teórico a Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1986/1995) e a sua aplicação em trabalhos voltados para a área de tradução a partir dos trabalhos de Gutt (1991/2000) e Alves (1996 e 2001). Além deles, os trabalhos de Wilson & Sperber (1992), Yus (2000) e Moneva (2001) são utilizados como complemento às reflexões teóricas propostas no estudo.

As análises realizadas a partir de excertos irônicos extraídos da obra em língua inglesa e de suas respectivas traduções para o português brasileiro foram balizadas por conceitos desenvolvidos no escopo da TR, tais como semelhança interpretativa, interpretação ecóico-dissociativa, efeitos contextuais, codificação conceitual e codificação procedimental.

A partir dessas análises, constatou-se: (i) a aplicabilidade da proposta da TR para explicar/definir o fenômeno lingüístico denominado ironia; (ii) que a observância, por parte dos tradutores, das marcas de codificação conceitual e codificação procedimental torna possível a produção de uma tradução com alto grau de semelhança interpretativa; (iii) que o conceito de semelhança interpretativa possibilita o cotejo e o relacionamento entre texto-fonte e texto-alvo, a partir de efeitos cognitivos especiais tornados

possíveis (a exemplo do efeito de intensificação *analisado*), que prescinde de uma relação formal entre os textos envolvidos.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A Teoria da Relevância (doravante, TR), conforme já visto em outros capítulos deste volume, constitui uma teoria cognitivo-pragmática que tenta explicar o sucesso (ou insucesso) de processos comunicativos em sua pluralidade de manifestações. Neste capítulo, a TR será utilizada para definir/explicar duas instâncias diferenciadas de comunicação, quais sejam, a ironia e a tradução.

2.1. DESENVOLVIMENTO DA ABORDAGEM TEÓRICA DA RELEVÂNCIA PARA A IRONIA

Segundo Moneva (2001), propostas sobre como lidar com a ironia a partir de uma perspectiva da TR são uma das questões mais amplamente discutidas no escopo da Teoria. Inicialmente, Sperber & Wilson (1986/1995) partem da rejeição da definição clássica da ironia como um tropo de linguagem no qual o significado figurativo é o oposto do que se diz literalmente (isto é, explicitamente).

O argumento central dos autores para justificar tal rejeição está associado ao fato de que a escolha potencial entre uma expressão figurativa ou sua contrapartida literal não encontra uma explicação plausível nas teorias tradicionais. Segundo Wilson & Sperber (2004), a pragmática moderna sustenta a posição clássica para definir ironia. De acordo com Grice (1975: 15), o ironista viola deliberadamente a máxima da qualidade – “não diga o que acredita ser falso”¹ – para implicar o oposto do dito. Em outras palavras, o que era um significado figurativo na abordagem clássica passa a ser reanalisado como uma implicação figurativa (ou uma implicatura) na abordagem griceana.

Em oposição à perspectiva griceana, Wilson & Sperber (1992: 54-57) passam, então, a elencar e descrever instâncias de linguagem que configuram contra-exemplos à argumentação de ser a ironia uma comunicação do oposto do que se diz literalmente. Tais ins-

¹ Minha tradução de: “Do not say what you believe to be false”.

tâncias podem ser sintetizadas da seguinte forma: (i) litotes irônicos; (ii) citações irônicas; (iii) interjeições irônicas; e (iv) falsidades irônicas.²

As inadequações descritiva e explanatória suscitadas a partir dessas realizações lingüísticas levam os autores a discordarem do tratamento dado pela pragmática tradicional e griceana ao processamento inferencial da ironia. Segundo os teóricos, subjacentes à ironia operam mecanismos interpretativos universais – orientados pelo princípio da relevância –, e essa constitui, portanto, uma instância particular de uso interpretativo de linguagem.

O uso interpretativo tem, por sua vez, no discurso indireto seu representante prototípico: “o único uso interpretativo de um enunciado comumente reconhecido é o discurso indireto ou pensamento: quando um enunciado é utilizado para relatar um outro enunciado [...] ou um pensamento”³ (Sperber & Wilson, 1995: 229).

Quando falamos de enunciados usados para interpretar o pensamento de outrem que não o falante, estamos falando sempre de interpretações de segundo nível. Essas interpretações alcançam relevância ao informar ao público-alvo que fulano ou beltrano disse/pensa algo (como é o caso, por exemplo, da tradução). Em outros casos, tal relevância é alcançada ao informar o público-alvo de que o falante tem em mente o que fulano ou beltrano disse/pensa e de que tem uma certa atitude em relação ao dito/pensado.

No escopo da TR, aquele segundo caso de representação lingüística é denominado interpretação ecóica. E a ironia verbal constitui um caso particular de interpretação ecóica, no qual uma atitude implícita de desaprovação (ou de rejeição) está invariavelmente envolvida. Essa argumentação pode ser sintetizada pelas seguintes palavras de Blakemore (1992: 167):

Qual é a relevância de se produzir um enunciado que é uma representação interpretativa do pensamento de uma outra pessoa? Em alguns casos, a relevância de um enunciado ecóico está simplesmente na informação que ele oferece sobre o conteúdo de um pensamento atribuído. [...] Contudo, em outros casos, a relevância de um enunciado ecóico está na informação que ele oferece acerca da atitude do falante em relação ao pensamento atribuído. Essa atitude pode ser de aprovação. [...]

² Uma descrição pormenorizada dessas instâncias podem ser estudas em Araújo (2005).

³ Minha tradução de: “The only generally acknowledged interpretive use is the reporting of speech or thought: when one utterance is used to report another utterance [...] or a thought”.

Alternativamente, um enunciado ecóico pode veicular uma atitude de rejeição, [...] que caracteriza enunciados irônicos.⁴

A partir da proposta de Sperber & Wilson (1995) para definir/explicar a ironia, podemos concluir que a recuperação inferencial das implicaturas comunicadas por um enunciado irônico torna-se possível pela co-ocorrência de três fatores básicos, quais sejam: (i) o reconhecimento do enunciado enquanto ecóico; (ii) a identificação da fonte ecoada; e, finalmente, (iii) a identificação de uma atitude tácita de dissociação em relação ao pensamento (ou enunciado) atribuído.

2.2. IDENTIFICAÇÃO COGNITIVO-PRAGMÁTICA DA IRONIA

No escopo da TR, a interpretação de instâncias de comunicação irônica, semelhantemente ao que ocorre na resolução de outras indeterminações lingüísticas (quer no nível explícito, quer no nível implícito), segue o procedimento de compreensão assumido pela Teoria, qual seja:

Siga o caminho de menor esforço na computação de efeitos cognitivos: teste as hipóteses interpretativas (desambigüização, atribuição de referências, implicaturas etc.) por ordem de acessibilidade e pare quando suas expectativas de relevância estiverem satisfeitas. (Wilson & Sperber, 2006: 10)⁵

Em outras palavras, o princípio cognitivo-pragmático da relevância, gerenciando a relação custo/benefício no processamento inferencial do enunciado, oferece as condições necessárias para que se possa explicar como a interação entre forma lingüística e contexto (suposições contextuais ativadas) soluciona indeterminações lingüísticas, em geral, e a ironia, em particular. Assim,

⁴ Minha tradução de: "What is the point of producing an utterance which is an interpretive representation of another person's thought? In some cases the relevance of an echoic utterance simply lies in the information it gives about the content of an attributed thought. [...] However, in other cases the relevance of an echoic utterance lies in the information it gives about the speaker's attitude towards an attributed thought. This attitude may be one of endorsement. [...] Alternatively, an echoic utterance may convey an attitude of rejection. [...] that characterizes ironic utterances".

⁵ Minha tradução de: "Follow a path of least effort in computing cognitive effects: Test interpretive hypotheses (disambiguation, reference resolutions, implicatures, etc.) in order of accessibility. Stop when your expectations of relevance are satisfied".

para que um enunciado produzido possa ser compreendido pelo público-alvo, ele deve possibilitar uma interpretação consistente com o princípio de relevância, ou seja, uma interpretação que produza efeitos contextuais adequados, a um custo mínimo necessário de processamento mental.

Tipicamente, a leitura do conteúdo explícito (ou a explicatura) do enunciado irônico, em um contexto particular, gera uma inconsistência, ou, às vezes, um sentimento de absurdo no público-alvo. O leitor, em busca de uma interpretação consistente com o Princípio da Relevância (isto é, uma interpretação que faça sentido) reinterpreta o enunciado de forma não-literal e ecóico-dissociativamente. As informações contextuais acessadas pelo leitor levam-no a derivar uma gama de implicaturas fracas do enunciado enquanto implicações contextuais que contribuem para a relevância dos efeitos contextuais (neste caso, o efeito irônico).

Complementarmente à proposta delineada pela TR para definir/explicar a ironia, Yus (2000) se propõe a explicar como é possível a identificação, por parte do leitor/ouvinte, da atitude dissociativa do comunicador em relação ao que está sendo ecoado – condição esta necessária para que se realize a ironia conforme proposta de Sperber & Wilson (1995) e Wilson & Sperber (1992). Para Yus (2000), a identificação de tal atitude é acionada a partir de uma inconsistência gerada pela combinação inferencial entre o conteúdo proposicional expresso do enunciado e informações provenientes de uma/ou mais fontes contextuais propostas por ele, a partir de conceitos desenvolvidos no escopo da TR. Essas fontes podem ser sintetizadas da seguinte forma: (i) informação factual, enciclopédica; (ii) ambiente cognitivo mutuamente manifesto; (iii) comportamento não-verbal do falante; (iv) conhecimento prévio do público-alvo acerca dos dados biográficos do comunicador; (v) conhecimento mútuo⁶; (vi) papel de enunciados prévios na comunicação; e (vii) pistas lingüísticas⁷. Em síntese, para o teórico, a identificação da atitude dissociativa do comunicador em relação ao dito e, concomitantemente, a qualidade irônica do enunciado seriam explicadas pelo acesso simultâneo a uma ou mais dessas fontes durante o processamento inferencial de um enunciado irônico.

Embora a proposta de Yus (2000) represente um avanço em

⁶ Por não ser congruente com a idéia de manifestação mútua da TR, essa pista foi desconsiderada no trabalho de Araújo (2005) e também no presente capítulo.

⁷ Uma descrição pormenorizada dessas instâncias pode ser consultada em Araújo (2005).

relação à proposta da TR, na medida em que explicita a identificação da atitude dissociativa do falante em relação ao pensamento (ou enunciado) ecoado, acredito que a interpretação irônica é, em última instância, recuperada pela busca de uma interpretação consistente com o Princípio da Relevância.

2.3. TRADUZINDO A IRONIA INTERPRETATIVAMENTE

De forma semelhante ao que acontece com a ironia, a tradução é analisada em termos de semelhança interpretativa no escopo da TR. A partir dessa noção, Gutt (2000) postula ser a tradução uma instância de uso interpretativo interlingual. Em outras palavras, para o teórico, uma tradução seria um texto na língua receptora que se assemelha interpretativamente ao original “o mais próximo possível em aspectos relevantes” (Wilson & Sperber, 1998a: 137; *apud* Gutt, 2000: 106). Essa concepção de tradução pressupõe, portanto, que o tradutor deve fazer suposições acerca do ambiente cognitivo de sua audiência e acerca da relevância potencial que qualquer aspecto da tradução alcançaria naquele ambiente cognitivo.

Em se tratando da tradução da ironia, por sua vez, Moneva (2001) assume que a proposta delineada por Gutt (2000) é de suma importância (e pertinente) para que seja abordada a partir de uma perspectiva cognitiva. Contudo, argumenta que a teoria de Sperber & Wilson (1986/1995) não oferece uma abordagem explícita de como lidar com problemas peculiares suscitados na tradução da ironia. Procurando oferecer uma solução para essa lacuna teórica, Moneva (2001) propõe que as fontes contextuais concebidas por Yus (2000) sejam entendidas enquanto pistas comunicativas (Gutt, 2000) e que se promovam o cotejo e o estabelecimento da semelhança interpretativa (logo, dos aspectos relevantes) entre a ironia veiculada no texto-fonte e a sua realização nos textos-alvo, tendo como base tais pistas comunicativas contextuais.

A partir das reflexões teóricas aqui desenvolvidas, uma síntese de aplicação da proposta concebida por Moneva (2001) – e apresentada de forma pormenorizada em Araújo (2005) – será o objeto das próximas seções deste capítulo. De forma mais específica, demonstrar-se-á como as pistas lingüísticas (sétima fonte contextual proposta por Yus, 2000) codificadas, nos termos da TR, conceitual e procedimentalmente, propiciam a inferência de

um efeito cognitivo de intensificação na interpretação de instâncias irônicas na obra *Gulliver's Travels*, de Jonathan Swift. Tais intensificações – geradoras de um sentimento (no leitor) do absurdo, do exagero, da implausibilidade exagerada – se mostram indicativos de uma posição de dissociação entre o autor da obra (o enunciador) e o enunciado, o que, segundo a TR, seria um dos requisitos para a geração do efeito irônico.

Também será analisada a observância, por parte dos tradutores brasileiros, das marcas de codificação conceitual e procedimental na recuperação do efeito cognitivo de intensificação, identificado particularmente na comunicação irônica de Swift. Para fins desta análise, parto da hipótese de que tal observância redundará em traduções com alto grau de semelhança interpretativa ao texto-fonte (doravante, TF).

3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

As considerações metodológicas tecidas neste capítulo foram extraídas do quadro metodológico apresentado em sua totalidade no estudo de Araújo (2005). Tal estudo teve como foco a análise da ironia veiculada na obra *Gulliver's Travels*, de Jonathan Swift, a partir das versões brasileiras de 1956, traduzida por José Maria Machado, e de 1998, traduzida por Octávio Mendes Cajado. A partir da comparação dessas duas traduções com o TF em língua inglesa, analisou-se o grau de semelhança interpretativa alcançado entre os textos-alvo (doravante, TA) e o TF.

No processo de atribuição de semelhança interpretativa, utilizou-se de conceitos teóricos concebidos por Sperber & Wilson (1986/1995), enfatizando-se o papel das codificações conceitual e procedimental na geração do efeito cognitivo de intensificação identificado na comunicação irônica de Swift. Grosso modo, intensificação foi definida como “instruções” para uma leitura intensificada (exagerada) no nível do conteúdo proposicional de alguns fragmentos ao longo da obra swftiana. Tal exagero se mostrou indicativo de uma atitude dissociativa entre o autor da obra e a sua comunicação explícita – condição esta necessária, segundo a TR, para a efetivação da comunicação irônica.

3.1. CONSTITUIÇÃO DAS UNIDADES DE ANÁLISE

O trabalho desenvolvido em Araújo (2005) iniciou-se com uma leitura completa da obra original em língua inglesa, constituída de quatro viagens. Nessa fase, orientando-se por pistas de intensificação codificadas lingüisticamente, identificaram-se os segmentos da obra que sugeriam alusões ecóico-dissociativas a serem recuperadas (em função do seu absurdo, do exagero e da implausibilidade exagerada).

Em seguida, foram digitados, na forma de tabela, todos os fragmentos identificados nas viagens de número um e de número três e, em função das limitações de espaço e tempo, algumas amostras aleatórias das viagens de número dois e de número quatro. Tal conjunto de fragmentos (perfazendo-se um total de 55 unidades) constituiu o *corpus* da pesquisa.

Posteriormente, procedeu-se à seleção da amostra final. Tendo-se em vista os objetivos e limitação de tempo, selecionaram-se onze instâncias irônicas – consideradas mais representativas em termos de intensificação – a partir da amostra inicial. Tal seleção foi balizada pelo número de ocorrência de pistas de intensificação identificadas nos fragmentos.

Por fim, localizaram-se os correlatos dos segmentos selecionados do TF e dos TA.

3.2. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE EM RELAÇÃO A CADA EXCERTO SELECIONADO DO TF

Nesta etapa do trabalho, procedeu-se à análise da ironia veiculada no TF tendo como ponto de partida a apresentação do fragmento a ser analisado seguido de uma sucinta identificação de sua localização no contexto ficcional da obra.

Em seguida, respaldando-se na proposta de Moneva (2001), apresentaram-se as etapas de identificação da ironia presente no fragmento e o que essa ironia possivelmente comunicaria ao leitor da obra. Para tanto, utilizaram-se, formalmente, as pistas lingüísticas (*cf.* Yus, 2000) propiciadoras da inferência do efeito cognitivo de intensificação (do exagero, do absurdo, do implausível), responsáveis por direcionar o processo interpretativo do leitor no sentido de recuperar a qualidade irônica do enunciado. Contudo, tendo-se

em vista que “essas pistas requerem o apoio de outras fontes contextuais [...], uma vez que muitas destas construções podem ser também utilizadas em contextos não irônicos”⁸ (Yus, 2000: 13), utilizaram-se, complementarmente, as demais fontes contextuais (*cf.* seção 2.2.) para auxiliar na identificação e confirmação da presença da ironia no trecho analisado.

3.3. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE EM RELAÇÃO AOS CORRELATOS DO TF NAS DUAS VERSÕES BRASILEIRAS

Após o mapeamento das pistas de intensificação no trecho do TF, apresentaram-se os fragmentos correlatos nas duas versões brasileiras. Os trechos traduzidos foram disponibilizados na seguinte ordem: (i) a tradução de Cajado (1998) e (ii) a tradução de Machado (1956). Em seguida, avaliou-se, informalmente, se as fontes contextuais geradoras de inconsistência no nível da proposição expressa do TF poderiam ser recuperadas por um leitor brasileiro (em potencial) a partir das versões brasileiras.

Seqüencialmente, cotejaram-se as pistas contextuais (*cf.* Yus, 2000), em geral, e as pistas lingüísticas, em particular, mapeadas no TF com as opções realizadas nas duas traduções brasileiras. Por meio desse procedimento foi possível avaliar se os textos traduzidos podem ser entendidos como traduções que se assemelham interpretativamente ao TF em aspectos relevantes.

Finalmente – e a título de enriquecimento da análise – observou-se o comportamento de uma tradução em relação à outra, no que diz respeito à tradução das pistas de intensificação. Na próxima seção, apresentar-se-á uma análise respaldada pela metodologia descrita acima.

4. ANÁLISE QUALITATIVA DAS TRADUÇÕES DE EXCERTOS DE *GULLIVER'S TRAVELS*

Para fins de análise, optou-se por trabalhar neste capítulo com quatro excertos retirados aleatoriamente do corpus de Araújo (2005). Por meio desta amostra, procurar-se-á demonstrar a per-

⁸ Minha tradução de: “these cues require the supportive presence of other contextual sources [...] since many of these constructions may also be used in non-ironic contexts”.

tinência dos codificadores conceitual e procedimental propostos pela TR na sinalização de interpretação de instâncias de comunicação irônica na obra swftiana. Também será analisada a observância, por parte dos tradutores brasileiros, das marcas de codificação do TF na recuperação dos efeitos contextuais adequados (neste caso específico, do efeito irônico), o que redundará em traduções que se assemelham interpretativamente ao TF em aspectos relevantes. Complementarmente, avaliar-se-á a adequação da abordagem delineada pela TR para definir/explicar a ironia a partir da amostragem levantada. Os trechos selecionados são grafados na forma original e são numerados de acordo com sua ordem de apresentação neste espaço.

(1)

Goblasto Momaren Evlame Gurdilo Shefin Mully Ully Gue, most Mighty Emperor of *Lilliput*, Delight and Terror of the Universe, whose Dominions extended five Thousand Blustrugs, (about twelve Miles in Circumference) to the Extremities of the Globe: Monarch of all Monarchs: Taller than the sons of Men; whose Feet **press down** to the Center, and whose Head **strikes** against the sun: At whose Nod the Princes of the Earth **shake** their knees; pleasant as the spring, comfortable as the Summer, fruitful as Autumn, dreadful as Winter. His most sublime majesty proposeth to the *Man-Mountain*, lately arrived at our Celestial Dominions, the following Articles, which by a solemn Oath he shall be obliged to perform. (TF: 59- 60; itálico como no original; negrito meu).

Localização de (1) no contexto ficcional da obra: Viagem 1, capítulo III. O fragmento constitui parte do relato de Gulliver acerca do documento contendo os artigos e condições sob as quais ele seria libertado pelos liliputianos, após seu juramento.

Em (1), o índice altamente saliente de pistas de intensificação, afluindo ao “Emperor”, parece-nos ser o maior sinalizador de uma possível interpretação irônica. De acordo com Yamanashi, citado por Yus (2000), no que diz respeito à sétima fonte contextual, a repetição em si, quando desnecessária, já constitui um possível indicador da atitude crítica do falante em relação à proposição expressa na enunciação. Voltando-nos à confluência/repetição de intensificações, o substantivo “Emperor” – que define a figura central do eco em (1) – conceitualmente tem a função de representar um ente humano empoderado, *revestido de onipotência divina*. Acredito, também, que, em função de sua dimensão, escolha (ou inventi-

vidade) lexical, o nome do imperador de Lilibut “Goblasto Momaren Evlame Gurdilo Shefin Mully Ully Gue” constitui em si mesmo uma atitude adicional de ostensão/intensificação por parte de Jonathan Swfit. O caráter onipotente do ente em discussão é intensificado pela qualidade conceitual codificada no adjetivo “mighty”, responsável por modificar/redimensionar a leitura interpretativa da palavra “emperor”. Subseqüentemente, as representações do sintagma nominal “Mighty Emperor” recebem instruções de intensificação, a partir da ocorrência do superlativo “most”; nos termos da TR, um codificador procedimental. Tal instrução adicional pode reforçar no leitor as suposições dissociativas em relação à interpretação do fragmento enquanto comunicando, relevantemente, seu conteúdo explícito. Ainda no excerto, outras pistas de intensificação possivelmente levariam à derivação de implicaturas adicionais como suposições contextuais dissociativas, responsáveis em realçar o caráter irônico de Swift. Vejamos algumas consideradas por nós mais significativas e suficientes para evidenciar o peso das intensificações na comunicação irônica, em (1). Dando prosseguimento à seqüência descritiva de “Emperor”, o autor vale-se de alguns dispositivos lingüísticos ostensivos muito significativos à exibição dos atributos da figura ecoada, tais como idéias antitéticas (isto é, antíteses), usos hiperbólicos e comparações (ou seja, A é igual a B). Um outro dispositivo de que se vale o autor para intensificar, ainda mais, a sensação da imponência divina daquela figura, estaria em algumas escolhas lexicais particulares, tais como “whose Feet **press down** to the Center, whose Head **strikes** against the sun” e “At whose Nod the Princes of the Earth **shake** their knees”.

Enfim, uma leitura do trecho anterior enquanto comunicando sua explicatura, isto é, o conteúdo proposicional expresso, possivelmente sugeriria uma brincadeira (e, simultaneamente, um exagero) por parte de Swift. Contudo, um público-alvo do século XVIII teria acesso potencial a informações acerca da natureza absolutista dos monarcas (ou reis) da época. Na verdade, os monarcas absolutistas consideravam-se genuínos e únicos representantes de Deus aqui na terra. O conteúdo explícito em (1), processado em meio a tais informações, potencializaria a inferência da comunicação swiftiana: Swift ironiza, denuncia, tacitamente, sua indignação para com a arrogância e a onipotência dos monarcas absolutistas de sua época.

(1a)

Goblasto Momaren Evlame Gurdilo Shefin Mully Ullly Gue, **mui poderoso** imperador de Lilipute, delícia e terror do universo, cujos domínios se estendem por 5000 blustrugs (cerca de 12 milhas em redondo) às extremidades do globo; monarca de todos os monarcas, mais alto do que os filhos dos homens; cujos pés **calc**am o centro, e cuja testa **bate** contra o sol; a cujo aceno de cabeça **tremem os joelhos** dos príncipes da terra; agradável como a primavera, confortativo como o verão, frutífero como o outono, terrível como o inverno. Propõe sua Sublimíssima Majestade ao Homem-Montanha, recentemente chegado aos nossos domínios celestiais, os seguintes artigos, que, por juramento solene, será ele obrigado a cumprir: (TA1: 42; negrito meu)

(1b)

GOLBASTO MOMAREN EVLAME GURDILO SHEFIN MULLY ULLY GUE muito poderoso Imperador de Liliput, delícia e terror do universo, cujos domínios se estendem cinco mil *blustrugs* (cerca de doze milhas, em circunferência) até às extremidades do globo, monarca de todos os monarcas, mais alto que os filhos homens; cujos pés **pisam** até ao centro e cuja cabeça se **ergue** de encontro ao sol; a cujo inclinar da cabeça, os príncipes da terra **dobram** os joelhos; agradável como a primavera, confortável como o estio, cheio de frutos como o outono, terrível como o inverno. Sua muito sublime Majestade propõe ao Homem-Montanha, ultimamente chegado a seus celestiais domínios, as seguintes cláusulas que, por solene juramento, êle se obriga a cumprir: (TA2: 50-51; negrito meu).

Podemos observar, ao longo da leitura das duas versões aqui analisadas, que um leitor brasileiro potencialmente derivaria um alto índice de instruções de intensificação, a partir da configuração lingüística dos dois textos. Assim, acredito que a observância das marcas de codificação conceitual e codificação procedimental pelos tradutores em (1a) e em (1b) oferecem meios para que um possível leitor das traduções infira conclusões dissociativas semelhantes àquelas propiciadas pelo TF, fundamentais à interpretação irônica do enunciado. Tal fato nos leva a concluir que as duas traduções representariam o texto-fonte em aspectos relevantes para seu público-alvo.

Dada essa visão geral acerca de (1a) e (1b), acompanharemos o comportamento das traduções das pistas de intensificação em (1a) e em (1b) em maiores detalhes. O substantivo “Emperor” foi traduzido igualmente pelos dois tradutores: ambos optaram por

imperador. Logo, conceitualmente, representam o mesmo ente humano do TF, com um grau de intensificação altamente semelhante a “Emperor”. Em relação ao nome do imperador, podemos observar que as características tipográficas do seu nome são reproduzidas no TA1 similarmente ao nome do texto-fonte. O mesmo não acontece com o TA2; parece-nos que o tradutor torna possível uma leitura ainda mais intensificada da imponência daquele nome ao realizá-lo em sua tradução na forma de caixa alta, isto é, todas as letras no formato maiúsculo: *GOLBASTO MOMAREN EVLAME GURDILO SHEFIN MULLY ULLY GUE*. Respaldados pelos trabalhos de Yus (2000) e Moneva (2001), diríamos que essa decisão tradutória constitui uma pista comunicativa, explicada a partir de uma das fontes contextuais propostas por Yus (2000), qual seja, comportamento não-verbal do falante. Dessa forma, o TA2 possibilitaria a inferência de efeitos mais intensificados e, em termos da TR, resultaria em uma tradução mais ostensiva concernente ao efeito de intensificação na comunicação irônica. Por sua vez, a marca de intensificação codificada no adjetivo “mighty” no TF é observada de forma estrita, tanto por Cajado (1998) quanto por Machado (1956): ambos optam por poderoso. Tal opção possibilita a inferência de modificações similares àquelas por que passa a representação conceitual codificada no substantivo *imperador*. No entanto, o item “most”, anteposto ao sintagma nominal “Mighty Emperor” em (1), é vertido diferentemente pelos tradutores: *mui* (TA1) e *muuito* (TA2).

Em termos procedimentais, parece-nos que os efeitos tornados possíveis, tanto por uma opção tradutória quanto por outra, assemelham-se interpretativamente àqueles deriváveis a partir do termo do TF. Assim, poderíamos dizer que as traduções representam o TF em aspectos relevantes no sentido de permitir a derivação dos efeitos contextuais adequados, isto é, dos efeitos de intensificação na comunicação irônica.

Contudo, algumas informações possivelmente associadas à entrada enciclopédica do conceito⁹ *muu*¹⁰ (por exemplo, *mui* é um termo mais arcaico; *muu* é um termo utilizado em situações solenes/bíblicas/jurídicas; *muu* não se usa no português contemporâneo

⁹ Essa argumentação parte da discussão em Gutt (2000: 160-162), acerca das Pistas comunicativas e o valor estilístico das palavras.

¹⁰ No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, (2001: 1974), encontramos, entre outras, a seguinte observação em relação a *muu*: “empr. com restrições (adquire conotação irônica, pedante, inatural.)”.

em situações cotidianas) em TA1 levariam o leitor a interpretar a imponência do imperador de forma mais acentuada (ou exagerada) que aquela possibilitada pela opção *muito*. Nesses termos, poderíamos concluir que a intensificação na comunicação irônica é tornada mais explícita no TA1 que no TA2. Ainda no mesmo fragmento, as pistas adicionais de intensificação (da imponência do imperador) codificadas em “whose feet **press down** to the center; whose head **strikes** against the sun” e “At whose Nod the Princes of the Earh **shake** their knees”, ao serem realizadas no português brasileiro por *cujos pés calcam o centro; cuja testa bate contra o sol; a cujo aceno de cabeça tremem os joelhos* (TA1) e *cujos pés pisam até o centro; cuja cabeça se ergue de encontro ao sol; a cujo inclinar da cabeça os príncipes da terra dobram os joelhos* (TA2), tornam possível a recuperação de efeitos contextuais (isto é, efeitos de intensificação da imponência do imperador), semelhantes àqueles possibilitados pelo TF. Poderíamos dizer, com isso, que as duas traduções são representações que se assemelham ao texto-fonte em aspectos relevantes para seu público-alvo. Contudo, acredito que as opções tradutórias realizadas por Cajado (1998) reforçam, ainda mais, os efeitos contextuais de intensificação em um leitor brasileiro contemporâneo (em potencial).

Vejamus alguma argumentação que suporte essa nossa crença. Primeiro, as informações conceituais ativadas a partir do verbo *calcamos* (TA1) possibilitariam a derivação de *firmam/fundamentam/alicercam* como implicaturas fracas veiculadas pelo verbo em questão. Tal conotação de intensidade se perde com o verbo *pisamos* (TA2). Assim, é possível dizer “minha fé em Deus está calcada (firmada/fundamentada/alicerçada) em uma rocha”, mas não “minha fé em Deus está pisada em uma rocha”.

Segundo, a ironia é construída em torno da figura onipotente do imperador. Nesse sentido, o verbo *bate*, no enunciado *cuja testa bate contra o sol...* (TA1), veicularia uma dimensão da imponência do imperador; mas a recuperação dessa dimensão seria mais lenta (ou dificultada) a partir do verbo *ergue contra*, no enunciado *cuja cabeça se ergue contra o sol...* (TA2). Acredito ser tranquilo afirmar que um leitor brasileiro recuperaria rápida e intuitivamente que bater implica *encostar/alcançar/chegar até lá*. No entanto, a dimensão do chegar até lá seria interpretada, a partir da versão *erguer contra* (TA2), às custas de um esforço extra de processamento mental por parte do leitor. Dessa forma, o TA2

comunica um grau mais baixo de intensificação em relação ao TA1.

Terceiro, o caráter de onipotência divina é mais fortemente comunicado por meio do verbo *tremem*, em *tremem os joelhos* (TA2), em detrimento de *dobram*, em *dobram os joelhos*. Parece-nos que *tremem* pressupõe um sentimento de temor, sentimento mais forte – acredito – que *obedecer*, possivelmente suscitado no leitor a partir do verbo dobrar.

Assim, podemos concluir que a intensificação está mais fortemente explicitada na versão de 1998, uma vez que o contexto de onipotência exagerada é mais fortemente implicado nas realizações lingüísticas do texto traduzido por Cajado (TA1) do que naquelas realizadas por Machado (TA1).

Examinemos, em seguida, um novo trecho do original:

(2)

Besides, our Histories of six Thousand Moons make no Mention of any other Regions, than the two great Empires of *Lilliput* and *Blesfufcu*. Which two mighty Powers have, as I was going to tell you, been engaged in a **most obstinate War** for six and thirty Moons past. **It began upon the following Occasion**. It is allowed on all Hands, that the primitive Way of breaking Eggs before we eat them, was upon the larger End: But his present Majesty's grandfather, while he was a Boy, going to eat an Egg, and breaking it according to the ancient practice, happened to cut one of his Fingers. Whereupon the Emperor his Father, **published an Edict, commanding all his subjects, upon great Penalties, to break the smaller End of their Eggs...** (TF: 64; itálico como no original; negrito meu).

Localizemos o excerto (2) no contexto ficcional da obra: Viagem 1, capítulo IV. A pedido de Sua Majestade Imperial, Reldresal, secretário principal dos Negócios Privados de Lillipute, em busca de auxílio junto a Gulliver, expõe-lhe a quantas andam os negócios do reino. O fragmento constitui parte do relato concernente a um dos males que pesa sobre o país.

Acredito que, ao ler (2), em seu todo, como uma asserção usual (isto é, enquanto comunicando o explicitado, ou sua explicatura) um leitor em potencial dos *originais* possivelmente seria levado a inferir uma interpretação meio que absurda: não se inicia uma guerra a partir da promulgação de uma lei que dita por qual ponta um ovo deva ser quebrado. Remetendo-nos a Yus

(2000), podemos detectar, nesse trecho, uma inconsistência entre conteúdo expresso, mais especificamente a partir dos enunciados em negrito em (2), e informações factuais (enciclopédicas, de senso comum) que um leitor (em potencial) possivelmente ativaria em sua memória, acerca de reais motivações para guerras.

Neste ponto, em busca de uma interpretação consistente com o PR (uma que faça sentido), o leitor possivelmente seria levado a reinterpretar o excerto ecóico-dissociativamente, isto é, de forma irônica: Swift está ironizando as guerras de seu tempo, o quanto são estúpidas, as motivações banais que levam homens do mundo real a guerras longas e obstinadas. Possivelmente, o leitor não derivaria uma interpretação determinada e única, mas isso não constitui o propósito de uma comunicação fraca, como é o caso da comunicação irônica. Ainda a partir de Yus (2000), poderíamos dizer que um sinalizador adicional da comunicação irônica em (2) pode ser recuperado a partir de pistas de intensificações codificadas em elementos lingüísticas ao longo do excerto.

Para começar, o substantivo “war” tem a função conceitual de representar um evento humano de dimensões já intensificadas: longo e sanguinário. Esse evento passa por uma primeira intensificação a partir das informações conceituais codificadas no adjetivo “obstinate” associado (e modificando) ao substantivo “war”. Tais informações seriam – acredito – automaticamente recuperadas pelo leitor potencial. Por sua vez, os itens lexicais “obstinate” e “war” são precedidos e modificados pela ocorrência do superlativo “most”, que, segundo a TR, constitui um codificador de informação procedimental, responsável, neste contexto, pelas instruções adicionais a uma leitura ainda mais intensificada do conteúdo proposicional de “obstinate” e “war”. A combinação das informações conceituais e procedimentais descritas anteriormente possibilitam o fortalecimento no leitor das suposições acerca do caráter absurdo da guerra.

Ainda no mesmo fragmento, a lei, também absurda, que dita por qual ponta um ovo deve ser quebrado, imputará aos súditos (“subjects”) liliputianos grandes penalidades (“great penalties”), se violada. Parece-nos que aqui as inferências tornadas possíveis a partir das entradas lexicais “great” e “penalties” levariam o leitor à derivação de novas instruções de intensificação do conteúdo expresso, isto é, do conteúdo proposicional em (2). As inferências, possivelmente recuperáveis a partir das instâncias de codificações

conceituais e procedimentais, direcionam o processamento inferencial do leitor para os efeitos de intensificação fundamentais à comunicação irônica na obra de Swift.

(2a)

... de mais disso, as nossas histórias de há 6000 luas não fazem referência a outras regiões além dos dois grandes impérios de Lilipute e Blefuscu. Duas grandes potências que, como ia eu dizer-vos, andam empenhadas, há mais de 36 luas, numa **guerra encarniçadíssima**, cujo móvel foi o seguinte: reconhece-se universalmente que a maneira primitiva de quebrar os ovos para comê-los consistia em quebrá-los pela ponta mais grossa; mas ao avô de Sua Majestade, quando menino, numa ocasião em que se dispunha a comer um ovo e quebrá-lo consoante o hábito antigo, sucedeu-lhe cortar um dedo; pelo que o imperador, seu pai, saiu com um edito em que ordenava a todos os seus súditos, sob **grandes penalidades**, quebrarem os seus ovos pela ponta fina. (TA1: 48; negrito meu).

(2b)

Além disso, as nossas histórias, de seis mil luas, não fazem menção alguma a outras regiões a não ser os dois grandes impérios de Liliput e Blesfusco, duas grandes potências que, segundo eu ia dizendo, sustentaram a **mais obstinada das guerras** no passado, durante trinta e seis luas. Essa guerra começou na seguinte ocasião: admite-se geralmente que a maneira correta de quebrar os ovos, antes de comê-los, era fazê-lo pela extremidade maior. Mas o avô de Sua atual majestade, quando menino, ao comer um ovo e quebrando-o de acordo com a velha prática, aconteceu de ferir uma das mãos. Sobre isto, o imperador-pai publicou um edital ordenando a todos os súditos, sob **penas graves**, de quebrarem os ovos pela extremidade mais pequena... (TA 2: 59; negrito meu).

Um leitor brasileiro contemporâneo em potencial – por exemplo, a redatora deste trabalho – a exemplo do nosso leitor do texto-fonte, ao ler as versões do excerto, em seu todo, tanto no TA1 quanto no TA2, possivelmente seria levado a uma interpretação semelhantemente absurda àquela recuperada pelo leitor do texto-fonte. Poderíamos dizer que a inconsistência gerada no TF pela combinação inferencial de conteúdo expresso e informações factuais (enciclopédicas, de senso-comum) acerca de motivações plausíveis para início de uma guerra pode ser perfeitamente inferida a partir das configurações lingüísticas dos TA1 e TA2. Nesta instância,

poderíamos dizer, informalmente, haver um alto grau de semelhança interpretativa entre os três textos (o texto-fonte e as duas versões em português brasileiro). Tal inconsistência poderia levar um leitor brasileiro (em potencial) a interpretar o texto ironicamente.

Voltando-nos às marcas lingüísticas sinalizadoras da ironia em (2), observamos que o substantivo “war” – elemento central do eco de Swift em (2) – é vertido de forma similar nos dois textos: os dois tradutores optam pelo substantivo *guerra*; logo, conceitualmente, representam o mesmo evento, com um grau de semelhança alto em relação ao texto-fonte. O adjetivo “obstinate”, a primeira pista de intensificação do TF, é traduzida por *encarniçada* (TA1) e *obstinada* (TA2). Embora a palavra *encarniçada* represente uma mudança lexical, parece-nos que ela, a exemplo de *obstinada*, em TA2, possibilitaria a derivação do efeito de intensificação do absurdo da guerra. Portanto, as duas versões brasileiras representam, de forma relevante, o texto-fonte, no sentido de possibilitar, seguindo a TR, o direcionamento inferencial do leitor para as intensificações irônicas pretendidas.

Entretanto, algumas considerações se fazem necessárias. Em termos de uma gramática convencional, diria que *encarniçada* se distancia mais do texto original, uma vez que traduz alguma mudança nas condições de verdade do enunciado – o que não acontece com *obstinado*. No entanto, em termos cognitivos, o fator crucial está nos efeitos cognitivos (de intensificação) tornados possíveis pelos dois termos, e não na significação convencional. O espectro semântico de *obstinado*, em contexto brasileiro, permite seu uso para definir tanto comportamento, atitude e jeito, quanto guerra. O mesmo não acontece com *encarniçada*. Parece-nos que, em se tratando de guerra, *encarniçada* seria uma das implicações de *obstinada*. O tradutor tornou explícita uma implicatura fraca. Explicitar é uma atitude ostensiva e, neste contexto, parece-nos ter contribuído para uma maior intensificação em (2a) do absurdo de se guerrear por um motivo tão ridículo.

Por sua vez, a ocorrência do superlativo “most” (TF), que veicula instruções adicionais de intensificação para “obstinate” e “war”, é realizado também nas versões brasileiras, por meio de superlativizações – *-íssimo* (TA1) e *a mais (...)* das (TA2) –, responsáveis pelo direcionamento do processamento inferencial dos leitores para as intensificações irônicas pretendidas, constituindo-se representações relevantes do texto swiftiano.

Já as pistas de intensificação codificadas em “great” e “penalties” foram traduzidas por *grandes penalidades* (2a) e *penas graves* (2b). Neste caso, podemos observar que o espectro semântico das entradas lexicais *grande* e *grave* possibilita a inferência de uma qualidade conceitual que representa o TF relevantemente. Contudo, parece-nos que o peso cognitivo recuperado a partir de *grave* é mais intenso que o peso recuperado a partir do item lexical *grande*. Assim, nesse contexto, poderíamos dizer que as suposições dissociativas em relação ao conteúdo expresso tornam-se mais explícitas em (2b). Diferentemente, *penalidade* e *penas* parecem possibilitar um nível semelhante de intensificação entre (2a) e (2b). Das nossas discussões, poderíamos dizer que as duas versões brasileiras representam relevantemente o TF. Tanto (2a) quanto (2b) apresentam opções tradutórias no nível proposicional que tornam possível a recuperação das intensificações (codificadas procedimental ou conceitualmente) fundamentais à reconstrução da ironia, lingüisticamente representada na obra de Swift.

Vejamos, a seguir, um terceiro exemplo:

(3)

When Parties in a State are violent, he offered a wonderful Contrivance to reconcile them. The Method is this. You take an Hundred Leaders of each Party; you dispose them into Couples of such whose Heads are nearest of a Size; then let two nice Operators saw off the *Occiput* of each Couple at the same Time, in such a Manner that the Brain may be equally divided. Let the *Occiput* thus cut off be interchanged, applying each to the Head of his opposite Party-man...(TF: 179; itálico como no original)

Localizemos o excerto (3) no contexto ficcional da obra: Viagem 3, capítulo VI. Em Lagado, cidade metropolitana de Balnibarri, Lemuel Gulliver visita a grande academia local. No fragmento, ele relata o invento de um engenhosíssimo doutor versado em lidar com dissidências partidárias.

A leitura de (3), enquanto comunicando relevantemente o seu conteúdo explícito, certamente levaria um leitor do texto-fonte a inferir uma interpretação completamente absurda, inconcebível: não se concebe, racional ou lucidamente, a idéia de se reconciliar políticos, ou ser mortal algum, por meio do método sugerido, isto é, transplantar partes do cérebro de um político para um outro. Remetendo-nos a Yus (2000), detectamos nesse trecho uma incon-

sistência altamente saliente entre o comunicado explícito no TF, especificamente a descrição do método de reconciliação, e informações factuais, enciclopédicas, de senso comum, acerca do que realmente aconteceria, caso o método fosse aplicado. Tal inconsistência potencialmente acionaria no leitor uma interpretação ecóico-dissociativa do texto swiftiano: o autor está ironizando, denunciando, de forma gritante, as dissidências partidárias e querelas políticas reinantes em sua época.

Voltando-nos às codificações lingüísticas de intensificação, questão central e formal deste estudo, podemos observar que o substantivo “contrivance” é precedido e modificado por uma qualidade conceitual altamente positiva, codificada em “wonderful”. Tal qualidade altamente positiva, associada (e modificando) à idéia já absurda, intensifica ainda mais o inconcebível da situação; reforça o caráter irônico do TF e, em especial, aponta para o dimensionamento da ironia desferida por Swift em sua obra, como podemos observar nas traduções a seguir.

(3a)

Quando se mostrarem violentos os partidos políticos, tinha ele um invento **maravilhoso** para reconciliá-los. O método é o seguinte: tomamos cem chefes de cada partido; dispomo-los aos pares, de modo que fiquem juntos aqueles cujas cabeças são o mais possível do mesmo tamanho; em seguida, fazemos que dois bons operadores serrem o occipício de cada par ao mesmo tempo, por maneira que os cérebros possam ser divididos igualmente. Trocamos depois os occipícios, aplicando cada um à cabeça do adversário político... (TA1: 199; negrito meu)

(3b)

Para corrigir a divergência entre partidos do Estado, oferecia ele um remédio **maravilhoso**, para conseguir a sua reconciliação. Esse método era o seguinte: tomavam-se uns cem líderes de cada partido, dispondo-os aos pares, segundo a altura da cabeça de cada um. Então, dois operadores olhavam ao mesmo tempo para o occipital de cada um dos pares, de maneira que o cérebro pudesse ser dividido por igual. Consideravam-se então os occipitais trocados uns com os outros, aplicando-se a cada um a cabeça do homem do partido adversário... (TA2: 263; negrito meu)

Um leitor brasileiro contemporâneo (em potencial), a exemplo do nosso leitor do texto-fonte, ao ler as versões brasileiras do excerto (3), em seu todo, possivelmente seria levado a uma inter-

pretação absurda/inconcebível, semelhantemente àquela recuperável pelo leitor do TF. Poderíamos dizer que a inconsistência – gerada pela combinação inferencial de conteúdo expresso e informações factuais, enciclopédicas, de senso comum, acerca do que realmente aconteceria, caso o método de reconciliação de políticos, conforme esses excertos, fosse aplicado – pode ser perfeitamente inferida a partir das configurações lingüísticas em (3a) e (3b). Informalmente, poderíamos dizer que, nesta instância, as versões brasileiras apresentam um alto grau de semelhança interpretativa em relação ao texto em língua inglesa.

Voltando-nos às marcas de codificação de intensificação, observamos que o adjetivo codificador de informação conceitual qualitativa altamente positiva foi vertido igualmente pelos dois tradutores: ambos optaram pelo adjetivo *maravilhoso*. Seguindo a TR, podemos observar que *maravilhoso* tem a função de representar o mesmo conceito de qualificação que o termo “wonderful” do TF, com um grau de intensidade altamente semelhante. Assim, podemos concluir que as traduções do termo *maravilhoso* se assemelham ao texto-fonte em aspectos relevantes para seu público-alvo, no sentido de permitir a derivação dos efeitos de intensificação fundamentais à reconstrução, nos TA, da ironia lingüística representada na obra de Swift.

Observemos, finalmente, um quarto exemplo:

(4)

When the king hath a Mind to put any of his Nobles to Death in a gentle indulgent Manner; **he commands to have the Floor strowed with a certain brown Powder, of a deadly Composition, which being licked up infallibly kills him in twenty-four Hours.** But in Justice to this Prince's great Clemency, and the care he hath of his Subjects Lives, (wherein it were much to be wished that the Monarchs of *Europe* would imitate him) it must be mentioned for his Honour, hat strict Orders are given to have the infected Parts of the Floor well washed after every such Execution. (TF: 192; itálico como no original; negrito e sublinhado meus).

Localizemos o excerto (4) no contexto ficcional da obra: Viagem 3, capítulo IX. O fragmento (4) constitui um relato de Gulliver acerca de um dos costumes peculiares adotados na corte do príncipe de *Luggnag*.

Ao ler (4) enquanto comunicando sua explicatura, um leitor (em potencial) do texto-fonte possivelmente interpretaria o fragmento

como um motejo de Swift. Não se pode conceber seriamente a idéia de que haja clemência em um indivíduo que manda matar um outro e, em especial, pelo método adotado. Remetendo-nos às fontes contextuais propostas por Yus (2000), podemos observar, neste trecho, uma inconsistência entre conteúdo explicitado (mais especificamente a partir dos enunciados grifados acima) e informações factuais (enciclopédicas, de senso comum) acerca de suposições consensualmente aceitas como o que se entenderia por atitudes clementes e atitudes destituídas de clemência. A inconsistência gerada no leitor possivelmente o levaria a reprocessar o fragmento de forma ecóico-dissociativa, o que possibilitaria a derivação de uma interpretação mais consistente com o PR: Swift está ironizando, denunciando atitudes atribuídas por ele aos príncipes (ou monarcas) de sua época e das quais ele se dissocia por implicação.

Seguindo a TR, podemos observar que a ocorrência de instâncias de codificação conceitual em dois momentos diferentes do TF possibilitaria a inferência de implicaturas responsáveis pela intensificação, no leitor, do tom de escárnio de Swift e, concomitantemente, do grau da ironia comunicada. Em um primeiro momento, podemos argumentar que o substantivo “clemency” tem a função conceitual de representar uma propriedade altamente positiva, louvável e desejável em um cristão. Porém, tal propriedade, em (4), ao ser atribuída ao príncipe, que manda matar seus nobres, cria no leitor uma sensação de inconsistência, acionando, subsequente, o seu gatilho da ironia. Esse sentimento de inconsistência (e o tom irônico) passa por uma intensificação a partir da ocorrência do adjetivo “great” associado ao substantivo “clemency”. Respaldados pela TR, poderíamos dizer que o adjetivo “great”, embora tenha a função conceitual de representar uma qualificação, veicula instruções de intensificação do substantivo ao qual está anteposto. Tais instruções potencialmente levariam o leitor à derivação de implicaturas adicionais enquanto suposições contextuais dissociativas fundamentais à comunicação da ironia no fragmento.

Em um segundo momento, lemos que o rei manda matar seus nobres de forma “gentle” e “indulgent”. Respaldos pela TR, poderíamos dizer que as instruções procedimentais em relação ao mandar matar, derivadas a partir de “gentle” e “indulgent”, levariam o leitor a derivar implicaturas relacionadas à brandura do ato de executar dos nobres em *Luggnag*. Tais implicaturas, forçosamente,

chocam-se com a descrição subsequente do método realmente adotado pelo príncipe, qual seja, "...determina que se espalhe no chão certo pó escuro de composição mortal, que, lambido, mata infalivelmente em 24 horas". Essa colisão de informações contraditórias intensifica, ainda mais, o tom de mofa e o caráter irônico do fragmento, como é possível observar nos seguintes excertos das traduções de Machado (4a) e Cajado (4b):

(4a)

[...] quando o rei forma tenção de mandar matar **delicada e indulgentemente** um dos seus nobres, determina se espalhe no chão certo pó escuro de composição mortal, que, lambido, mata infalivelmente em 24 horas. Mas, para fazer justiça à **grande** clemência desse príncipe e ao zelo que tem da vida dos seus súditos (no que fora muito para desejar o imitassem os monarcas da Europa), cumpre declarar, em sua honra, que se dão ordens rigorosas para se lavarem muito bem as partes infeccionadas do soalho depois de cada execução, [...] (TA1: 215; negrito meu)

(4b)

Quando o rei pensa condenar algum de seus nobres, a uma morte **suave**, manda espalhar no pavimento certo pó amarelo, de composição mortal, que mata infalivelmente, dentro de vinte e quatro horas. Mas, fazendo justiça à **grande** clemência dêste príncipe e ao seu cuidado pela saúde e pela vida de seus súditos para (no que os monarcas da Europa muito teriam a imitar) deve mencionar-se, para sua honra, que, após cada execução são dadas ordens rigorosas para varrer e lavar aquêles pontos do assoalho infectados [...] (TA2: 285-286; negrito meu)

Acredito que, a exemplo do TF, as traduções em (4a) e (4b) possivelmente levariam um leitor brasileiro contemporâneo a interpretar o conteúdo explícito dos excertos como um motejo, um escárnio por parte do autor. Conforme podemos observar, a inconsistência gerada pela combinação inferencial de conteúdo explícito e informações factuais acerca de suposições consensualmente aceitas como o que se entenderia por atitudes clementes e atitudes destituídas de tal propriedade podem ser inferidas a partir da configuração lingüística do TA1 e do TA2. Nesta instância, podemos constatar um relacionamento de semelhança interpretativa bastante alta entre os TA e o TF.

Voltando às pistas de intensificação sinalizadoras da ironia no nível lingüístico, podemos observar que a primeira pista analisada no TF,

“clemency”, foi vertida igualmente pelos dois tradutores. Ambos optaram pelo substantivo *clemência*. Nesse contexto, podemos dizer que esta opção tradutória tem a função conceitual de representar a mesma propriedade altamente positiva representada pelo termo do TF. Assim, modificações nos ambientes cognitivos dos leitores dos TA serão potencialmente semelhantes àquelas ocorridas no ambiente cognitivo de um leitor (em potencial) do texto-fonte.

Por sua vez, o adjetivo “great”, responsável por redimensionar a leitura interpretativa do substantivo “clemency”, também foi traduzido pelos dois tradutores por um mesmo item lexical: ambos optam pelo corresponde literal *grande*. Portanto, podemos dizer que tanto o TA1 quanto o TA2 tornam possível a recuperação inferencial de uma qualificação conceitual altamente semelhante àquela recuperável pelo termo do TF.

Já na terceira pista mapeada em (4), o item lexical “gentle”, foi traduzido no TA1 pelo termo *delicada*. A opção tradutória em (4a) torna possível um relacionamento sintático entre *delicada* e *mandar matar* (TA1) semelhante àquele possibilitado entre “gentle” e “to put...to Death” (TF). Tal relacionamento potencializa a derivação de instruções procedimentais similares àquelas veiculadas no texto-fonte, o que possibilita ao leitor do TA1 a derivação de implicaturas semelhantes àquelas deriváveis a partir do TF. Nesses termos, poderíamos dizer que (4a) se assemelha interpretativamente a (4) em aspectos relevantes.

Diferentemente, o item lexical “gentle” do TF é realizado no TA2 pelo termo *suave*. A exemplo da tradução em (4a), acredito que a opção tradutória por *suave* possibilita ao leitor a recuperação de implicaturas relacionadas à brandura “do executar dos nobres em *Luggnag*” similares àquelas derivadas a partir do termo do texto-fonte. E, a exemplo do TA1, poderíamos concluir que o TA2 assemelha-se interpretativamente ao texto-fonte em aspectos relevantes. Todavia, uma ressalva se faz necessária: em um contexto brasileiro, parece-nos que a opção tradutória realizada no TA1 possibilita a recuperação de um efeito contextual mais forte do que aquele recuperado a partir do TA2. Essa ligeira modificação contextual possivelmente seria explicada pelo fato de que a palavra *delicada* acompanha e redimensiona a leitura interpretativa de uma expressão cognitivamente mais forte – *mandar matar* (TA1) – do que aquela acompanhada e modificada pelo item lexical *suave* - *condenar (...) a uma morte* (TA2).

Já a pista lingüística codificada em “indulgent” no TF foi traduzida por *indulgentemente*, no TA1, e *realização 0* (zero), no TA2. Conforme podemos observar, a opção tradutória em (4a) representa literalmente o termo em (4). Tal observância um por um, no texto-alvo, nesse contexto, torna possível a recuperação inferencial de efeitos contextuais possivelmente semelhantes àqueles deriváveis originalmente, com um alto grau de semelhança interpretativa entre TF e TA1. Por sua vez, a opção pela não realização de “indulgent” no TA2 impossibilita a recuperação do efeito contextual gerado no leitor pelo termo do TF, o que reduz, simultaneamente, o tom de mofa comunicado na obra de Swift e o grau de semelhança interpretativa entre TF e TA2.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos fatores que motivou a realização do estudo apresentado em sua íntegra em Araújo (2005) e sintetizado neste capítulo foi a constatação de um número ínfimo de pesquisas relacionadas à tradução de ironias. Assim, o trabalho teve como objetivo geral contribuir para a inserção da tradução da ironia nos estudos da tradução a partir da análise deste fenômeno lingüístico em uma obra particular, qual seja, *Gulliver’s Travels*, e a sua realização em duas versões brasileiras, quais sejam, a de Cajado (1998) e a de Machado (1956).

De forma mais específica, o estudo possibilitou concluir, a partir da análise dos fragmentos irônicos selecionados e exemplificados neste capítulo, que:

(i) A abordagem teórica de relevância para definir e explicar a ironia se aplica ao *corpus* analisado. Conforme evidenciado na análise aqui desenvolvida, a partir do PR, um leitor (em potencial) dos fragmentos do TF e de suas realizações nos TA possivelmente seria levado a detectar uma inconsistência no nível proposicional. Tal inconsistência o levaria a reinterpretar o enunciado de forma ecóica e, nas circunstâncias, a identificar uma possível atitude dissociativa do autor em relação ao pensamento ecoado. Tais condições satisfazem as exigências para se abordar a ironia no escopo da TR.

(ii) Os tradutores Cajado e Machado pautaram-se, em grande medida, pela observância das marcas de codificação conceitual e

codificação procedimental do TF. A partir dessa atitude tradutória, pode-se dizer que as realizações nos TA tornam possível a um leitor brasileiro a recuperação inferencial de efeitos contextuais de intensificação similares àqueles deriváveis a partir da configuração lingüística do TF, o que redundará em traduções com alto grau de semelhança interpretativa em relação ao texto original em língua inglesa.

(iii) O nível de explicitação do efeito cognitivo de intensificação é mais elevado no TA1 do que aquele identificado no TA2. A partir desta constatação, pode-se dizer que Cajado apresenta um comportamento mais ostensivo em relação a Machado, na medida em que suas opções, em especial por codificadores conceituais mais explícitos, tornam possível a inferência, por parte do público-alvo, dos efeitos irônicos com um menor esforço de processamento mental. Tal comportamento tradutório parece estar mais congruente com uma das postulações básicas da TR, qual seja, a comunicação é um processo assimétrico e cabe ao comunicador, no caso o tradutor, a responsabilidade pela realização bem ou malsucedida de uma interação comunicativa.

(iv) As noções de codificação conceitual, codificação procedimental e semelhança interpretativa se mostraram conceitos-chave em contextos de tradução a partir de uma perspectiva cognitiva.

Finalmente, espera-se que a realização de outros trabalhos relacionados a esta área possa confirmar a validade da proposta da TR para explicar a comunicação irônica, quer em contexto intralingual, quer em contexto de tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. (Org.). *Teoria da relevância e tradução: conceituações e aplicações*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

ALVES, F. D. Sperber & D. Wilson, E.-A. Gutt e F. Alves: A teoria da relevância aplicada aos estudos da tradução. In: VIEIRA, E.R.P. (Org). *Teorizando e contextualizando a tradução*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 184-205.

ALVES, F. Lançando anzóis: uma análise cognitiva de processos mentais em tradução. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 77-90, jul./dez. 1996.

ALVES, F. Establishing criteria for a definition of translation competence. *Proceedings of the 12th World Congress of the International Association of Applied Linguistics*, Tóquio: AILA Committee, 1 CD-ROM, 2000.

ARAÚJO, T.X.L. *A tradução para o português brasileiro da ironia veiculada na obra Gulliver's Travels, de Jonathan Swift: uma análise à luz da teoria da relevância*. 2005. 177f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BLAKEMORE, D. *Understanding Utterances: An introduction to pragmatics*. Oxford: Blackwell, 1992.

FOLGADO, V.L. Interpretive use: translating intensification. *Revista Alicantina de Estudios Ingleses*, v. 14, p. 123-135, 2001.

GONÇALVES, J.L. *Processos inferenciais relacionados à priorização de informações na tradução de legendas de filmes: o redundante e o relevante sob a ótica do princípio de relevância*. 1998. 141f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GRICE, H.P. Logic and Conversation. In: MARTINICH, A.P. (Ed.). *The philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press, 1975. p. 159-170.

GUTT, E.-A. *Translation and relevance: cognition and context*. Manchester: St. Jerome, 2000.

GUTT, E.-A. Implicit information in literary translation: A relevance-theoretic perspective. *Target*, v. 8, n. 2, p. 239-256, 1996.

HOUAISS, A. et al. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MONEVA, M.A.R. Searching For Some Relevance Answers to the Problems Raised by the Translation of Irony. *Revista Alicantina de Estudios Ingleses*, v. 14, p. 213-247, 2001.

MUECKE, D.C. *Irony*. Norfolk: Cox e Wyman Ltd, 1973.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1986; segunda edição, 1995.

SWIFT, J. *Viagens de Gulliver*. Tradução de J. M. MACHADO. ed. extra. São Paulo: Clube do livro, 1956.

SWIFT, J. *Gullivers's Travels*. Boston: Bedford Books St. Martins, 1995.

SWIFT, J. *Viagens de Gulliver*. Tradução de O. M. CAJADO. Rio de Janeiro: Ediouro / São Paulo: PubliFolha, 1998.

WILSON, D.; SPERBER, D. Relevance Theory. In: WARD, G.; HORN, L. (Ed.). *Handbook of pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2004. Disponível em: <http://www.dan.sperber.com/relevance_theory.htm>. Acesso em: 16 dez. 2005.

YUS, F. On reaching the intended ironic interpretation. *International Journal of Communication*, v. 1-2, n. 10, p. 27-28, 2000.

CAPÍTULO 7

Teoria da Relevância e interpretação simultânea

Branca Vianna

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ)

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, tratarei da contribuição da Teoria da Relevância (doravante, TR) à pesquisa sobre interpretação simultânea (doravante, IS).

Os conceitos relevantistas, aplicados neste livro à tradução escrita, podem também ajudar a esclarecer os processos que regem a IS, assim como as escolhas e estratégias usadas por intérpretes experientes e as dificuldades enfrentadas pelos novatos. Além disso, iluminam também algum erros comuns na IS, cometidos tanto por profissionais quanto por alunos de interpretação.

Usarei exemplos reais, de conferências ou de experiências em sala de aula (Curso de Interpretação de Conferências, PUC-RJ), analisando-os à luz da TR. Minha intenção é mostrar como as ferramentas proporcionadas pela teoria podem ser úteis a professores de interpretação, alunos e intérpretes profissionais.

2. TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA

Em um volume sobre tradução e TR, é importante começar este capítulo, que lidará somente com interpretação simultânea, listando algumas diferenças e semelhanças entre esses dois tipos de produção.

Há duas modalidades de interpretação de conferências: simultânea e consecutiva. Tratarei aqui apenas da modalidade simultânea. Nesta, os intérpretes trabalham em uma cabine à prova de som, com fones de ouvido, microfones e uma janela permitindo

ver os oradores. O público da conferência ouve a interpretação através de receptores com fones de ouvido. Isso permite que o discurso do orador seja interpretado em várias línguas ao mesmo tempo, bastando para isso haver o equipamento necessário.

Tanto tradução quanto interpretação são exemplos de comunicação interlingüística. Alves & Pagura (2002), consideram ambos processos envolvendo macroestratégias de compreensão (decodificação), segmentação e reformulação para resolução de problemas e tomada de decisão. No entanto, as diferenças são suficientes para justificar um tratamento da interpretação em separado da tradução, mesmo que se baseando em muitos dos mesmos conceitos.

A diferença mais óbvia entre tradução e interpretação é o tempo que o profissional tem para resolver problemas. O tradutor pode consultar dicionários, livros de referência, a internet e até colegas, ao passo que o intérprete só consulta, quando muito, sua própria memória¹. Para a maioria das pessoas, a questão do tempo, ou da falta de tempo, é o fator mais intrigante e misterioso na interpretação simultânea. Todo profissional já ouviu comentários espantados de clientes, assombrados com a aparentemente milagrosa capacidade do intérprete de seguir o orador tão de perto.

A simultaneidade da IS é em si um interessante objeto de pesquisa. Chernov (2004) diz que resultados de medições em diferentes laboratórios mostram a correlação temporal entre as cadeias verbais na língua-fonte e na língua-alvo, deixando claro que a IS é, de fato, simultânea. Essa simultaneidade, tão espantosa para o público leigo, restringe o que será ou não interpretado. Na tradução escrita, o texto é, em geral, passado na íntegra da língua-fonte para a língua-alvo. Na interpretação, isso nem sempre é possível. Uma das técnicas mais importantes que o intérprete profissional aprende – muitas vezes a duras penas e na prática – é saber o que omitir e o que interpretar. Esse assunto será tratado na parte 4 deste capítulo.

Outra diferença importante é o fato de que o tradutor, ao contrário do intérprete, conhece o texto inteiro a ser traduzido. Ele sabe e tem diante dos olhos tanto o texto anterior quanto o posterior ao que está traduzindo num dado momento; e, muitas vezes, a tradução escolhida para um trecho problemático dependerá do que se segue a ele. Já o intérprete só tem acesso ao texto

¹ O intérprete consulta as mesmas fontes que o tradutor antes da conferência, durante a fase de preparação, de que não tratarei aqui.

anterior² e, mesmo assim, somente ao que lhe restou na memória.

Um exemplo concreto do que um intérprete enfrenta: em um recente congresso de uma revista de finanças da América Latina, havia uma mesa-redonda sobre a economia norte-americana e sua influência no continente. O presidente do Federal Reserve, o banco central americano, Alan Greenspan, anunciara poucos dias antes sua intenção de se aposentar. A revista inglesa *The Economist* dedicara capa ao assunto, colocando, sob uma foto de Greenspan, a legenda “Big Shoes To Fill”. A mesa-redonda se dava em inglês, e o moderador iniciou a discussão mostrando um slide com a capa da revista, perguntando aos debatedores se concordavam com a legenda. Em português, é claro, não existe o correspondente exato da expressão inglesa “big shoes to fill”. Traduções aproximadas nesse contexto seriam: “Quem estará à altura de Greenspan?”; “Não será fácil sair da sombra de Greenspan?”; “Quem poderia substituir Greenspan?”; “Greenspan: um homem insubstituível?” Há muitas outras soluções possíveis e a intérprete neste caso escolheu “Quem estará à altura de Greenspan?”

O primeiro debatedor começou sua resposta dizendo que não sabia quanto Greenspan calçava, mas achava que dificilmente Bush encontraria alguém calçando o mesmo número. O segundo disse que achava que o substituto, fosse quem fosse, talvez não quisesse calçar os mesmos sapatos que Greenspan, uma vez que teria seus próprios sapatos e seria normal que quisesse usá-los. E por aí foi. Ao longo de toda a discussão, alguém sempre voltava à história dos sapatos. Tornou-se a piada recorrente da mesa-redonda. Os debatedores chegaram até a falar dos próprios sapatos, apontando para os pés.

A intérprete, com sua excelente solução falando de estar-se ou não à altura de Greenspan, viu-se em maus lençóis: como explicar aos ouvintes brasileiros toda aquela conversa sobre sapatos e tamanhos de pé? Foi obrigada a voltar atrás e explicar que a legenda da foto era uma expressão inglesa que falava de sapatos e significava literalmente algo como “Sapatos grandes demais.” Durante essa explicação, indispensável para dirimir a confusão da platéia, a intérprete deixou de traduzir parte da discussão, que

² No caso de um texto lido em voz alta pelo orador, caso o intérprete tenha recebido o texto com antecedência e o tenha lido, ele terá, como o tradutor, acesso ao texto inteiro. Como essa situação é rara na vida profissional do intérprete, ao menos no Brasil, não trataremos dela aqui.

obviamente não havia parado para esperá-la. Se a intérprete soubesse de antemão, como acontece na tradução, que a palavra *sapatos* seria importante para a discussão, poderia ter encontrado uma solução inicial que já incluísse a informação que foi obrigada a dar mais tarde, já com grande prejuízo para os ouvintes e para seu próprio desempenho.

Uma diferença que, ao contrário da anterior, dá vantagem ao intérprete sobre o tradutor, é o fato de que ele se encontra na mesma sala que o orador e o público. Pode ver as expressões faciais e corporais do orador, além de muitas vezes poder falar com ele antes do início da palestra. Isso o ajuda a inferir a intenção informativa do orador, facilitando a interpretação. É também relativamente fácil para o intérprete inferir o que é ou não relevante para o público, ou porque tudo o que é dito se refere ao tema da conferência em questão (marketing, petróleo, finanças, telecomunicações, medicina etc.), ou pela reação da platéia, que costuma dar demonstrações claras de insatisfação quando a interpretação não está boa.

Em tradução, muitas vezes também é possível ter uma boa idéia da intenção informativa do autor, mesmo no caso de um texto não-contemporâneo. O tradutor pode pesquisar sua obra, a época em que o texto foi escrito, os eventos e fatos relatados etc. Isso tudo o ajuda a inferir a intenção informativa do autor. No entanto, com a exceção de textos muito técnicos, o tradutor raramente sabe para quem está traduzindo. Um texto, uma vez publicado, pode ser lido por pessoas diferentes, com interesses diferentes e níveis de conhecimento diferentes. Pode também ser lido hoje, amanhã, ou daqui a 20 ou 100 anos. Em outras palavras, pode ser lido por públicos cujo ambiente cognitivo é imprevisível. Desse modo, o tradutor tem mais dificuldade do que o intérprete para inferir a relevância de sua tradução, uma vez que não sabe direito quem é público. Para o intérprete, o público é sempre contemporâneo e está sempre presente, em plena vista.³

Os congressos internacionais têm, em geral, duas ou três línguas oficiais e todos os participantes, venham de onde vierem, são obrigados a fazer suas apresentações em uma dessas línguas. Os intérpretes precisam, portanto, interpretar textos-fonte produzidos por falantes não-nativos, com erros de gramática e terminologia que

³ Não tratarei aqui de outras formas de comunicação em que o público não está presente, como vídeoconferências, "webcasts" ou "conference-calls".

devem ser corrigidos na interpretação. Isso sem falar nos sotaques, muitas vezes incompreensíveis.

Uma grande diferença entre tradução e interpretação simultânea é o ritmo em que a função é exercida. Na simultânea, esse ritmo é ditado não pelo intérprete, mas pelo orador. Chernov (2004) compara essa restrição com a encontrada em operações especializadas de engenharia, em que decisões precisam ser tomadas em resposta a circunstâncias externas, fora do controle do operador. Um exemplo citado por ele é o de operadores de torres de controle de aeroportos.

Com relação às semelhanças entre tradução e interpretação, a mais importante – na verdade, o motivo pelo qual um capítulo sobre interpretação pode fazer parte de um volume como este – é que tanto a tradução quanto a interpretação podem ser vistas, no âmbito da TR, como uma busca de semelhança interpretativa entre duas unidades de tradução, uma na língua-fonte, outra na língua-alvo. O objetivo final dos dois processos é alcançar uma semelhança interpretativa ótima entre pares de efeitos cognitivos nas duas línguas (Gutt, 2000; Gonçalves, 2005).

3. SEMELHANÇA INTERPRETATIVA

Segundo a TR, a comunicação se dá a partir da idéia de manifestação mútua. Falante e ouvinte partilham, até certo ponto, um ambiente cognitivo em que a manifestação mútua se concretiza através de um comportamento ostensivo-inferencial entre os interlocutores. O emissor tem uma intenção comunicativa e uma intenção informativa. Com a intenção comunicativa, ele torna explicitamente manifesto para o receptor que há algo a ser comunicado. Já a intenção informativa é o conteúdo que o emissor pretende comunicar, o conjunto de suposições que deseja tornar manifesto no ambiente cognitivo do receptor (Gonçalves, 2005). Para que a comunicação aconteça, o receptor precisa perceber a intenção informativa do emissor e interpretar inferencialmente sua intenção comunicativa

Em uma conferência, temos uma situação comunicativa peculiar: um orador, falando ao microfone, para uma platéia que está ali para ouvi-lo e aprender com ele. Tanto o público, quanto o intérprete percebem a intenção comunicativa do orador. Contudo,

como o público (ou parte do público) não fala a língua em questão, apenas o intérprete percebe sua intenção informativa.

A função do intérprete é tornar clara para seus ouvintes sua intenção informativa, baseada na sua percepção da intenção informativa do orador. O intérprete não inicia a comunicação, não é seu interlocutor principal ou o autor da mensagem. O comportamento comunicativo ostensivo do orador não se dirige a ele, mas sim ao público. A interlocução se dá entre orador e público, diretamente ou com a intermediação do intérprete. Esta situação tem conseqüências importantes para a IS. Segundo Miriam Shlesinger (1994), o intérprete é apenas um intermediário, alguém que não pertence à mesma comunidade de oradores e ouvintes. Isso significa que, quanto mais a mensagem se referir diretamente à situação extralinguística ou a conhecimentos anteriores à situação em questão, mais difícil será para o intérprete reconstruí-la.

A noção de tradução como semelhança interpretativa vem de Ernst-August Gutt, em seu livro de 1991, reeditado em 2000, *Translation and Relevance: cognition and context*. Para Gutt (2000: 209-210), “o objetivo da tradução parece ser não apenas o de expressar as idéias do autor, mas também o de apresentar essas idéias como uma expressão do que foi expresso por ele”⁴. Ele afirma que o resultado da tradução, e também da IS, mantém uma relação de semelhança interpretativa com o texto-fonte. Na definição de Gutt (2000):

Uma característica essencial das formas proposicionais é que elas têm propriedades lógicas: é em virtude dessas propriedades lógicas que podem se contradizer, implicar uma na outra e apresentar outras relações lógicas entre si. Uma vez que todas as formas proposicionais têm propriedades lógicas, duas formas proposicionais podem ter algumas dessas propriedades em comum. Da mesma forma, podemos dizer que as representações mentais cujas formas proposicionais compartilham propriedades assemelham-se em virtude dessas propriedades lógicas compartilhadas. Esta semelhança entre formas proposicionais é chamada de *semelhança interpretativa*. (*apud* Gonçalves, 2005: 8, itálico como no original)

A relação de semelhança interpretativa entre formas proposicionais se baseia, portanto, no compartilhamento de proprie-

⁴ Minha tradução de: “... the point seems to be that in translation, one does not simply express the same ideas that someone expressed, but that one presents those ideas as an expression of what that person expressed.”

dades lógicas ou, mais especificamente, no compartilhamento de implicações lógicas e contextuais. Conseqüentemente, a noção de tradução como semelhança interpretativa significa que duas unidades de tradução, uma na língua-fonte e outra na língua-alvo, devem compartilhar implicações lógicas e contextuais.

Gutt (2000) acredita que o texto traduzido deve se parecer com o original de maneira a torná-lo adequadamente relevante para o público. Em outras palavras, o texto traduzido deve desencadear nos leitores da tradução (ou nos ouvintes da IS) efeitos cognitivos adequados. Além disso, a tradução deve ser tal que o público chegue à interpretação desejada sem esforço de processamento desnecessário. Esse esforço é definido, na TR, como esforço de percepção, memória e inferência.

Gutt (2000: 107) diz também que

Essas condições parecem dar a orientação buscada por tradutores: elas determinam de que maneira a tradução deve assemelhar-se ao original – apenas no que pode servir para torná-la adequadamente relevante para o público falante da língua-alvo. Determinam também que a tradução deve ser clara e natural ou, em outras palavras, que não deve ser desnecessariamente difícil de entender.⁵

4. EFEITOS COGNITIVOS E OMISSÃO NA IS

As noções de relevância e relevância ótima são definidas na TR em termos de esforço e efeitos cognitivos. Relevância é uma função positiva dos efeitos cognitivos e uma função negativa do esforço de processamento exigido do ouvinte. Segundo Wilson & Sperber (2004: 612), para que um enunciado seja otimamente relevante, é necessário que seja “suficientemente relevante para merecer o esforço de processamento do ouvinte”. Além disso, deve ser “o mais relevante, de acordo com as habilidades e preferências do falante”. Em outras palavras, quanto maior o esforço de processamento exigido do ouvinte, menor será a relevância

⁵ Minha tradução de: “These conditions seem to provide exactly the guidance that translators and translation theorists have been looking for: they determine in what respects the translation should resemble the original - only in those respects that can be expected to make it adequately relevant to the receptor language audience. They determine also that the translation should be clear and natural in expression in the sense that it should not be unnecessarily difficult to understand.”

do enunciado. Quanto maiores os efeitos cognitivos, maior a relevância do enunciado. O maior esforço de processamento é compensado somente por mais ou maiores efeitos cognitivos.

Essa noção pode servir de guia para intérpretes na tarefa crucial de escolher o que omitir numa interpretação. Muitas vezes não há tempo suficiente para interpretar tudo que é dito. Nesses casos, que são mais comuns do que se imagina, é necessário omitir partes da fala do orador.

Às vezes, o intérprete está sob pressão devido à complexidade do assunto, ao modo de expressão do orador, à rapidez com que ele fala ou a uma combinação de todos esses fatores. O intérprete pode perceber que nem a simplificação nem a generalização serão aplicáveis. A única solução para não afundar é a omissão [...] Em primeiro lugar, o intérprete deve continuar analisando a unidade-fonte para absorver seus elementos essenciais e deixar de lado apenas os elementos acessórios [...] A última coisa que o intérprete deve fazer é apostar corrida com o orador. Na corrida, ele entrará num círculo vicioso: correndo atrás do orador, terá menos tempo de analisar o significado da fala e menos tempo para decidir como expressá-lo na língua-alvo [...] O resultado final será uma interpretação que se torna progressivamente pior e cada vez mais literal.”⁶ (Jones, 2002: 102)

O intérprete experiente sabe disso e emprega estratégias especiais, entre elas a generalização, a simplificação, a antecipação e a omissão. Essas estratégias são, em geral, aprendidas na prática; muitas vezes, como conhecimento tácito, e não explícito.

Como exemplo, vejamos uma aula prática de interpretação simultânea (para a turma de 2005 do Curso de Interpretação de Conferências da PUC-RJ), na qual foi dado aos alunos um áudio sobre a captura, nas Filipinas, de um famoso terrorista. Era uma matéria em inglês da rádio Voz da América, cheia nomes complicados: Rajah Solaiman Movement, uma organização terrorista

⁶ Minha tradução de: “Sometimes an interpreter will be under duress because of the technicity of a subject, because of the mode of expression of a speaker, because the speaker is too fast, or a mixture of these factors. The interpreter finds that neither simplification nor generalization help. The only way to keep afloat is to omit things [...] First, the interpreter must carry on making their analysis of the speech so that they keep in the essential and miss out only what is illustrative or in some other way accessory [...] The last thing the interpreter should do is enter into a race with the speaker. The interpreter will get caught in a vicious circle: racing behind the speaker, they will have less time to analyse meaning and less time to decide how to express it [...] The overall result will be an interpretation which progressively becomes a poorly expressed word-for-word translation.”

conhecida por sua sigla, RSM; Abu Sayaf, outra organização terrorista; Ahmad Santos, codinome de Hilarion Del Rosário, o terrorista capturado; Zamboanga, a cidade onde ficava a casa em que a polícia encontrou o terrorista; Quezon, outra cidade onde foram encontrados materiais para fabricação de bombas. A matéria dizia também que Zamboanga está localizada na Ilha de Mindanao, ao sul das Filipinas; que o general encarregado da operação chamava-se Edilberto Adan; e que ele chefiava o Southern Command. Outro grupo terrorista, Jemaah Islamiyah, também era citado como tendo treinado o terrorista capturado no uso de explosivos.

O áudio, apesar de repleto de informações, dura apenas 2 minutos e 42 segundos. É narrado por um repórter americano, com partes de uma entrevista com o General Adan, um filipino que fala inglês com forte sotaque.

Os alunos tinham lido e preparado uma transcrição do áudio, fazendo levantamento de vocabulário e anotando os nomes mais complicados. Mesmo assim tiveram dificuldades na hora da interpretação. Os problemas principais foram a densidade informacional e a velocidade do texto original. Não era possível traduzir tudo que estava na matéria.

Usando a noção de relevância ótima como guia e depois de uma discussão em sala de aula sobre os pontos mais importantes da matéria, os alunos puderam, numa segunda passagem do áudio, escolher o que interpretar e o que omitir. As informações essenciais da matéria eram a prisão do terrorista, o fato de ele ter sido treinado pelo Jemaah Islamiyah e de ser membro do Abu Sayaf, ambos grupos terroristas conhecidos. A apreensão de armas, explosivos e computadores pelo exército também era um dado importante. Já o nome das duas cidades, o fato de uma delas ser numa ilha ao sul do país, o nome da ilha, o nome por extenso do RSM e até o fato de o comando responsável pela operação ser o Southern Command eram dados dispensáveis para ouvintes brasileiros. Se traduzidos, dificultariam a compreensão por parte do público falante de português, que não conhece a geografia das Filipinas nem a estrutura organizacional do exército daquele país.

Era possível, portanto, omitir essas informações sem perda de relevância; e, ao contrário, uma tentativa de incluí-las exigiria do ouvinte um enorme esforço de processamento, tanto pela complexidade do texto quanto pela necessária velocidade da interpre-

tação. Esse esforço extra não seria compensado por efeitos cognitivos extras, devido à impossibilidade de os ouvintes brasileiros acessarem as suposições contextuais necessárias (conhecimento sobre as Filipinas, sua geografia, seu exército etc.) para chegarem às mesmas implicações contextuais de um ouvinte filipino da Voz da América.

Por outro lado, se a prisão do terrorista tivesse ocorrido na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, esse dado geográfico seria essencial para os ouvintes brasileiros. Permitir-lhes-ia acessar as suposições contextuais necessárias e chegar às implicações contextuais desejadas. As suposições contextuais necessárias seriam conhecimento geral sobre as favelas do Rio: são dominadas por traficantes; são lugares perigosos, onde só entram pessoas autorizadas pelo tráfico; há facções criminosas rivais dominando as várias favelas da cidade etc. Essas informações são divulgadas com frequência na imprensa e na TV, sendo, portanto, de fácil acesso para o público brasileiro.

Uma implicação contextual é um tipo de efeito cognitivo: uma conclusão dedutível a partir da combinação entre enunciado e contexto, mas não a partir de qualquer um dos dois isolados. Nesse exemplo hipotético, a combinação entre o conhecimento geral, mesmo que vago, sobre favelas do Rio de Janeiro e a informação nova de que um terrorista internacional fora encontrado na Rocinha permitiria que ouvintes brasileiros chegassem a uma grande variedade de implicações contextuais, ou implicaturas, algumas fortes, outras mais fracas: o terrorista está mancomunado com o tráfico de drogas, pois se escondeu na favela; os traficantes devem ter agora acesso a explosivos e talvez até a treinamento na fabricação de bombas; o tráfico de drogas nas favelas começa a se internacionalizar; passaremos a ter atos terroristas no Brasil; os traficantes devem ter-se convertido ao Islã; o Rio de Janeiro é uma cidade perigosa; etc.

O nome da favela da Rocinha bastaria para que o ouvinte acesse seu conhecimento enciclopédico sobre favelas do Rio e, conseqüentemente, as suposições contextuais necessárias para alcançar os efeitos cognitivos pretendidos pelo falante. A omissão do nome da favela seria um grave erro por parte do intérprete. Já no exemplo das Filipinas, os nomes de cidades, ilhas e até pessoas não têm o mesmo efeito para o público brasileiro, tornando sua omissão não só recomendável, mas desejável.

5. ACESSANDO SUPOSIÇÕES CONTEXTUAIS

É de interesse do falante, quer seja o orador, quer o intérprete, fazer com que seu ambiente cognitivo e o de seu público se assemelhem. O falante, afinal, quer ser entendido por seus ouvintes. No entanto, como vimos na discussão acima, efeitos cognitivos podem variar de público para público. Dependem, entre outras coisas, da capacidade do público de acessar as suposições contextuais pretendidas pelo orador. Cabe ao falante julgar se seu ambiente cognitivo e o de seus ouvintes, de fato, se assemelham e guiar os ouvintes na direção desejada.

Segundo a TR, toda fala tem várias interpretações potenciais. Nem todas essas interpretações são acessíveis a todos os ouvintes e nem todas, é claro, são as que o falante pretende comunicar. O falante, em geral, só pretende comunicar uma interpretação, e o ouvinte vai, também em geral, escolher apenas uma. Digo “em geral” porque a ambigüidade é uma característica da linguagem humana; uma das características, aliás, que a distingue das linguagens animais.

O público de uma conferência partilha com o orador (ou oradores) muitas suposições contextuais: trabalham na mesma área, leram os mesmos livros e artigos, muitas vezes se conhecem pessoalmente ou já ouviram falar uns dos outros. Estão todos na conferência em questão com o objetivo comum de obter e partilhar conhecimento sobre uma área de interesse comum. O intérprete é externo a tudo isso. Raramente um intérprete tem a mesma formação que seus ouvintes, e seu conhecimento sobre a área é necessariamente superficial. Por mais experiência que tenha em interpretar eventos de cardiologia, por exemplo, o intérprete nunca saberá tanto sobre o assunto quanto um cardiologista.

O intérprete precisa acessar, na medida do possível, as suposições contextuais que o orador espera de seu público. Isso é conseguido por meio de exaustiva preparação antes da conferência. Ele recebe material para estudo, faz pesquisas e organiza glossários, que são aprendidos de cor. Pode também levar dicionários e *laptops* para a cabine para serem consultados nos intervalos, em caso de dúvida. Quanto mais experiência o intérprete tiver em uma determinada área, mais fácil será chegar aos efeitos cognitivos pretendidos pelo orador.

Segundo Setton (1999), a contextualização na IS começa bem antes da conferência em si. O intérprete começa a juntar os pedaços

de um modelo discursivo-situacional dias, e às vezes semanas, antes de entrar na cabine. Ele vai acrescentando elementos a uma taxa cada vez mais rápida à medida que recebe dos organizadores material para estudo, o programa da conferência e a lista de participantes. Essa contextualização continua quando o intérprete chega ao local de trabalho e vê o público e o orador. Se seu colega de cabine começar a trabalhar primeiro⁷, quando chegar sua vez ele já estará inteiramente contextualizado.

Além da preparação específica para cada evento, o intérprete, para estar plenamente contextualizado, precisa conhecer muito bem as culturas de suas línguas de trabalho. Se uma dessas línguas for inglês, isso significa não apenas conhecer a cultura americana ou inglesa, mas também saber um pouco sobre a Austrália, o Canadá e os países anglófonos da África e da Ásia. O mesmo acontece com espanhol e francês, línguas faladas em culturas muito diferentes umas das outras. Esse conhecimento ajuda o intérprete a perceber o ambiente cognitivo em que a fala do orador deve ser entendida e permite que ele julgue o que seria relevante para seu público, podendo desfazer, se necessário (e se possível), mal-entendidos devido a diferenças culturais.

Segundo Sperber & Wilson (1995), a comunicação é sempre um risco. “A TR afirma que a comunicação ocorre muito mais de forma aproximada do que literal, podendo, algumas vezes, até mesmo falhar ou resultar em mal-entendidos” (Gonçalves, 2005: 3).

Queremos sugerir que a intenção informativa do comunicador é mais bem descrita como a intenção de modificar não diretamente os pensamentos do público, mas sim seu ambiente cognitivo. Os efeitos cognitivos resultantes de uma modificação do ambiente cognitivo do ouvinte são apenas parcialmente previsíveis. Comunicadores – como seres humanos em geral – formam intenções sobre cujos resultados têm apenas controle parcial: é possível ter um efeito razoavelmente controlável sobre o ambiente cognitivo de seus ouvintes, mas o controle sobre seus pensamentos será muito menor. Comunicadores formam suas intenções de acordo com essas premissas.⁸ (Sperber & Wilson, 1995: 58)

⁷ Os intérpretes trabalham sempre em dupla, revezando-se ao microfone de 30 em 30 minutos.

⁸ Minha tradução de: “We want to suggest that the communicator’s informative intention is better described as an intention to modify directly not the thoughts but the cognitive environment of the audience. The actual cognitive effects of a modification of the cognitive environment are only partly predictable. Communicators – like human agents in general – form intentions over whose fulfillment they have some control: they can

Sendo assim, se as premissas do orador estiverem erradas, sua fala não resultará em efeitos cognitivos para seus ouvintes, com ou sem a intervenção do intérprete. É importante lembrar que, numa conferência, o público sempre se divide entre os que ouvem a interpretação e os que entendem a língua do orador. Algumas vezes, quando é possível ao intérprete incluir alguma explicação extra para diminuir confusões resultantes de premissas erradas do orador, o público do intérprete acaba entendendo melhor a palestra do que o público que ouve o orador diretamente. Esse último público muitas vezes conhece a língua, mas não as sutilezas da cultura ou detalhes da vida política e social do país.

Alguns oradores, por exemplo, fazem referência a celebridades que são conhecidas somente em seu país, sem perceber que o público não sabe do que estão falando. Outros usam metáforas esportivas, muito comuns em todas as línguas, sem perceber que elas nada significam para quem não conhece o esporte em questão. É o caso de oradores americanos que usam metáforas de beisebol. Da mesma forma, uma metáfora futebolística pode não ter significado para um público americano.

Nem sempre é possível incluir explicações na interpretação. A falta de tempo, de que já falei aqui, significa que explicações extras só devem ser incluídas em último caso. Há pouco que um intérprete possa fazer, por mais experiente que seja, quando o orador parte de premissas erradas sobre as suposições contextuais acessíveis ao público.

6. RELEVÂNCIA PARA CADA PÚBLICO

O intérprete deve conhecer seu público, para que seus julgamentos sobre a relevância da interpretação sejam válidos. Dependendo da conferência, o público pode preferir uma interpretação mais ou menos literal, mais ou menos empolgada, mais ou menos precisa.

Em um artigo sobre avaliação de qualidade em interpretação simultânea, Miriam Shlesinger (1997) diz que a delegação chinesa na ONU exige que os intérpretes façam uma interpretação literal dos discursos, quase palavra por palavra. Questões como estilo e

have some controllable effect on their audience's cognitive environment, much less on their audience's actual thoughts, and they form their intentions accordingly.

fluência são menos importantes. Para eles, uma interpretação de qualidade é uma interpretação literal.

Outro exemplo, menos extremo e mais próximo da experiência de intérpretes no Brasil, é o de participantes de um curso de operação de oleodutos da Petrobrás: para esse público, o que interessa é uma quase literalidade. Os operadores querem, é claro, que o intérprete fale um português minimamente correto, que respeite a ordem de palavras da língua etc. No entanto, o que mais lhes interessa é exatidão e rigor na tradução da terminologia técnica, e não estilo. Os efeitos cognitivos para esse público dependem da precisão terminológica. Uma “check valve” tem que ser traduzida como “válvula de retenção” e não “válvula retentora”, ou “válvula que retém”, ou qualquer outra solução do tipo. Os operadores precisam saber que botão apertar quando acontece um acidente no oleoduto, e o estilo em que essa informação é transmitida não importa tanto. Preferem um intérprete que domine a terminologia técnica, mas cometa alguns erros de português (dentro de um limite aceitável, é claro, e que não atrapalhe a compreensão), a um intérprete com um português digno da Academia Brasileira de Letras, mas que não conheça bem a terminologia.

O contrário acontece em congressos do tipo motivacional, muito comuns em grandes empresas. São congressos de “marketing”, vendas, recursos humanos etc. Nesses eventos, os oradores costumam fazer brincadeiras e encenações. Às vezes dançam no palco, imitam bichos ou celebridades, contam piadas, chamam pessoas do público para participar de atividades. O intérprete, nesse caso, precisa entrar no jogo do orador. O estilo passa a ser fundamental porque dele dependem os efeitos cognitivos pretendidos: a motivação da força de venda da empresa; a criação de um ambiente de trabalho descontraído; o estímulo a uma “cultura corporativa” comum a todos os funcionários etc. Os oradores pretendem, com sua “performance”, energizar os funcionários, levantar o moral da tropa e, em última instância, criar um ambiente favorável aos negócios da empresa. A precisão da tradução é de menor importância. O que se espera do intérprete é que consiga transmitir a seus ouvintes o clima de animação, descontração e coleguismo pretendido pelos organizadores do evento. O intérprete tem mais liberdade para criar, mudar as referências de uma piada que talvez não seja entendida por brasileiros, usar gírias locais, empregar uma entonação mais animada e divertida.

Em outras palavras, quanto mais técnica a conferência, mais a precisão terminológica será apreciada pelos ouvintes. Quanto menos técnica, mais importantes serão estilo, fluência, criatividade e espontaneidade.

Segundo os pressupostos da TR, os intérpretes têm a liberdade de escolher como interpretar, contanto que alcancem uma semelhança interpretativa ótima entre pares de efeitos cognitivos nas duas línguas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vemos neste volume, a aplicação da TR à tradução é extremamente útil como aporte teórico para se entender o processo tradutório. Também já foi mostrado que a teoria tem uma importante contribuição a dar ao ensino de tradução escrita nas universidades. Creio que o mesmo pode ser dito a respeito da interpretação simultânea, assim como de outros modos de interpretação não tratados aqui, como a interpretação consecutiva e a interpretação sussurrada.

Um aspecto interessante da IS é a sua enorme complexidade para o intérprete. Grande parte dessa complexidade decorre do alto grau de concentração exigido dos praticantes, causando fadiga e desgaste, que resultam em erros. Como diz Daniel Gile (1995), erros são frequentes até mesmo no trabalho de intérpretes experientes. Ele lista erros de terminologia, fluência, omissões indevidas e até deterioração da qualidade da voz no trabalho de intérpretes com muitos anos de atividade.

Ainda assim, as diferenças entre intérpretes novatos e expertos são enormes, e a transição de um para outro estágio parece demorar muito na IS. Um intérprete leva, em média, de sete a dez anos de atividade para ser considerado experiente pelo mercado. Seria importante encontrar maneiras de encurtar esse percurso, fazendo com que profissionais recém-formados pudessem melhorar seu desempenho mais rapidamente. A TR pode nos ajudar a alcançar esse objetivo.

Setton (1999: 3-4) diz que:

Em termos de desempenho [...] achamos que as melhorias e mudanças observadas com treinamento e experiência [...] são ex-

plicadas mais pelo desenvolvimento da capacidade do intérprete de reconhecer e usar recursos pragmáticos do que pela melhor coordenação de uma capacidade de processamento limitada, entendida como armazenamento temporário, transformação e recuperação de formas lingüísticas.⁹

Se Setton (1999) estiver correto, e acredito que esteja, uma maneira de encurtar a distância entre intérpretes novatos e veteranos seria treinar os estudantes a reconhecer e usar recursos pragmáticos.

Cabe aqui uma ressalva importante. No Brasil, os cursos de interpretação simultânea são cursos técnicos, baseados principalmente na prática das várias modalidades de interpretação. Mesmo os cursos oferecidos em universidades, como o da PUC-RJ, são considerados cursos de extensão e não cursos universitários. Em geral, não incluem teoria da interpretação. Os alunos vêm de muitas áreas diferentes. Alguns são formados em letras ou línguas, mas outros têm as formações mais variadas. Em comum, eles têm o fato de que falam várias línguas com fluência, em geral já moraram em outros países ou são filhos de estrangeiros. A idade dos alunos também varia muito, indo de pessoas em idade universitária a aposentados buscando uma atividade extra.

Em um curso assim, não haveria possibilidade de se ensinar uma teoria complexa como a TR de forma profunda. A maioria dos alunos não teria interesse em esmiuçar os detalhes da Teoria, em conhecer a diferença entre implicatura e explicatura, entre suposição contextual e implicação contextual etc. Os cursos de treinamento de intérpretes duram, em média, de um a dois anos e não haveria tempo hábil para isso, mesmo que houvesse interesse.

Os aspectos críticos da IS podem, no entanto, ser exemplificados no material usado no treinamento de intérpretes. Empregando uma maior variedade de oradores, tipos de discurso e situações, é possível ilustrar a importância do contexto; mais especificamente das suposições contextuais e de como elas determinam, em grande parte, as decisões tradutórias tomadas na cabine. (Setton, 1999; Alves & Pagura, 2002).

⁹ Minha tradução de: "In SI performance terms, we will claim that the improvements and changes which are observed with training an experience are more readily explained by a development in the skilled use of of pragmatic and knowledge resources that by the improved coordination of limited processing capacity understood as the temporary storage, transformation and retrieval or linguistic forms."

Assim como a TR pode ajudar na educação de intérpretes, a IS também pode iluminar conceitos da TR. Uma investigação comparando intérpretes novatos e expertos com base em preceitos relevantistas poderia confirmar a afirmação de Setton (1999), reproduzida anteriormente, de que o intérprete experto não é aquele que tem melhor memória, técnica de cabine ou conhecimento de terminologia, mas sim aquele que melhor reconhece e usa recursos pragmáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F.; PAGURA, R. The interfaces between written translation and simultaneous interpretation: instances of cognitive management with a special focus on the memory issue. *Anais do XVI World Congress of the International Federation of Translators*. Vancouver: University of British Columbia, 2002.

CHERNOV, G.V. *Inference and Anticipation in Simultaneous Interpreting*. Amsterdam/Filadélfia: Benjamins Translation Library, 2004.

GILE, D. *Regards sur la Recherche en Interprétation de Conférence*. Paris: Presses Universitaires de Lille, 1995.

GONÇALVES, J.L. Desenvolvimentos da Pragmática e a Teoria da Relevância Aplicada à Tradução. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, Editorial Unisul, 2005.

GUTT, E.-A. *Translation and Relevance: cognition and context*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2000 [primeira edição, Oxford: Blackwell, 1991].

JONES, R. *Conference interpreting explained*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.

SETTON, R. *Simultaneous interpretation: a cognitive-pragmatic analysis*. Amsterdam/Filadélfia: Benjamins Translation Library, 1999.

SHLESINGER, M. Intonation in the production and perception of simultaneous interpretation. In: LAMBERT, J; MOSER-MERCER, B. (Ed.). *Empirical Research in Simultaneous Interpretation*. Amsterdam/Filadélfia: Benjamins Translation Library, 1994.

SHLESINGER, M. Quality in simultaneous interpreting. In: GAMBIER, G.; TAYLOR, C. (Ed.). *Conference interpreting: current trends in research*. Amsterdam/Filadélfia: Benjamins Translation Library, 1997.

SPERBER, D.; Wilson, D. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1995.

WILSON, D.; SPERBER, D. Relevance Theory. In: WARD, G.; HORN, L. R. (Ed.). *Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2004.

SOBRE OS AUTORES

Fabio Alves é Doutor em Lingüística Aplicada com enfoque nos estudos da tradução pela *Ruhr-Universität Bochum*, Alemanha, e tem Pós-Doutorado feito no Departamento de Tradução e Interpretação da Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. É professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador nível 1-D pelo CNPq. Desenvolve pesquisas sobre o processo de tradução e competência tradutória com o aporte teórico da Teoria da Relevância.

José Luiz Gonçalves é Doutor em Lingüística Aplicada com enfoque nos estudos da tradução pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Sua tese de doutorado, defendida sob orientação do Prof. Fabio Alves, investiga a aplicação da Teoria da Relevância aos estudos sobre competência tradutória. É professor do Curso de Bacharelado em Tradução da Universidade Federal de Ouro Preto.

Ernst-August Gutt é Doutor em Lingüística pelo *University College London*, onde desenvolveu, sob orientação da Profa. Deirdre Wilson, pesquisa seminal sobre a aplicação teórica da Teoria da Relevância no campo disciplinar dos estudos da tradução. É pesquisador do *Summer Institute of Linguistics* e foi Pesquisador Honorário do UMIST, *University of Manchester Institute of Technology*, Inglaterra.

Geraldo Antônio de Carvalho Neto é Mestre em Lingüística Aplicada com enfoque nos estudos da tradução pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Sua dissertação de mestrado, defendida sob orientação do Prof. Fabio Alves, investiga a aplicação da Teoria da Relevância aos chamados “contextos artificiais”, ou seja, a contextos cultural, temporal e geograficamente dissociados do ambiente cognitivo dos tradutores.

Taciana Bylaardt é Mestre em Lingüística Aplicada com enfoque nos estudos da tradução pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal

de Minas Gerais. Sua dissertação de mestrado, defendida sob orientação do Prof. Fabio Alves, investiga a aplicação da Teoria da Relevância à tradução de expressões idiomáticas.

Tereza Labiapari Araújo é Mestre em Lingüística Aplicada com enfoque nos estudos da tradução pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Sua dissertação de mestrado, defendida sob orientação do Prof. Fabio Alves, investiga a aplicação da Teoria da Relevância à tradução da ironia.

Branca Vianna é Mestre em Lingüística pelo *University College London*, onde desenvolveu, sob orientação da Profa. Deirdre Wilson, uma pesquisa sobre aplicações da Teoria da Relevância no contexto de interpretações simultâneas. É professora do Curso de Especialização em Tradução da PUC/RJ.

A presente publicação foi elaborada em caracteres Gatineau corpo 11, 10, 9 e 8 e Futura Light Condensed 15, e impressa pela Gráfica e Editora O Lutador, em sistema offset, papel offset 75g (miolo) e cartão supremo 250g (capa), em setembro de 2006.

analíticas textuais para os pressupostos contextuais dos quais emissor e interlocutor lançam mão a fim de gerar e utilizar, respectivamente, o maior número de efeitos contextuais. Nesse sentido, o papel do tradutor ganha importância enquanto agente no processo de tomada de decisões relativas a como sua tradução poderá ser interpretada de forma análoga ao original, tendo em vista o ambiente cognitivo de sua audiência.

A proposta é sem dúvida instigante e desperta toda uma série de reflexões sobre linguagem e comunicação num sentido mais amplo, temas essenciais para uma abordagem do universo textual multimodal e multilingüístico deste novo milênio.

Adriana Pagano

Apoio

FALE
FACULDADE DE LETRAS
FALE



ISBN 85-7758-004-0



9 788577 158004 0